

**“A QUESTÃO ÍTALO-ABISSÍNIA”**: os  
significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em  
1935, pela intelectualidade gaúcha.

Alexandre Kohlrausch Marques

PORTO ALEGRE – RS  
2008

Alexandre Kohlrausch Marques

**“A QUESTÃO ÍTALO-ABISSÍNIA”**: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre  
Banca Examinadora formada por:  
Prof. Dr. João Fábio Bertonha  
Prof. Dr. Luís Alberto Grijó  
Prof. Dr<sup>a</sup> Cláudia Wasseman  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Brandalise

PORTO ALEGRE – RS  
2008

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a minha família e amigos, que acompanharam e apoiaram-me com entusiasmo ao longo da realização deste trabalho. Agradeço também à preciosa orientação da prof. Dra. Carla Brandalise e ao professor Luiz Dario Ribeiro, pela sugestão do tema.

## RESUMO

A invasão italiana à Abissínia, realizada a partir de outubro de 1935, teve conseqüências drásticas para a política européia dos anos de 1930 e provocou um amplo movimento de opinião pública em nível mundial. Este trabalho trata das repercussões que a Guerra da Etiópia teve nos meios intelectuais do Rio Grande do Sul. Para tanto, optou-se por focalizar o estudo de tais repercussões em dois grupos específicos da intelectualidade gaúcha: as elites letradas da capital e os operários negros de Pelotas, responsáveis pela edição do semanário *A Alvorada*. Partindo principalmente da análise de artigos veiculados na imprensa do estado, o estudo se deteve sobre os debates travados por estes grupos intelectuais em torno da guerra africana, avaliando os respectivos posicionamentos e relacionando-os com o contexto político e social brasileiro e riograndense do período.

## ABSTRACT

The accomplished Italian invasion to Abyssinia that started in October of 1935, had drastic consequences for the European politics in the 1930's and it provoked a wide movement of public opinion in world level. This work treats about the repercussions that the War of Ethiopia had in the intellectual ways of Rio Grande do Sul. For so, opted to focus the study of such repercussions in two specific groups of the gaucho's intellectuality: the learned elites of the capital and the black workers of Pelotas, responsible for publishing the weekly newspaper *A Alvorada*. On primarily basis of the analysis of articles conveyed in the press of state, the study reflected on the debates held by these intellectual groups around the African War, evaluating their positions and relating them with the Brazilian and riograndense political and social context period.

## **Lista de Anexos:**

### **ANEXO I**

**Mapa da Etiópia 1.1** – Físico .....

**Mapa da Etiópia 1.2** – A Etiópia e a ocupação do chifre africano .....

**Mapa da Etiópia 1.3** – Expansão do Império Etíope durante o reinado de Menelik II (1889-1909) .....

**Mapa da Etiópia 1.4** – A invasão italiana, sob De Bono. Outubro de 1935 .....

### **ANEXO II**

O Grupo do Café Colombo .....

### **ANEXO III**

A Geração Católica .....

### **ANEXO IV**

Manifestos publicados na imprensa gaúcha.

**Fig. I.** – Aos Intelectuais do Rio grande do Sul.....

**Fig. II.** – “**Pela Causa da Itália**”. Manifesto lançado por intelectuaes rio-grandenses solidarizando-se com a grande pátria de Dante no actual conflito euro-africano.....

**Fig.III.** – Nota publicada a Pedido.....

### **ANEXO V**

Matérias e fotografias publicadas na *Revista do Globo*.

**Fig. I.** – Tipos Abissínios.....

**Fig. II.** – Notícias do Front.....

**Fig. III.** – Charge do Natal de 1935.....

### **ANEXO VI**

Intelectuais negros de Pelotas .....

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>CAPÍTULO I: A crise etíope e o contexto internacional</b> .....	30
1.1 O imperialismo italiano na África Oriental (1880-1896).....	31
1.2 A Etiópia depois de Adowa.....	38
1.3 O nascimento da Sociedade das Nações.....	41
1.4 O pós-guerra e a ascensão do Fascismo.....	49
1.5 A “Questão Ítalo-Abissínia” e a crise européia.....	55
1.6 O conflito ítalo-etíope e a América Latina.....	77
<b>CAPÍTULO II: As elites intelectuais gaúchas, a imprensa e a Guerra da Etiópia</b> .....	88
2.1 As elites intelectuais no Rio Grande do Sul (1920-1930).....	89
2.2 O <i>Grupo do Café Colombo</i> .....	103
2.3 A Geração Católica.....	110
2.4 Manifestações políticas da intelectualidade.....	116
<b>CAPÍTULO III: Intelectuais negros em Pelotas</b> .....	166
3.1 Etiópia: um símbolo de africanidade .....	167
3.2 Intelectuais negros, jornalismo e a invasão da Abissínia.....	180
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	221
<b>FONTES</b> .....	227
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	229
<b>ANEXOS</b>	

## Introdução

Em 25 de abril de 2005, com o auxílio da UNESCO, o governo italiano devolveu à Etiópia o *Obelisco de Axum*. O monumento foi retirado do país africano e levado à Roma pelas tropas italianas em 1937 durante a ocupação fascista. A peça é uma estela funerária de 24 metros de altura, 160 toneladas e com cerca de 1.700 anos. Chegavam ao fim as negociações iniciadas em 1956 entre os dois governos.<sup>1</sup> Apesar de algumas declarações ríspidas por parte do governo italiano, como por exemplo, a do subsecretário do Ministério da Cultura Vittorio Sgarbi, de que o monumento seria melhor conservado permanecendo na Itália, a devolução se efetivou, sendo bastante festejada pela população etíope. O episódio concluiu também uma turbulenta história de relações entre Itália e Etiópia, que teve como ponto culminante a invasão e conquista do país africano, em 1935-1936, pelas tropas de Mussolini. Este foi, sem dúvida, um dos momentos mais tensos da política internacional no período pré-Segunda Guerra Mundial e ajudou a definir a crise da ordem de Versalhes e a falência da Sociedade das Nações (SDN) como órgão internacional responsável pela manutenção da paz e da segurança coletiva.<sup>2</sup>

A invasão italiana à Etiópia, iniciada em outubro de 1935, ampliou as tensões existentes entre as potências europeias advindas da partilha do continente africano. As disputas coloniais na África faziam parte dos planos de expansão dos Estados fascistas, que, somados a outros fatores, levariam à Segunda Guerra Mundial. A Itália já possuía colônias na Líbia, Somália e Eritreia, e almejava anexar a Etiópia (também conhecida como Abissínia), desrespeitando o pacto firmado pela SDN e desafiando a hegemonia anglo-francesa na África Oriental. O imperialismo europeu do final do século XIX já havia confrontado estes dois países: em 1896 os etíopes, sob o comando do rei Menelik II, expulsaram os italianos da Etiópia, em uma batalha considerada uma das maiores derrotas de um exército europeu na África.<sup>3</sup>

A campanha da Itália fascista na África Oriental gerou ampla repercussão mundial e dividiu a opinião pública em diversos países. O país latino enfrentou a

---

<sup>1</sup> Sobre as negociações entre os governos da Itália e Etiópia para a devolução do Obelisco de Axum ver <http://whc.unesco.org/en/news/116>, acesso em fev. 2007.

<sup>2</sup> GALLARDO, Freddy Vivas. Conflicto italo-etíope. In: *Venezuela en la Sociedad de las Naciones, 1920-1939: descripción y análisis de una actuación diplomática*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1981. p.287.

<sup>3</sup> AKPAN, Monday B. Libéria e Etiópia, 1880-1914: sobrevivência de dois Estados africanos. In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). *História Geral da África vol. VII*. Paris: Ática/Unesco, 1985. p.285

resistência inglesa na SDN, acompanhada pela França e pela neutralidade dos EUA. Procurando o apoio, entre outros lugares, na América Latina, o governo italiano se empenhou em divulgar seus argumentos e justificativas para uma intervenção na Etiópia junto à imprensa, aos meios diplomáticos e à opinião pública, em países como Brasil, Argentina, Chile e Peru. O episódio gerou mobilização em diversos grupos sociais nos países latino-americanos, como a intelectualidade, as elites políticas, a Igreja, as organizações operárias, os núcleos de imigrantes de origem italiana e as comunidades de afro-descendentes, entre outros. No Brasil, a imprensa cobriu detalhadamente todo conflito e inúmeros jornais do país recebiam material produzido pelo *Ministeri de Afferi Estero*, assim como subvenções que garantissem sua publicação. Da mesma forma, a Grã-Bretanha e os EUA buscavam se contrapor a crescente influência italiana na região, fornecendo, eles também, material publicitário de apoio à Liga e à causa etíope. No Rio Grande do Sul, a polêmica foi igualmente forte. Em outubro de 1935, um grupo composto por escritores, políticos, profissionais liberais, artistas e funcionários públicos fez publicar no *Diário de Notícias* um manifesto intitulado *Aos Intelectuais do Rio Grande do Sul*, condenando a invasão italiana na Abissínia, posicionando-se contra o nazismo alemão e defendendo os princípios de liberdade de expressão e de pensamento.<sup>4</sup>

A polêmica a respeito da invasão da Etiópia atingiu seu ápice em novembro de 1935, a partir da decisão da SDN em aplicar sanções econômicas contra a Itália, considerada a agressora no conflito. Neste momento, os órgãos de propaganda fascista tentaram explorar tal episódio através da distribuição de grande quantidade de material jornalístico favorável à Itália. Da mesma forma, o governo italiano buscou organizar os núcleos de imigrantes residentes na América Latina na tentativa de influenciar os governos locais e a opinião pública acerca do episódio. A comunidade italiana do Rio Grande do Sul também participou dos protestos contra as sanções. Em nota publicada em dezembro de 1935, no *Correio do Povo*, o engenheiro Guido Baggio conclamava todos os ítalo-brasileiros a participarem da campanha iniciada na Itália contra as sanções econômicas, episódio que ficou conhecido como a “coleta do ouro”.<sup>5</sup> Dentro desse

---

<sup>4</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 15 de outubro de 1935. p.2. O manifesto possuía um caráter marcadamente anti-fascista, denunciando a queima de livros promovida pelos nazistas na Alemanha e a censura praticada pelos governos autoritários europeus à imprensa e aos intelectuais.

<sup>5</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15 de dezembro de 1935. p.2. Trata-se do protesto contra as sanções econômicas impostas pela Liga das Nações em função da invasão, uma vez que a Etiópia também era membro da Liga. O governo italiano iniciou uma coleta de alianças e medalhas de ouro em todo o país e nas colônias espalhadas pelo mundo.

quadro de entusiasmo e protesto em favor da “Pátria-Mãe”, foi publicado, em janeiro de 1936, também no *Correio do Povo*, outro manifesto, agora apoiando à invasão da Etiópia e o governo de Mussolini, por um grupo identificado como “intelectuais gaúchos”. No conjunto das assinaturas constam os nomes de importantes figuras da cultura no estado, como Dante de Laytano, Moysés Vellinho e Athos Damasceno, entre outros.<sup>6</sup>

Por outro lado, fato notável e pouco trabalhado pela historiografia brasileira foi que a Etiópia representou um elemento importante na reconstrução da identidade dos descendentes de africanos no Brasil (e de forma mais geral, na América). A Etiópia, na época, era a única nação autóctone independente da África negra.<sup>7</sup> As comunidades afro-americanas faziam constante referência a este país, fossem de caráter religioso, fossem de caráter político propriamente dito. A resistência etíope diante do colonialismo europeu e mesmo a idéia de um “Império Africano” tornaram a Etiópia um símbolo de ‘africanidade’, de ancestralidade e de autodeterminação para os negros do novo mundo, como assinala GERMANO:

A Etiópia estabelece uma relação com o passado africano, mas não com qualquer passado. Um passado africano forte, resistente, vencedor, que é atualizado através da lembrança da Etiópia no presente [...].<sup>8</sup>

A agressão italiana à Abissínia gerou uma mobilização internacional dos descendentes de africanos. Nos EUA, na Inglaterra, nas ilhas do Caribe e no mundo colonial africano foram realizados numerosos protestos contra a chamada ‘guerra de conquista’, comandada por Mussolini contra o império etíope. No Brasil, a nascente ‘imprensa negra’ também denunciou a campanha na África Oriental e noticiou regularmente o andamento das hostilidades, procurando incentivar o engajamento pró-Etiópia entre os negros brasileiros. Em São Paulo, houve inclusive a colaboração de antifascistas italianos e afro-brasileiros em atividades de oposição à guerra.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> “Pela causa da Itália”: Manifesto lançado por intelectuais rio-grandenses solidarizando-se com a grande pátria de Dante no atual conflito africano. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 21 de janeiro de 1936. p.7.

<sup>7</sup> AKPAN, Monday B. Op. cit. p.281. A Libéria, pequeno estado fundado por negros norte-americanos na costa ocidental africana, também manteve sua independência política durante o período entre-guerras, apesar de sofrer pressão e influência direta das potências européias em seus assuntos internos.

<sup>8</sup> GERMANO, Íris Graciela. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, Porto Alegre, 1999. p.262. A autora analisou em seu trabalho os negros e o carnaval das décadas de 1930 e 1940 em Porto Alegre, onde é evocada a imagem da Etiópia no sentido descrito acima.

<sup>9</sup> BERTONHA, João Fábio. *O Fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p.319.

No Rio Grande do Sul, entre as comunidades negras que reconheciam a Etiópia como referência ao continente de origem, destacaram-se os responsáveis pela produção do jornal *A Alvorada*, de Pelotas (1907-1965). Este periódico foi um dos mais importantes da chamada “imprensa negra” do período. Juntamente com *O Exemplo* (1892), de Porto Alegre, *A Cruzada* (1905), também de Pelotas, a *Revolta* (1925), de Bagé, e *A Navalha* (1931), de Santana do Livramento, o semanário *A Alvorada* desempenhou um papel pioneiro no que se refere à produção e circulação de jornais endereçados às comunidades negras do estado, até a primeira metade do século XX.<sup>10</sup> Esses periódicos, no entanto, enfrentavam toda sorte de dificuldades para manter-se em circulação sem interrupções. A maioria deles circulou por um breve período e encerrou suas atividades logo em seguida. Nesse sentido, *A Alvorada* foi uma exceção: o semanário circulou, com breves ausências, de 1907 a 1965, sendo o jornal negro de maior longevidade no Brasil. Durante o conflito ítalo-etíope, portanto, o jornal pelotense achava-se em plena atividade. Nele, podemos encontrar inúmeras referências à Etiópia, assim como um posicionamento por parte de seus autores a respeito da invasão da Abissínia, como destaca SANTOS:

Em 1935, quando a Etiópia foi invadida por italianos, sob o comando de Mussolini, recebeu apoio por parte dos articulistas do jornal que, alguns, colocaram-se à disposição para ir lutar pela liberdade daquele país africano.<sup>11</sup>

Ao longo do ano de 1935, os jornalistas responsáveis pelo periódico publicaram uma série de artigos inflamados, geralmente estampados na capa do jornal, denunciando as intenções imperialistas da Itália em relação à Abissínia e buscando manter informada a comunidade local a respeito da situação na África Oriental. Os dirigentes de *A Alvorada* procuravam juntar-se ao coro de protestos realizados pelas comunidades afro-americanas em favor da conservação da independência deste país, tão simbólico para os negros da diáspora. Constantemente eram publicadas no jornal notas sobre a mobilização nos EUA, no Brasil e na própria África.

O contexto político nacional, em meados dos anos 1930, encontrava-se marcado pela crescente polarização ideológica: as esperanças de transformação social e política depositadas no movimento revolucionário de 30 deram lugar a novos projetos,

---

<sup>10</sup> MELLO, Marco Antônio Lírio de. “Para o recreio da raça”, a imprensa negra no RS. In: *Cadernos Porto & Vírgula*. n.º 11. Porto Alegre, 1995. p.91.

<sup>11</sup> SANTOS, José Antônio dos. *Raiou “A Alvorada”*: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Pelotas: Editora Gráfica Universitária, 2003. p.167.

de cunho radical, que se opunham veemente tanto ao liberalismo das velhas oligarquias quanto ao novo governo provisório de Getúlio Vargas. De um lado, o avanço da extrema-direita através da expansão do Integralismo em todo o país; do outro, a formação de uma frente ampla antifascista, representada pela Aliança Nacional Libertadora, onde a ingerência do PCB era muito significativa. No mês de abril de 1935, o governo federal havia aprovado a Lei de Segurança Nacional, que viria a ser um importante instrumento institucional para a repressão dos chamados ‘extremismos políticos’. Assim, a ANL será colocada na ilegalidade em julho do mesmo ano, tendo como consequência mais imediata, os levantes de novembro. A intelectualidade gaúcha encontrava-se em meio a este fogo cruzado, aderindo ou opondo-se a algum destes projetos políticos. A censura e a perseguição política aos homens de letras que ousassem se manifestar contra o regime vigente se tornariam, a partir daí, muito comuns. Além disso, o governo brasileiro encontrava-se num delicado posicionamento em relação aos regimes fortes europeus: mantinha significativas relações comerciais com a Alemanha de Hitler<sup>12</sup>. Assim, o posicionamento dos intelectuais gaúchos diante da invasão e conquista da Etiópia, expressava, de algum modo, esse ambiente de inquietude que se instaurava no país, que nos anos seguintes resultaria na instauração do Estado Novo, a partir do golpe de novembro de 1937.

A partir da constatação de tais repercussões, o presente trabalho se propôs a entender como as ‘camadas letradas’ do estado, isto é, os segmentos formadores de opinião, reagiram diante da “Questão Ítalo-Abissínia”. Para realizar tal propósito, o trabalho enfocou dois grupos sociais distintos, mas que podem ser identificados como “intelectuais”, na sociedade riograndense. O uso do conceito *intelectual*, no entanto, merece algumas especificações de ordem teórico-metodológicas no que tange a sua definição, sua abrangência, seus critérios de hierarquização e suas diferenciações internas.

O termo “intelectual” – no sentido substantivo – teve seu uso inaugurado na cultura francesa da modernidade, a partir do célebre *Affaire Dreyfus*. No episódio, uma série de escritores, professores, profissionais liberais, cientistas e letrados em geral, protestava pela revisão do processo contra o ex-capitão, de origem judaica, Alfred Dreyfus, acusado pelas autoridades militares francesas de espionagem a favor dos

---

<sup>12</sup> Sobre a diplomacia do governo Vargas e as relações comerciais entre o Brasil e o III Reich, ver: HILTON, Stanley E. *O Brasil e as Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; e SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003.

alemães. Com o título de “Protesto dos Intelectuais”, esses ativistas publicaram um abaixo-assinado na revista *L’Aurore*, em 14 de janeiro de 1898. A partir daí, as camadas letradas da sociedade francesa se viram divididas em *dreyfusard* e *anti-dreyfusard*, isto é, os que se somaram ao protesto em apoio ao capitão e os que se opuseram a ele, dando início a uma inflamada polêmica nacional.<sup>13</sup>

Este marco da participação dos ‘homens de cultura’ na política teve desdobramentos bastante significativos no decorrer do século XX e acabou por moldar as típicas formas de intervenção dos intelectuais na política. Desde então, imagem do intelectual crítico e defensor de valores universais e/ou humanistas, como a justiça, a liberdade e a democracia, se cristalizou na cultura ocidental. Em alguns casos, tal identificação tornou-se tão rígida, que chegou a negar a existência de ‘intelectuais conservadores’. Da mesma forma, eram acusados de traição os pensadores que tomassem partido nas discussões políticas nacionais, entregando-se às paixões ideológicas em detrimento dos valores iluministas mencionados acima.<sup>14</sup> A trajetória desse grupo, ao longo século XX, mostrou que nem sempre os intelectuais se colocavam a favor de tais valores e que a própria idéia de sua ‘universalidade’ era uma construção ideológica historicamente determinada. Como afirmou Wilhelm Hofmeister, “a experiência ensina que os intelectuais também põem seus conhecimentos a serviço de exclusivos e particulares interesses nacionais, populares, raciais ou de classes sociais.”<sup>15</sup> Com isso, a definição de intelectual nos moldes clássicos do caso Dreyfus, parece de aplicação inadequada a realidades históricas diversas. No mais, o uso indiscriminado do termo, em algumas ocasiões, acabou por banalizá-lo, esvaziando seu sentido ou promovendo generalizações demasiadas e reducionistas.

A historiografia francesa tem se dedicado, em especial, ao estudo destes personagens nos últimos 30 anos. Tal modalidade ficou conhecida como “história dos intelectuais” e teve seu desenvolvimento associado à renovação da história política, empreendida na França a partir do fim da década de 1970. A volta da biografia como gênero legítimo de narrativa e de perspectiva histórica, assim como a reabilitação do estudo das elites e da história recente, ajudaram a tirar a história dos intelectuais do

---

<sup>13</sup> WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000. p.22-56.

<sup>14</sup> O livro de Julien Benda (*A Traição dos Clérigos*, publicado em 1927) é emblemático na defesa de uma concepção de intelectual como guardião do conhecimento, da tradição e dos princípios humanistas ocidentais.

<sup>15</sup> HOFMEISTER, Wilhelm. In: MANSILLA, H. C. F. et al. *Os intelectuais e a política na América Latina*. Cadernos Adenauer IV, n° 05. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p.7.

“ângulo morto” da disciplina.<sup>16</sup> Na década de 1980, veremos um desenvolvimento considerável deste campo. O resultado de tal desenvolvimento foi tornar a história dos intelectuais um campo de investigação autônomo e dotado de legitimidade. Entre os trabalhos mais importantes, podemos mencionar a obra de Christophe Charle sobre o próprio *Affaire Dreyfus*, intitulada *La naissance des “intellectuels” – 1880-1900*<sup>17</sup>. Jean-François Sirinelli também se debruçou sobre o tema, em livros como *Intellectuels et passions françaises*<sup>18</sup>, entre outros. As contribuições da sociologia nessa caminhada foram fundamentais. A disciplina ajudou os historiadores a efetuar uma ‘cartografia dos intelectuais’, reconstituindo as redes de sociabilidade, os processos de filiação, as gerações e os espaços institucionais que constituíram estes grupos.<sup>19</sup> Contudo, os problemas de classificação e conceitualização ainda se colocam frequentemente diante dos pesquisadores e uma delimitação precisa se torna necessária. Além disso, as peculiaridades nacionais e regionais exigem que, ao lado de uma definição geral, se precise as principais variáveis que constituem e determinam o papel e a inserção destes personagens como atores históricos, num processo de inflexão do político, do social e do cultural.<sup>20</sup>

No Brasil, a história dos intelectuais ainda é um campo recente. Foram principalmente os sociólogos e os cientistas políticos que se ocuparam do tema. Dois trabalhos estabeleceram as principais linhas de investigação, tendo como objeto a relação dos intelectuais com o poder. Em *Intelectuais à brasileira*<sup>21</sup>, Sérgio Miceli tem como método de análise o uso de memórias e biografias de alguns dos principais autores e pensadores do período, que vai desde a proclamação da república até a década de 1930. Através de um amplo cruzamento de dados biográficos com a produção intelectual e com a atividade política desses personagens, Miceli busca apresentar as trajetórias dos maiores nomes do período denominado pré-modernismo. Neste quadro, o autor faz uso do conceito de “capital de relações sociais”, para demonstrar como as redes de contatos e até mesmo a profissão ou o parentesco são elementos decisivos nas

---

<sup>16</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p.233.

<sup>17</sup> CHARLE, Christophe. *La naissance des “intellectuels” – 1880-1900*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1998.

<sup>18</sup> SIRINELLI, Jean-François. *Intellectuels et passions françaises: Manifestes et pétitions au XXe siècle*. Paris: Fayard, 1990.

<sup>19</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em Questão. In: LOPES, Marco Antônio (org.) *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p.16.

<sup>20</sup> CHARLE, Christophe. *Los intelectuales em el siglo XIX*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2000. p.XVI.

<sup>21</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

trajetórias dos autores analisados. Neste trabalho, Miceli sustenta, por exemplo, que a carreira literária foi assumida por estes indivíduos em razão de certos determinantes sociais, como a maior convivência com as mulheres da família, a doença, a orfandade precoce e certos estigmas sociais como raça, surdez e gagueira, entre outros. Por um lado, este diagnóstico pode soar um tanto mecânico, apesar do autor apresentar um volume grande e detalhado de dados. Para Sérgio Miceli, o relativo êxito dos intelectuais nesta carreira se deve à sua coincidência com o desenvolvimento, na época, das “burocracias intelectuais”: a grande imprensa, as instituições políticas, as organizações partidárias e etc.

Daniel Pécaut, por sua vez, defende na obra intitulada *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*<sup>22</sup>, que os intelectuais dos anos de 1930-45 tiveram, como principal projeto, a centralização político-administrativa. Estes partiam da perspectiva de que estariam cumprindo uma “missão”: formar a nação brasileira. No período posterior (50-60), a geração seguinte teria como meta integrar o “povo” a esta nação, seja através de reformas ou pela revolução política e social propriamente dita. Através do conceito de cultura política, o autor buscou avaliar três pontos considerados essenciais por ele: o papel dos intelectuais como classe dirigente (uma auto-atribuição), a representação do “fenômeno político” e a articulação entre o campo intelectual e a esfera política.

Existem outras obras de relevo tendo os intelectuais como objeto de análise, muitas delas produzidas por historiadores, mas, apesar dos recentes avanços, é preciso afirmar que esse é um campo ainda relativamente pouco explorado na historiografia brasileira.<sup>23</sup> Da mesma forma, muita atenção foi dada as elites intelectuais do centro do país, resultando em algumas lacunas importantes sobre a atuação desses personagens em nível regional e/ou local.

Depois de um rápido balanço sobre a chamada ‘história dos intelectuais’, é necessário estabelecer os parâmetros de análise e os referenciais teóricos presentes nesse trabalho. Para pensar o conceito de “intelectual”, utilizou-se, então, duas definições de caráter complementar. A primeira é ampla e propõe um recorte sócio-

---

<sup>22</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>23</sup> Entre as recentes contribuições de historiadores e sociólogos brasileiros para uma História dos Intelectuais, podemos citar: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000; BASTOS, Elide Rugai (org). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003; e PRADO, Maria Emilia. Joaquim Nabuco, a questão nacional e os intelectuais do império do Brasil. In: *Latinoamerica Revista de Estudios Latinoamericanos*. Cidade do México, v. 39, 2004. p.95-113.

cultural. Entende os intelectuais como “criadores e mediadores culturais”, onde se incluiriam jornalistas, artistas, escritores, cientistas, filósofos, professores secundários, entre outros. Seymour M. Lipset também apontou nesse sentido ao afirmar que “consideramos intelectuais [...] todos aqueles que criam, distribuem e empregam cultura – esse universo de símbolos que compreende a arte, a ciência e a religião.”<sup>24</sup> Obviamente, esta aceção alarga de forma demasiada a porção da sociedade que pode ser chamada de ‘intelectual’, o que gera a necessidade de critérios de hierarquização e diferenciação no interior do estrato. O próprio autor propôs que se distinguissem dois grupos entre os intelectuais: os “criadores de cultura” e os responsáveis pela sua distribuição.<sup>25</sup> Esta aceção, de caráter sociológico, dá ênfase ao que podemos chamar de “categorias sócio-profissionais”, o que nos remete a pensar no intelectual a partir de sua origem social, sua formação, sua carreira, seus espaços institucionais, suas hierarquias internas, etc. Contudo, Pascal Ory e Jean-François Sirinelli afirmam que a definição larga, baseada num critério estritamente funcional, ainda comportaria problemas: “de círculos em círculos, atingir-se-ia as estatísticas soviéticas, de acordo com as quais, estas atividades, estendidas a qualquer tecno-estrutura, são praticadas por cerca de um terço da população”.<sup>26</sup> Assim, os autores sugerem que o caso Dreyfus, em seu caráter fundador, aponta para um segundo critério que busca definir o intelectual a partir de suas formas específicas de intervenção na sociedade.

Essa segunda definição aponta para a noção de engajamento. Como destaca Jean-François Sirinelli, a noção de engajamento define o intelectual como ator na esfera do político.<sup>27</sup> O autor afirma que “o intelectual não se define mais então pelo que é, uma função, um estatuto, mas pelo que faz, a sua intervenção sobre o terreno da política, compreendido na aceção de debate sobre a ‘cidade’”<sup>28</sup>. Da mesma forma, Wilhelm Hofmeister sublinha a condição do intelectual como eminentemente política, pois

sua vocação é orientar a conduta da sociedade com base em certos padrões e valores culturais e definir objetivos e a abrangência do

---

<sup>24</sup> LIPSET, Seymour Martin. *apud* BODIN, Louis. *Os Intelectuais*. Lisboa: Arcádia, 1971. p. 21.

<sup>25</sup> *Idem*. p.22.

<sup>26</sup> ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. *Les Intellectuels en France: De l’affaire Dreyfus à nos jours*. Paris: Éditions Perrin, 1994. p.12. Christophe Charle aponta na mesma direção ao afirmar que “dentro desses grupos da sociedade que possuem um capital intelectual acima da média e que, em consequência, cabe considerar intelectuais segundo uma concepção sociológico-funcionalista simplificada em seu sentido atual, só uma pequena parte participa dos debates do momento ou se define em relação aos mesmos”. CHARLE, Christophe. *Op. cit.* 2000. p.XXII.

<sup>27</sup> SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: REMOND, René (org) *Op. cit.* p.242-243.

<sup>28</sup> ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. *Op. cit.* p.13.

desenvolvimento social. Nesse sentido, os intelectuais cumprem uma função política na medida em que a política é a arte de organizar a convivência em uma sociedade.<sup>29</sup>

A questão do engajamento, portanto, nos remete a pensar que os intelectuais nunca se mantêm indiferentes ao mundo que os cerca, ou melhor; que a própria indiferença é uma postura detentora de significação política. O posicionamento em relação à “cidade” pode ser de caráter reacionário, conservador, reformista ou revolucionário. Não é seu teor que qualifica o indivíduo como intelectual. Todas estas posturas representam a defesa de um ponto de vista, de um projeto político, seja ele declarado ou não. Portanto, como completa BOUDIN, “não há intelectual que não assuma posições implícitas ou explícitas em relação à sociedade em que vive e não basta que uma pessoa tome posições (políticas) para ser qualificada de intelectual”.<sup>30</sup> Dessa forma, a figura do intelectual crítico como única postura possível é, na verdade, um falso problema. Existem inúmeros exemplos concretos capazes de refutar essa definição. O caráter das ‘castas letradas’ nas sociedades tradicionais do extremo-orient, onde a instrução é monopolizada por um pequeno grupo em face a uma massa de iletrados, é apenas o exemplo mais visível.<sup>31</sup>

Assim, o intelectual é um homem da cultura que se coloca em situação de homem da política. Esses “*men of ideias*”, se caracterizam por possuírem um status, uma função – definida na acepção sociológica – mas esta é “transcendida por uma *vontade* individual, como na definição ética, e voltada para um *uso* coletivo”.<sup>32</sup> Podemos dizer então que os intelectuais são atores sociais que, pelo exercício da cultura, ganham influência e autoridade no debate público. Mas o reconhecimento dessa autoridade dos intelectuais por parte do restante da sociedade civil não possui um caráter estático ou incontestável, como destaca REIS FILHO: “Sem dúvida, os intelectuais têm um *status* social, mas este deixa de ocupar um lugar central quando eles assumem uma perspectiva coletiva no interesse da Cidade.”<sup>33</sup> Em outras palavras, o intelectual é uma espécie de ‘especialista’ que coloca suas aptidões e conhecimentos a serviço de interesses coletivos. Os intelectuais geralmente se encontram identificados junto aos valores centrais de determinada sociedade e, por vezes, atuam como uma

---

<sup>29</sup> HOFMEISTER, Wilhelm. In: MANSILLA, H. C. F. et al. Op. cit. p.7.

<sup>30</sup> BODIN, Louis. Op. cit. p.26.

<sup>31</sup> Idem. p.22-23.

<sup>32</sup> ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. Op. cit. p.15.

<sup>33</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão (org). Op. cit. p.12.

espécie de ‘consciência’ da mesma. Dessa forma, o conceito de intelectual possui uma mobilidade histórica, isto é, ultrapassa o contexto e as circunstâncias em que foi forjado. Como Jacques Le Goff muito bem demonstrou, podemos identificar grupos que exerciam esse papel na sociedade, pelo menos, desde a Idade Média.<sup>34</sup>

Obviamente não é possível tratar os intelectuais como um grupo homogêneo. Muitas vezes eles possuem uma origem social bastante diversificada, assim como uma formação educacional, religiosa e/ou perspectivas políticas, intelectuais e estéticas das mais diversas, impossíveis de apreender a partir de critérios que não levem em consideração a vontade, a liberdade ou a originalidade destes indivíduos. Assim, não existe um “poder intelectual”, que interfere na sociedade de forma compacta e uniforme. Porém, a partir dessa dupla definição (funcional e política), pode-se afirmar que existe uma “sociedade intelectual”, reconhecida pelo restante do corpo social, auto-reconhecida e com formas específicas de intervenção no campo político.<sup>35</sup> As principais delas serão os manifestos ou abaixo-assinados e os atos públicos. Isto significa que os intelectuais, ao intervirem na política, não o fazem à maneira dos políticos tradicionais. Sua intervenção é, em grande parte, feita através de uma perspectiva cultural. Essas considerações se aproximam do pensamento de Norberto Bobbio e sua definição de uma “política da cultura”, distinta da “política ordinária”, representada e praticada pelos políticos profissionais.<sup>36</sup> A intervenção intelectual na política é – ou almeja ser – sempre manifesta e reconhecida como tal. Sua legitimidade se baseia nessa diferenciação.

Apresentados os traços gerais que nos permitem identificar os intelectuais como grupo e o caráter de sua atuação política e intervenção na sociedade, vejamos a seguir, as peculiaridades deste grupo no interior da realidade latino-americana. Na América Latina, o papel dos intelectuais em relação à política e à sociedade sempre foi, segundo Wilhelm Hofmeister, bastante significativo. Para o autor, “existem poucas regiões no mundo onde se atribuí aos intelectuais, ao cientista, ao escritor e ao artista,

---

<sup>34</sup> Nesse sentido, ver LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. São Paulo: brasiliense, 1985.

<sup>35</sup> ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. Op. cit. p.15. Sobre esse ponto, CHARLE completa: “o espaço em que se produzem estes debates e as posições que neles se adotam – o campo intelectual – constituem o vínculo mediador que permite fazer uma nova exposição do papel dos intelectuais. Não podemos conceber este espaço em sua lógica sociocultural enquanto não o colocarmos em relação às mudanças sociais de caráter geral dentro do meio intelectual. E, ao inverso: só este espaço de lutas simbólicas nos dá acesso às questões sociais gerais que constituem o tema dos debates intelectuais. [...] A luta cultural, através da qual os intelectuais se definem em relação uns com os outros, ou uns contra os outros, é em última instância uma luta pelo poder simbólico ou cultural.” CHARLE, Christophe. Op. cit. 2000. p.XXII.

<sup>36</sup> BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997. p.103.

tamanha ascendência sobre a política e a sociedade como na América Latina.”<sup>37</sup> Ele indica, a seguir, os motivos de tal situação, afirmando que

Ante a tradicional debilidade que mostraram as instituições políticas no cumprimento de seu papel mediador entre Estado e sociedade, os intelectuais assumiram um papel fundamental na gênese e na difusão das idéias e dos símbolos socialmente relevantes desde a época da colônia até nossos dias.<sup>38</sup>

A situação geral da América Latina a respeito do universo político-cultural é caracterizada pela existência de uma pequena minoria educada, e uma vasta massa sem instrução alguma. Assim, “a retórica e o personalismo exerciam uma grande influência sobre o comportamento político.”<sup>39</sup>

Desde o fim do século XIX, a figura típica do intelectual latino-americano é a do *ensaísta*. Estes pensadores se preocuparam, sobretudo, com a questão da identidade coletiva nacional ou mesmo continental, com as formas de ordenamento social, com as relações com o velho mundo, com a herança ibérica, entre outros temas. Sua produção consistia em tratados político-históricos dotados de um grau significativo de liberdade estilística e formal, além de um enfoque multidisciplinar. A atração pelas ‘modas’ intelectuais e artísticas européias era uma constante. Entretanto, também é muito precoce a preocupação com questões referentes à originalidade do pensamento latino-americano (e de sua necessidade) e a singularidade do desenvolvimento histórico e social da região em relação à Europa ou ao hemisfério norte. O intelectual latino-americano, em algumas ocasiões, foi um misto de político, filósofo e artista ou mesmo cientista e poeta, situação característica de um baixo grau de especialização e institucionalização, tanto das ciências propriamente ditas, quanto das diversas modalidades artísticas. No Brasil, podemos citar como representantes típicos do ensaísmo, nomes como Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

O processo de industrialização iniciado em fins do século XIX na América Latina ganhou impulso com a Primeira Guerra Mundial. A nova realidade industrial gerou uma demanda por novos paradigmas explicativos. O desenvolvimento deu origem a uma sociedade urbana mais diversificada, que coexistia ainda com elementos

---

<sup>37</sup> HOFMEISTER, Wilhelm. In: MANSILLA, H. C. F. et al. Op. cit. p.8.

<sup>38</sup> Idem, Ibidem.

<sup>39</sup> Idem, Ibidem.

tradicionais. Os países latino-americanos vão em busca de suas raízes, de seus símbolos, de sua “natureza profunda”. No Brasil, este período é representado pelo surgimento de um “pensamento autoritário”<sup>40</sup>. Essa corrente terá seu auge nos anos de 1930, acompanhado pela ascensão do fascismo europeu e pela crise do liberalismo e das instituições democráticas. Nesse período, observa-se também a expansão das classes médias, uma ampliação significativa dos cargos no serviço público e um investimento do governo na educação, visando a formação de quadros para o corpo da administração estatal. Notadamente, este é um período em que os intelectuais interferem de fato na política, seja junto ao Estado, fornecendo seus princípios ideológicos e sua base de legitimação, seja através do engajamento e da defesa de um projeto político alternativo ao *status quo*.

Entretanto, apesar dos avanços significativos, até a década de 1960 o padrão de desenvolvimento e de institucionalização do meio intelectual no subcontinente foi relativamente baixo. A partir desta data, no entanto, podemos verificar uma profunda transformação do perfil destes personagens identificados como intelectuais, marcados agora pela especialização e pela vinculação, de forma predominante, ao meio acadêmico. O mundo cultural na América Latina se aproximará, então, dos parâmetros da América do Norte, onde já se verificava esse processo desde a virada do século XIX para o XX. Contudo, os intelectuais perderam um pouco seu protagonismo na esfera política e seu papel e atuação sofreu, gradativamente, um processo de dessacralização: “em poucas gerações, os intelectuais se transformaram de consciência crítica da nação em meros especialistas em legitimação”.<sup>41</sup>

Tendo definindo algumas breves características singulares à América Latina, voltemos, pois, aos dois grupos sociais contemplados no trabalho e que, a despeito de suas particularidades, foram identificados como portadores de uma função ou atuação intelectual na sociedade rio-grandense.

Em primeiro lugar, foram considerados os escritores que assinaram inúmeros artigos nos principais periódicos da capital gaúcha, analisando a situação política

---

<sup>40</sup> Autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos serão os principais expoentes do pensamento autoritário no período referido. Principalmente através de ensaios histórico-sociológicos, esses autores viriam criticar o modelo constitucional de 1891 e propor reformulações político-institucionais de caráter antiliberal para o país. Para mais informações, ver: LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um Pensamento Autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.343-374.

<sup>41</sup> MANSILLA, H. C. F. et al. Op. cit. p.17.

mundial e defendendo posicionamentos em relação ao conflito ítalo-abexim. Esses autores, como os próprios manifestos anteriormente mencionados deixam claro, se reconheciam como “intelectuais” e exerciam atividades relacionadas à cultura no estado. Eram pensadores, escritores, profissionais liberais e funcionários públicos que colaboravam regularmente na imprensa. Da mesma forma, este grupo possuía uma atuação política e, acima de tudo, tinha consciência de seu papel singular na sociedade.

O contexto social, econômico e cultural do Rio Grande do Sul revela algumas variáveis importantes na definição do tipo de intelectual que estamos abordando e quais os seus meios de atuação e socialização. O estado encontrava-se, durante os anos de 1920, em profunda recessão econômica e possuía poucos estabelecimentos de ensino superior. As instituições culturais não eram tão numerosas quanto as do centro do país. Como assinala CORADINI

numa situação de frágil institucionalização, ou, pelo menos, de dispersão da produção ou da transmissão da cultura erudita, até o início dos anos 1930, os principais pontos de aglutinação de intelectuais, no Rio Grande do Sul, encontram-se nos jornais, além de revistas de duração efêmera ou com público específico.<sup>42</sup>

Disso decorre que a definição da atividade intelectual e o perfil desse personagem, em nível local, são os seguintes:

além do critério geral de que o ‘intelectual’ é alguém que publica, as principais atividades reconhecidas como ‘intelectuais’ estão mais associadas à literatura e ao jornalismo, o que não exclui outras, tais como a de ‘historiador’, ‘ensaísta’, ‘filósofo’, ou mesmo ‘sociólogo’, nem o fato de que a maior parte dos ‘intelectuais’ do período, em termos de condições profissionais formais, fosse constituída de ‘profissionais liberais’ e de ocupantes de cargos públicos ou de organizações privadas, que quase nunca exerciam apenas uma única profissão, além de manterem algum engajamento político.<sup>43</sup>

O meio intelectual gaúcho no início dos anos trinta encontrava-se, então, em um período de constituição. As atividades ligadas à cultura tomarão impulso no Brasil e no estado a partir da industrialização e da centralização política empreendidas pelo governo

---

<sup>42</sup> CORADINI, Odacir Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: *Estudos Históricos*. n.32. Rio de Janeiro, 2003. p.28.

<sup>43</sup> Idem, *Ibidem*.

de Getúlio Vargas, depois de 1930. O jornalismo se expandirá sensivelmente, surgirá um “mercado do livro” mais significativo e as carreiras no funcionalismo público serão amplamente ocupadas por este nascente grupo intelectual. No caso do Rio Grande do Sul, veremos que, durante o Estado Novo – quando houve uma dilatação dos órgãos burocráticos e administrativos em todo o país visando promover uma maior integração nacional – grande parte da intelectualidade gaúcha estaria lotada em cargos no Estado, ligados ou não à área cultural. Muitos destes indivíduos tinham nesses serviços a sua principal atividade profissional.

No quadro de discussão e engajamento representado pela ‘crise etíope’, vemos a imprensa como um lugar de destaque para a expressão da intelectualidade rio-grandense. Além da utilização deste ‘espaço público’ para veicular seus respectivos manifestos, muitos dos artigos publicados nos editoriais dos principais jornais da capital eram assinados por nomes de destaque no cenário intelectual gaúcho (Telmo Vergara, Reynaldo Moura, Alcides Maya, Arlindo Pasqualini, entre outros).

O jornalismo gaúcho passava por transformações importantes desde a década de 1910. A incipiente industrialização e o investimento de capitais nessa atividade resultaram num impulso vigoroso em direção à profissionalização do negócio, até então dominado pela lógica político-partidária das disputas locais:

As quatro primeiras décadas do século marcaram precisamente esse processo de transição, através do qual se formou um novo regime jornalístico em detrimento não só da imprensa político-partidária, mas da própria imprensa literário-noticiosa, na medida em que sua ascensão simultaneamente inviabilizou a continuidade da base econômica e tecnológica em que esta última se sustentava.<sup>44</sup>

Assim, os veículos de comunicação impressos eram lidos por um número cada vez maior de pessoas, tendo um papel central na circulação e divulgação de informações e na formação da opinião pública. Dentro deste novo padrão jornalístico, algumas publicações se destacavam nessa época, “o *Correio* e o *Diário* definiram assim um novo regime jornalístico, cuja chave do fortalecimento foi a organização empresarial, como demonstra também o caso da famosa *Revista do Globo*”<sup>45</sup>. Nesses veículos, os intelectuais publicavam contos, resenhas, crônicas e assinavam artigos que tratavam sobre os mais variados assuntos, desde folclore, literatura e costumes, até política

---

<sup>44</sup> RÜDIGER, Francisco R. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p.54.

<sup>45</sup> Idem. p.61.

internacional. Assim, o foco da pesquisa, no que diz respeito à atuação deste grupo de intelectuais da capital, é a chamada “grande imprensa”, isto é, os principais jornais da capital, que circulavam em todo o estado e onde colaboravam regularmente os principais nomes da ‘elite intelectual gaúcha’: o *Correio do Povo*, o *Diário de Notícias* e a *Revista do Globo*.

O segundo grupo contemplado no estudo se refere aos jornalistas responsáveis pelo periódico *A Alvorada*, publicado na cidade de Pelotas. Estes articulistas possuíam um papel e uma inserção muito específica na comunidade negra local, assim como o jornal que editavam. Se colocavam como porta-vozes da comunidade afro-descendente e elaboravam estratégias visando incorporar os negros de forma positiva na sociedade local, através do combate ao preconceito racial e da valorização do trabalho, da educação e da instrução. A atuação destes personagens em seu contexto foi definida a partir do conceito de “intelectuais orgânicos”, desenvolvido por Antonio Gramsci. Para o autor,

cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.<sup>46</sup>

Na definição de SANTOS, o grupo de ativistas negros responsáveis pela produção do jornal pode se enquadrar na concepção de “intelectuais orgânicos”, pois, segundo ele, este conceito é aplicável

[...] aos indivíduos que, originários de uma classe ou fração desta, tomam pra si a tarefa, algo complexa, de organizar as idéias, anseios, questionamentos e problemas do grupo ao qual pertencem. Desta forma, os “intelectuais orgânicos” seriam intérpretes da vontade coletiva da comunidade à qual pertencem, teriam o papel de dirigir e encaminhar práticas objetivas e mobilizatórias que visassem a resolver os problemas ou a mudar uma realidade que lhes é desfavorável.<sup>47</sup>

O semanário foi fundado por um grupo de operários negros em 1907. O jornal era concebido por esses indivíduos como um instrumento de luta e organização enquanto grupo, o qual encontrava-se numa posição subalterna na sociedade pelotense:

---

<sup>46</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p.3.

<sup>47</sup> SANTOS, José Antônio dos. Op. cit. p.37.

além de negros, eram operários. Os intelectuais responsáveis pela publicação seguiam um ‘programa’ estabelecido em sua fundação, que propunha, principalmente, o combate à discriminação racial e a defesa do operariado pelotense. Nos anos de 1930, novos personagens se somaram ao projeto de *A Alvorada*: “Eram jovens sindicalistas, servidores públicos, trabalhadores autônomos e estudantes [...]”. Os novos protagonistas se engajaram na continuidade da implementação do programa, mas sua atuação diversificou as estratégias de mobilização da comunidade para atingir o objetivo proposto, além de ampliar o público leitor para além dos núcleos de operários negros: “O jornal *A Alvorada* recebeu, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, o reconhecimento por parte da sociedade pelotense do trabalho desenvolvido através de suas páginas.”<sup>48</sup> Isso se deu em função dos colaboradores e diretores do jornal, a partir dos anos 30, se interessarem e publicarem assuntos que iam além de uma preocupação exclusiva com as questões raciais e locais. Alguns exemplos disso foram as publicações a respeito da “Campanha do Petróleo é Nosso”, da Segunda Guerra Mundial e da própria invasão da Abissínia.<sup>49</sup>

No caso de *A Alvorada*, embora se tratando de um periódico de menores proporções e orientado para um público específico (a comunidade negra), o jornal foi representativo no contexto da cidade. Como já foi destacado anteriormente, o jornal circulou com pequenas interrupções, de 1907 a 1965. O estudo dessa fonte forneceu uma nova dimensão à pesquisa, uma vez que possibilitou a análise da natureza e caráter da ‘identidade africana’, a qual a Etiópia era o símbolo e que constantemente foi referida na publicação.<sup>50</sup>

Se torna indispensável ressaltar também, que os espaços que os negros ocupavam no sentido de poderem se expressar e serem ouvidos, nos anos de 1930, eram muito reduzidos. Da mesma forma, o acesso a informações sobre a África, os EUA e outros países onde havia importantes coletividades afro-descendentes era bastante restrito. Sobre a difusão das notícias de guerra e do cenário internacional, SANTOS observa que

---

<sup>48</sup> Idem. p.82.

<sup>49</sup> Idem, Ibidem.

<sup>50</sup> Segundo SANTOS, “Os negros pelotenses, conforme se percebe no jornal, acreditavam fazer parte de uma “raça etiópica”, pois eram descendentes da Etiópia, símbolo de resistência e liberdade para os negros e africanos espalhados pelo mundo [...]”. Idem. p.37. Veremos que, na verdade, existem diferentes matrizes históricas que originaram esta identidade e que as referências à Etiópia feitas pelos negros pelotenses e, de forma mais geral, pelos afro-americanos, não podem ser atribuídas exclusivamente à resistência desse país face ao colonialismo europeu.

[...] os redatores e articulistas do *A Alvorada* sempre estiveram atentos aos problemas enfrentados por negros no Brasil, África e Estados Unidos principalmente, demonstrando que eram sensíveis à situação dos “homens de cor” nos outros países. É claro, no entanto, que eram reféns das notícias veiculadas nos jornais, revistas e rádios a que tinham acesso, porém isto não caracterizava falta de senso crítico.<sup>51</sup>

Ao optar por restringir o trabalho a esses dois grupos sociais particulares, excluiu-se um terceiro, de fundamental importância: os imigrantes italianos da região da Serra Gaúcha. Como já foi mencionado, a Guerra da Abissínia teve grande repercussão na região e as coletividades de origem italiana se mobilizaram de forma significativa a favor da Pátria-Mãe. Certamente poderíamos identificar um grupo com traços intelectuais e com alguma atuação nesse contexto. A existência de diferentes periódicos que circulavam na região colonial nessa época, como por exemplo, *O Stafetta Riograndense*, *O Imigrante* e *O Bandeirante*, sem dúvida, oferecem material para uma análise nos mesmos moldes da efetuada sobre a elite intelectual porto-alegrense e os intelectuais negros de Pelotas a partir da imprensa.<sup>52</sup> Porém, principalmente em função de limitações de espaço e tempo (trata-se de uma dissertação de mestrado), acreditamos não ser possível realizar um estudo sistemático, profundo e rico sobre este contexto em tempo hábil.

No mais, a repercussão da guerra da Abissínia em meio aos colonos de origem italiana no Rio Grande do Sul, por si só, forneceria material para um trabalho completo e independente. É intenção do presente estudo, avançar nesse sentido. A realização futura desta pesquisa proporcionaria uma visão mais completa das reações de determinados grupos ao episódio, no estado. Tal iniciativa talvez retirasse da guerra da Etiópia o estatuto de ‘mero antecedente’ da crise europeia e da Segunda Guerra Mundial que, por vezes, sequer é mencionada nos livros didáticos ou mesmo nos trabalhos especializados sobre o assunto.

---

<sup>51</sup> Idem. p.106.

<sup>52</sup> O trabalho de VALDUGA, sobre a construção da ‘identidade do imigrante’ a partir dos jornais da região de colonização italiana apresenta um pequeno subcapítulo sobre a invasão da Abissínia. Nele, o autor analisa as matérias veiculadas no jornal *Staffetta Riograndense* durante a guerra ítalo-etíope e traça algumas relações entre o Catolicismo e o Fascismo italiano nesse contexto. No entanto, como não se trata do foco principal do trabalho, ficam muitas questões a serem exploradas sobre a temática. Ver: VALDUGA, Gustavo. *"Paz, Itália, Jesus": uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em História/PUCRS. Porto Alegre, 2007.

Tendo procurado apresentar os grupos sociais estudados, em suas linhas gerais, cabe agora definir alguns procedimentos de ordem metodológica referentes ao estudo dos intelectuais e do uso da imprensa como fonte de investigação histórica.

Para entender de forma mais abrangente os posicionamentos e projetos políticos de determinados personagens ou grupo de personagens, convém acompanhar suas trajetórias no cenário público e privado. Esta incursão na biografia dos indivíduos estudados foi sugerida por Jean-François Sirinelli, como um valioso instrumento de análise para a história dos intelectuais. A reconstrução dos “itinerários” destes pensadores permite vislumbrar o processo de constituição de uma personalidade política, de escolhas ideológicas, de meios de atuação e de verdadeiras redes sociais onde o intelectual é reconhecido e reconhece seus pares. Porém, como o próprio Sirinelli alerta, “de fato, se os itinerários desde já apresentam, com bastante frequência, sérios problemas de reconstituição, ainda mais complexas são as questões de interpretação.”<sup>53</sup> Dessa forma, o trabalho se concentrou nos aspectos referentes aos espaços institucionais que formaram os dois grupos intelectuais estudados, sua atuação política, enfocando a mobilização em entidades partidárias ou culturais, sua participação na administração pública, na elaboração de manifestos e/ou atos públicos, sua relação com o Estado e com a classe dirigente, entre outros aspectos importantes. A produção literária propriamente dita destes intelectuais (no caso das elites letradas da capital, em especial) foi referida dentro de um contexto mais amplo, não representando o foco principal do trabalho.

As chamadas “redes” ou estruturas de sociabilidade também são elementos importantes na reconstrução dos itinerários dos intelectuais como grupo. SIRINELLI afirma que “o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’ – na expressão de Jean-Paul Sartre – onde os laços se atam, por exemplo, em torno de uma revista ou do conselho editorial de uma editora.”<sup>54</sup> Assim, este trabalho buscou avaliar quais eram as “redes” que constituíram os grupos e como se dava sua atuação no interior das mesmas. As redações dos jornais, os núcleos editoriais e os órgãos representativos dos quais esses indivíduos participavam são exemplos de ‘lugares sociais’ que contribuem para a formação de determinado grupo e para a expressão de afinidades literárias, pessoais e/ou políticas.

---

<sup>53</sup> SIRINELLI, Jean-François. Op. cit. p.247.

<sup>54</sup> Idem. p.248.

O conceito de ‘geração’ também foi utilizado no trabalho, na tentativa de melhor definir os intelectuais enquanto grupo, distingui-los dentro de uma tradição – seja no sentido de continuidade ou ruptura – e compreender suas relações internas. Podemos entender o ‘fenômeno geracional’ como responsável pela constituição de uma ‘identidade’ entre um grupo de indivíduos de uma determinada faixa etária, sujeitos a experiências, impressões e influências comuns. Sobre o conceito de geração, SIRINELLI afirma que

Esses efeitos de idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu existência autônoma. Por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que marcam por toda a vida.<sup>55</sup>

No caso das gerações de intelectuais estudados, a maioria deles nasceu entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Assim, esses indivíduos estavam na faixa etária entre 20 e 30 anos quando ocorreu a Guerra da Abissínia. Ao analisarmos as características desse estrato social – e os eventuais subgrupos que podemos encontrar no interior dele – buscaremos compreender os mecanismos e referências que os constituem enquanto geração intelectual.

O trabalho com a imprensa como fonte de pesquisa também apresenta alguns pontos que merecem esclarecimento. Para analisar os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, por meio da imprensa, pelos grupos intelectuais abordados, foram selecionados artigos de diversos autores locais. Esses artigos tratam do assunto a partir do momento de sua eclosão (meados de 1935). As matérias são mais numerosas no período de julho de 1935 a março de 1936, datas que correspondem ao início dos debates na Sociedade das Nações, ao começo das hostilidades e às polêmicas manifestações da comunidade italiana, assim como à publicação dos manifestos atribuídos à intelectualidade, já referidos. Os típicos noticiários sobre a guerra foram excluídos da análise em função de serem matérias enviadas por correspondentes às

---

<sup>55</sup> Idem. p.255.

agências internacionais de informação e, portanto publicadas em jornais de todo o mundo (Londres, Paris, Roma, Genebra, etc). Estas matérias foram reproduzidas, principalmente, no *Correio do Povo* e no *Diário de Notícias* e possuem um caráter aparentemente informativo. Em geral, tratam da movimentação das tropas, pronunciamento de líderes militares e políticos, andamento das hostilidades, entre outros aspectos. Tais matérias também expressam, de alguma forma, posições políticas e estão carregadas de subjetividade, assim como qualquer produto da imprensa. Contudo, não há uma análise mais elaborada da situação bélica, limitando-se a uma descrição um tanto impessoal dos fatos. Os artigos da página editorial, pelo contrário, expõem opiniões, perspectivas e até mesmo posicionamentos em relação à guerra. Além do mais, eram produzidos por jornalistas locais e/ou colaboradores de outros jornais do país. Dessa forma, deixam mais explícitas as concepções políticas e valores defendidos por esses personagens.

A análise deste material se deu no sentido de observar as variações, oposições e semelhanças dentro de um método comparativo, buscando traçar as principais linhas de pensamento e os elementos que constituem uma determinada opinião ou posicionamento a respeito da questão. Como destaca Cláudio Elmir, é necessário um número significativo de fontes para a pesquisa com jornais:

E só é possível perceber regularidade na medida em que o pesquisador possa ter acesso a uma série de discursos que é a condição do estabelecimento da regularidade, da repetição ou, ao contrário da inconstância, da ocasionalidade e, talvez por isto, do necessário descarte.<sup>56</sup>

Para se realizar, efetivamente uma apreensão e análise do conteúdo dos artigos deve-se efetuar uma leitura minuciosa e detalhada do material, a fim de se perceber tais variáveis no corpo textual. Como alerta Cláudio Elmir, deve-se empreender uma “leitura intensiva”<sup>57</sup>, em oposição à leitura extensiva praticada diariamente pelos leitores empíricos do jornal, em sua época de circulação.

A análise efetuada neste trabalho pretende voltar-se para a compreensão do contexto social, mais do que para idéias políticas isoladas e discursos individuais. Em razão desse tipo de análise utilizou-se mais de um grupo social na pesquisa, o que possibilitou entender e explicar as diferentes significações imprimidas ao

---

<sup>56</sup> ELMIR, Cláudio P. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: Cadernos PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, dezembro, 1995 n° 13. p.23.

<sup>57</sup> Idem. p.21-22.

acontecimento, considerando distintos ‘lugares sociais’ por onde se efetuaram esses olhares. Além do mais, no caso dos jornalistas e colaboradores de *A Alvorada*, devemos levar em conta a perspectiva de uma “identidade étnica”, que norteará os juízos sobre o conflito e a própria relação destes indivíduos com a difusão de notícias sobre o mesmo.

O trabalho se coloca, portanto, como uma análise do posicionamento de grupos “formadores de opinião” com relação à crise internacional representada pela invasão italiana à África Oriental. Além disso, é importante dizer que a reflexão sobre esse acontecimento se deu em um contexto interno bastante conturbado, do ponto de vista político, social, econômico e cultural. Assim, o exame das concepções políticas das “classes pensantes” durante um período de significativa turbulência, como o entre-guerras, nos coloca diante de um quadro mais amplo de valores e de projetos políticos, repleto de nuances e detalhes que num primeiro momento não nos era possível perceber. Tal olhar permitiu compreender com maior nitidez os debates e questões que se apresentavam diante dos ‘homens de cultura’ de determinada época, da mesma forma tornou mais claro a lógica existente (ou mesmo a ausência desta) em certos posicionamentos públicos destes personagens.

Esclarecidos os princípios teóricos e metodológicos da pesquisa, resta ainda mencionar a divisão dos capítulos. O primeiro capítulo busca reconstituir o contexto histórico da invasão italiana à Etiópia através de um breve histórico das relações entre os dois países, desde fins do século XIX, até a conquista e ocupação do império africano. O capítulo também realiza uma avaliação da atuação da SDN ao longo dos anos 1920-1930, algumas considerações sobre a ascensão do regime fascista e suas conseqüências na política européia e mundial, e a inserção da América Latina e do Brasil no conflito ítalo-abexim. Para realizar tal objetivo, foi efetuada uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema.

No capítulo segundo o estudo se concentrou sobre a elite intelectual gaúcha e seus debates a respeito da “Questão Ítalo-Abissínia” junto aos principais veículos de imprensa do estado (*Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Revista do Globo*). Aqui, além de se observar o contexto de desenvolvimento do jornalismo riograndense e da formação de uma intelectualidade no estado, pretendeu-se fazer uma análise dos editoriais veiculados nesses órgãos, buscando entender quais concepções e argumentos são apresentados por seus autores, que projetos políticos eles expressam e qual a sua relação com a realidade mais imediata de seus enunciadores.

Por fim, no terceiro capítulo, se discutiu os artigos veiculados no semanário *A Alvorada*, publicado por intelectuais negros, em Pelotas. Se fez uma avaliação do papel da Etiópia como símbolo de africanidade, tentando elucidar qual a origem e natureza desta “identidade etíope” evocada em algumas ocasiões, buscando conexões com as demais manifestações afro-americanas de construção de pertencas étnica a partir desta mesma referência. Igualmente, se realizou a análise dos artigos publicados no jornal, buscando apreender qual o seu entendimento e impressão a respeito do conflito e que elementos constituem determinados posicionamentos políticos defendidos por parte de seus autores.

# Capítulo I

## A crise etíope e o contexto internacional

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o contexto internacional onde se desenvolveu o processo histórico que resultaria na invasão e conquista da Etiópia pelas tropas italianas, em 1935-1936. Inicialmente, é feita uma retrospectiva da presença italiana na porção oriental do continente africano desde as últimas décadas do século XIX. Esse movimento se insere num cenário mais amplo: a corrida imperialista pela partilha da África, onde as principais potências europeias dividiram entre si a quase totalidade do continente, formando imensos impérios coloniais. A Itália, em sua tentativa de equiparar-se às potências hegemônicas (Grã-Bretanha e França), se lançou na empresa colonial tentando anexar territórios na costa do Mar Vermelho. O fracasso dos italianos em conquistar o império etíope, em 1896, representou o fim deste impulso imperialista inicial e terá importantes conseqüências nas relações entre a Itália e a Etiópia a partir daí, assim como da primeira com as demais potências europeias.

A seguir, tratamos do surgimento da Sociedade das Nações (SDN), organismo que representou uma tentativa de ordenar o sistema internacional pós-Primeira Guerra e que teria um papel central na eclosão da crise ítalo-etíope de 1935. Aqui se discute o processo de constituição da instituição, a lógica interna de seu funcionamento e sua atuação durante as décadas de 1920 e 1930.

Depois será a vez de analisar o contexto histórico de ascensão do regime fascista na Itália. Dar-se ênfase à situação do país no pós-guerra, às condições de emergência do movimento fascista e ao caráter do imperialismo italiano sob sua direção. Não se pretende traçar um quadro detalhado dos componentes ideológicos do fascismo, assim como um histórico dos seus vinte anos no poder. O objetivo primeiro desta porção do estudo é entender como o fascismo concebeu a invasão da Etiópia no interior de sua política externa.

Para finalizar, faz-se uma exposição dos fatos que desencadearam a ação militar italiana na África Oriental: o incidente de Wal-Wal, as negociações na Liga das Nações, o posicionamento franco-britânico e a invasão propriamente dita. Também realiza-se uma leitura geral de como o episódio da agressão italiana influenciou os rumos da política europeia no pré-Segunda Guerra.

Antes de passarmos ao capítulo segundo, é necessário ainda analisar a inserção da América Latina no plano internacional, à época da crise ítalo-abexim. Busca-se investigar a presença e atuação do governo italiano junto aos países latino-americanos, o posicionamento oficial dos governos da região e as repercussões na opinião pública desses países. Com esta ampla reconstituição do contexto histórico em que se efetivou a ação italiana na Etiópia, podemos perceber e apreender, de forma mais nítida, qual o sentido das reações dos grupos intelectuais estudados diante deste fato e em que momento específico do conflito esses se manifestaram.

## 1.1 O imperialismo italiano na África Oriental (1880-1896)

A presença italiana na África Oriental teve início com a ação de missionários peninsulares que viajaram pela região divulgando o catolicismo e prestando serviços humanitários. O contato mais significativo deste período foi em 1869, quando o lazarista italiano Giuseppe Sapeto comprou de um sultão local o porto de Assab, no Mar Vermelho. Logo o porto foi adquirido pela companhia de navegação genovesa *Società Rubattino*, então interessada em explorar a região por conta da abertura do canal de Suez. Em 1882 o governo italiano adquiriu os direitos sobre a baía de Assab, tornando-se a primeira colônia italiana na região.<sup>58</sup> Inicialmente essa aquisição pouco significou para o governo da Itália e não foi acompanhada de outras medidas para garantir a posse do território.

O reino da Itália teve sua unificação política e, conseqüentemente seu processo de industrialização, tardios. Assim como a Alemanha bismarkiana, a Itália chegou atrasada à corrida colonial, restando-lhe regiões menos atrativas e de pouco valor se comparada às possessões inglesas (Egito, Sudão, Quênia, Rodésia, África do Sul, entre outros) e francesas (Argélia, Nigéria, Senegal e outros). A Itália, mesmo não figurando entre as potências de primeira ordem, com uma economia ainda débil e uma força militar modesta frente o poderio anglo-francês, se lançou à aventura colonial no início da década de 1880. A busca por vantagens econômicas, matérias-primas e, principalmente, terras para escoar seu excedente populacional somavam-se às idéias de grandeza nacional e de constituição de um “império italiano” no além-mar.

---

<sup>58</sup> CANDELORO, Giorgio. *Storia dell'Italia moderna*. Vol. VI. Milão: Feltrinelli, 1986. p.119 e 305. Para mais informações sobre a presença européia e a ocupação no chifre africano, ver Anexo I (mapa 1.2).

O imperialismo italiano teve seu apogeu durante o governo de Francesco Crispi (1887-1896).<sup>59</sup> Foi o empenho do Estado que redirecionou a ocupação da baía de Assab no sentido de um projeto de expansão colonial e de ocupação do interior. O problema populacional, a agitação social e a crise econômica da década de 1880 que arruinou a agricultura, somando-se à falta de unidade nacional entre o norte e o sul da península, pressionavam o país em busca de soluções que garantissem sua própria sobrevivência. A conquista de colônias no além-mar parecia ser a saída. A decisão do governo italiano de iniciar uma política de expansão colonial foi tomada em um momento de geral intensificação das conquistas por parte das potências européias, a qual se juntou também a Alemanha. Além disso, os políticos italianos consideravam que “uma política externa de prestígio e de conquista poderia distrair a opinião pública das dificuldades internas e frear o conflito social.”<sup>60</sup> Entretanto, não só a busca por prestígio e reconhecimento das demais potências justificava tal empreendimento. Existiam interesses econômicos bem claros em jogo: a indústria naval, a siderurgia e as fábricas de armamentos estimularam largamente a empresa colonialista, vendo nessa a possibilidade de lucros significativos e de expansão dos negócios.<sup>61</sup>

O interesse italiano na África já se manifestava entre as classes dirigentes desde, pelo menos, a década de 1870. CANDELORO afirma que alguns fatores favoreceram esse interesse: a existência de uma numerosa colônia italiana na Tunísia, a abertura do Canal de Suez em novembro de 1869 – que tirava da Itália a posição de principal intermediária comercial entre a Europa e o Oriente – a fundação da *Società Geografica Italiana*, em 1867, e os numerosos relatos de viajantes e missionários italianos que visitaram o continente africano na época.<sup>62</sup> Assim, com a iniciativa do governo, os italianos começaram a ocupar gradualmente áreas da África Oriental, situadas na costa do Mar Vermelho. A região era disputada por franceses e ingleses desde, pelo menos, a década de 1860.

Os italianos inicialmente se estabeleceram na Eritréia, em 1885, a partir da tomada do porto de Massawa. Dois anos depois, a Itália obteve do sultão de Zanzibar um protetorado sobre parte da costa leste do chifre africano, de onde se originou, em

---

<sup>59</sup> CAROCCI, Giampiero. *Storia d'Italia dall'unità ad oggi*. 7ªed. Milão: Feltrinelli, 1986. p.97-103.

<sup>60</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.312.

<sup>61</sup> Idem. p.311.

<sup>62</sup> Idem. p.117-118.

1892, a Somália italiana. Tendo ocupado algumas terras no litoral, os italianos irão planejar a ocupação do interior, chegando até a fronteira etíope.<sup>63</sup>

A Etiópia, sob o reinado de Tewodros II (1855-1868), reconquistou grande parte dos territórios do antigo império. O monarca centralizou o poder graças à modernização das forças armadas, que permitiu-lhe submeter os *ras* (chefes locais). Em 1867, porém, Tewodros II, que havia aprisionado súditos britânicos, foi derrotado por uma expedição inglesa e cometeu suicídio. Seu sucessor, Yohannes IV (1871-1889) continuou ampliando o território e realizou alianças com a Inglaterra na luta contra os mahadistas<sup>64</sup>, na fronteira do Sudão. Os ingleses, que ocupavam a costa do Mar Vermelho com tropas anglo-egípcias, tiveram que deslocá-las para o conflito sudanês em 1883. Através de um acordo com o almirante William Hewett, foi transferido o controle de parte da região para o soberano etíope e se garantiu à Etiópia o livre trânsito no porto de Massawa. Porém, logo em seguida, em 3 de fevereiro de 1885, os italianos tomaram o porto, com o consentimento da Inglaterra. Os ingleses favoreceram a ação italiana na intenção de que essa se tornasse um obstáculo para os franceses, seus principais adversários na partilha da África.<sup>65</sup> Em contrapartida, a Inglaterra reconhecia a proeminência italiana no chifre da África, desde que esta se mantivesse distante dos interesses britânicos no Nilo.<sup>66</sup>

A tomada de Massawa causou atritos com o monarca etíope. Apesar das declarações dos dirigentes italianos de que iriam garantir a liberdade de comércio no porto, o que se viu foi um embargo aos armamentos destinados ao imperador Yohannes (que enfrentava os mahadistas no Sudão e as tropas egípcias). Uma missão diplomática foi enviada à Etiópia e os dirigentes italianos afirmaram que a sua presença em Massawa era uma “operação direta” contra os mahadistas, que atacavam também o império etíope. Se garantiu à Yohannes IV que uma nova missão viria em seguida para colocar em prática os pontos acordados pelo tratado de Hewett.<sup>67</sup> Porém, em 24 de junho de 1885, um destacamento italiano ocupou Sahati, há cerca de 30 km de Massawa. Pouco depois, tomara a aldeia de Wia. O governante da província local, o *Ras*

---

<sup>63</sup> WESSELING, H. L. A Itália e o imperialismo. In: *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998. p.266-267.

<sup>64</sup> Os *mahadistas* eram membros de uma seita islâmica do Sudão liderada por Muhammad Ahamad, o *Mahadi* ('enviado divino'), que se insurgia contra o domínio anglo-egípcio na região. Para mais informações, ver: KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Vol. II, 3ªed. Mem Martins: Europa-América, 2002. p.56-61.

<sup>65</sup> AKPAN, Monday B. Op. cit. p.279.

<sup>66</sup> WESSELING, H. L. Op. cit. p.266.

<sup>67</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.325.

Alula, protestou, pois a região fazia parte do território do *Negus*. Mas os italianos ignoraram a advertência e continuaram progredindo, enviando tropas e construindo fortificações.<sup>68</sup>

Em janeiro de 1887, *Ras* Alula interceptou uma missão italiana na região de Gojjam e enviou um ultimato ao general Gené, em Massawa, exigindo a evacuação das tropas italianas de Sahati e Wia. Novamente o chefe etíope não obteve resposta. Iniciou então a preparação de seus exércitos. Em 26 de janeiro de 1887 as tropas etíopes massacraram o regimento italiano em Dogali. O destacamento de pouco mais de 500 oficiais foi surpreendido por 7.000 abissínios armados. Temendo uma guerra em uma região montanhosa e de difícil mobilidade, a Itália reagiu com medidas diplomáticas e militares, bloqueando a costa e apelando para a mediação da Grã-Bretanha.<sup>69</sup> A derrota, entretanto, gerou grande reação na Itália e pressionou a opinião pública contra o governo. Crispi declarou na ocasião: “Para começar, precisamos mostrar a esses bárbaros que somos fortes e poderosos.”<sup>70</sup> Em fevereiro de 1887 os deputados italianos aprovaram uma lei que destinava a quantia de 5 milhões de liras para financiar reforços na África.<sup>71</sup>

Enquanto a Itália lutava contra o imperador Yohannes, os líderes italianos buscavam alianças com os inimigos internos do *Negus*. Menelik, então governador de Shoa (região fronteiriça do império), rival do imperador e o mais forte candidato à sucessão do trono etíope, adquiriu grande quantidade de armamento e ajuda médica junto ao comando italiano. Com esse armamento, submeteu vários povoados ao redor de Shoa e ampliou significativamente seus domínios. Em troca da ajuda italiana, Menelik reconhecia o direito desses no planalto eritreu. Mas logo em seguida, as forças italianas começaram a colocar em prática seus planos de expansão e colonização na Etiópia.

Preparando-se para uma guerra com a Itália, Yohannes IV deslocou suas tropas que guarneciam a fronteira sudanesa, o que resultou numa nova ofensiva dos mahadistas nessa região. Mesmo tendo derrotado os invasores, o imperador foi morto em batalha a 9 de março de 1889. Esse fato determinou a divisão de seu exército. Na mesma época o país ainda passava por dificuldades internas, enfrentando a peste bovina e epidemias de varíola e cólera. Os italianos, aproveitando-se da situação, avançaram mais ainda no interior do império. Pouco antes de morrer, Yohannes havia designado como sucessor o

---

<sup>68</sup> Idem. p.326.

<sup>69</sup> AKPAN, Monday B. Op. cit. p.279-281.

<sup>70</sup> WESSELING, H. L. Op. cit. p.267.

<sup>71</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.327.

*Ras Mangasha*, seu filho. Porém, os chefes locais reconheceram Menelik como o novo soberano, principalmente em função de sua superioridade militar.<sup>72</sup>

As boas relações de Menelik com a Itália resultaram no tratado de “*Paz e Amizade Perpétuas*”, assinado em 2 de maio de 1889.<sup>73</sup> O tratado de *Wuchale* (nome da vila onde foi assinado) reconhecia Menelik como legítimo imperador da Etiópia. Em troca, este aceitava a soberania italiana na Eritréia e concedia-lhes algumas vantagens estratégicas e comerciais. O tratado possuía, no entanto, diferentes significados nas duas línguas em que foi redigido, especialmente no artigo 17, onde a versão em amárico estabelecia que a Etiópia *podia* recorrer à intermediação da Itália em seus assuntos com a Europa. A versão italiana do artigo estabelecia este critério como obrigatório, o que, de fato, transformava o império etíope num protetorado italiano.<sup>74</sup> Vários meses se passaram até que tal “mal entendido” viesse à tona. Menelik inclusive enviara seu primo e general, o *Ras Makonnen*, à Itália em missão diplomática onde este obteve vultoso empréstimo e assinou novo tratado de amizade que reconhecia, pela segunda vez, a soberania do imperador etíope. Enquanto isso, os italianos começavam a ocupar zonas ao norte da Abissínia, além dos limites acordados. Em 2 de agosto de 1889, o general Baldissera ocupou Asmara e concentrou ali um poderoso contingente militar.

Na Europa, as demais potências reconheceram o domínio italiano na Etiópia. A Inglaterra assinou tratados com a Itália (em 1891 e 1894) que estabeleciam as fronteiras entre a *Abissínia italiana* (como era indicada a Etiópia nos mapas e cartas impressos na Europa desde então) e as colônias inglesas.<sup>75</sup> Na ocasião da coroação de Menelik (como imperador Menelik II), em 3 de novembro de 1889, as potências européias anunciaram que não poderiam reconhecer o título do *Negus* e tampouco a Etiópia como país independente. Nessa altura as tropas italianas já haviam ocupado vários povoados ao norte, se fixando em Adowa e exigindo de Menelik a aceitação dos termos da versão italiana do *Tratado de Wuchale*. As disputas se alongaram por alguns anos até que a guerra tornou-se iminente.

Em dezembro de 1894 iniciaram-se as hostilidades. Na Eritréia os nativos se rebelaram contra a dominação italiana sob o comando do chefe Batha Hagos. Os exércitos etíopes contavam com armamento moderno adquirido na França e na Rússia e com um efetivo bastante significativo: cerca de 100 mil homens. A Itália possuía 17 mil

---

<sup>72</sup> Idem. p.346.

<sup>73</sup> WESSELING, H. L. Op. cit. p.266.

<sup>74</sup> AKPAN, Monday B. Op. cit. p.281.

<sup>75</sup> Idem. p.282.

homens (10 mil europeus e 7 mil nativos) sob o comando do general Oreste Baratieri, desconhecia completamente a região e ainda tinha de lidar com a deserção dos eritreus, revoltados com a expropriação de terras feita em benefício de colonos italianos.<sup>76</sup> Além disso, o primeiro-ministro Crispi pressionava o general exigindo resultados favoráveis no campo de batalha e o proibindo de recuar.<sup>77</sup> CANDELORO considera que desde os primeiros contatos, os italianos tiveram uma apreciação equivocada quanto à conquista da Abissínia:

Se acreditou, de fato, que a anarquia feudal, o extremo atraso econômico do país, o armamento e a organização rudimentar das forças armadas tornaram o velho império etiópico um eventual adversário muito fraco, e subvalorizaram outras circunstâncias naturais e históricas, como o caráter montanhoso e impérvio do país e a grande qualidade militar dos abissínios, os quais por séculos tiveram êxito em repelir os assaltos de múltiplos invasores e em conservar sua fé cristã e sua tradicional cultura diante dos Estados islâmicos que quase os circundavam.<sup>78</sup>

Depois de uma sucessão de esmagadoras vitórias dos abissínios ao longo de 1895, travou-se a decisiva batalha de Adowa, em março de 1896. O exército de Menelik II obteve uma vitória incontestável, causando a perda de 40% dos efetivos italianos, além de todos os canhões e fuzis. Ao todo, as baixas italianas somavam 6.000 mortos, 1.500 feridos e 1.800 prisioneiros.

Celebrou-se então, em 26 de outubro de 1896, o *Tratado de Addis-Abeba*, que anulava o tratado anterior, reconhecia a total independência da Etiópia e estabelecia limites provisórios entre o império e as colônias italianas na Eritréia e Somália. Estes eram definidos pelos rios Mareb, Belesa e Muna. O acordo também estipulava uma convenção para a restituição dos prisioneiros italianos. Em julho de 1900, um novo tratado reconhecia oficialmente a fronteira anteriormente fixada e indenizava o governo de Menelik II em 5 milhões de libras.<sup>79</sup>

Após a expulsão dos italianos do território etíope, Menelik II se concentrou na expansão do império etíope, anexando vastas regiões ao sul e a oeste e praticamente

---

<sup>76</sup> Idem. p.283.

<sup>77</sup> WESSELING, H. L. Op. cit. p.269

<sup>78</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.324

<sup>79</sup> CANDELORO, Giorgio. *Storia dell'Italia moderna*. Vol. VII Milão: Feltrinelli, 1989. 3ª ed. p.64.

duplicando sua superfície.<sup>80</sup> Além disso, o imperador continuou comprando armamentos e mantendo um bem equipado exército permanente.

Menelik se firmou como o principal obstáculo aos propósitos imperialistas europeus na África, e ao mesmo tempo investiu na expansão das fronteiras do seu próprio império com muita habilidade diplomática e perspicácia, tendo governado a Etiópia até 1913.<sup>81</sup>

A derrota italiana em Adowa tornou-se então a vergonha nacional da península. Manifestações de oposição ao governo Crispi explodiram em Roma, Milão e outras cidades. Em 5 de março, Crispi anunciou ao parlamento a demissão de seu governo.<sup>82</sup>

Muito mais que o estopim de uma crise política, a derrota para os exércitos abexins colocava em xeque as convicções de superioridade branca européia e destruía o sonho do império italiano na África Oriental, restando as pobres colônias na Somália e na Eritreia. O próprio Mussolini teria declarado, 15 anos depois do conflito, “o número de baixas da desastrosa batalha – 10.000 mortos e 72 canhões perdidos – ainda martelava em minha mente”.<sup>83</sup> Espalharam-se notícias de atrocidades cometidas pelas tropas abissínicas contra prisioneiros italianos. Esta “mancha” no orgulho do país perdurará por anos e será amplamente explorada pelo governo fascista em suas aventuras na África Oriental, com largo apoio da opinião pública.

Mesmo frustrando a ambição de anexar a Abissínia, a Itália não desistiu de ampliar suas modestas possessões africanas. Em 1911-1912, os italianos entraram em guerra com o Império Turco e ocuparam a Tripolitânia e a Cirenaica, que foram reunidas sob o nome de Líbia. A ocupação italiana nas colônias na Eritreia e Somália permaneceu, mas depois de Adowa, o imperialismo nos moldes de Crispi, aventureiro e com apelos messiânicos, foi abandonado.<sup>84</sup>

Na verdade, a Itália nunca teve um claro plano de exploração econômica da África Oriental. Sua presença na região representava a busca, antes de tudo, do reconhecimento internacional e da solução para as pressões internas imediatas. Mas tanto as colônias italianas da Eritreia e Somália quanto a própria Abissínia eram regiões

---

<sup>80</sup> Paul Henze acredita que “Menelik conscientemente estendeu sua fronteiras para incluir todos os territórios que tinham formado o império medieval de Amde Tseyon.” HENZE, Paul B. *Layers of Time: A History of Ethiopia*. New York: Palgrave, 2000. p.152. Para informações sobre a expansão do império durante o reinado de Menelik II, ver Anexo I (mapa 1.3).

<sup>81</sup> MARCUS, Harold G. *apud* ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Esperanças de Boaventuras: construções da África e africanismos na Bahia (1887-1910)*. Estudos Afro-asiáticos. Vol 24, nº 2. Rio de Janeiro, 2002. p.224.

<sup>82</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. Vol VI, 1986. p.475.

<sup>83</sup> BARKER, A. J. *A conquista da Etiópia: sonho de um Império*. Rio de Janeiro: Renes, 1979. p.14.

<sup>84</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.65.

muito pobres e inóspitas. Da mesma forma, a política externa italiana foi equivocada em relação ao apoio que receberia de seus aliados europeus em seus planos de expansão colonial:

O erro de Crispi [...] foi seguir uma política de expansão na África baseando-se sobre o apoio da Tríplice Aliança e da Inglaterra, isto é, sobre o apoio de um sistema diplomático que servia para garantir a segurança da Itália na Europa e no Mediterrâneo, mas não a promover uma política ofensiva na África.<sup>85</sup>

Posteriormente, no conturbado contexto europeu da Primeira Grande Guerra, a Itália continuará tentando desempenhar o papel de grande potência e alimentará ambições de construir um império colonial às espessas dos países derrotados.

## 1.2 A Etiópia depois de Adowa

A vitória dos exércitos abissínios em Adowa, ao contrário do que se sucedeu à Itália, garantiu grande prestígio internacional à Etiópia. As potências européias enviaram embaixadores à Addis-Abeba e Menelik II buscou manter boas relações com a França e a Inglaterra, na tentativa de garantir a autonomia do país em meio às intrincadas disputas imperialistas. Simultaneamente, o monarca se empenhava em modernizar a Etiópia. Grande número de técnicos estrangeiros foi enviado ao país. A nova capital (Addis-Abeba) já havia sido fundada por Menelik em 1880, no coração do império. Foram introduzidas eletricidade, linhas telefônicas, algumas estradas e a ferrovia que ligava Djiboundi (capital da Somália Francesa) à Addis Abeba, construída pelos franceses e concluída em 1915. O banco da Abissínia foi fundado em 1905. A Etiópia entrou também, em 1908, para a União Postal Internacional. Sobre os esforços de modernização e abertura ao modo de vida ocidental, o imperador teria dito:

Se os europeus vierem até nós para nos trazer a civilização, nós lhes ficamos muito reconhecidos, mas se eles devem fazê-lo sem atentar contra a nossa soberania. Sabemos tirar proveito de tudo quanto, na civilização deles, nos pode ser útil.<sup>86</sup>

No Novo Mundo, o interesse pela Etiópia foi crescente. O país tornou-se o único estado autóctone independente na África negra e, além disso, possuía uma longa

---

<sup>85</sup> CAROCCI, Giampiero. Op. cit. p.99.

<sup>86</sup> AKPAN, Monday B. Op. cit. p.291

continuidade história que remontava ao reino de Axum. Sua vitória sobre um exército europeu representou um marco nas relações entre a África e as potências ocidentais. Alguns intelectuais negros do continente americano, principalmente do Caribe e dos EUA, visitaram o país na virada do século XIX para o XX. A Etiópia teve ainda grande influência no movimento pan-africanista nascido em 1900, sendo o símbolo da autonomia e resistência africanas para os negros da diáspora.<sup>87</sup>

Em 1906, porém, Menelik II adoeceu seriamente. O *Ras Makonnen* – seu primo, general e principal homem de confiança – havia falecido em março, deixando a questão da sucessão imperial um tanto incerta. No mesmo ano, em 13 de dezembro, a Itália, Grã-Bretanha e França assinaram um tratado que “garantia a manutenção do *status quo* na Abissínia”<sup>88</sup>, mas dividia o império de Menelik em áreas de influência.<sup>89</sup> Segundo RENOUVIN, “a influência italiana deveria se estender da *hinterland* da Eritréia e da Somália, e inclusive a zona necessária para estabelecer entre as duas colônias uma ‘conexão territorial’ a oeste de Addis-Abeba.”<sup>90</sup> O tratado ainda deixava subentendido que haveria uma preponderância italiana na Abissínia. O significado deste acordo é ilustrativo no que se refere à disputa por territórios entre as potências imperialistas: um país se utilizava de todos os meios para impedir que os outros tivessem êxito nas áreas em litígio. Além disso, a Abissínia separava as duas colônias italianas na África Oriental (Somália italiana e Eritréia), o que aumentava o desejo da Itália em controlar este território.

A doença de Menelik II praticamente o paralisou, levando-o a falecer em dezembro de 1913. Antes disso, em 1909, o imperador nomeou seu neto Lij Iyasu como sucessor. Em razão da minoridade do príncipe, foi estabelecida a regência do *Ras Tasamma Nadaw*, antigo general de Menelik, que duraria até a morte deste, em 1911. O reinado de Lij Iyasu (coroadado Iyasu V) foi extremamente conturbado e ele acabou deposto em 1916 por uma assembléia de nobres em conjunto com a Igreja Ortodoxa Etíope (outro braço de sustentação do poder imperial) por suspeita de ter se convertido ao Islã. Se iniciou uma conturbada disputa pelo poder. A fração mais reacionária da nobreza e do clero apoiava a imperatriz Zewditu (filha de Menelik II), enquanto uma parcela dos nobres que desejavam a continuidade da política progressista de Menelik II

---

<sup>87</sup> NASCIMENTO, Elisa. *Pan- africanismo na América do Sul*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.103.

<sup>88</sup> NORTHEDGE, F. S. The Abyssinian disaster. In: *The League of Nations: its life and times, 1920-1946*. Leicester: Leicester University Press, 1986. p.227.

<sup>89</sup> RENOUVIN, Pierre. (dir.) Les initiatives italiennes en Afrique Oriental. In: *Histoire des Relations Internationales: de 1871 a 1945*. Tomo III. Paris: Hachette, 1994. p.56-57.

<sup>90</sup> Idem. p.57.

apoiava o *Ras* Tafari Makonnen, governador de Harar, filho do *Ras* Makonnen e marido de Wayzaro Menen (também filha de Menelik II). Com bastante habilidade política e com ajuda de armamento adquirido na Itália, Tafari conseguiu se impor e foi nomeado regente em 1917.<sup>91</sup> Em outubro de 1928, ele foi coroado *Negus* (rei), mas sofreu ainda a oposição da imperatriz Zewditu e de seu marido, o *Ras* Gugsu Wolie. Com a morte da imperatriz Zewditu, em 1930, Tafari Makonnen foi coroado imperador em 2 de novembro do mesmo ano, sob o nome de Hailé Selassié I.

Durante a regência de Tafari, e após sua coroação como imperador, continuaram os esforços pela modernização do país. O primeiro passo foi reforçar sua posição política face aos opositores. Em seguida, foi ampliar a centralização do poder, que se deu através da promulgação da 1ª Constituição escrita da história da Etiópia, realizada em 1931. Esta estabelecia maior autonomia do poder imperial em detrimento da nobreza, instituiu um sistema parlamentar bicameral, com senadores e deputados nomeados.<sup>92</sup> Todavia, as reformas políticas não representaram uma profunda transformação no tradicional sistema do Império, ainda dominado pelos nobres e pela Igreja copta. Estes grupos viam com muita desconfiança qualquer reforma ou iniciativa promovida pelo imperador, encarando-as como uma ameaça direta a seus interesses particulares.

A atuação da Etiópia na política externa também foi significativa. Buscando quebrar o histórico isolamento do império e garantir a existência do país como estado independente, o governo etíope se candidatou à membro da Sociedade das Nações, em 1923. Para tal, o país africano se comprometeu em combater a escravidão, prática muito comum na Etiópia. No mesmo ano, o *Negus* havia decretado o comércio de escravos como crime punido com a morte. Logo depois, um novo decreto estabelecia a liberdade dos escravos e seus filhos a partir da morte de seus senhores. Apesar dos esforços oficiais, a realidade no interior do país pouco havia mudado. Os comitês fundados pelo imperador para coibir o comércio de escravos, espalhados pelo país, e os sucessivos decretos proibitivos em relação à escravidão tiveram poucos resultados efetivos.<sup>93</sup>

Ainda em 1923, Hailé Selassié I e dois de seus mais altos dignitários realizaram uma viagem diplomática à Palestina, Egito, França, Bélgica, Holanda, Suécia, Itália, Grã-Bretanha, Suíça e Grécia. O principal objetivo desta missão, no entanto, foi

---

<sup>91</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. Vol. IX, 1988. p.184-185.

<sup>92</sup> AKPAN, Monday B. A Etiópia e a Libéria, 1914-1935: dois Estados africanos independentes na era colonial. In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). Op. cit. p.725-726.

<sup>93</sup> BARKER, A. J. Op. cit. p.26-27.

malogrado. Selassié encontrou-se na França com o presidente Raymond Poincaré, com o ditador italiano Benito Mussolini e com o primeiro-ministro britânico Ramsay MacDonald a fim de obter destes a concessão de uma saída ao mar para a Etiópia. Apesar das vagas promessas, as potências européias não o atenderam. Permanecia a intenção de manter o país no isolamento.<sup>94</sup>

### 1.3 O nascimento da Sociedade das Nações

As conseqüências da Primeira Guerra Mundial para a política européia foram incalculáveis. Tamanha destruição jamais havia sido experimentada e o conflito alterou profundamente o quadro geopolítico do velho continente. Quatro grandes impérios haviam desaparecido (Turco Otomano, Austro-Húngaro, Alemão e Russo) restando um mosaico de estados ligados por laços étnicos e políticos muito tênues. Além disso, as duas grandes potências coloniais (Inglaterra e França) afirmavam sua hegemonia econômica e militar ao mesmo tempo em que novos atores de peso entravam em cena na política internacional: os EUA e a União Soviética.<sup>95</sup>

O saldo de 8 milhões de mortos e 20 milhões de mutilados deixou claro que um novo conflito de tamanhas proporções seria fatal para a Europa. Diante de tal hecatombe, ficava evidente que a política européia não poderia mais funcionar baseada em precários equilíbrios de forças e esferas de influência, à maneira do Congresso de Viena. Era preciso estabelecer mecanismos capazes de coordenar os rumos da política mundial e que permitissem que as crises internacionais fossem resolvidas através da ação diplomática ao invés do embate militar.

Durante o início da guerra surgiram, principalmente nos países envolvidos, diversos comitês, associações e organismos civis com propostas de paz, de redução de armamentos, de criação de mecanismos de arbitragem internacional e em defesa da diplomacia aberta. A *League of Nations Society*, em 1915 na Inglaterra, *League to enforce peace*, nos EUA, no mesmo ano, e a *Paix par le Droit*, que existia na França desde o último quarto do século XIX, são alguns exemplos.<sup>96</sup> GERBET assinala que esses movimentos

---

<sup>94</sup> AKPAN, Monday B. Op. cit. p.734-735.

<sup>95</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p.27.

<sup>96</sup> GERBET, Pierre. Origine et structure de la Societé des Nations. In: *Le rêve d'un ordre mondial de la SDN à l'ONU*. Paris: Imprimerie National, 1996. p.12.

[...] ressaltaram claramente que as convenções de arbitragem e as promessas de limitação de armamentos serão vazias se não existir, acima das nações, qualquer poder permanente, suscetível de assumir o controle contínuo e efetivo sobre a comunidade. Mas os povos, que vieram a suportar, pela defesa de sua independência, sacrifícios desconhecidos, não estavam dispostos a deixar diminuir, ao proveito de qualquer “super-Estado”, uma soberania paga com tanto sangue. A Sociedade das Nações nasceu dessa dupla preocupação de assegurar, ao mesmo tempo, a independência e a segurança dos Estados.<sup>97</sup>

O plano de estabelecimento de um organismo internacional responsável pela manutenção da paz, da segurança coletiva e que garantisse o cumprimento das normas do Direito Internacional tomou forma concreta a partir do pronunciamento do presidente norte-americano Woodrow Wilson ao Congresso, realizado em 8 de janeiro de 1918, que ficou conhecido como “os 14 pontos.” Além de defender uma proposta de paz sem anexações, o presidente apresentou a idéia da criação de uma associação internacional de países:

Uma associação geral de nações deve ser formada sob pactos específicos com propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial para grandes e pequenos Estados indistintamente.<sup>98</sup>

Obviamente, a criação de tal instituição também respondia a interesses políticos muito claros: estabelecer uma legitimação jurídico-institucional à nova ordem mundial do pós-guerra, procurando lhe garantir estabilidade e durabilidade. O papel reservado às potências vencedoras será, sem dúvida, central nesse projeto. Conforme GALLARDO, “em outras palavras, se fazia peremptório edificar uma organização internacional que legitimasse na esfera do institucional a vitória já obtida no plano militar.”<sup>99</sup>

Foi criada então, na segunda reunião da Conferência de Paz de Versalhes, realizada em 3 de fevereiro de 1919, uma Comissão responsável por apresentar o projeto modelo para tal organização, assim como as normas de seu funcionamento, estrutura interna, competências e mecanismos de atuação. Faziam parte dessa comissão dez representantes das cinco grandes potências vencedoras da guerra – Grã-Bretanha, França, EUA, Itália e Japão – consideradas como potências de “interesses gerais”. Aos

---

<sup>97</sup> Idem. p.11.

<sup>98</sup> HARTMANN, F. *apud* GARCIA, Eugênio Vargas. Op. cit. p.36.

<sup>99</sup> GALLARDO, Freddy Vivas. Op. cit. p.39.

países aliados, considerados potências de “intereses limitados”, eram reservados cinco lugares. Esses eram Brasil, Bélgica, China, Portugal e Sérvia.<sup>100</sup> As potências médias protestaram em favor do aumento de sua representação para mais quatro lugares, o que efetivamente ocorreu na sessão de 6 de fevereiro. Foram admitidos na Comissão a Grécia, a Tchecoslováquia, a Polônia e a Romênia.

Durante os trabalhos da comissão responsável pela elaboração do Pacto da Liga das Nações surgiram basicamente duas concepções distintas a respeito do papel e funcionamento da entidade:

A anglo-americana (projeto Hurst-Müller), que concebia a Liga como um instrumento de conciliação destinado a dissuadir eventuais transgressões da ordem estabelecida pela força da opinião; e a francesa (projeto Bourgeois), que pretendia dar à Liga uma estrutura de super-Estado, com contingentes armados capazes de impor sanções militares automáticas aos violadores do *status quo*.<sup>101</sup>

A orientação anglo-americana acabou predominando, dando origem a uma Sociedade desprovida de meios efetivos para evitar conflitos, baseada mais em dispositivos jurídicos formais do que numa autoridade concreta, capaz de se impor de forma eficaz. Seu mecanismo mais agudo para contrapor-se a possíveis violações do pacto estava expresso no artigo 16, que estabelecia a imposição de sanções econômicas aos países beligerantes. Contudo, a decisão em torno da aplicação das mesmas, assim como sobre a própria noção de “violação do pacto”, tornaram-se relativas a cada país membro.<sup>102</sup>

De qualquer maneira, em novembro de 1919, nascia a Sociedade (ou Liga) das Nações. O órgão era basicamente formado por três instâncias: A Assembléia – da qual faziam parte todos os países membros – e o Conselho – composto pelas cinco potências vencedoras, em caráter permanente, conjuntamente com quatro ‘potências médias’, com direito a assentos temporários – e o Secretariado, seção administrativa encarregada de tratar de questões técnicas e de cooperação entre os Estados, através de inúmeros comitês como a Organização de Cooperação Intelectual, a Comissão Consultiva para Questões Sociais, entre outros.<sup>103</sup> Segundo GARCIA, a configuração da Liga, através dessas três instâncias, correspondia a um projeto político-ideológico bem definido:

---

<sup>100</sup> MACEDO SOARES, José Carlos de. *Le Brésil et la Société des Nation*. Paris: A. Pedone, 1927. p.97.

<sup>101</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. Op. cit. p.91.

<sup>102</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>103</sup> NOUSCHI, Marc. *Le XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Armand Colin, 1995. p.87.

O Conselho, órgão restrito, incumbido da gerência da paz, foi por assim dizer uma nova edição revista do Concerto Europeu, destinada a garantir às grandes potências o poder de decisão da Liga; a Assembléia, aberta e universal, atendeu às reivindicações liberais e democráticas de debate público e de diplomacia parlamentar, consoante à tendência esboçada nas duas Conferências de Haia; o Secretariado, por fim, seria o escritório administrativo encarregado de coordenar a cooperação amistosa entre os Estados nas áreas técnicas de interesse comum, como já vinha ocorrendo por meio de agências internacionais tais como a União Telegráfica Internacional e a União Postal Universal.<sup>104</sup>

A atuação de um órgão supra-nacional capaz de frear a corrida armamentista e garantir a manutenção da paz mundial já nascia diante de um difícil dilema: como assegurar o cumprimento das normas e tratados internacionais sem esbarrar na soberania e autodeterminação dos estados membros? A preponderância das potências vencedoras nas decisões também geraram protestos por parte dos países considerados “potências médias”, definindo um certo clima de desconfiança em relação à atuação da Liga, já em seus primeiros anos. Segundo Marc Nouschi,

a SDN obedecia portanto à lógica do tempo curto dominado pela urgência do momento. Essa contradição entre tempo e instante foi certamente uma das causas de sua fragilidade inicial; o *Covenant* foi assimilado à vontade das potências vencedoras.<sup>105</sup>

O segundo golpe que colocava em risco a credibilidade da organização foi a saída dos EUA, quando o Senado norte-americano, em 19 de março de 1920, se recusou a ratificar o tratado de Versalhes devido ausência da maioria necessária de dois terços. A decisão norte-americana levaria o país a retornar a “sua política de isolacionismo e de não-intervenção nos assuntos europeus.”<sup>106</sup>

Com a ausência dos Estados Unidos, a direção da SDN foi assumida pela Grã-Bretanha e pela França. Assim, “enquanto o governo francês procurava fortalecer as obrigações da Liga e fazê-las mais compulsórias para os Estados-membros, o governo britânico atuava no sentido de torná-la menos onerosa e mais flexível.”<sup>107</sup> A Grã-Bretanha assumia, dessa forma, uma espécie de “isolacionismo” em relação aos

---

<sup>104</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. Op. cit. p.44

<sup>105</sup> NOUSCHI, Marc. Op. cit. p.86.

<sup>106</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. Op. cit. p.55.

<sup>107</sup> HENING, Ruth. *apud* Idem. p.55.

problemas continentais, tentando garantir a autonomia de sua política externa e evitando assumir compromissos demasiados. Já a França atuava no sentido de garantir, acima de tudo, a sua segurança perante um eventual ressurgimento alemão.

Durante a década de 1920 a Liga se ocupou, principalmente, com a adesão da Alemanha e com o problema dos refugiados na Europa. A SDN conseguiu resolver, ao longo da década, um certo número de litígios internacionais, sobretudo nos Bálcãs e na América do Sul. Entretanto, as questões relativas à paz européia eram obviamente prioritárias para três das quatro potências do Conselho e a “questão alemã” era a pendência de maior relevância.

O projeto de criação de um assento permanente para a Alemanha no Conselho da SDN foi preconizado nos Acordos de Locarno, assinado em 16 de outubro de 1925. Essa medida representava um passo decisivo no processo de reintegração da Alemanha na ordem pós-Versalhes, assim como a esperança na criação de uma paz duradoura.<sup>108</sup> Enquanto que a Paz de Versalhes foi assinada por uma Alemanha vencida, humilhada e coagida, os acordos de Locarno foram fruto de negociações de fato, reconhecidas e consentidas pelos signatários. Os acordos haviam sido vinculados à Liga na tentativa de fortalecê-la, e entrariam em vigor assim que se efetivasse a adesão alemã à SDN. Sua efetivação, no entanto, esbarrou em alguns obstáculos do jogo diplomático internacional: “Certos países associados pensaram que a criação de um assento permanente no Conselho, em favor da Alemanha, constituiria um precedente o qual eles deveriam aproveitar.”<sup>109</sup>

Às vésperas da sessão da Assembléia que votaria a entrada da Alemanha na Liga e a criação de um assento permanente para o país no Conselho, a Polônia anunciou sua candidatura, com base no argumento que seria a única signatária dos acordos de Locarno ausente no órgão.<sup>110</sup> A Polônia encontrava-se em constantes litígios com a Alemanha por questões de fronteira e de minorias, e era considerada pelos alemães como aliada da França. Além disso, durante as negociações de Locarno, essa aspiração polonesa não havia sido sequer mencionada. Completando o quadro de turbulências, as pretensões da China, da Espanha e do Brasil em garantir um posto permanente na mais alta esfera decisória da Liga se manifestaram logo em seguida. A Espanha e o Brasil já pleiteavam essa posição no Conselho desde 1923 e resolveram aproveitar-se da ocasião

---

<sup>108</sup> MACEDO SOARES, José Carlos de. Op. cit. p.3.

<sup>109</sup> Idem. p.4.

<sup>110</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. Op. cit. p.97.

para reivindicar seus lugares. A candidatura brasileira era sustentada pela afirmação de que o continente americano não possuía representação permanente no Conselho. O Brasil apresentava sua candidatura como, na ausência dos EUA, o país mais qualificado para o posto. Os representantes brasileiros argumentavam que o país mantinha uma leal colaboração com a Liga desde seu estabelecimento. De fato, o Brasil foi o único país latino-americano que participou da guerra, das negociações de paz de Versalhes e da comissão encarregada de criar o projeto da SDN. Seu papel nesses episódios, todavia, foi deveras irrelevante.

Em face a uma crise diplomática que ameaçava a resolução da “questão alemã”, se iniciaram uma série de reuniões reservadas entre os signatários dos Acordos de Locarno, visando resolver suas diferenças. Enquanto isso, a Espanha ameaçava se retirar da Liga caso não obtivesse seu lugar no Conselho. O Brasil foi mais longe e afirmou a intenção de vetar a entrada da Alemanha, como forma de barganha política, tendo em vista que a entrada desta deveria ser sancionada por decisão unânime dos membros do Conselho (na ocasião da sessão extraordinária da Assembléia de março de 1926, os assentos temporários no Conselho eram ocupados pela Bélgica, Suécia, Tchecoslováquia, Uruguai, Brasil e Espanha).<sup>111</sup> Assim, os acordos que representavam a superação definitiva da Grande Guerra se viram ameaçados.

Após semanas de negociação, as potências locarnistas anunciaram que haviam chegado a um ponto em comum. A Suécia e a Tchecoslováquia abririam mão de seus assentos temporários no Conselho em benefício da Polônia e de “um país neutro”, no caso a Holanda, na tentativa de resolver o impasse. Porém, as instruções do governo brasileiro continuaram no sentido de vetar a entrada da Alemanha caso não se criasse um assento permanente também para o Brasil. Finalmente, na sessão de 17 de março, apesar das pressões inglesas e da incômoda posição que iria assumir no cenário diplomático internacional, foi anunciado o veto Brasileiro. A entrada da Alemanha na SDN foi adiada para setembro do mesmo ano, a ser realizada em nova sessão extraordinária da Assembléia.<sup>112</sup>

Como consequência desta política intransigente, o Brasil se retirou da Liga em julho de 1926, confirmando essa decisão dois anos mais tarde, em 12 de julho de 1928.

---

<sup>111</sup> Idem. p. 91-98.

<sup>112</sup> Há grande controvérsia a respeito das negociações entre as potências locarnistas e do real papel que o veto brasileiro teria desempenhado na crise de março de 1926. Eugênio Vargas Garcia defende a idéia de que as negociações não foram satisfatórias e a decisão brasileira teria sido “providencial”, uma vez que assumiria o papel de “bode expiatório” no episódio. Idem. p.115.

O país assumiria, a partir daí, uma política de apoio e alinhamento junto aos Estados Unidos, seguindo os princípios do isolacionismo hemisférico e do pan-americanismo.

A crise de março de 1926, no entanto, desgastou a imagem da SDN. As reuniões sigilosas realizadas pelas potências locarnistas se mostravam em total oposição aos princípios da Liga, isto é, a diplomacia aberta e multilateral. Ficou claro que o veto brasileiro não foi o único responsável pelo desentendimento em relação à “questão alemã”. As potências do Conselho não assumiam políticas consonantes e os interesses particulares e estratégicos de cada país ainda ditavam as regras nas negociações concretas.

A atitude brasileira em Genebra, entretanto, é explicada pela orientação que o governo de Arthur Bernardes assumiu em relação à obtenção do assento permanente no Conselho: na realidade, a diplomacia brasileira durante a República Velha, desde a participação na Conferência de Paz, em 1919, até a saída do Brasil da SDN, em 1926, foi marcada por um descompasso entre as ambições do país e o lugar que o mesmo ocupava no concerto internacional. A presença do Brasil em Genebra tinha como princípio a busca por prestígio internacional, na tentativa de reverter a ampla oposição sofrida internamente. O governo de Arthur Bernardes foi um exemplo vigoroso desta tendência. Bernardes fez da obtenção do assento permanente a principal meta da política externa brasileira durante sua gestão, enquanto internamente vivia-se em estado de sítio permanente.<sup>113</sup> Até mesmo o rompimento com a SDN foi usado politicamente pelo governo como símbolo de autonomia e soberania nacional.

Nos anos de 1930, a atuação da SDN foi marcada por desafios muito maiores. A crise econômica iniciada em 1929 e a depressão que a sucedeu praticamente sufocaram as tentativas de cooperação internacional.<sup>114</sup> Cada país se viu envolvido em uma série de dificuldades internas e pouca atenção foi dispensada à política externa representada pela SDN. Já em 1931 vem o primeiro grande golpe na instituição: a invasão japonesa à Manchúria, na China.

A depressão havia atingido o Japão severamente. Depois da Primeira Guerra as potências ocidentais iniciaram uma política de isolamento e contenção em relação ao país, buscando fechar seus mercados aos produtos japoneses e dificultar seu acesso à

---

<sup>113</sup> Idem. p.137-141.

<sup>114</sup> GERBET, Pierre. Op. cit. p.78.

economia chinesa, controlada por elas.<sup>115</sup> O Japão ainda contava com escassos recursos naturais e enfrentava crescentes problemas de desemprego e explosão demográfica. Setores da sociedade insistiam, sob a influência de um militarismo e nacionalismo crescentes, na necessidade do país obter colônias para solucionar a crise. A Manchúria, província chinesa localizada na costa nordeste do país e considerada rica em minerais, terras férteis e florestas, já despertava os interesses japoneses há algum tempo. O Japão havia investido, em 1931, uma soma significativa na economia da região, controlada pela South Manchuria Railway Company. Para salvaguardar seus investimentos, foi mantido um bem armado contingente militar na porção meridional da província.

Uma explosão ocorrida em um trecho da estrada de ferro controlada pela companhia serviu de pretexto para a ocupação militar em Mukden, realizada a partir de 18 de setembro de 1931. A população local foi acusada de sabotagem pelas autoridades militares nipônicas, que justificavam a ocupação em nome da “defesa da propriedade e da segurança dos cidadãos japoneses”. O governo civil de Tóquio havia perdido o controle sob as ações do exército. A China protestou junto à SDN e exigiu a imediata retirada das forças armadas japonesas da província. Os delegados japoneses concordaram com a decisão, assim como o governo civil, em Tóquio. Mas o exército permaneceu irredutível e deu continuidade às operações, ocupando a totalidade da Manchúria. As potências ocidentais assistiram à ocupação com desconfiança:

Em especial a Grã-Bretanha e os Estados Unidos se mostraram inquietos ante a ação japonesa, mas não se decidiram a adotar nenhuma medida, salvo a de apontar ao Japão com o dedo da censura ‘moral’, por meio da Sociedade das Nações.<sup>116</sup>

A SDN designou então uma comissão para investigar o caso sob o comando do delegado britânico Lord Lytton. A ‘Comissão Lytton’ fez uma viagem à região e, um ano depois do incidente de Mukden, em setembro de 1932, apresentou o relatório. Este estabelecia que o Japão era o agressor e deveria retirar-se da Manchúria. Porém, a Liga se absteve de aplicar sanções econômicas sobre o país, previstas no artigo n.16º do Pacto. O contexto da depressão obviamente desencorajou os Estados-membros a apoiar efetivamente tais medidas, uma vez que o Japão era a principal potência comercial da região do pacífico. A Inglaterra, por sua vez, temia pela segurança de seus territórios

---

<sup>115</sup> HALL, John Whitney. De Manchuria a la guerra en el Pacífico. In: *El Imperio Japonés*. México: Siglo XXI, 1973. p.300.

<sup>116</sup> Idem. p.309.

coloniais no extremo oriente – principalmente Hong Kong e Cingapura – e preferiu não se opor aos interesses japoneses.

O Japão abandonou a SDN em março de 1933, alguns meses após os debates em torno do relatório da ‘Comissão Lytton’, e deu continuidade na ocupação da costa continental, controlando o “estado-fantoches” de Mandchukuo, como passou a se chamar a Manchúria após sua separação do império chinês. O precedente aberto pela Liga no episódio da invasão japonesa a Manchúria foi, sem dúvida, um estímulo para os planos de expansão de outras nações. Ficava provado que diante de um agressor determinado a SDN era impotente. Acabavam prevalecendo os interesses estratégicos e comerciais das potências do Conselho aos princípios de segurança coletiva.

## 1.4 O pós-guerra e a ascensão do Fascismo

A Itália, apesar de participar da guerra ao lado dos Aliados, foi ignorada nas negociações de paz. As pretensões italianas de ampliar seus domínios coloniais às custas dos países derrotados foi frustrada pela preeminência da Inglaterra e da França no cenário diplomático do pós-guerra. Esses países tinham como principal objetivo neutralizar a Alemanha e restabelecer o equilíbrio europeu, garantindo sua hegemonia nas regiões coloniais. O malogro das ambições italianas na guerra deu origem ao mito da “Vitória Mutilada”, que seria explorado ao extremo pelos nacionalistas e pelo próprio fascismo a partir de então.<sup>117</sup>

A Itália era, no pós-guerra, um país predominantemente agrícola. Mais da metade de sua população vivia no campo e, apesar dos grandes avanços realizados no setor industrial entre 1861 e 1914, a agricultura ainda empregava grande parte da mão-de-obra do país. A capacidade produtiva agrícola italiana, entretanto, era muito baixa em função da escassez de terras férteis, do terreno acidentado e do esgotamento do solo. A distribuição de terras era outro problema grave: na época da guerra, a imensa maioria dos camponeses (cerca de 90%) possuía pequenos lotes de menos de um hectare, os quais sequer garantiam sua subsistência. Assim, o arrendamento de terras junto a grandes e médios proprietários era a forma mais comum de emprego no campo. Este sistema de dependência, no qual a maioria da população campesina estava sujeita, tinha consequências drásticas em épocas de crise: “a cada crise agrícola, a cada crise de

---

<sup>117</sup> GALLO, Max. *L'Italie de Mussolini: vingt ans d'ère fasciste*. Verviers: Marabout, 1966. p.82.

preços, os proprietários procuram reduzir os salários dos trabalhadores ou o número de trabalhadores empregados.”<sup>118</sup> O resultado disso era o desemprego rural em larga escala.

Muitos camponeses lutaram na Grande Guerra, motivados pela esperança de tornarem-se proprietários com o término do conflito. A realidade rural italiana do pós-guerra era, no entanto, desoladora. No regresso ao país, as massas camponesas iniciaram uma grande onda de ocupação de terras, fossem elas incultas ou não. Durante os anos de 1919-1920, a agitação no campo foi especialmente preocupante. A mobilização dos camponeses na Confederação Geral do Trabalho, nas ligas vermelhas ou no movimento católico indicava um maior grau de organização e atividade, através da luta por melhores salários e pela posse de terras. As constantes ocupações de propriedades no interior do país completavam o quadro de agitação social e revolucionária, que só viria a expandir-se com a crise econômica e com a mobilização operária.<sup>119</sup>

A Primeira Guerra Mundial, apesar de ter estimulado enormemente a indústria italiana, trouxe conseqüências desastrosas para a economia no período seguinte. O país encontrava-se largamente endividado e os governos mostravam-se incapazes de solucionar a crise. A indústria bélica tornou-se obsoleta, a inflação atingia níveis muito altos e a Itália teve de apelar para grandes empréstimos junto aos EUA para saldar suas dívidas com os Aliados.<sup>120</sup>

A crise econômica teve desdobramentos sociais e políticos bastante significativos. As demandas por reformas democráticas, que ampliassem os direitos políticos à maior parte da população não podiam mais ser ignorados pelo governo. O liberalismo entrava em colapso e os partidos tradicionais não mais representavam uma saída viável à população. Em dezembro de 1918, o governo italiano concedeu o voto universal masculino. No ano seguinte, foi promulgada a representação proporcional dos partidos na Câmara. Essas reformas políticas acabaram por fragilizar ainda mais o liberalismo italiano, pois os partidos tradicionais sustentavam sua hegemonia com base num sistema político elitista e restritivo. Em uma disputa teoricamente aberta, os liberais não poderiam garantir a vitória, pois não possuíam uma estrutura partidária capaz de mobilizar o eleitorado. Já o Partido Socialista Italiano dispunha de inúmeros comitês, sindicatos e ligas de trabalhadores espalhadas pelo país. O aumento de

---

<sup>118</sup> CHABOD, Federico. *História do Fascismo Italiano*. Lisboa: Arcádia, 1963. p.44.

<sup>119</sup> VAUSSARD, Maurice. *Histoire de l'Italie contemporaine: 1870-1946*. Paris: Hachette, 1950. p.166-168.

<sup>120</sup> CANDELORO, Giorgio. *Storia dell'Italia Moderna*. Vol. VIII. Milão: Feltrinelli, 1987. p.222-241.

prestígio dos socialistas, assim como a entrada dos católicos no cenário político (com a fundação do *Partito Popolare Italiano*, PPI – fundado em 1919), será responsável por uma profunda ruptura no sistema político tradicional do país. As eleições de novembro de 1919 deixavam clara a perda de terreno dos liberais: os socialistas conquistaram 156 cadeiras na Câmara, e os católicos, 100, enquanto que os liberais e seus aliados foram reduzidos a menos da metade do parlamento.<sup>121</sup>

A agitação operária já tomava a Itália desde 1900. Apesar dos diagnósticos à época de Crispi, de que a Itália jamais conheceria um ‘perigo vermelho’ por não possuir massas operárias, os movimentos de trabalhadores se fortaleceram no pós-guerra e a crise aumentou sua mobilização em todo o país. Durante o esforço de guerra, os operários foram obrigados a jornadas de trabalho de até 18 horas. Com a crise, o desemprego aumentou sensivelmente e os socialistas ganhavam força na arena política. No final de 1919, o número de desempregados totalizava cerca de 2 milhões. As greves eram cada vez mais frequentes, resultando inclusive em ocupação de fábricas inteiras, como em setembro de 1920. Nesse episódio, cerca de meio milhão de operários tomaram, por quase quatro semanas, alguns dos principais centros industriais da Itália, expulsando seus patrões e hasteando a bandeira vermelha comunista.<sup>122</sup> Dessa forma, o período entre 1918-1920, conhecido como “*biennio rosso*” (biênio vermelho) assistiu ao surgimento de um movimento operário realmente organizado e combativo:

As massas operárias, em grande parte especializadas (por exemplo, os operários da Fiat, em Turim), tornam-se, por assim dizer, as divisões encouraçadas do movimento socialista, primeiro e, em seguida, do comunista. Formam-se grupos operários plenamente conscientes da sua força; em Turim, encontram chefes políticos como Antônio Gramsci, diretor do jornal “*Ordine Nuovo*”, que conduz a batalha de modo bem mais resolutivo que os velhos chefes do partido socialista italiano.<sup>123</sup>

Em 1921 os socialistas radicais abandonam o antigo partido para fundar o Partido Comunista Italiano (PCI). A influência da revolução soviética e do leninismo era assaz poderosa. Contudo, os apelos internacionalistas do comunismo assustaram a pequena burguesia, que encontrava-se numa espécie de ‘vácuo político’.<sup>124</sup> Essa classe

---

<sup>121</sup> DUGGAN, Christopher. *A Concise History of Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.195.

<sup>122</sup> CAROCCI, Giampiero. Op. cit. p.231-240.

<sup>123</sup> CHABOD, Federico. Op. cit. p.49-50.

<sup>124</sup> Idem. p.65.

havia sido pouco integrada ao sistema liberal, possuindo uma precária representação política nele e, durante a crise econômica, foi especialmente afetada pela alta inflação. As classes dominantes também achavam-se consternadas com tamanha agitação. A sombra da revolução soviética pairava sobre a Itália. O governo, acreditando poder contornar a situação por meio de leves concessões, como a cessão de pequenas porções de terras aos camponeses, foi visto com descrédito pelos grandes proprietários e industriais do país.<sup>125</sup>

Neste cenário de instabilidade social e crise econômica é que surge o fascismo, inicialmente como movimento e, a seguir, sob forma de partido político. Seu sucesso não pode ser explicado unicamente pela crise, mas a conjuntura possibilitou que este movimento ganhasse adeptos de forma surpreendente e figurasse como solução viável em meio ao caos social. Suas idéias autoritárias, nacionalistas e antiliberais já circulavam na Itália há algum tempo. O movimento foi influenciado também pelo sindicalismo revolucionário, que embora fosse ligado ao comunismo, inspirou os princípios de corporativismo fascista. De fato, parte do sucesso do fascismo está relacionado à maneira como organizou e apresentou suas idéias, mesclando a tradição política italiana (nacionalista, revanchista) com métodos e visões revolucionárias (voltado para as massas e calcado num projeto de instauração de uma ‘nova ordem’).<sup>126</sup>

A pequena burguesia se identificou profundamente com o apelo nacionalista, militarista, com seu anticomunismo e a idéia da construção de uma “nova Itália” proposta pelos líderes do movimento. Além disso, o fascismo se apresentava como uma solução à luta de classes, através do ideal de união em torno da nação. A pequena burguesia será, nesse momento, o núcleo inicial do movimento, sua força propulsora e mobilizadora.<sup>127</sup> Porém, o temor das classes dominantes em relação aos movimentos revolucionários e ao bolchevismo levou os grandes industriais e proprietários de terras a apoiarem o movimento e, conseqüentemente, alavancá-lo ao poder. Um Estado forte parecia ser a única saída perante a possibilidade de uma verdadeira revolução social.

O papel destacado de seu líder, Benito Mussolini, também deve ser considerado relevante para o sucesso da empresa fascista. Egresso do movimento socialista e do sindicalismo, ele se afastou destes depois da eclosão da guerra. Editou alguns jornais de

---

<sup>125</sup> DUGGAN, Christopher. Op. cit. p.199.

<sup>126</sup> DE FELICE, Renzo. *Explicar o Fascismo*. Lisboa: Edições 70, 1979. O autor traça, nessa obra, as principais correntes explicativas do fenômeno fascista desde seu surgimento. Renzo De Felice chama a atenção para a existência, no interior da ideologia fascista, de elementos *velhos*, conservadores, tradicionais, e de elementos *novos*, renovadores, revolucionários, típicos de uma sociedade de massas.

<sup>127</sup> CHABOD, Federico. Op. cit. p.87-88.

caráter nacionalista como o *Avanti!* e o *Popolo d'Italia* durante a década de 1910. Em fins de 1918, Mussolini estava convencido de que o movimento que preconizava deveria ser orientado para as massas. Distanciando-se progressivamente do operariado, voltou-se então para os anseios da pequena burguesia. Sua liderança, oportunismo político e capacidade oratória o tornaram uma personalidade bastante popular. O *Duce* encarnava os anseios de uma Itália derrotada, mas grandiosa, detentora de um futuro repleto de glórias. Para os adeptos do fascismo, ele seria o condutor da nação rumo ao seu destino.

Nos primeiros anos do movimento, contudo, Mussolini não possuía um controle efetivo sobre as ações dos militantes fascistas. Líderes como Roberto Farinacci, na Cremona, Italo Balbo, em Ferrara, e Leandro Arpinati, em Bologna, comandavam numerosas milícias contra os comunistas, promovendo perseguições e linchamento entre a população operária. Durante 1921-1922, a ação das milícias foi favorecida pelo apoio das autoridades, em especial, da polícia e do exército. Essas corporações foram alvos constantes da violência operária durante o “*biennio rosso*” e agora forneciam transporte e armas aos membros das milícias fascistas. Somente a partir de 1921, quando o movimento tornou-se então um partido (*Partito Nazionale Fascista* – PNF), que Mussolini lograria impor sua autoridade de forma efetiva.<sup>128</sup>

O governo italiano tentou absorver o partido, quando o velho político liberal Giovanni Giolitti convidou Mussolini a compor o governo junto aos demais partidos aliados. As eleições de maio de 1921, porém, demonstraram que os fascistas já representavam uma força política considerável, elegendo 35 deputados na Câmara. A fraqueza dos governos que se sucederam deu mais prestígio ao partido e favoreceu a ação das milícias anticomunistas. No verão de 1922, o Partido Fascista Italiano contava com 300.000 membros.<sup>129</sup>

Os fascistas chegavam ao poder em outubro do mesmo ano, com a nomeação de Benito Mussolini como primeiro-ministro italiano. Uma vez no poder, o fascismo buscou controlar, progressivamente, a máquina estatal como um todo. Embora aliado às elites, o fascismo ampliou sua influência até extinguir as instituições liberais e instalar a ditadura. O regime instituiu um rígido controle do Estado sob as mais diversas esferas da sociedade, desde a economia à educação. Em relação a esta última, é necessário destacar o papel da propaganda e da doutrinação junto à juventude como mecanismos

---

<sup>128</sup> DUGGAN, Christopher. Op. cit. p.202-203.

<sup>129</sup> GALLO, Max. Le Fascisme dans l'État. In: Op. cit. P.122-143.

responsáveis pela criação de um ambiente de consenso. A repressão política, a censura e a violência propriamente dita, se encarregaram de eliminar a oposição organizada e os inimigos do regime. Apesar de sua rápida escalada ao poder, no entanto, o fascismo italiano jamais conseguiu impor-se de forma exclusiva, tendo de conviver com a influência da Igreja, da Monarquia e, durante algum tempo, com setores do exército.

Não cabe aqui fazer uma avaliação profunda dos 20 anos em que o fascismo esteve no poder na Itália, ou analisar a ideologia fascista em seu conjunto. O que nos interessa na realidade é avaliar como o projeto de uma nova invasão à Etiópia se colocou no centro da política externa fascista e de que maneira esse fato transformou as relações da Itália com as demais potências européias, assim como o papel desse episódio na escalada para a Segunda Guerra Mundial.

O imperialismo italiano durante o governo fascista se caracterizou pela direção estatal. Foi motivado mais pela busca de prestígio dentro do cenário europeu do que por necessidades do desenvolvimento do capitalismo na Itália. Assim como o imperialismo italiano na época de Crispi, as pretensões expansionistas da Itália fascista estavam relacionadas, principalmente, a questões de ordem interna. Uma política externa agressiva representava uma forma de garantir a hegemonia interna do regime.<sup>130</sup> Segundo CHABOD, apesar da crise econômica enfrentada a partir de 1930 e do crescente problema populacional, o principal estímulo para a preparação e execução de uma campanha na África foi de caráter político.<sup>131</sup>

Da mesma forma, a iniciativa italiana em conquistar a Etiópia teria algo de anacrônico, pois se deu num momento em que os grandes impérios coloniais começavam a dar seus primeiros sinais de esgotamento e já se desenvolviam formas de controle indireto sobre os países periféricos do sistema capitalista mundial.<sup>132</sup>

As justificativas para a campanha na África, no entanto, encontravam-se em grande consonância com a ideologia fascista e foram amplamente divulgadas na imprensa e na opinião pública do país: a luta entre ‘nações proletárias’ e ‘nações burguesas’, os apelos nacionalistas pela restauração da grandeza italiana aos tempos do Império Romano, as virtudes guerreiras do povo italiano, a “necessidade vital” da Itália de expandir-se em busca de novas terras para escoar sua população, o direito dos italianos de “civilizar aquele país bárbaro, escravagista e feudal” no coração da África, a

---

<sup>130</sup> CAROCCI, Giampiero. L'imperialismo fascista e la guerra d'Etiopia. In: Op. cit. p.279.

<sup>131</sup> CHABOD, Federico. Op. cit. p.135-136.

<sup>132</sup> CAROCCI, Giampiero. Op. cit. p.289-290.

superioridade racial européia perante os africanos e a vingança de 1896.<sup>133</sup> Esse discurso gerou um enorme entusiasmo na população e representou o auge do prestígio do regime.

Apesar dos sucessos iniciais do governo fascista nos anos de 1920, o problema populacional tomou proporções dramáticas já no fim da década. Os EUA haviam aprovado leis bastante rigorosas quanto à recepção de imigrantes em 1921, assim como o Brasil, o Chile e a Argentina, na mesma época.<sup>134</sup> A crise econômica, na década de 1930 colocou o país diante de uma encruzilhada. A campanha na África seria a solução para a crise demográfica, reforçaria a posição da Itália diante das demais potências e poderia representar uma saída ao aparente esgotamento político que o regime demonstrava.

O governo italiano assinalou então como uma das principais metas de sua política externa na entrada da década de 1930 a anexação da Etiópia. A posição da Inglaterra e da França, assim como os obstáculos representados pelos compromissos internacionais assumidos diante da SDN, serão revistos pelo governo de Mussolini nos próximos anos. Os últimos acontecimentos políticos no mundo e, principalmente na Europa, pareciam haver facilitado as coisas para o *Duce*.

## 1.5 A “Questão Ítalo-Abissínia” e a crise européia

Os planos concretos de uma nova invasão italiana à Abissínia datam, segundo alguns autores, de meados de 1934, ou mesmo antes.<sup>135</sup> A Itália porém, já vinha reavaliando sua política colonial na África Oriental desde, pelo menos, o início da década de 1920. Segundo RENOUVIN, “a obra de reorganização administrativa tinha sido acompanhada de medidas próprias não somente a garantir a segurança de ocupação, mas para preparar a expansão [...]”<sup>136</sup> O autor se refere à redução dos sultanatos insurgentes na Somália Italiana e à obtenção de um vantajoso acordo de retificação de fronteiras junto à Inglaterra em 1924. Tal acordo estabelecia a cessão de

---

<sup>133</sup> NORTLEDGE, F. S. The Abyssinian disaster. In: *The League of Nations: its life and times, 1920-1946*. Leicester: Leicester University Press, 1986. p.222-224

<sup>134</sup> BRANDALISE, Carla. *Les Rapports Internationaux de l'Italie envers l'Amérique latine: 1922-1936*. LILLE : ANRT, 2005. p.400-401.

<sup>135</sup> SCHMITZ, David F. The most hair trigger times: Ethiopia and the origins of appeasement. In: *The United States and Fascist Italy, 1922-1940*. Chapel Hill and Condor: The University of North Carolina Press, 1988. (p.154); GALLARDO, Freddy Vivas. Op. cit. p.287; BARKER, A. J. Op. cit. p.15.

<sup>136</sup> RENOUVIN, Pierre. Op. cit. p.56.

Djubaland, na Eritr ia, onde os italianos construíram uma rodovia desde o porto de Assab até a fronteira da Etiópia.<sup>137</sup>

A Itália inicialmente pretendia estabelecer sua influência no país de forma pacífica, através de acordos comerciais e diplomáticos. Conforme já mencionado, o tratado acordado em dezembro de 1906, ao estabelecer as respectivas zonas de influência da Grã-Bretanha, França e Itália no território abexim, reservava uma posi o de destaque para a última. A política de aproxima o italiana com a Abissínia continuou nos anos seguintes e se desenvolveu, principalmente sob duas formas: uma ‘política periférica’ que visava subverter a autoridade imperial e facilitar a penetra o italiana mediante acordos com os irrequietos chefes feudais das zonas vizinhas   Eritr ia e a Somália italiana, e uma ‘política de amizade’ que tentava favorecer os interesses da Itália através de acordos oficiais com o regente *Ras Tafari*.<sup>138</sup> Esta segunda forma de aproxima o foi marcada por alguns resultados importantes: em setembro de 1923 a Itália favoreceu a admissão da Etiópia como membro da Sociedade das Na es, apesar da oposi o britânica.<sup>139</sup> Alguns anos depois, em 2 de agosto de 1928, foi assinado um “acordo de Amizade, Concilia o e Arbitramento” entre os dois países. Este tratado previa, entre outras disposi es, a constru o de uma rodovia desde o porto de Assab até Dessi .   Etiópia seria cedia uma zona franca no porto.

Entretanto, as diversas tentativas de penetra o econômica italiana na Abissínia realizadas durante a segunda metade da década de 1920 esbarraram em uma resistência por parte do governo etíope. Em dezembro de 1925 a Itália havia anunciado sua inten o de construir uma ferrovia ligando suas duas colônias na África Oriental (Somália italiana e Eritr ia). Esta ferrovia atravessaria o território etíope dentro da zona de influência italiana. Um acordo foi firmado com os ingleses (a opinião francesa foi ignorada, desrespeitando o tratado de 1906), que em troca teriam autoriza o para construir uma barragem no lago Tana, regulador do Nilo Azul, do qual dependia a irriga o do Sudão e do Egito. Em 1926 o governo do *Negus* denunciou este tratado como “uma ameaça   integridade territorial e   independência política da Etiópia”<sup>140</sup>, evocando o artigo 10 do Pacto da Sociedade das Na es.

---

<sup>137</sup> Idem. p.56.

<sup>138</sup> CANDELORO, Giorgio. La politica estera dal 1929 al gennaio 1935 e l’inizio della preparazione dell’impresa etiopica. Op. cit. Vol. IX, 1988. p.331.

<sup>139</sup> NORTHEDGE, F. S. The Abyssinian disaster. In: *The League of Nations: its life and times, 1920-1946*. Leicester: Leicester University Press, 1986. p.227.

<sup>140</sup> RENOUVIN, Pierre. Op. cit. p.56.

A Abissínia permaneceu hostil à influência italiana e a colaboração entre os dois países não saiu do papel. Em 1930, o governo do *Negus* favoreceu um acordo de importação de produtos japoneses, fortes concorrentes da Itália. O país africano também recusou diversas ofertas de capital italiano, dando preferência às ofertas norte-americanas e inglesas.<sup>141</sup> Simultaneamente, Hailé Selassié I impôs um controle maior sobre os chefes locais, o que dificultou as tentativas italianas de negociar com os *rases* descontentes, e iniciou um processo de modernização das forças armadas etíopes. Entre as medidas tomadas pelo governo abexim encontram-se o reforço da guarda imperial, sob o treinamento da Missão Militar Belga, a criação de uma academia militar e o recrutamento dos soldados etíopes que haviam servido no Quênia, sob comando britânico.<sup>142</sup> Com isso, os “direitos italianos” na Abissínia não eram, de fato, reconhecidos e os planos de uma dominação política direta ganhavam força.

Em 1932, o general Emílio De Bono, então ministro das Colônias, fez uma viagem pela África Oriental. O general relatou a Mussolini sobre as reformas militares realizadas pelo imperador abissíneo, inclusive alertando o *Duce* sobre a possível ameaça que isto poderia representar para as colônias italianas. Começam os preparativos, com o envio de tropas e material bélico para a Eritrêia, então base de operações italianas no Chifre da África.

Em dezembro de 1934 ocorre então um episódio que irá desestabilizar de vez as relações entre a Itália e o império da Etiópia: uma comissão anglo-etíope responsável pela delimitação da fronteira entre a Etiópia e a Somália britânica chegou aos poços de Wal-Wal, na província de Ogaden (situados em território etíope), no dia 23 de novembro. Wal-Wal se encontrava a cerca de 160 quilometro da fronteira com a Somália italiana. Porém, ao chegar ao local a comissão encontrou um destacamento de soldados *somalis* a serviço da Itália ali estacionado. Houve protestos por parte do coronel Clifford, comandante britânico da comissão, mas este, temendo um incidente internacional, resolveu retirar-se.<sup>143</sup> Os dois grupos mantiveram suas posições até que no dia 5 de dezembro houve disparos de origem indeterminada que resultaram num confronto entre os dois destacamentos. O incidente causou a morte de uma centena de soldados etíopes e cerca de 40 somalis, além de 60 feridos entre estes. Os etíopes, mal equipados, também abandonaram a região.

---

<sup>141</sup> Idem. p.57.

<sup>142</sup> BARKER, A. J. Op. cit. p.27.

<sup>143</sup> AKPAN, Monday B. A Etiópia e a Libéria, 1914-1935: dois Estados africanos independentes na era colonial. Op. cit. p.744.

Na verdade, os incidentes nas regiões fronteiriças eram muito comuns. As autoridades coloniais resolviam-nos sem muita dificuldade e eles dificilmente se tornavam motivo de disputas diplomáticas mais sérias.<sup>144</sup> No entanto, o incidente de Wal-Wal foi utilizado como pretexto para Mussolini colocar em prática seus planos de conquista. O contexto europeu parecia sinalizar a seu favor: a invasão japonesa na Manchúria, em 1931, e a ascensão de Hitler na Alemanha, em 1933, haviam alterado a relação de forças no concerto das nações. O advento nazista acabou aproximado a França e a Inglaterra de Roma. Mussolini acreditava que as duas potências fariam qualquer concessão pelo apoio italiano diante de um renascimento alemão.<sup>145</sup> A política italiana, após a “crise austríaca”, em 1934, parecia confirmar essa tendência de distanciamento em relação a Hitler.<sup>146</sup>

Logo depois do incidente na fronteira etíope, a Itália apresentou uma série de exigências, dando a entender que se não fossem satisfeitas, se procederia à invasão. O governo do *Duce* exigia como compensações: um pedido formal de desculpas, uma larga indenização monetária, o reconhecimento da soberania italiana em Wal-Wal, a punição dos responsáveis e a saudação da bandeira italiana diante das tropas.<sup>147</sup> O *Negus* evocou então o artigo 5 do tratado de amizade de 1928, que previa a submissão do assunto à arbitragem internacional. O tratado previa que as disputas não poderiam ser “conciliadas por meios diplomáticos ordinários, porém em nenhum caso deveriam ser resolvidas pela força.”<sup>148</sup> A Itália se negava a aceitar qualquer tipo de arbitragem, alegando que constantemente tinha suas fronteiras violadas por tropas etíopes e exigia reparação por suas perdas. Temendo a eclosão de um conflito a França e a Inglaterra pressionavam Hailé Selassié a aceitar os termos italianos.

Em 14 de dezembro de 1934 o caso foi levado ao Conselho da SDN, onde ficou decidido que seria designada uma comissão encarregada de esclarecer o episódio. O governo italiano permanecia contrário à aplicação do tratado ítalo-abexim de 1928 ao mesmo tempo em que tentava evitar que o assunto fosse inscrito na pauta do Conselho.

Novos choques ocorreram entre tropas abissínicas e italianas nos meses seguintes, em Wardair e Gerlogubi. Diante da intransigência de Roma e temendo estimular ainda

---

<sup>144</sup> BAKER, A.J. Op. cit. p.17

<sup>145</sup> GERBET, Pierre. L'Italie contre la SDN: l'affaire éthiopienne. Op. cit. p.97.

<sup>146</sup> NORTHEGE, F. S. Op. cit. p.232

<sup>147</sup> GALLARDO, Freddy Vivas. Op. cit. p.287.

<sup>148</sup> NORTHEGE, F. S. Op. cit. p.225.

mais a expansão italiana, o *Negus* apelou novamente a Sociedade das Nações, agora através do artigo nº 11 do Pacto, que afirmava em seus dois parágrafos

1. Fica expressamente declarado que toda a guerra ou ameaça de guerra, atinja diretamente, ou não, algum dos membros da Liga, interessa toda a Liga, e esta deve adotar as medidas apropriadas para salvaguardar eficazmente a paz das nações. Em tal caso, o secretário-geral convocará imediatamente o Conselho, a pedido de qualquer membro da Liga.
2. Fica, igualmente, declarado que todo o membro da Liga tem o direito de chamar a atenção da Assembléia ou do Conselho, a título amistoso, para toda circunstância suscetível de atingir as relações internacionais e que ameace perturbar a paz ou a boa harmonia entre as nações, da qual a paz depende.<sup>149</sup>

Enquanto se iniciava um entroncado jogo diplomático, Mussolini ordenou a mobilização das forças armadas, planejando um ataque em outubro de 1935, após o término da estação das chuvas. Consta que o *Duce* havia pessoalmente compilado o documento “Direções e Plano de Ação para a solução da questão Ítalo-Abissínia” em 20 de dezembro de 1934, então duas semanas depois do episódio de Wal-Wal.<sup>150</sup> O documento possuía uma passagem explícita sobre as intenções da Itália diante da Abissínia: a “destruição das forças armadas abissínicas e a conquista total da Etiópia.”<sup>151</sup>

Nessa época o general De Bono foi enviado à África Oriental para comandar os preparativos. Em fevereiro de 1935 ele assumiu o cargo de governador da Eritréia e posteriormente, em 28 de março, Mussolini o nomeou Comandante-Chefe do exército italiano na África.

O desembarque massivo de tropas, armamentos, suprimentos e toda a infraestrutura necessária para uma campanha militar de grandes proporções foi realizado enquanto as negociações entre os dois países mal haviam começaram. A 8 de abril, cerca de 200.000 soldados chegam à Eritréia. Iniciou-se então a construção de estradas, fortificações e reparos no porto de Massawa. Apesar de todos os preparativos para a guerra, a Sociedade das Nações não inscreveu o assunto na reunião do Conselho até junho, por ação dos delegados britânicos, franceses e italianos.<sup>152</sup>

---

<sup>149</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. Op. cit. p.158.

<sup>150</sup> NORTHEGE, F. S. Op. cit. p.223.

<sup>151</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.342.

<sup>152</sup> GALLARDO, Freddy Vivas. Op. cit. p. 288.

O principal objetivo do governo fascista era ganhar tempo. Somente em abril de 1935 que Mussolini concordou em reconhecer a designação de uma comissão de arbitragem para esclarecer a questão de Wal-Wal, conforme previsto no acordo ítalo-etíope. Contudo, houve grande discordância quanto aos procedimentos de arbitragem, a composição da comissão responsável e ao seu objeto de investigação: Roma insistia que somente a responsabilidade pelo incidente de Wal-Wal deveria ser investigada, enquanto que o governo etíope sustentava que toda a questão da demarcação de fronteira deveria ser esclarecida. Os italianos conseguiram fazer valer suas prerrogativas diante da comissão de arbitragem, porém cederam a uma exigência do governo etíope: que nenhum abissíneo deveria fazer parte da comissão, pois não havia pessoal capacitado disponível.<sup>153</sup> Após vários meses de protelação e disputa, a comissão foi finalmente formada por M. A. Pradelle (França), Pitman Potter (EUA) pelo lado etíope e Raffaele Montagna (Itália) e Aldrovandi-Mares Cotti (Itália) pelo lado italiano. O tratado de arbitragem ítalo-abexim previa ainda que se os delegados do Comitê de arbitragem não chegassem a um acordo, um quinto delegado deveria ser chamado, o que atrasou mais os trabalhos da comissão. Assim, em 29 de agosto de 1935 se chamou Nicola Politis (Grécia), embaixador grego em Paris na época, como árbitro.

Assim, primeira fase do conflito, que se estende até o início das hostilidades, é marcada por diversas tentativas de conciliação fora da Sociedade das Nações, onde as principais potências do Conselho (Inglaterra e França) buscaram sempre uma solução favorável à Itália. A própria condição da Etiópia, como país membro da Liga, foi ignorada. Na verdade, os interesses estratégicos das duas potências irão pontuar todas as negociações com Roma.

Inicialmente os franceses tomaram a dianteira nas diligências. Em 07 de janeiro de 1935 o ministro francês Pierre Laval assinou em Roma um tratado com a Itália, estabelecendo as fronteiras da Líbia e Eritreia com as colônias francesas. A França acabou por ceder algumas possessões na África Oriental visando garantir a renúncia italiana à Tunísia e, sobretudo, o seu apoio diante da Alemanha.<sup>154</sup> No final de 1934, quando o acordo franco-italiano era iminente, Mussolini já ordenara a mobilização militar nas colônias italianas. De qualquer forma, a independência da Abissínia não

---

<sup>153</sup> NORTHEEDGE, F. S. Op. cit. p.226.

<sup>154</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. Vol. IX, 1988. p.331. O tratado ainda continha um protocolo em anexo sobre a navegação no estreito de Bab el Mandeb.

representava um ponto estratégico para a política externa francesa. Com isso, Mussolini obteve uma “carta branca” da França na “questão da Etiópia”.<sup>155</sup>

O anúncio do rearmamento alemão, do restabelecimento do serviço militar obrigatório no país e a denúncia de Hitler às cláusulas militares do tratado de Versalhes, feitos em abril de 1935, criaram um ambiente de grande tensão nos meios diplomáticos europeus. A questão das ambições italianas na África Oriental, na perspectiva anglo-francesa, passou imediatamente para segundo plano. Logo após o anúncio de Hitler, foi realizada a conferência de Stresa, de 11 a 14 de abril de 1935. A Inglaterra, França e Itália assinam um acordo de colaboração perante a ameaça nazista. O texto afirmava que os três grandes poderes encontravam-se “em completo acordo em se opor, por todos os meios praticáveis, a qualquer repúdio unilateral dos tratados, que possam colocar em risco a paz na Europa e irão agir em conjunta e cordial colaboração por esse propósito.”<sup>156</sup> Como o próprio texto deixa claro, a conferência se absteve de tratar diretamente do conflito ítalo-abexim, se concentrando nas discussões relativas ao cenário europeu.<sup>157</sup>

Os interesses franceses na Abissínia, por sua vez, se restringiam à ferrovia Djibouti-Addis-Abeba e ao porto de Djibouti. As negociações entre Mussolini e Laval, a princípio, resguardavam esses interesses no caso de uma ação italiana na África Oriental. Já a Inglaterra se sentia ameaçada quanto à presença da Itália na Abissínia em função do Lago Tana, que se encontrava no interior do império africano. O lago era afluente do Nilo Azul, responsável pela irrigação do Egito e do Sudão. Além disso, desde a conquista da Líbia, em 1912, os ingleses temiam que as ambições de Mussolini recaíssem sobre o Egito, situado entre aquela e as colônias italianas da África Oriental. O Mar Vermelho sob domínio italiano ameaçava igualmente a rota para as Índias e a hegemonia britânica no Egito e no Oriente Médio. O governo britânico temia ainda que uma guerra ítalo-abexim pudesse criar uma eventual “onda anti-européia” nas colônias inglesas.<sup>158</sup>

Os interesses britânicos e franceses na Abissínia eram, portanto, bastante distintos. Tal situação impedia uma colaboração efetiva das duas potências diante de

---

<sup>155</sup> CAIOLI, Aldo. *Il Conflitto ítalo-etioptico e la Società delle Nazioni* (3 de ottobre 1935 – 5 maggio 1936). Trieste: Università degli studi, 1994. p.10.

<sup>156</sup> NORTHEDGE, F. S. Op. cit. p.249.

<sup>157</sup> GERBET, Pierre. *L'Italie contre la SDN: l'affaire éthiopienne*. Op. cit. p.98. Mussolini declarou posteriormente que foi sugestão sua incluir a palavra “Europa” no texto. Entretanto a publicação dos documentos diplomáticos ingleses desmentiu tal versão. Nesse sentido, ver CANDELORO, Giorgio. *La conquista dell'Etiopia*. In: Op. cit. Vol. IX. p.372.

<sup>158</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.370.

uma iminente invasão italiana à Etiópia. O governo francês acreditava que uma oposição firme diante da expansão da Itália poderia aproximaria esta da Alemanha. Já a Inglaterra acreditava que permitir tal agressão deliberada estimularia a própria Alemanha a expandir-se, além de significar a falência da Sociedade das Nações. Conforme BRANDALISE, “desde o começo, portanto, as duas grandes potências do Conselho estavam divididas quanto à conduta a se ter.”<sup>159</sup>

Os EUA observavam este cenário de instabilidade com muita preocupação. O governo Roosevelt esperava que os encontros de Stresa resultassem em uma colaboração efetiva das três potências contra o rearmamento alemão e sua violação do tratado de Versalhes. Roosevelt declarou que se um bloqueio completo à Alemanha fosse decidido em Stresa, os EUA “obviamente seguiriam.”<sup>160</sup> Todavia, a posição norte-americana em relação ao conflito ítalo-abexim era de indiferença. Apesar de seu apreço pelos valores da segurança coletiva e pela manutenção da paz e do equilíbrio europeu, os EUA nunca pertenceram a SDN. Tampouco a África Oriental representava uma região de importância estratégica para o país. Em agosto o Congresso dos Estados Unidos votou o primeiro *Neutrality Act*, que decretava assim o isolamento norte-americano em relação à crise européia.<sup>161</sup>

Enquanto as negociações anglo-francesas com Roma se desenvolviam vagarosamente, a Etiópia anunciava seu temor em relação aos preparativos militares italianos. Os nobres abissínios sugeriram atacar os italianos antes que eles terminassem seus preparativos militares. O *Negus*, contudo, ainda não havia decretado a mobilização do exército na esperança de que a SDN pudesse resolver a disputa. Além disso, no caso de um conflito de fato, o governo etíope queria deixar bem claro, diante da opinião pública mundial, quem era o agressor.

A situação da Etiópia chegou a um ponto crítico quando os principais países fabricantes de armas (França, Bélgica, Dinamarca e Tchecoslováquia), por pressões do governo italiano, decidiram proibir a exportação de material bélico para o país africano. Carregamentos de armas e munições já pagos ficaram retidos nos portos. Hailé Selassié declarou na ocasião: “se estas nações não podem impedir a guerra, ao menos não neguem meios de nos defendermos.”<sup>162</sup> Em julho a Inglaterra, a despeito da existência de um tratado assinado em 1930 que previa o fornecimento de armas à Etiópia, também

---

<sup>159</sup> BRANDALISE, Carla. Op. cit. p.417.

<sup>160</sup> SCHMITZ, David F. Op. cit. p. 154.

<sup>161</sup> GERBET, Pierre. Op. cit. p.101.

<sup>162</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 02 de julho de 1935. p.1.

se juntou à esses países. O governo britânico, porém estendeu o embargo também à Itália, o que não teve efeito prático algum.

Os rumos da política externa britânica, no entanto, irão mudar. Durante o verão inglês de 1935, foi realizado um *Peace Ballot* (“votação da paz”) organizado pela *União pela Liga das Nações*. A divulgação dos resultados desta sondagem foram bastante significativos: a opinião pública britânica apoiava maciçamente uma atitude mais firme por parte da SDN, incluindo a aplicação de sanções econômicas em caso de agressão. Mais de 10 milhões de britânicos foram ouvidos. A imprensa, as igrejas e as mais variadas correntes de opinião eram quase unânimes em exigir que se impedisse um ataque italiano à Etiópia. Essa inesperada mobilização em favor da Abissínia pressionou o novo governo inglês (formado por Sir Samuel Hoare no ministério do exterior e Mac Donald como primeiro-ministro, que assumiram em 6 de junho) a assumir uma posição mais energética diante dos planos italianos na África.

Pouco antes da divulgação dos resultados da pesquisa, ainda no mês de junho, o ministro britânico dos Assuntos da Sociedade das Nações, Anthony Eden, havia desembarcado em Roma com uma nova proposta de conciliação. Esta previa uma compensação territorial, onde a Etiópia cederia parte da província de Ogaden (satisfazendo o antigo desejo italiano de ligar por ferrovia a Somália italiana e a Eritreia) e receberia uma zona de saída para o mar na Somália britânica (o porto de Zeila).<sup>163</sup> Novamente o *Duce* recusou qualquer tentativa de conciliação, considerando a proposta muito modesta. Mussolini alegou que a cessão de Zeila à Etiópia permitiria que esta pudesse adquirir armas mais facilmente. Ele afirmou também que a solução pacífica da questão etiópica só era possível se a Etiópia entregasse à Itália todos os territórios conquistados por Menelik II habitados por populações não *amáricas*<sup>164</sup> e no núcleo do império fosse estabelecido um protetorado italiano. Se essas condições não fossem oferecidas, a Itália iria à guerra e conquistaria toda a Abissínia.<sup>165</sup>

Finalmente em 31 de julho a ‘questão ítalo-abissínia’ é colocada na pauta do Conselho da Sociedade das Nações. Entretanto a iminência de uma guerra e os preparativos italianos nem foram mencionados. A discussão se manteve “estritamente

---

<sup>163</sup> GALLARDO, Freddy Vivas. Op. cit. p.288.

<sup>164</sup> O grupo étnico *Amárico* é o preponderante na região que corresponde ao núcleo do império etíope. Esta região é conhecida como ‘Abissínia’. Sobre a expansão do império etíope sob Menelik II, ver Anexo I (mapa 1.3)

<sup>165</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.374-375.

em pontos relacionados à arbitragem de Wal-Wal, mas o comitê responsável não emitiu, por expressas instruções, nenhum juízo sobre a questão territorial.”<sup>166</sup>

Chega-se assim, em agosto de 1935, às negociações tripartidas. Reuniram-se de forma reservada Anthony Eden, Pierre Laval e o Barão Aloisi (representante italiano na SDN) para uma nova tentativa de conciliação pacífica. Essas negociações excluía explicitamente a Etiópia, fato justificado pelos três países baseando-se no tratado firmado entre eles em 1906 e que era responsável pelos assuntos relativos à Abissínia. Nessas negociações, realizadas em Paris dos dias 15 a 18 de agosto, se propôs que a Etiópia deveria aceitar um plano de reorganização de sua vida nacional, posto em prática por um Comitê de conselheiros estrangeiros (nomeados pela Liga das Nações e/ou pelos governos da Itália, França e Inglaterra). A proposta ainda fornecia diversos privilégios à Itália e algumas compensações à Etiópia por parte das colônias inglesas e francesas. O governo italiano não se satisfiz com as novas propostas. O Barão Aloisi declarou que “não poderia mais persistir em uma atitude de tolerância com respeito a um Estado bárbaro, incapaz de controlar as populações a ele sujeitas, populações estas que estavam poderosamente armadas e ameaçando as fronteiras italianas.”<sup>167</sup> Eden então informou o insucesso dessas negociações ao Conselho da Sociedade das Nações no início de setembro.

No dia 3 deste mês, a comissão designada para esclarecer o incidente de Wal-Wal finalmente chegou a um parecer. Esta considerou unanimemente que o incidente não se tratava de um assunto relativo à SDN e que “nenhuma responsabilidade internacional deveria ser envolvida.”<sup>168</sup> Nenhuma das partes foi responsabilizada pelo incidente, da mesma forma que não foram estipuladas compensações ou reparações. Obviamente a Sociedade das Nações se recusou a tratar de um assunto de sua responsabilidade. Entretanto, após essa sentença ficavam claras as reais intenções da Itália diante da Etiópia: o governo italiano organizou um dossiê sobre a Etiópia e o apresentou no dia seguinte ao Conselho da SDN. O documento já havia sido enviado a diversas embaixadas, assim como a delegações italianas em todo mundo. O conteúdo foi extraído do memorial que o diplomata Raffaele Guariglia tinha preparado a partir de junho de 1935 em colaboração com o “Escritório para a Etiópia”:

---

<sup>166</sup> GALLARDO, Freddy Vivas. Op. cit. p.288.

<sup>167</sup> NORTHEDGE, F. S. Op. cit. p.227.

<sup>168</sup> Idem. p.226.

Segundo o memorial, a Itália reivindicava uma prioridade natural sob a Abissínia, visto que ela tinha sido a primeira a realizar uma “obra civilizatória” naquela região. Após um breve período de turbulências, devido aos conflitos de 1895-1896, a Itália estava engajada em uma política de paz visando a favorecer um crescimento econômico mútuo e pacífico. A fim de demonstrar sua boa vontade, um tratado de amizade foi assinado no mês de agosto de 1928. Apesar de todos esses esforços, a Etiópia tornou-se mais e mais agressiva, revelando seu verdadeiro caráter bárbaro de Estado feudal e escravagista, absolutamente incapaz de fazer respeitar os direitos primordiais tanto dos Estados limítrofes quanto dos cidadãos das colônias italianas. Este país africano menospreza assim o compromisso com a SDN. No mais, a Etiópia desenvolve uma política de armamento completamente hostil. Em consequência, conforme o governo italiano, a única opção possível é agir em legítima defesa e por um fim a este estado de coisas.<sup>169</sup>

Dessa forma a resolução do incidente de Wal-Wal resultou em uma nova orientação da política italiana em relação à “questão abissínia”.

De fato, Mussolini muda imediatamente de tática e invoca argumentos semelhantes àqueles que o Japão tinha utilizado contra a China. Descartando o incidente de Wal-Wal como se jamais tivesse existido, ele sustentou que a Etiópia não era mais que um punhado de tribos bárbaras, desprovidas de um governo estável, de uma infra-estrutura política e administrativa efetiva assim como de fronteiras bem delimitadas. A presença de tal país, onde se permitia a escravidão e o tráfico de armas, constituía uma afronta ao bom renome da SDN. A Itália se sentia profundamente ferida em sua dignidade de nação civilizada a continuar discutindo com a Etiópia sobre um pé de igualdade enquanto essa ameaçava a civilização e segurança italiana na África.<sup>170</sup>

A imprensa e os próprios delegados italianos na Sociedade das Nações também assumiram um tom mais provocativo em relação à questão da Abissínia. Tais argumentos, na visão da SDN, justificavam ainda mais uma intervenção internacional coordenada pela Liga do que uma ação militar italiana.

---

<sup>169</sup> Citado por BRANDALISE, Carla. Op. cit. p.419-420.

<sup>170</sup> GERBET, Pierre. Op. cit. p.99-100.

Diante de tal situação, o conselho da SDN recuou mais uma vez e decidiu constituir um novo comitê especial encarregado de elaborar novas bases de negociação. Forma-se então o “Comitê dos 5”, composto por delegados da França, Inglaterra, Espanha, Turquia e Polônia, sob a presidência de Salvador de Madariaga (Espanha). As proposições apresentadas pelo comitê (bastante influenciadas pela argumentação italiana), no entanto, não eram muito diferentes das ofertas feitas a Mussolini por Laval e Eden, em agosto. Elas previam o estabelecimento de uma tutela internacional sobre a Abissínia, seguido de uma série de reformas e ratificações territoriais coordenadas pela Liga das Nações, além de garantir a preponderância econômica e militar da Itália na metade sul do país africano, a partir de Addis-Abeba. Em 18 de setembro o comitê anunciou a proposta de conciliação, que foi recusada pelo conselho de ministros italianos três dias depois.<sup>171</sup> Na ocasião, Hailé Selassié I se dirigiu à população do país pela única rádio da Etiópia, declarando:

Hoje, quando ficou perfeitamente claro que o incidente de Wal-Wal não oferece motivos para guerra, a Itália, que tem sido abastecida de armas e munições por potências que as têm negado a nosso país – que jamais fabricou material bélico e precisa desesperadamente dele para autodefesa – está procurando desacreditar nosso governo e nosso povo aos olhos do mundo, afirmando que somos selvagens e que é seu dever civilizar-nos.<sup>172</sup>

O imperador ordenou a mobilização geral em 28 de setembro. A ordem era de que os exércitos etíopes estacionados próximos da Eritreia se mantivessem a uma distância de 30km da fronteira. A ação de agentes fascistas, que buscavam alianças junto aos chefes locais e “fomentavam a subversão política na Etiópia”<sup>173</sup> já há alguns anos acabou por enfraquecer ainda mais a modesta resistência militar do *Negus*.

Alguns dias antes, em 10 e 11 de setembro, Laval e Hoare firmaram um acordo de colaboração franco-britânica na questão etíope. Nesse acordo os dois ministros excluía qualquer possibilidade de sanções militares, bloqueio naval, fechamento do canal de Suez ou qualquer outra medida que pudesse ser encarada como declaração de guerra por parte dos italianos, na intenção de manter intactas as diretivas do “front de

---

<sup>171</sup> NORTHEDGE, F. S. Op. Cit. (p.228); CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.378-379.

<sup>172</sup> BAKER, A.J. Op. cit. p.30.

<sup>173</sup> AKPAN, Monday. Op. cit. p.743.

Stressa”. Somente eventuais sanções econômicas e comerciais poderiam ser aplicadas.<sup>174</sup>

Apesar do acordo franco-britânico se mostrar bastante favorável à Itália, o ministro Samuel Hoare realizou um exaltado discurso na Assembléia da SDN em meados de setembro. Nele o ministro defendia os princípios da segurança coletiva e da manutenção da paz. Pela primeira vez o Conselho da SDN parecia estar realmente engajado na questão da crise etíope. A eventual oposição britânica alarmou os meios diplomáticos italianos. Para tornar a situação mais delicada, a Inglaterra anunciou que reforçaria, ainda em setembro, a esquadra naval no Mediterrâneo. Houve a concentração de navios em Gibraltar e, principalmente, em Alexandria. A França se posicionou timidamente em apoio à ação britânica. A notícia caiu como uma bomba nos meios italianos. Diante de tal ameaça, Mussolini não recuou. Aumentou as tropas na Líbia, considerando as providências inglesas como um mero blefe.<sup>175</sup>

A tensão diplomática estabelecida entre a Itália e a Grã-Bretanha foi usada pelo governo do *Duce* na tentativa de entusiasmar as massas diante do projeto expansionista na África. Nos apelos do governo a Inglaterra era apresentada como uma potência imperialista rica, porém decadente que se empenhava em não permitir que a “jovem Itália” tomasse posse daquilo que lhe era legítimo:

A contraposição entre nações ricas e nações proletárias, típica da tradição nacionalista, foi agora largamente utilizada pela propaganda fascista para obter um consenso popular quanto mais vasto possível à empresa mussoliniana e apresentava uma empresa de conquista como uma guerra patriótica.<sup>176</sup>

O governo fascista afirmava que a Itália estava pronta para vingar a derrota de Adowa, restabelecer a glória e magnitude do império romano e fazia promessas de prosperidade e riqueza à população. Sob esses apelos, mais navios saíam da Itália em direção ao chifre africano.

Tendo o caminho livre para invadir a Abissínia, Mussolini ordenou que o ataque se iniciasse em 3 de outubro. Sob o comando do general Emilio De Bono, as tropas italianas partiram da Asmara, capital da Eritréia e chegaram até a fronteira etíope.<sup>177</sup> Ali as dificuldades começavam: a estrada construída pelos italianos se estendia até a

---

<sup>174</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.378.

<sup>175</sup> CHABOD, Federico. Op. cit. p.137.

<sup>176</sup> CANDELORO, Giorgio. Op. cit. p.373.

<sup>177</sup> Sobre o avanço das tropas de De Bono, ver Anexo I (mapa 1.4).

fronteira. No interior da Etiópia a situação dos transportes era precária. As tropas cruzaram o rio Mareb e penetraram na fronteira sem declaração formal de guerra, não encontrando qualquer resistência. A força aérea italiana bombardeou Adowa e o exército estacionado na Somália, sob o comando do general Pietro Badoglio iniciou a invasão na fronteira sul da Etiópia.<sup>178</sup>

Apesar de toda a preparação militar realizada ao longo do ano de 1935, a invasão italiana à Abissínia chocou a opinião pública mundial. A desigualdade de forças entre as duas partes foi denunciada por uma parcela da imprensa e pelas organizações de paz. Há essa altura já haviam sido criados inúmeros comitês pró-Etiópia em diversas cidades europeias. Por outro lado, uma parte da imprensa mundial se mostrou bastante compreensível às razões italianas. Na verdade a opinião corrente, principalmente na França, era que a defesa da independência de um longínquo e pobre país africano era uma causa muito insignificante para tamanha tensão diplomática. Seria preferível que a Itália realizasse a conquista a criar uma nova situação de conflito na Europa. Além disso, os protestos dos governos britânico e francês careciam de legitimidade, uma vez que, tanto a Inglaterra quanto a França eram detentoras de vastos impérios coloniais.<sup>179</sup>

Com a efetivação da invasão italiana, no início de outubro, ocorreu nova reunião do Conselho no dia 5 deste mês. O delegado etíope Teclé Hawariate protestou exigindo a aplicação do artigo nº 16 do Pacto da SDN. Este previa a aplicação de sanções comerciais e financeiras ao país agressor por parte de todos os membros da Liga. O Conselho então determinou a constituição de um comitê especial de 6 membros

---

<sup>178</sup> AKPAN, Monday. Op. cit. p.744.

<sup>179</sup> Na França, os meios intelectuais se mostraram profundamente divididos em relação à guerra na África, como nos tempos do caso Dreyfus. Foram publicados, pelo menos, três importantes manifestos que mobilizaram a intelectualidade francesa: o primeiro, intitulado *Manifesto dos intelectuais pela paz na Europa e defesa do Ocidente*, foi redigido pelo escritor Henri Massis e publicado em 4 de outubro de 1935, no jornal *Le Temps*. Representava, sobretudo, a fração mais conservadora e nacionalista da opinião pública na França. O texto criticava as possíveis sanções econômicas previstas no estatuto da SDN contra a Itália em nome dos interesses estratégicos franceses em evitar uma guerra européia. O documento ainda legitimava a ‘guerra pela civilização’ e o desrespeito aos tratados internacionais, além de realizar uma declarada apologia ao regime de Mussolini. No dia seguinte (5 de outubro de 1935), os intelectuais de esquerda e os membros do Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas, organizam e publicam um contramanifesto no jornal *L’Euvre*. Nesse texto, defendia-se a SDN e exigia-se do governo francês uma postura firme em respeito às leis internacionais. Por fim, os intelectuais católicos franceses publicam, em 17 de outubro, no jornal *L’Aube* e nos semanários católicos *La Vie catholique* e *Sept*, um terceiro manifesto. Sob o título de *Manifesto pela Justiça e Paz*, uma parcela significativa da intelectualidade católica francesa – sobretudo os democrata-cristãos e os dominicanos – também criticava a agressão fascista e apostava na intermediação da SDN como instrumento para garantir a paz. Apesar da congruência de argumentos, os católicos tentavam manter uma posição autônoma em relação à esquerda intelectual. Dentre esses três manifestos, o primeiro foi o que obteve maior ressonância e apoio entre os intelectuais franceses, reunindo mais de 850 assinaturas. Para mais detalhes sobre a repercussão da Guerra da Abissínia entre a intelectualidade francesa ver: A Campanha da Etiópia. In: WINOCK, Michel. Op. cit. p.336-346.

(Inglaterra, França, Espanha, Polônia, Portugal, Dinamarca, Romênia e Chile) formada para estudar o assunto. O relatório apresentado por este em 7 de outubro afirmava que o início das hostilidades representava o desrespeito ao Pacto da SDN e que sanções econômicas deveriam ser adotadas. Foi convocada uma sessão extraordinária da Assembléia da SDN, realizada nos dias 9 e 10 de outubro. Nela se decidiu, por cinquenta votos contra um (o voto italiano), além de três abstenções (Albânia, Áustria e Hungria, onde o fascismo italiano exercia forte influência) que a Itália havia violado o artigo nº 12 do Pacto da Sociedade das Nações, sendo considerada a agressora no conflito.<sup>180</sup> Tal artigo expressava em seus dois parágrafos, de forma muito clara, que

1. Todos os membros da Liga concordam em que, se entre eles surgir uma controvérsia suscetível de produzir uma ruptura, submeterão o caso seja ao processo de arbitragem ou a uma solução judiciária, seja ao exame do Conselho. Concorda, também, em que não deverão, em caso algum, recorrer à guerra, antes da expiração do prazo de três meses após a decisão arbitral ou judiciária, ou o relatório do Conselho.
2. Em todas as hipóteses previstas neste artigo, a decisão deverá ser proferida dentro de prazo razoável, e o relatório do Conselho deverá ser apresentado dentro em seis meses a datar do dia em que a controvérsia lhe tenha sido submetida.<sup>181</sup>

O barão Aloisi tentou ainda argumentar, durante sua fala na Assembléia, que se tratava de uma guerra de auto-defesa, o que, segundo o Pacto, era permitido. O diplomata italiano ainda lamentava que a Abissínia, um país que sequer possuía um governo e que vivia as espessas dos povos que conquistava, pudesse se beneficiar do sistema de sanções da SDN.<sup>182</sup>

Apesar a condenação formal, a SDN demorou para tomar medidas efetivas. Ao invés de determinar a aplicação imediata de sanções ao agressor, como previa o artigo nº 16 do Pacto, foi decidida a constituição de uma nova comissão encarregada de estudar as medidas coercitivas a serem aplicadas. A adoção de sanções econômicas, porém, não seria imposta pela Assembléia, mas sim decidida de forma soberana por cada país.<sup>183</sup>

Em 11 de outubro, foi criado o Comitê de Coordenação ou “Comitê dos dezoito”, presidido pelo português Augusto de Vasconcellos, que apresentou um

---

<sup>180</sup> BRANDALISE, Carla. Op. cit. p.422.

<sup>181</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. Op. cit. p.158.

<sup>182</sup> NORTHEGGE, F. S. Op. cit. p.231.

<sup>183</sup> GERBET, Pierre. Op. cit. p.102

programa de aplicação de sanções. Este era dividido em cinco medidas: o embargo na exportação de armas, munições e material bélico para a Itália; a proibição de empréstimos e créditos ao governo italiano; a proibição de importação de produtos de origem italiana; o embargo de certas matérias-primas e produtos como a borracha, bauxita, estanho, níquel, cobre, manganês, alumínio, minério de ferro, entre outros metais raros, e animais de carga, além da organização de um suporte mútuo entre os estados-membros com o objetivo de amenizar as conseqüências de tais medidas na economia de cada país. O governo italiano fez o possível para pressionar as decisões do comitê e dos países que votariam pelas sanções.

Mussolini fez chegar aos seus representantes diplomáticos uma circular em que ele explicava que o governo fascista “estava levando perfeitamente em conta as condições de pressão, de incerteza e constrangimento que irão conduzir a maior parte dos Estados a tomar em consideração um país amigo como a Itália, uma decisão que, em condições normais, teria sido recusada”.<sup>184</sup>

Em 31 de outubro foi realizada uma votação pela aplicação das medidas, onde cinqüenta governos decidiram a favor do 1º ponto, quarenta e nove pelo 2º, quarenta e oito pelo 3º e 4º e trinta e oito pelo 5º. Foi decidido também que as medidas entrariam em vigor no dia 18 de novembro.<sup>185</sup> Houve ainda a tentativa de ampliar as sanções para os países que não pertenciam a SDN.

No início de novembro, por iniciativa do delegado canadense W. A. Rindell – sob influência britânica, obviamente – se discutiu a possibilidade de estender as sanções sobre matérias-primas para produtos essenciais como o petróleo, o carvão e o aço. No dia 2 de novembro foi criada então uma comissão de ‘experts’ para avaliar o impacto que tais sanções acarretariam para a Itália. As discussões da Liga, nesse momento, alarmaram as autoridades italianas. Estas se puseram a pressionar os países membros para que não se efetivasse o embargo ao petróleo, ao mesmo tempo em que afirmavam que tal medida seria considerada como uma declaração de guerra à Itália. Diante de tal situação, o delegado belga Van Zeeland propôs que, simultaneamente à aplicação do programa de sanções, fossem abertas novas negociações de paz com a Itália, sob o comando franco-britânico.

---

<sup>184</sup> Citado por BRANDALISE, Carla. Op. cit. p.429.

<sup>185</sup> NORTHEGE, F. S. Op. cit. p.233.

Pierre Laval e Samuel Hoare se encontraram em 7 de dezembro em Paris a fim de elaborar uma proposta de paz a ser apresentada à Itália. O plano consistia em três partes: I - a concessão de uma saída para o mar à Abissínia no porto de Zeila; II - em troca, parte do Tigré e de territórios a leste e sudeste do país seriam cedidos à Itália; III - uma ampla área no sul e sudoeste da Abissínia seria reconhecida como monopólio italiano em matéria de desenvolvimento econômico, imigração e colonização, permanecendo, todavia, sob a soberania do *Negus*. Segundo o plano, a Etiópia perderia cerca de mais da metade de seu território original, o que parecia um “prêmio” bastante generoso dado a um país que violou o pacto da Liga e iniciou uma guerra de conquista deliberada.<sup>186</sup>

Na verdade o plano Laval-Hoare não apresentava nenhuma novidade em relação às inúmeras propostas oferecidas à Mussolini desde meados de 1935. Se esperava que o *Duce* chegasse a um acordo em razão das ameaças da SDN de efetivar o embargo ao petróleo. Mas antes mesmo de ser apresentado oficialmente pelos ministros francês e britânico, o plano foi publicado pela jornalista Madame Tabouis nos jornais parisienses, em 9 de dezembro. Tal publicação escandalizou a opinião pública e os partidários da Liga, e ameaçou profundamente o andamento das sanções em Genebra.<sup>187</sup> Por fim, Samuel Hoare foi afastado do ministério, assumindo em seu lugar Anthony Eden.

Em termos práticos, contudo, as sanções tiveram efeitos irrelevantes e serviram mais para mostrar algum posicionamento da SDN diante do conflito do que para realmente impedir a Itália de realizar sua conquista na Abissínia. A maior parte dos grandes parceiros comerciais italianos e principais fornecedores de matérias-primas não eram membros da SDN: Os EUA, a Alemanha (que se retirou em outubro de 1935, logo após o anúncio da aplicação das sanções) e o Japão (que deixou a liga em 1933, após a invasão da Manchúria). Estes países se declararam neutros e somente adotaram sanções sobre as armas e munições. Além disso, o embargo liderado pela SDN não foi aplicado com rigor e tampouco se estendeu para produtos estratégicos como o petróleo, o carvão e o aço, ou a medidas de caráter militar como o fechamento do canal de Suez, que de fato poderiam frear o avanço italiano na África. O presidente norte-americano Franklin Roosevelt ainda fez um “apelo moral” aos produtores de combustível dos EUA para que não o fornecessem à Itália, o que efetivamente não teve resultado algum.<sup>188</sup> Os governos

---

<sup>186</sup> Idem. p.242.

<sup>187</sup> Idem. p.242.

<sup>188</sup> SCHMITZ, David F. Op. cit. p.160-161.

da Grã-Bretanha, França e EUA temiam que medidas mais agudas pudessem ser consideradas como uma declaração de guerra pela Itália e se limitaram às “sanções leves.” A relativa demora nas decisões do comitê responsável pelas sanções também permitiu que Mussolini pudesse tomar providências de abastecimento e reserva de petróleo. Por fim, a publicação do plano Laval-Hoare desacreditou completamente o sistema de sanções empreendido pela Liga diante da opinião pública, demonstrando claramente a posição de complacência das velhas potências em relação à agressão fascista à Abissínia.<sup>189</sup>

O governo italiano, no entanto, teve de tomar algumas medidas em relação ao impacto econômico causado pelas sanções: o consumo de carne teve de ser reduzido assim como a eletricidade e os combustíveis. Em geral, essas medidas foram um tanto impopulares. Não obstante, as autoridades italianas usaram habilmente a campanha das sanções a seu favor. A propaganda fascista buscava mostrar como existia um “complô mundial” contra a Itália, liderado pela Inglaterra. Da mesma forma organizou-se um boicote aos produtos ingleses e se incentivou a compra de produtos italianos.<sup>190</sup> Entretanto a campanha que mais explorou o nacionalismo dos italianos e produziu maior entusiasmo entre a população foi a chamada “coleta do ouro”. No dia previsto para a entrada em vigor das sanções estipuladas pela SDN, milhões de italianos participaram de uma cerimônia na qual trocavam suas alianças de ouro por anéis de ferro. O apoio foi tamanho que até mesmo alguns críticos do regime acabaram contribuindo, entre eles Luigi Pirandello que entregou a sua medalha do Prêmio Nobel, e os famosos intelectuais antifascistas Benedetto Croce e Albertini. Enquanto o ouro recolhido serviria para custear a guerra, o ritual de troca de alianças representava o “casamento com a pátria” e um voto de fé no regime fascista.<sup>191</sup> A própria rainha da Itália participou da cerimônia. Essa campanha se estendeu também às colônias italianas em diversos países onde foi recebida com bastante comoção e entusiasmo.<sup>192</sup>

Enquanto se estendia o debate em torno das sanções sobre a Itália na Assembléia e no Conselho da Liga, as tropas do *Duce* avançavam francamente na Abissínia. Mussolini exigia um avanço rápido antes que a SDN pudesse estender o embargo para produtos vitais à máquina de guerra italiana. O exército de De Bono já havia conquistado Adowa em 6 de outubro, Magale em 8 de novembro e chegou a Axum,

---

<sup>189</sup> GALLARDO, Freddy Vivas. Op. cit. p.296.

<sup>190</sup> BAKER, A. J. Op. cit. p.45.

<sup>191</sup> Idem, Ibidem.

<sup>192</sup> BRANDALISE, Carla. Op. cit. p.432-434; 437.

antiga capital do império e cidade sagrada para os etíopes, antes do fim deste mês. Uma inesperada contra-ofensiva etíope, no entanto, obrigou os italianos a parar. A ação era bem sucedida mais pela audácia e coragem das tropas abissínicas do que pela existência de recursos ou de lideranças capazes. Os italianos tiveram que recuar de Takkaze para Axum e de Amba Tzellene para Warieu. O Gen. De Bono foi substituído então pelo Gen. Pietro Badoglio em 16 de novembro, enquanto que o comando italiano na Somália foi assumido pelo marechal Rudolfo Graziani. A resistência abexim permaneceu impedindo o avanço italiano por algumas semanas. Foi quando Mussolini ordenou a utilização de gás venenoso contra os exércitos do *Negus*. Violando todos os tratados internacionais, a Itália despejou de seus aviões grandes quantidades de gás mostarda, acabando com a moral das tropas etíopes e causando a morte de milhares de nativos.

As notícias do uso de gás tóxico e de bombardeios aéreos sob vilas indefesas e tropas armadas com lanças causaram grande polêmica na imprensa européia. Inicialmente os italianos negaram tais práticas. Porém, assim que as evidências foram se confirmando, as autoridades declararam que não se tratava de gases letais, mas sim com efeito paralisante. O imperador etíope protestou junto a SDN em 30 de dezembro, alegando que a Itália realizara mais outro desrespeito aos tratados internacionais. Em janeiro de 1936 a força aérea italiana bombardeou um posto da Cruz Vermelha egípcia.

Em Genebra as deliberações permaneciam estanques. Um novo comitê de ‘experts’ foi nomeado para avaliar a questão do petróleo em fins de dezembro. Este mesmo comitê, no entanto, entregou seu relatório sobre o assunto somente em 12 de fevereiro, quando o avanço italiano na Abissínia já se mostrava irreversível. A reunião da Assembléia para a discussão do relatório também foi postergada, sendo realizada em 2 de março. Nela o novo ministro francês apelou para a abertura oficial de um cessar fogo entre os dois países. Se essas negociações não tivessem efeito algum, se procederia com o embargo de petróleo. Hailé Selassié concordou em negociar a paz, mas a Itália, obviamente, não voltaria mais atrás nas operações militares. Os dirigentes italianos acenaram em favor das negociações somente para impedir que a ampliação das sanções não fosse concluída.<sup>193</sup>

Março, no entanto, foi um mês decisivo tanto na questão ítalo-abexim quanto na política européia. No dia 7, Adolf Hitler anunciou a remilitarização da Renânia, rompendo os acordos de Locarno (1925). O *Führer* usou como pretexto para sua ação a

---

<sup>193</sup> CAIOLI, Aldo. Op. cit.. p.99-100.

existência de um acordo entre a França e a União Soviética pela ‘segurança coletiva’, o que representava uma ameaça à Alemanha.<sup>194</sup> De fato, o temor quase paranóico de um renascimento alemão ditava todas as direções da diplomacia francesa, incluindo sua marcante convivência na crise da Abissínia.

Imediatamente a Inglaterra e a França abandonam qualquer interesse relativo à questão da Etiópia e começam a se preparar para um choque com a Alemanha.<sup>195</sup> Mais do que nunca era preciso impedir a aproximação entre o fascismo italiano e Hitler. Porém, a reação da Itália diante das sanções e, principalmente seu ressentimento em relação à Grã-Bretanha, condenaram ao fracasso qualquer tentativa de manter os acordos de Stresa.<sup>196</sup>

Por fim, as tropas comandadas pelo general Badoglio tomam Addis-Abeba em 6 de maio. Após oito meses de uma espinhosa campanha pelos desfiladeiros e desertos da Abissínia, a conquista italiana se confirmava. A Itália havia mobilizado 500.000 homens. O saldo de 3.000 mortos pelo lado italiano parecia irrisório diante da magnitude da vitória e da anexação de tão vasto território. Assim que a notícia chegou a Roma, Mussolini proclamou a fundação do Império Italiano na África e anunciou a coroação do Rei Victor Emmanuel III como “Imperador da Etiópia.” Uma população eufórica tomou as ruas de Roma em comemoração e esta se estendeu às comunidades italianas de todo o mundo. Dois dias antes, o *Negus* embarcava no porto francês de Djibouti com destino à Palestina e, posteriormente, ao exílio em Londres. Sua chegada à capital britânica foi discreta e sua presença foi praticamente ignorada pelo governo e opinião pública. Foi então que no dia 30 de junho de 1936 o imperador Hailé Selassié I fez seu último apelo às potências ocidentais em um vigoroso discurso proferido na tribuna da SDN:

Eu, Hailé Sélassie, Imperador da Etiópia, estou aqui para reclamar justiça para com meu povo, bem como a assistência que há oito meses passados prometeram a ele, quando, na ocasião, 50 nações concordaram que uma agressão, violando os tratados internacionais, havia sido cometida contra ele. Não há precedente de um chefe de estado ter vindo falar nessa assembléia, como não há precedente de um povo ser vítima de tal injustiça, estando no presente abandonado e

---

<sup>194</sup> NORTHEGGE, F. S. Op. cit. p.251.

<sup>195</sup> CAIOLI, Aldo. Op. cit. p.100

<sup>196</sup> Idem. p.119.

colocado em risco de vida por seu agressor. Igualmente nunca se viu o exemplo de um governo proceder o sistemático extermínio de uma nação por meios bárbaros, violando as mais solenes promessas feitas pelas nações da terra de não usar contra seres humanos inocentes as injúrias do gás venenoso. É para defender um povo que luta pela sua antiga independência que o chefe do Império Etíope veio até Genebra para cumprir com o seu dever, depois dele mesmo ter lutado no comando dos seus exércitos. Peço a Deus Todo-Poderoso que ele poupe as nações do terrível sofrimento que recentemente infringiram ao meu povo, sofrimento que os que me acompanham aqui foram as testemunhas horrorizadas. É meu dever informar aos governos reunidos em Genebra da responsabilidade que eles têm sobre as vidas de milhões de homens, mulheres e crianças, do perigo mortal a que eles estão submetidos, descrevendo aqui o destino que sofre a Etiópia. O governo italiano não faz a guerra somente contra os guerreiros, mas contra toda a população, ainda que afastada das hostilidades, com a intenção de aterrorizá-los e exterminá-los. (...) Que resposta devo levar ao meu povo? Hoje somos nós, amanhã serão vocês.”<sup>197</sup>

Pouco adiantou o emocionado apelo do *Negus* diante da agressão fascista. Uma semana depois, a esquadra britânica se retirou do Mediterrâneo e, em 15 de julho, eram suspensas as sanções contra a Itália. A SDN somente permaneceu não reconhecendo a soberania italiana na Abissínia. Os ideais de segurança coletiva e garantia de paz representados pela Liga haviam naufragado definitivamente. Seguir-se-iam então cinco anos de controle italiano do país. A resistência etíope, porém, continuaria sob a forma de guerrilhas e escaramuças por toda a Etiópia. O movimento teve ainda o auxílio dos franceses, que contrabandeavam armamentos pela fronteira de Djibouti.<sup>198</sup>

Após a consolidação da ocupação, os italianos colocaram em prática algumas medidas administrativas, a fim de iniciar o processo de colonização do país e pacificação interna. A lira foi posta em circulação e contatos amistosos foram realizados com a população. No entanto, após a volta do general Badoglio à Itália, logo da tomada de Addis-Abeba, o marechal Rudolfo Graziani foi nomeado vice-rei da Etiópia. Iniciou-se então um período de terror e cruel repressão aos rebeldes etíopes que se negavam a capitular. Fuzilamentos, torturas, execuções sumárias e segregação racial tornaram-se

---

<sup>197</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 3 de julho de 1936. p.2-4.

<sup>198</sup> BAKER, A. J. Op. cit. p.133 e 149.

correntes, enquanto cerca de um terço do país ainda permanecia sob controle dos nobres abexins leais ao imperador. Contudo, até o início de 1937, o que restavam dos exércitos etíopes será derrotado, permanecendo somente um crescente movimento insurgente contra o governo de Graziani. O marechal será substituído como vice-rei da Etiópia pelo Duque d'Aosta, em dezembro do mesmo ano. A tarefa de pacificação, porém, já havia se tornado improvável.<sup>199</sup> Os planos de colonização e modernização da Etiópia avançaram muito pouco durante os cinco anos de ocupação. Foram construídos alguns hospitais, estradas, melhorias nas comunicações, entre outros avanços. Cerca de 300.000 italianos se estabeleceram no país, mas um terço destes era composto por contingentes militares.

A Itália, que havia estreitado seus laços com a Alemanha desde a campanha sancionista empreendida pela SDN, retirou-se da organização em 1937. Dar-se-á início à formação do eixo Roma-Berlim e à escalada rumo a Segunda Guerra Mundial. O desgaste da economia italiana e de sua máquina de guerra durante a campanha da África, além dos esforços empregados em controlar efetivamente o império etíope, serão decisivos na performance da Itália durante o conflito mundial.

Com a ajuda de tropas britânicas comandadas pelo general William Platt, que combatiam no Sudão, e dos rebeldes etíopes, em 5 de maio de 1941 o imperador Hailé Selassié I retomou Addis-Abeba e restabeleceu a independência da Etiópia. A paz foi assinada com a Itália em 1947 e os dois países normalizaram suas relações diplomáticas em 1952. A desastrosa participação da Itália na Segunda Guerra Mundial acabou por destruir seu recém formado império colonial. Além disso, o esforço de guerra na Abissínia drenou recursos sem que a conquista trouxesse um retorno imediato e significativo. Os italianos pagaram um preço alto para conquistar a Etiópia e, de fato, nunca controlaram efetivamente o país.

A Guerra da Abissínia foi um fator decisivo na configuração da crise européia responsável pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. A incapacidade da SDN em fazer respeitar os tratados internacionais, garantir a segurança coletiva de seus membros e, principalmente, punir os Estados beligerantes, deixou claro que a instituição não passava de mais um mecanismo utilizado pelas potências coloniais para garantir sua hegemonia e defender seus interesses estratégicos, dando-lhes uma aparência de legalidade e imparcialidade.

---

<sup>199</sup> Idem. p.147-149.

A estratégia francesa, que preconizava a não oposição às ambições italianas na África como forma de evitar uma aproximação de Roma junto ao regime nazista mostrou-se desastrosa. Assim como a política externa britânica previa, a anuência da SDN diante da conquista da Etiópia estimulou os planos expansionistas de Hitler. Porém, a campanha pelas sanções, liderada pela Inglaterra de forma irresoluta, também contribuiu decisivamente para a formação do eixo Roma-Berlim, pois gerou a falência do ‘front de Stresa’, além de produzir um ressentimento nos italianos contra a Grã-bretanha e os princípios que esta defendia na Liga. Esse ressentimento, como já foi dito, foi amplamente explorado pelo regime fascista e resultou em um apoio popular indispensável para a continuidade dos planos italianos em relação à Europa. É preciso acrescentar que a posição inglesa na Liga foi mais fruto de uma pressão eleitoral do que uma orientação em defesa dos princípios que esta “oficialmente” representava:

O fracasso das sanções na crise Abissínia de 1935-36, e portanto, o fracasso da Liga, não apenas nesta crise, mas em todos os tempos, foi atribuída aos líderes dos principais países sancionistas, os ‘culpados’, que jamais acreditaram no sistema da Liga, mas permaneceram junto da opinião pública sustentando-o, enquanto ganhassem votos ou evitassem derrotas políticas, e então o trairiam na primeira oportunidade.<sup>200</sup>

A SDN ficou condenada ao fracasso e ao desaparecimento depois da crise etíope. As potências, a partir daí, irão ignorar sua existência. Restava à Liga somente um papel formal diante das próximas agressões que desencadeariam a guerra: a Guerra Civil Espanhola, em 1936; a invasão alemã à Tchecoslováquia, em 1938 e a invasão soviética à Finlândia, em 1939.

## **1.6 O conflito ítalo-etíope e a América Latina**

A inserção da América Latina na crise internacional representada pela invasão italiana à Etiópia, num primeiro momento, foi muito modesta. Os países latino-americanos não se sentiam estimulados a tratar de assuntos relativos ao contexto europeu e o papel reservado a eles na tomada de decisões era irrelevante. Durante a primeira fase do conflito, marcada por uma grande atividade diplomática em Genebra, a

---

<sup>200</sup> NORTHEDGE, F. S. Op. cit. p.251.

América Latina apenas acompanhou as discussões buscando não contrariar a hegemonia franco-britânica e tampouco se opor de forma direta à Itália.<sup>201</sup>

À medida que uma ação militar italiana vai tomando forma e as tentativas de negociação com Roma vão se mostrando ineficazes, um ambiente de pressão começa a se configurar sob os países latino-americanos, quanto a seu posicionamento na SDN. A Itália esperava responder à oposição anglo-francesa no interior da Liga através da aproximação e do apoio junto à América Latina:

Tendo em conta as boas relações tradicionais entre a Argentina e a Itália, e também a presença importante de uma comunidade italiana no país argentino, o governo fascista espera o apoio argentino em Genebra. A sua ambição é mais ampla ainda; a Itália pretende encontrar na América do Sul contrapontos às possíveis ações das potências européias opostas à sua política na SDN. A Argentina seria, então, pensa a Itália, a porta-voz deste apoio geral.<sup>202</sup>

Por razões óbvias, a América Latina não representava a região de maior interesse para a política externa fascista. O empenho na África e a preponderância norte-americana e britânica na região, no entanto, não obstruíram os planos do governo italiano em aumentar sua influência junto aos países latino-americanos que mantinham expressivas colônias de imigrantes peninsulares. Além disso

É claro que essa nova tendência do governo fascista em seu relacionamento com a América Latina não se devia apenas à evolução do regime em relação à política emigratória, o expansionismo em todos os locais onde houvesse oportunidade, etc. Também foi importante, para essa mudança, a ascensão de diversas ditaduras militares na América do Sul no início dos anos 30, que alçou as esperanças de maior influência por parte de Roma, a qual identificava nesses governos autoritários clientes em potencial do fascismo.<sup>203</sup>

A Itália apostava principalmente na idéia da existência de laços culturais, religiosos e étnicos entre os peninsulares e os latino-americanos, representados na noção de *latinitá*. O governo fascista pretendia explorar este conceito em oposição à imagem da Inglaterra e dos EUA, países anglo-saxões e protestantes. Da mesma forma, o fascismo era apresentado como sinônimo de italianidade. O ponto de partida desta política estava em utilizar os núcleos de imigrantes italianos como elemento de

---

<sup>201</sup> GALLARDO, Freddy Vivas. Op. cit. p.288.

<sup>202</sup> BRANDALISE, Carla. Op. cit. p.401.

<sup>203</sup> BERTONHA, João Fábio. Op. cit. p.68.

propaganda pró-Itália, de maneira a combater o antifascismo, influenciar a opinião pública e os governos na região.<sup>204</sup> Estes, se não se mostrassem favoráveis às justificativas italianas, ao menos não deveriam opor-se à elas.

A presença da Grã-Bretanha no subcontinente, entretanto, era antiga e ainda muito marcante. Os ingleses compravam produtos primários e, em troca, concediam financiamentos ou mantinham investimentos através de multinacionais sob seu controle. Sua preponderância política era igualmente significativa. A influência norte-americana, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, também havia aumentado sensivelmente (e durante os anos 1920-30 ultrapassará a Grã-Bretanha) e os princípios da Doutrina Monroe norteavam as relações dos EUA tanto com as repúblicas latino-americanas quanto com a SDN e as potências européias.

A idéia italiana de que a Argentina seria um aliado privilegiado na América Latina, num primeiro momento, se mostrou um tanto difusa na prática. Assim que a SDN decidiu debruçar-se sobre a questão etíope, em meados de julho de 1935, a Argentina, que na ocasião ocupava um assento temporário no Conselho, se opôs às iniciativas italianas na África:

À sessão extraordinária do Conselho da Liga, o 31 de Julho de 1935, no entanto, o novo delegado argentino, Ruiz Guiñazu, fez uma declaração de voto desfavorável à Itália. Ele insiste na idéia de que a Argentina tinha vocação de defender a paz e no princípio pan-americano de não reconhecimento das aquisições territoriais obtidas pela força.<sup>205</sup>

Os dirigentes italianos se viram surpresos diante de tais declarações. Eles certamente não levaram em conta as significativas relações comerciais e financeiras existentes entre a Argentina e a Grã-Bretanha, que datam desde o século XIX, além de uma nascente ambição do país latino em exercer uma liderança no contexto político sul-americano, em contraposição ao Brasil e a influência norte-americana. O subsecretário dos Negócios estrangeiros italiano, Suvich, acusava ainda a Argentina de exercer pressões anti-italianas sobre o Chile e o México. O diplomata recordava que Roma sustentou a ambição argentina à um assento permanente no Conselho. Entretanto, a

---

<sup>204</sup> Idem. p.57-85.

<sup>205</sup> BRANDALISE, Carla. Op. cit. p.402.

Inglaterra também via no país platino um importante aliado no apoio à suas resoluções na SDN.<sup>206</sup>

Outro país chave na América do Sul era, obviamente, o Brasil. Este, todavia, não figurava mais como membro da SDN desde 1926, quando protagonizou o veto à entrada da Alemanha na instituição, adiando a implementação dos acordos de Locarno. Quanto a sua posição diante da crise abexim, o Brasil seguiria a orientação norte-americana, isto é, a neutralidade. A política de ‘boa-vizinhança’ ditava os passos do governo brasileiro nos assuntos diplomáticos desde sua saída da Liga. Não obstante, o Brasil se ofereceu à fornecer alimentos e produtos à Itália diante da possibilidade de boicote. As relações anglo-brasileiras também não representavam um obstáculo intransponível para a diplomacia italiana. O Brasil ainda amargava a oposição inglesa à sua proposta em ocupar um assento permanente no Conselho, durante a crise de março de 1926. A SDN manifestou mesmo sua intenção de convidar o Brasil para fazer parte do ‘Comitê de Coordenação’, mas tal hipótese foi recusada de antemão pelo governo brasileiro.<sup>207</sup>

As demais nações latino-americanas, em sua grande maioria, participavam da SDN regularmente. Desde o estabelecimento da organização, houve um apoio maciço do sub-contidente, que na sessão inaugural da primeira Assembléia da Liga, realizada em novembro de 1920, contava com dezesseis países presentes : dez como membros originários (Bolívia, Guatemala, Uruguai, Brasil, Cuba, Peru, Haiti, Honduras, Nicarágua e Panamá) e seis como membros convidados (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, El Salvador e Venezuela)<sup>208</sup>

As repúblicas latino-americanas buscavam em Genebra a resolução de conflitos internos e uma contraposição à ingerência dos EUA nas questões do continente, baseada nos princípios da Doutrina Monroe. Entretanto a presença da Liga nos assuntos americanos era muito fraca. Os EUA, apesar da não adesão à SDN, intervinham nas questões que lhe interessavam. Genebra ainda reconhecia tacitamente a validade da Doutrina Monroe.

A participação efetiva dos países da América Latina em relação à crise da Abissínia se dará a partir de setembro de 1935, quando a Inglaterra começa a considerar de forma mais concreta a possibilidade de impor sanções econômicas ao agressor, isto é, a Itália. Inicialmente os Estados latino-americanos se abstiveram de tomar uma posição

---

<sup>206</sup> Idem. p.401-404.

<sup>207</sup> Idem. p.427.

<sup>208</sup> GALLARDO, Freddy Vivas. Op. cit. p.30. Como o autor indica, não havia distinção jurídica entre essas duas categorias de membros.

clara diante da crise que se configurava. Somente três pequenos países declararam publicamente seu apoio a Etiópia e condenaram das ações italianas: Honduras, Panamá e El Salvador. Havia um receio generalizado de que as relações da América Latina com a Itália fossem afetadas negativamente, além de que eventuais sanções econômicas pudessem prejudicar as já debilitadas economias destes países. Esta posição, na realidade, significou um implícito apoio aos italianos, na medida em que estes ganhavam tempo durante as discussões no interior da SDN e davam seguimento aos preparativos militares necessários à invasão, realizada no mês seguinte.<sup>209</sup>

Quando a Itália desencadeou as operações militares na Abissínia, em 3 de outubro de 1935, os países latino-americanos seguiram a orientação geral da Assembléia e decidiram que a Itália havia violado o Pacto da Liga e era considerada a agressora no conflito. Até este ponto as pressões anglo-francesas tinham obtido sucesso. Contudo, as discussões que se seguiram ao estabelecimento do Comitê de Coordenação (responsável pela apresentação de medidas sancionistas), a partir de 11 de outubro, mostraram que a posição latino-americana carecia de tamanha resolução. Os meios diplomáticos italianos foram orientados a pressionar os países que não se mostrassem hostis às sanções, para que estes pelo menos adiassem o quanto fosse possível suas decisões sobre a questão em Genebra.<sup>210</sup>

A princípio, os países da América Latina permaneceram formalmente apoiando o movimento sancionista, mas continuavam adiando as medidas para colocar em prática as sanções. Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai apresentaram uma série de obstáculos legais para a realização do embargo, submetendo a decisão aos respectivos Congressos.<sup>211</sup> Chile, Peru, Colômbia e Equador também fizeram inúmeras reservas quanto a aplicação das medidas. O Chile recusava-se ainda a respeitar qualquer restrição à venda de cobre e nitrato à Itália. Já a Venezuela se comprometeu somente com as duas primeiras medidas (boicote sobre armamentos e munições e restrições financeiras à Itália), se negando a aplicar o embargo às matérias-primas e aos produtos italianos, previstos na terceira e quarta medidas. É claro que um boicote sobre o material bélico por parte dos países latino-americanos não representou nenhum obstáculo para a Itália. A falta de unidade de ação da França e da Inglaterra sobre a aplicação das sanções favoreceu o descompromisso dos países latino-americanos.

---

<sup>209</sup> Idem. p.289-290.

<sup>210</sup> BRANDALISE, Carla. Op. cit. p.436.

<sup>211</sup> Idem. p.440.

Em dezembro de 1935, no entanto, a Inglaterra reforçou sua pressão sobre a América Latina. Argentina, Uruguai, Chile e o Peru, embora buscassem criar todo o tipo de obstáculo ao debate em torno das sanções, aplicaram-nas a partir da data prevista, em 18 de dezembro. Importantes tratados comerciais com a Grã-Bretanha pesaram na decisão destes países. Já a Venezuela se opôs veementemente à proposta de extensão das sanções a produtos estratégicos como o petróleo, carvão e aço. O país era o terceiro produtor mundial de petróleo e o primeiro em matéria de exportação.<sup>212</sup> Além disso, o governo venezuelano não possuía representação junto à comissão de ‘experts’ encarregada de estudar o embargo do petróleo. Os demais países, em sua maioria, seguiram as orientações britânicas. Como foi visto anteriormente, a aplicação das sanções não foi realizada de forma eficaz, o que representava mais uma posição formal da SDN do que uma tentativa efetiva de frear a guerra.

O Brasil foi o único país latino-americano que se negou a aplicar sanções contra a Itália. Não pertencendo mais a Liga, o país não possuía nenhuma obrigação jurídica que o impelisse a aderir ao embargo proposto pela organização. E no mais, o Brasil queria explorar o desentendimento argentino com a Itália para incrementar seu comércio com o país latino. Assim, o governo brasileiro se manteve fiel à orientação política norte-americana, apesar do receio em quebrar o princípio de ‘solidariedade pan-americana’. Os EUA, por sua vez, firmaram uma posição de ‘embargo moral’ e desaprovação diante da atitude da Itália. Os meios diplomáticos italianos no Rio de Janeiro temiam que o Brasil pudesse fazer o mesmo, o que acabou por não confirmar-se.<sup>213</sup>

Como já visto anteriormente, em março de 1936, sob o anúncio do rearmamento alemão, a SDN propõe uma última tentativa de conciliação. Diante dessa situação, o Equador será o primeiro país latino-americano a tomar uma posição a favor da suspensão das sanções. O argumento equatoriano consistia em que, uma vez iniciada as negociações de paz, não haveria motivos para manter o embargo econômico à Itália, pois a missão da SDN era, sobretudo, a conciliação entre os beligerantes.<sup>214</sup> Entretanto, o Equador recua no instante de apresentar oficialmente tal proposta diante do Conselho. A SDN decidirá pela continuidade das sanções. Essa orientação gerou protestos por parte do Peru e do Chile, este último inclusive ameaçou se retirar da Liga.

---

<sup>212</sup> GALLARDO, Freddy Vivas. Op. cit. p.296.

<sup>213</sup> BRANDALISE, Carla. Op. cit. p.438.

<sup>214</sup> Idem. p.456.

Por fim, a falta de agilidade da SDN, assim como a ineficácia das sanções sob a economia italiana, irão definir a vitória desta. A América Latina, de fato, contribuiu para a falência do movimento sancionista e sua política, que tentava não desagradar tanto a Grã-Bretanha quanto a Itália, chegou ao limite. Com a conquista de Addis-Abeba e o fim das sanções, os países latino-americanos restabelecerão suas relações com a Itália.

A opinião pública na América Latina deu bastante atenção à crise etíope. Não obstante alguns poucos simpatizantes do império do *Negus* denunciarem a agressão deliberada da Itália, uma parcela significativa da imprensa e da intelectualidade latino-americanas fez uma avaliação positiva dos argumentos italianos:

Ao exemplo que reflete a imprensa mundial, a opinião pública, na América do Sul, mostra-se em geral compreensiva em relação à Itália. Uma boa parte da imprensa argentina vê, na disposição inglesa, o apoio dos interesses coloniais hegemônicos da Inglaterra na África e a necessidade de responder às pressões eleitorais internas. As imprensas brasileiras, chilenas e peruanas são geralmente animadas de disposições benevolentes em relação à Itália.<sup>215</sup>

Há nesta época um grande incremento na propaganda fascista destinada à América Latina. Uma infinidade de jornais, revistas, reportagens, fotografias e artigos pró-Itália foram distribuídos junto à imprensa local. Esse material era publicado mediante o pagamento de subvenções, realizado pelo governo italiano, através de suas embaixadas. No Chile, tal incremento possibilitou uma decisiva virada da opinião pública, orientada anteriormente em favor da Etiópia, como atesta o relatório do embaixador italiano em Santiago, Raffaele Boscarelli:

A opinião pública, por sentimentalismo e sem nenhuma razão plausível, mostrou-se no início do conflito claramente favorável à Etiópia. Aqui, cria-se e falava-se de um ataque depredador do forte contra o fraco e não se via com simpatia a ação do governo fascista. Esta opinião pública refletia-se na imprensa mais importante do país onde podia-se ler ataques contra a guerra e o regime fascista, apresentados de maneira ambígua e acompanhados frequentemente de gordas mentiras e uma evidente má fé. A nossa Embaixada tem-se preocupado muito rapidamente de retificar tais erros organizando um serviço de imprensa, publicações, conferências e discursos por rádio

---

<sup>215</sup> Idem. p.423.

que tiveram êxito a fazer a cheia luz sobre a pergunta italiana do dia. De modo que possa-se constatar uma mudança quase radical nas apreciações ao nosso respeito, em especial, a nível da elevada esfera governamental e a sociedade chilena.<sup>216</sup>

No Peru, a propaganda fascista era praticamente inexistente até a eclosão do conflito ítalo-abexim. O grande fluxo de material pró-Itália para o país garantiu, desde o início, uma posição favorável a esta por parte da opinião pública. Um importante núcleo de divulgação de notícias sobre a Itália foi mantido durante a guerra, com doações de empresas peruanas, de empresários e membros da elite em geral.<sup>217</sup>

O aumento significativo da propaganda fascista causou certa preocupação por parte das embaixadas norte-americana e britânica. A ação propagandística italiana gerou maior alarde entre os diplomatas anglo-saxões do que a própria propaganda nazista, implementada na região desde 1933. Os norte-americanos temiam que a existência de laços étnicos e culturais entre italianos e latino-americanos pudesse favorecer tal ação. Além disso, as embaixadas dos EUA haviam notificado o governo de Washington sobre a ‘simpatia’ das elites latino-americanas em relação aos governos autoritários europeus. A partir desse ponto se organizará uma contra-ofensiva dos EUA e da Grã-Bretanha para anular a influência da propaganda fascista na região, assim como para intervir no grau de organização que os países do Eixo tentavam encorajar nas suas colônias de emigração.<sup>218</sup>

Na Argentina, a invasão da Etiópia representou um marco na divisão da comunidade italiana, entre fascistas e antifascistas.<sup>219</sup> Foi fundado em Buenos Aires, durante o ano de 1935, um *Comitato degli italiani all’ estero contro la Guerra d’Abissinia* que agrupou antifascistas de diversas tendências. O órgão tinha como principal objetivo se contrapor à propaganda fascista no interior do país. Logo que se sucedeu a invasão do país africano o comitê organizou uma manifestação que contou com a presença de aproximadamente vinte mil pessoas.<sup>220</sup>

A embaixada italiana na Argentina considerou que a comunidade imigrante local, a despeito da ação antifascista, encarou a empresa etiópica com relativa indiferença. Os fascistas argentinos tentaram realizar um recrutamento para a campanha

---

<sup>216</sup> Citado por Idem. p.425.

<sup>217</sup> Idem. p.424.

<sup>218</sup> Idem. p.424-426.

<sup>219</sup> Idem. p.430.

<sup>220</sup> Idem. p.430-431.

da África e houve algumas comemorações quando da tomada de Addis-Abeba, mas a reação dos imigrantes na Argentina foi bem abaixo do esperado.

Já no Brasil, a guerra da Abissínia representou o auge do prestígio do regime fascista junto às comunidades italianas residentes no país.<sup>221</sup> Em São Paulo, a coletividade italiana se reunia regularmente no Consulado para ouvir pelo rádio os discursos de Mussolini. Durante a campanha sancionista realizada pela SDN, “o clima de apoio ao regime cresceu ainda mais, sendo organizados boicotes aos produtos ingleses e estimulado o consumo de produtos italianos”.<sup>222</sup> O entusiasmo da comunidade levou os imigrantes a organizarem-se para angariar fundos para o esforço de guerra da ‘Pátria Mãe’; movimento esse que obteve resultados consideráveis: 6 mil contos de réis em dinheiro e 1.700 em mercadorias, somando cerca de 8 mil contos. Segundo BERTONHA, apesar do grosso dos recursos serem de grandes empresários, é possível perceber através das listas de contribuições, a participação de praticamente todos os níveis sociais da colônia nos donativos.<sup>223</sup>

No Rio Grande do Sul, a mobilização também foi significativa. Em Caxias do Sul foi realizada uma grande cerimônia em comemoração à conquista de Addis-Abeba.<sup>224</sup> A “coleta do ouro” também movimentou a comunidade na época das sanções. Na zona colonial gaúcha, a quase inexistência de um movimento antifascista representativo e o apoio que a Igreja Católica local dava ao regime de Mussolini resultaram numa aceitação e simpatia ao fascismo em grande parcela dos imigrantes.<sup>225</sup> A conquista da Abissínia representou o ponto culminante deste apoio e as justificativas italianas foram recebidas com entusiasmo:

A guerra da Itália com a Abissínia é vista como façanha magnífica, heróica, que deveria melhorar as condições de barbárie em que vive a população etíope. Ao fascismo tudo parece permitido. A agressão torna-se uma luta pelo progresso e cristianização da humanidade.<sup>226</sup>

Com isso, a invasão da Etiópia e a construção do império italiano pareciam indicar uma identificação e um apoio muito grande por parte dos imigrantes italianos instalados no Brasil ao regime fascista, de forma geral. No entanto

---

<sup>221</sup> BERTONHA, João Fábio. Op. cit. 2001. p.254.

<sup>222</sup> Idem. p.255.

<sup>223</sup> Idem. p.255-256.

<sup>224</sup> GIRON, Lorraine Slomp. Op. cit. p.98-100.

<sup>225</sup> BERTONHA, João Fábio. Op. cit. p.224-227.

<sup>226</sup> GIRON, Lorraine Slomp. Op. cit p.96.

A guerra africana foi, porém, um momento único na história do relacionamento dos ítalo-brasileiros com o fascismo. De fato, apesar da apreciação positiva do fascismo a partir de parâmetros nacionalistas existir antes de 1935 e continuar, como veremos, nos anos seguintes, nunca mais a coletividade se mobilizou no mesmo nível e intensidade.<sup>227</sup>

A propaganda fascista realizada no Brasil, assim como em diversos outros países, não era direcionada somente aos imigrantes e seus descendentes. Como já foi assinalado, as colônias italianas eram consideradas como núcleos iniciais da ação propagandística, mas essa deveria se estender também aos não-italianos. Um exemplo dessa orientação foi a exibição do filme *Itália-Abissínia*, produzido pelo ministério de propaganda fascista, nos cinemas do país. Da mesma forma, a imprensa brasileira foi abastecida de matérias e artigos favoráveis às justificativas italianas. O material era distribuído por uma agência jornalística subvencionada pelo Consulado, que o repassava para cerca de 200 jornais do país inteiro.<sup>228</sup>

A embaixada britânica no Brasil detectou a crescente influência da propaganda fascista no país e buscou tomar algumas providências para impedir uma aproximação demasiada entre o Brasil e a Itália. O embaixador italiano no Rio de Janeiro, Roberto Cantalupo, em carta enviada em maio de 1936 ao Ministério de Relações Exteriores da Itália, informou sobre a ação diplomática britânica no Brasil, dividindo-a em três fases. Na primeira, situada de setembro a dezembro de 1935, Cantalupo escreve

a diplomacia e a propaganda inglesas se mostram com uma contra-ofensiva viva, cerrada e orgânica, conduzida evidentemente de várias maneiras; mas esta contra-ofensiva defrontou-se com as declarações anti-sanções do Brasil e as manifestações italianófilas.<sup>229</sup>

Na segunda fase, que corresponde ao início de 1936, que seria marcada por uma relativa passividade inglesa, o embaixador completa:

minhas ações se deram praticamente livres em todos os meios, e o mesmo governo brasileiro, que no começo, tinha sido objeto de energéticas ameaças de repressão econômica, não está mais molestando, ao menos não de forma preocupante.<sup>230</sup>

---

<sup>227</sup> BERTONHA, João Fábio. Op. cit 259.

<sup>228</sup> BRANDALISE, Carla. Op. cit. p.434.

<sup>229</sup> Citado por Idem. p.425-426.

<sup>230</sup> Idem, Ibidem.

Na terceira fase, relativa a maio de 1936, a estratégia britânica se altera no sentido de amenizar a pressão sobre o país: Londres busca uma atitude mais flexível em relação aos pagamentos da dívida brasileira ao mesmo tempo em que tenta passar uma imagem favorável do país aos investidores ingleses. Além disso, a embaixada britânica organiza um estudo que investigará as razões do afastamento do Brasil em relação à Inglaterra, e as causas da aproximação brasileira junto à Itália.<sup>231</sup>

Depois da conquista italiana na Etiópia, a propaganda destinada ao Brasil e à América Latina em geral, diminuiu sensivelmente. As ações do governo fascista a partir daí se restringiram basicamente aos núcleos de imigrantes. A concretização da conquista da Abissínia e a evolução da situação européia, de fato, acabaram por desinteressar a Itália em relação ao subcontinente latino-americano. Os esforços do regime italiano no Brasil foram modestos se comparados a países-chave como EUA, Grã-Bretanha e França (onde as tendências antifascistas já ganhavam força considerável), uma vez que o governo brasileiro e a opinião pública havia, desde cedo, demonstrado sua orientação pró-Itália.<sup>232</sup>

Como seu viu anteriormente, o papel desempenhado pelos países latino-americanos no plano diplomático, assim como seus respectivos movimentos de opinião pública, tiveram uma importância significativa no andamento dos acontecimentos que acabaram resultando na conquista do país africano. Mesmo localizada na periferia do sistema, a América Latina representava um bloco político a ser levado em consideração, ainda mais por um país que se via diante da oposição franco-britânica e norte-americana. O fator determinante desta orientação italiana foi a existência de numerosas comunidades de emigrados peninsulares no subcontinente. Estas, mediante um intensivo processo de doutrinação e propaganda, permitiram estender uma considerável influência política do regime em defesa de seus interesses. Soma-se a isso a exploração de laços culturais, étnicos e religiosos tais como a noção de *latinità* e o catolicismo. Estes elementos foram recebidos com bastante entusiasmo pelas elites e parte da intelectualidade latino-americanas, que insistiam em reivindicar sua ligação com a Europa e com a civilização que esta representava.

---

<sup>231</sup> Idem. p.426.

<sup>232</sup> BERTONHA, João Fábio. Op. cit p.279.

## Capítulo II

### As elites intelectuais gaúchas, a imprensa e a Guerra da Etiópia.

O segundo capítulo tem por objetivo analisar a repercussão que a Guerra da Etiópia teve nos meios intelectuais do Rio Grande do Sul. Para tanto, é preciso estabelecer anteriormente os parâmetros que constituem esse ambiente intelectual; sua lógica interna, suas especificidades, seus principais personagens e seus meios de atuação e expressão.

O capítulo se inicia trazendo o contexto de transformações políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar no Brasil e no Rio Grande do Sul durante a crise da República Velha. A seguir, é analisado o processo de formação de uma elite intelectual<sup>233</sup> no estado, durante as décadas de 1920 e 1930: o surgimento de um mercado editorial, a expansão do público leitor, a ampliação dos cargos do funcionalismo público, a criação de instituições culturais e de ensino superior, o papel da Igreja Católica, entre outros aspectos. O estudo também apresenta uma retrospectiva do desenvolvimento da imprensa gaúcha, desde o final do século XIX e início do século XX, tendo em vista o papel central que teve a atividade jornalística para os intelectuais do período.

Neste quadro, dois grupos específicos que compunham a chamada ‘elite intelectual’ do Rio Grande do Sul na época serão analisados: o *Grupo do Café Colombo*, composto por escritores, jornalistas, funcionários públicos e profissionais liberais; e a geração de intelectuais católicos, que atuou principalmente na política, no meio acadêmico e que, em certa medida, se apresentou como um contraponto aos primeiros.

Buscar-se-á reconstituir alguns dos pontos mais importantes dos embates políticos que opuseram esses dois grupos intelectuais ao longo do período em questão.

---

<sup>233</sup> O termo *elite* é utilizado nesse trabalho, segundo a descrição de BUSINO, para referir-se à “minoria que dispõe, em uma determinada sociedade, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua proeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura, ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.” BUSINO, G. *apud* HEINZ, Flávio G. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.7. nota 1.

Aqui também serão contemplados os já referidos manifestos assinados pela intelectualidade gaúcha e quais foram seus significados no interior das discussões políticas do período. Nessa porção do trabalho serão investigadas as matérias produzidas pelos intelectuais e veiculadas nos principais jornais e revistas do estado, versando sobre a guerra na África e suas conseqüências para a política nacional e internacional. Como opção metodológica, os artigos que versam sobre a ‘Questão da Abissínia’ serão apresentados em ordem cronológica, nos diferentes veículos em que foram publicados. Assim, será possível relacionar seu conteúdo com as diferentes fases do conflito, bem como o conturbado contexto político e ideológico brasileiro que se desenrolava no período estudado.

Como veremos, as avaliações sobre a campanha militar italiana na África, na visão dos intelectuais gaúchos, variam desde a denúncia e condenação da chamada ‘guerra de conquista’ protagonizada pelo regime fascista de Mussolini, até a celebração de uma importante ‘conquista da civilização latina’. Cabe aqui analisar que concepções políticas, culturais e ideológicas sustentam essas posições.

## **2.1 As Elites Intelectuais no Rio Grande do Sul (1920-1930)**

Nas primeiras décadas do século XX, a vida cultural e intelectual do Rio Grande do Sul passava por algumas transformações importantes. O homem de letras, que anteriormente se encontrava atrelado às disputas político-partidárias de um estado em constantes lutas internas, encontrará um novo papel e novos espaços de atuação. A cultura e as letras não mais se manterão no mundo fechado das elites esclarecidas, atingindo parcelas mais significativas da população e conquistando espaços públicos próprios de reconhecimento, circulação e consagração. O intelectual, agora no papel de mediador entre o Estado e a sociedade civil, sente-se chamado, enquanto especialista da cultura, a se manifestar publicamente diante das questões e problemas de seu tempo. Assim, os escritores e intelectuais atuantes na década de 1930 no estado, se farão ouvir principalmente através da imprensa e de associações culturais públicas e privadas.

No contexto histórico internacional do pós I Guerra Mundial, a ascensão de regimes autoritários de caráter fascista em países europeus surge como conseqüência imediata à crise do liberalismo, à contestação da ordem de Versalhes e à depressão econômica. Tais regimes viriam a desafiar a hegemonia das velhas potências coloniais,

da mesma forma como se colocavam radicalmente contra a expansão do comunismo e da União Soviética. Durante a década de 1930, as pretensões expansionistas da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler, assim como seu militarismo e nacionalismo exacerbado, geraram uma crescente tensão no concerto político internacional. Não obstante o papel central que tais regimes tiveram na deflagração do segundo conflito mundial, num período inicial eles foram capazes de reunir um grande número de admiradores ao redor do mundo. Em uma fase de descrença generalizada nas democracias liberais e de aguda recessão econômica, os governos fascistas pareciam ser, para alguns, a solução para a superação da crise, do conflito social e para a construção da nação, especialmente em países onde os efeitos da depressão haviam sido devastadores.<sup>234</sup>

No Brasil, o cenário político e econômico nacional durante os anos de 1920 foi marcado pelo avanço dos movimentos de contestação ao regime oligárquico da Primeira República (as oligarquias regionais dissidentes, o movimento tenentista, o Modernismo, entre outros), pela crescente mobilização operária e por um rápido surto industrial interno. A situação dos grupos dominantes da República Velha tornar-se-ia insustentável com as conseqüências da crise econômica mundial sobre os preços do café, a partir de 1929. Após a derrota da Aliança Liberal nas eleições de 1930, uma coligação formada por setores do exército, lideranças das oligarquias periféricas, burguesia, tenentes e classes médias urbanas logrou tomar o poder através de um golpe, depondo o então presidente Washington Luís, em outubro de 1930.

O governo, agora liderado por Getúlio Vargas, viria inaugurar uma nova etapa no desenvolvimento histórico brasileiro: o processo de industrialização tomaria contornos mais agudos e a centralização político-administrativa seria imposta de forma incisiva. A partir de então, o Brasil deixaria de ser um país essencialmente agrário-exportador para inserir-se com mais ímpeto no mundo capitalista moderno. A intervenção estatal em setores estratégicos da economia, a diversificação da produção e os investimentos em infra-estrutura e energia visavam construir bases mais sólidas para a até então frágil economia do café. Ao longo da década de 1930 e 1940, o crescimento da produção industrial ultrapassaria, pela primeira vez, os lucros gerados pela economia

---

<sup>234</sup> HOBBSAWM, Eric. A Queda do Liberalismo. In: *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.113-144.

agrícola. Temos ainda neste período o aumento de capitais norte-americanos e uma progressiva diminuição da presença britânica na economia nacional.<sup>235</sup>

No plano político, Vargas logo se afastaria da ala mais radical do tenentismo e estabeleceria novo compromisso com as oligarquias estaduais após a Revolução Constitucionalista de 1932. O resultado das eleições para a Assembléia Constituinte, em maio de 1933, representaram o isolamento da maioria dos tenentes, a rearticulação dos antigos grupos dominantes nos estados e sua posterior retomada no controle da máquina administrativa local, em meados de 1935.<sup>236</sup> Os anseios por reformas sociais e políticas que, de certa forma, legitimaram o golpe de 1930, logo se dissiparam. Em seu lugar, ao longo da década, surgiram projetos políticos radicais que passaram a mobilizar grandes massas em todo o país.

O grande fluxo de imigrantes, a partir da segunda metade do século XIX, e o aumento populacional, verificado desde o início do século XX, começavam a mudar a face dum país tradicionalmente agrário. O rápido avanço da industrialização e da urbanização no Brasil durante os anos de 1920 e 1930 resultou, principalmente, numa maior diversificação social. Além do surgimento de um proletariado significativo e de um setor de empresários e industriais, se observa nesse período a expansão dos setores médios. As classes médias urbanas (compostas por profissionais liberais, servidores públicos, comerciantes, professores, burocratas, etc.) serão responsáveis por um protagonismo social, político e cultural cada vez maior, ao longo deste período. Da mesma forma que viriam a reivindicar participação política, a expansão desses setores acabou criando uma demanda maior e mais abrangente pela produção e circulação de bens culturais. Assim, começa a se constituir lentamente no país um mercado de trabalho intelectual, impulsionado pela expansão do público leitor. Conforme Miceli:

Do momento em que outros grupos sociais começam a fazer valer suas demandas por bens culturais e à medida que a elite burocrática passa a dispor de recursos financeiros e institucionais que lhe permitem subsidiar uma cultura e uma arte oficiais, as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho intelectual não se restringem mais

---

<sup>235</sup> CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982. p.71-72. Segundo o autor, a hegemonia do capital norte-americano, no entanto, só seria instaurada de forma definitiva na economia brasileira a partir do fim da II Guerra Mundial. Sobre as relações comerciais do Brasil com os EUA e países europeus, ver também: HILTON, Stanley E. Op. cit.

<sup>236</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp/FDE, 1995. p.351.

às exigências ditadas pelas preferências e opções das antigas classes dirigentes em matéria de importação cultural.<sup>237</sup>

O Rio Grande do Sul acompanhava a tendência nacional com algumas particularidades. No campo econômico, a tradicional produção agro-pecuária alcançou melhorias técnicas e obteve o apoio do governo para superar a crise do pós-guerra. O surto da produção de arroz durante a década de vinte também veio a fortalecer a agricultura do estado. A produção na região colonial apresentou avanços importantes na medida em que os lucros com o comércio foram convertidos em investimentos no setor industrial. As melhorias no transporte como a construção de portos, estradas e ferrovias também favoreceram o desenvolvimento econômico do estado, que abastecia preponderantemente o mercado interno do resto do país. Em relação à indústria gaúcha, vemos uma maior concentração de capital e investimentos em tecnologia, ao mesmo tempo em que as pequenas indústrias vão sendo absorvidas pelas de maior porte. Os maiores centros industriais gaúchos do período se localizavam nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre.<sup>238</sup>

O contexto político regional, desde o final da década de 1920, também é bastante distinto daqueles anos de incessantes lutas locais que marcaram a República Velha no estado: a emergência da segunda geração de republicanos (nomes como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, entre outros) buscava conciliar as disputas regionais a fim de unificar politicamente o estado. A formação da Frente Única Gaúcha e a eleição de Getúlio Vargas à presidência do estado como candidato de consenso, em 1928, representaram o fim das disputas que tradicionalmente opunham duas facções no interior da oligarquia gaúcha e preparou o caminho para a formação da Aliança Liberal. A partir daí, o político gaúcho viria liderar as oligarquias dissidentes do país contra a hegemonia paulista no comando da União.<sup>239</sup>

Porto Alegre, nos anos de 1930, começava a despontar como uma cidade cosmopolita, de agitada vida cultural. A capital é, nessa década, a cidade de maior concentração industrial e populacional do estado, contando com mais de 300.000

---

<sup>237</sup> MICELI, Sérgio. Op. cit. p.80.

<sup>238</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: RIOCELL, 1985. p.42-69. Sobre economia e política no Rio Grande do Sul durante a República Velha, ver também: *Ibidem*. RS: a economia & o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.11-41; e LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989. p.99-122.

<sup>239</sup> Sobre a dinâmica político-partidária do Rio Grande do Sul durante a década de 1930, ver: NOLL, Maria Izabel. *Partidos e Política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/UFRGS. Porto Alegre, 1980.

habitantes<sup>240</sup>. Começavam a surgir numerosos cafés, cinemas, livrarias e clubes na cidade, que então encontrava-se envolta num clima que misturava ares de modernidade e provincianismo. Em sua análise a respeito da vida cultural de Porto Alegre nas décadas de trinta e quarenta do século XX, TORRESINI descreve os intelectuais como parte constituinte da cidade e como produtores de sua memória:

Os intelectuais pensam a cidade e a refletem de uma forma diferente do resto da população, por que acabam transformando-a em memória. Através deles a cidade ganha história e torna-se livro, quadro, cinema, teatro e música.<sup>241</sup>

Assim, artistas, políticos, jornalistas, profissionais liberais, funcionários públicos e outros membros das camadas média e alta compunham ou se relacionavam com o ambiente intelectual porto-alegrense do período. Como já especificado anteriormente, a atividade intelectual no estado, entretanto, era marcada por um baixo nível institucional e não era autônoma: os letrados gaúchos geralmente acumulavam uma série de outras ocupações, como o serviço público, cargos políticos, a docência e demais profissões paralelas. A educação superior ainda dava seus primeiros passos, sendo o autodidatismo uma tendência marcante na formação desses elementos.<sup>242</sup>

O caráter da geração de intelectuais gaúchos que se consolidará nas décadas de 1920-1930 é bastante diferente das elites sócio-culturais anteriores. Em primeiro lugar, a geração letrada de fins do século XIX possuía sua origem social no seio das oligarquias rurais. Seu papel, como porta-vozes dos grupos políticos dominantes, era atuar no jogo político partidário como fornecedores de legitimidade e organizadores do discurso e dos princípios ideológicos que orientavam sua ação política.<sup>243</sup> O homem de letras, aqui, ainda se confunde com o político tradicional. Segundo MARTINS,

---

<sup>240</sup> TORRESINI, Elizabeth R. *Editora Globo: Uma Aventura Editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo: EDUSP, 1999. p.53. A autora traz dados sobre população, alfabetização e produção industrial na capital e no estado nesse período.

<sup>241</sup> Idem. p.50.

<sup>242</sup> O baixo nível institucional das atividades culturais e a participação dos letrados junto à administração pública é, de forma geral, um padrão latino-americano nas décadas iniciais do século XX. Para uma análise do contexto argentino, em especial, ver: DALMARONI, Miguel. “La providencia de los literatos”: escritores argentinos y Estado durante la modernización (1888-1917). In: *Iberoamericana*. Madrid: Iberoamericana Editorial, Año VI, Marzo de 2006. p.7-24.

<sup>243</sup> GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições literárias. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. (org.) *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (p.122-130). GRIJÓ chama a atenção para a progressiva valorização da educação formal no processo de reprodução dos grupos dirigentes, em fins do século XIX, no Rio Grande do Sul: “O sucesso de um pleiteante à liderança político-partidária passava não mais a se dever fundamentalmente a suas habilidades como mobilizador de tropas e chefe guerreiro. Cada vez mais os recursos culturais e a capacidade de mobilização pela palavra culturalmente qualificada passam a ser decisivos.” GRIJÓ, Luis

O homem ilustrado era o *bacharel*, o *doutor*, signos indicadores simultaneamente de uma confortável condição social e da ‘cultura ornamental’ de que ele constituía a expressão mais acabada. O homem ilustrado constituía o orgulho das elites e das classes médias que se imaginavam cultas, “européias”; condição que as distinguiu do comum dos mortas, justificando também seu estatuto social e sua dominação<sup>244</sup>

Num ambiente marcado pelo autoritarismo e de absoluta exclusão das massas em relação à participação política e à educação, podemos afirmar que não existia uma interlocução cultural significativa entre as elites e os demais estratos sociais subalternos durante a passagem do século XIX ao XX. O contexto de desenvolvimento cultural no estado, nessa época, portanto, ainda era bastante limitado, ficando restrito aos círculos de cultura erudita da elite local. Sobre o surgimento, o papel e a importância dos grupos intelectuais no Rio Grande do Sul no período, GONZAGA afirma:

Os letrados ainda não exerciam nenhum papel na ordenação sócio-econômica que regeria a existência do continente de São Pedro até, pelo menos, 1930. Eles emergiram apenas em meados do século XIX. E, como era de se esperar, em face do atraso e pobreza cultural do meio, em face da ausência de uma tradição de ensino, fosse leiga ou eclesiástica, e em face principalmente da exígua rede de relações sociais e da horizontalidade econômica do espaço urbano, as primeiras manifestações literárias seriam insignificantes, seja do ponto de vista quantitativo, seja do qualitativo. Não se formara ainda aquele “sistema”, [...] entendido como uma conjugação orgânica de produtores e receptores literários, ligados por mecanismos de transmissão, textos escritos, obras que assegurem certo acúmulo de experiência, certa continuidade, e dessa forma, garantam a permanência da vida cultural e artística. Normalmente, o sistema literário apenas se completa quando a “polis” adquire complexidade social.<sup>245</sup>

Além disso, a formação dos elementos da elite cultural e política gaúcha se dava basicamente nas escolas de Direito, Medicina e Engenharia do centro do país. A figura

---

Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: A Faculdade de Direito de Porto Alegre*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF/RJ, 2005. p.136-137.

<sup>244</sup> MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil: 1920-1940. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, nº 4, v.2, jul./1987. p.74.

<sup>245</sup> GONZAGA, Sergius. Op. cit. p.123.

do ensaísta ainda é predominante e os temas mais recorrentes sob os quais se debruçam esses escritores são a formação histórica do Rio Grande do Sul, a identidade regional e os escritos de cunho jurídico e político. Esta geração teve seu despontar na década de 1870, estendendo-se até a virada do século. Nomes como Alcides Lima, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Caldre e Fião, Apolinário Porto Alegre e Alfredo Varela foram alguns dos intelectuais mais importantes do período.<sup>246</sup>

Se no campo político o positivismo reinou absoluto no Rio Grande do Sul desde a proclamação da república até, pelo menos, 1930, no campo cultural ele dividiu espaço com as demais teorias ‘cientificistas’ da época e a elas se misturou, tomando feições bem diversas do ‘positivismo político’ que marcou a administração estatal durante as gestões de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros. Conforme BOEIRA, as teorias positivistas de Augusto Comte surgiram e se disseminaram no estado associadas ao evolucionismo, ao naturalismo materialista, ao darwinismo e ao spencerismo, constituindo o que o autor chamou de ‘positivismo difuso’. Contudo, as idéias de Comte, assim como o cientificismo em geral, tiveram maior penetração no ensaísmo de cunho político e histórico do que na literatura do período.<sup>247</sup>

A intelectualidade que está em gestação no início do século XX, por sua vez, tem origem preponderante nos setores médios emergentes, ou mesmo nas famílias tradicionais empobrecidas. Mas na verdade, há uma grande diversidade de origens sociais: filhos de imigrantes, de pequenos comerciantes, de profissionais liberais, de funcionários públicos federais e/ou estaduais, ou mesmo de pequenos agricultores. Uma parcela grande desses escritores e letrados vem de pequenas cidades do interior do estado, realizando sua formação básica em instituições públicas, religiosas ou militares. Representam, sobretudo, um novo tipo de intelectual:

São os que não se limitam mais a mirar-se apenas no espelho do “mundo civilizado”, se bem que ainda sejam seduzidos por ele. São também os que se consagram à criação literária, às descobertas, às primeiras experiências científicas, ao jornalismo literário mais sofisticado, a discussão dos problemas existenciais e à busca

---

<sup>246</sup> NEDEL, Letícia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p.49.

<sup>247</sup> BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: TRINDADE, Hélió (org). *O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 3ªed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2007. p.391-418. No processo de difusão das idéias de Augusto Comte no estado, o autor distingue pelo menos três tipos de ‘positivismos’ que marcaram presença na sociedade rio-grandense, de acordo com os temas e áreas onde se desenvolveram: o ‘positivismo político’, o ‘positivismo difuso’ (ligado à área intelectual e às artes) e o ‘positivismo religioso’.

angustiada de uma explicação da especificidade desta sociedade contraditória, desconcertante.<sup>248</sup>

Entretanto, a nova geração da intelectualidade gaúcha, se não participa diretamente do poder, mantêm-se próxima aos grupos políticos dirigentes através, principalmente, da colaboração no funcionalismo público. A elite intelectual gaúcha, seguindo um padrão nacional, embora recorra a novas estratégias de ascensão e manutenção de suas carreiras e dialogue de forma mais marcante com os novos estratos sociais que não aqueles tipicamente oligárquicos, não abrirá mão de seu status diferenciado. Conforme PECÁUT:

A geração dos anos 25-40 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é do poder. Ela proclamou em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente.<sup>249</sup>

De fato, essa nova geração de escritores e intelectuais, nascida no início do século XX, “será a responsável pela conquista e consolidação, dentro e fora do aparato institucional de governo, de espaços próprios de atuação intelectual.”<sup>250</sup> Isso se deve à própria ampliação do mercado cultural em todo o país: o surto editorial que se desenvolve a partir dos anos de 1920, a modernização e expansão da imprensa, os investimentos em educação e a fundação de diversas instituições de ensino superior, o mecenato realizado pelas famílias tradicionais e, principalmente, o alargamento dos quadros do serviço público, tanto em âmbito regional quanto nacional.

Do ponto de vista do desenvolvimento institucional, é marcante o surgimento de estabelecimentos culturais relativamente independentes do poder político e da tutela estatal (universidades, jornais, editoras). Os investimentos em educação, além de ampliarem as camadas letradas que ocuparão postos na administração estatal, serão responsáveis por um aumento significativo do público leitor. Sérgio Miceli, ao referir-se sobre as distinções entre as tradicionais elites letradas da República Velha e as novas gerações de escritores e intelectuais que despontam nas décadas de 20-30, afirma:

---

<sup>248</sup> MARTINS, Luciano. Op. cit. p.74.

<sup>249</sup> PÉCAUT, Daniel. Op. cit. p.22. O autor ainda completa que “essa geração esforçou-se, assim, para romper com duas experiências que marcaram negativamente a história intelectual anterior: a dependência perante o Império e o isolamento no início do século XX. Em contrapartida, tentou reatar com uma terceira: o prestígio das elites de Estado, que caracterizara todo período do Império.” Idem, Ibidem.

<sup>250</sup> NEDEL, Letícia Borges. Op. cit. p.47-48.

Se na Primeira República o recrutamento dos intelectuais se realizava em função da rede de relações sociais que estavam em condições de mobilizar e as diversas tarefas de que se incumbiam estavam quase inteiramente a reboque das demandas privadas ou das instituições e organizações da classe dominante, a cooptação das novas categorias de intelectuais continua a depender do capital de relações sociais, mas passa cada vez mais a sofrer a mediação exercida por trunfos escolares e culturais cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual.<sup>251</sup>

Os primeiros cursos superiores foram criados na capital em fins do século XIX. Em 1895 foi fundada a escola de Farmácia e Química. Um ano depois seria criada a Escola de Engenharia e, em 1898, a Faculdade Livre de Medicina. A Faculdade de Direito, por sua vez, foi criada em 1900. A princípio, essas instituições eram autônomas e isoladas, tendo sido criadas por iniciativa de particulares, como preconizava a Constituição Estadual de 1891, de inspiração positivista. Esta estabelecia a liberdade de ensino e profissão como princípio elementar. Não obstante, tiveram relativo apoio do governo estadual no desenvolver de suas atividades. Nas primeiras décadas do século XX, todos estes cursos foram equiparados às escolas superiores federais. Em 1934, a partir de um decreto do governo federal, esses cursos foram agrupados na chamada Universidade de Porto Alegre, que já contava com diversos outros cursos, como Medicina Veterinária, Odontologia, Comércio e Artes.<sup>252</sup>

A criação de institutos culturais e associações públicas e privadas também se verifica nas três primeiras décadas do século XX. A Academia Rio-Grandense de Letras foi fundada em 1901. Seus primeiros membros achavam-se, em sua maioria, ligados à imprensa ou a política local. O Museu Julio de Castilhos foi fundado na mesma época, em 1903, acompanhado da criação do Arquivo Público, três anos mais tarde. Posteriormente, já na década de 1920, é criado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), que reunirá em seus quadros alguns dos nomes mais importantes da intelectualidade rio-grandense.<sup>253</sup>

---

<sup>251</sup> MICELI, Sérgio. Op. cit. p.79.

<sup>252</sup> Para uma análise sobre a criação dos cursos superiores no Rio Grande do Sul e suas relações com o governo estadual, ver: GRIJÓ, Luiz Alberto. Positivismo, ensino superior e exercício profissional no Rio Grande do Sul dos inícios da República. In: TRINDADE, Hélio (org) Op. cit. 2007 p.445-456.

<sup>253</sup> Sobre a trajetória dos intelectuais membros do IHGRS, desde sua fundação, ver: NEDEL, Letícia Borges. Op. cit.

Outro ponto fundamental de aglomeração intelectual no estado será a atividade jornalística. Como já indicamos antes, a relação entre intelectuais e imprensa é, de fato, um dos elementos constituintes desse ambiente cultural marcado ainda pelo baixo nível institucional. Na imprensa, os letrados gaúchos publicavam seus contos e poesias, atuavam como tradutores e exerciam a crítica literária, além de produzirem artigos de opinião sobre política, sociedade e economia nacional e internacional. Conforme TORRESINI, “dentro da redação desses jornais muitos escritores iniciam sua carreira literária”.<sup>254</sup> A própria figura do jornalista como categoria profissional distinta e independente ainda não existia em termos claros. Será ao longo da década de 1930 que o jornalismo se profissionalizará e alcançará progressiva especialização. Um passo importante na institucionalização dessa atividade foi a reconstrução da Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI), em dezembro de 1935. Posteriormente, já em 1942, seria fundado o Sindicato dos Jornalistas, marcando assim, o novo estatuto do profissional de jornalismo na sociedade gaúcha.

Na segunda metade do século XIX, o jornalismo político-partidário era o regime hegemônico no estado. Sua ascensão está ligada ao processo pelo qual a classe política do Rio Grande do Sul elevou a imprensa a instrumento constituinte da vida partidária. Cada partido possuía a sua “folha”, isto é, o veículo oficial do partido. Estes pequenos jornais tinham circulação restrita e eram mantidos pelo partido, que assumia toda responsabilidade por seu conteúdo. Tinham um papel doutrinário e representavam uma instância importante do confronto político. Este tipo de jornalismo possuía uma racionalidade específica:

Na verdade, o jornalismo político-partidário desenvolveu a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil.<sup>255</sup>

Nesta época, os jornais experimentavam as primeiras inovações técnicas, como a máquina a vapor e melhorias gráficas. O aumento da população a partir da década de 1860 e o avanço na área dos transportes e correios permitiram um aumento significativo da tiragem destes periódicos e criaram melhores condições para sua distribuição.

Paralelamente ao jornalismo partidário, existiu o jornalismo chamado “literário independente”. Em fins do século XIX, o desenvolvimento econômico-social produzia

---

<sup>254</sup> TORRESINI, Elizabeth. Op. cit. p.44.

<sup>255</sup> RÜDIGER, Francisco R. Op. cit. p.25-26.

uma sociedade mais complexa; surgiam novas necessidades culturais. Esse ramo do jornalismo buscava responder, simultaneamente, às demandas de uma incipiente camada intelectual, tratando de assuntos como artes, ciências e cultura, e aos anseios das camadas médias urbanas, através da cobertura noticiosa de acontecimentos internacionais/ nacionais, além da vida social local. Buscava construir-se como alternativa perante uma imprensa doutrinária, anunciando, freqüentemente, o princípio da imparcialidade em nome do “interesse geral da sociedade.” Esta postura de rejeição à política partidária contribuiu para expandir o público leitor. O jornalismo literário-independente desenvolveu-se entre 1890-1920 em todo o estado e foi, na realidade, o embrião do jornalismo informativo moderno.

Em geral, as condições para a consolidação do regime literário-independente jamais se completaram. Inúmeras folhas deixavam de circular em poucos meses por falta de dinheiro e de um número de leitores realmente grande. Entretanto, alguns aspectos de sua concepção de jornalismo foram desenvolvidos com sucesso por “grandes jornais” da fase informativa moderna. DALMÁZ ressalta muito bem esta relação entre as fases em questão:

Se, num primeiro momento, o reduzido número de anúncios e de leitores foi uma das causas da desarticulação do jornalismo literário, a partir dos anos trinta são justamente os consumidores e publicidade, aliados a uma modernização técnica e empresarial, que garantirão a consolidação da fase informativa moderna no estado.<sup>256</sup>

O antigo jornalismo político-partidário começava a desaparecer e a mentalidade econômica tomava as rédeas na direção das redações. Os avanços tecnológicos eram incorporados e os lucros obtidos se revertiam em investimentos na expansão do negócio.<sup>257</sup>

O *Correio do Povo* era o representante mais destacado deste novo regime jornalístico que então se configurava no estado. Num primeiro momento, o *Correio do Povo* não diferenciava-se da maioria dos jornais das primeiras décadas do século XX. O sucesso do jornal e seu despontar em relação aos seus contemporâneos estava na forma da administração, empreendida por seu fundador, Caldas Júnior.

---

<sup>256</sup> DALMÁZ, Mateus. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p.25.

<sup>257</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p.315.

Caldas percebeu as transformações sociais e culturais em curso, respondendo aos estímulos do mercado de jornais com sucessivos investimentos na estrutura tecnológica e administrativa de sua folha. [...] O *Correio do Povo* conquistou rapidamente assim a hegemonia no mercado de jornais, a redução dos custos permitiu um notável acréscimo nos pequenos anúncios, trazendo um conseqüente aumento de vendas, que criou os leitores para os grandes anunciantes.<sup>258</sup>

O *Correio do Povo* se anunciava, desde sua fundação (em 1895), como um jornal imparcial e desligado de correntes político-partidárias. Como já afirmado anteriormente, o elemento político e opinativo não desapareceu por completo, mas adquiriu outra forma, mais implícita, mas não menos eficiente.

[...] convém notar que essa metamorfose verificada no jornalismo não lhe retirou o aspecto político; a conquista de autonomia frente o campo político não significou sua perda, mas a mudança de forma. A nova empresa é uma agência política que apenas não expõe seu nome.<sup>259</sup>

Da mesma forma que o *Correio do Povo* possuía resquícios do jornalismo partidário, o jornal também cultivava ainda a herança do gênero literário. Os escritores e intelectuais locais freqüentemente publicavam contos e/ou resenhas sobre literatura e variedades. A página editorial era especializada neste gênero, contendo regularmente algum artigo literário. No entanto, a sessão editorial também publicava artigos sobre assuntos nacionais e internacionais, onde estes mesmos intelectuais, literatos e colaboradores comentavam, opinavam e se posicionavam a respeito. Os assuntos tratados eram diversos, em geral, temas da atualidade como a política econômica do governo, o movimento comunista no estado e no país, o centenário farroupilha, o fascismo europeu, entre outros. Neste espaço aparecem os artigos que versam sobre a “Questão Ítalo-Abissínia”.

O *Diário de Notícias* foi fundado na Capital em 1925, por Ernesto Corrêa, Francisco de Leonardo Truda – ex-funcionário do *Correio do Povo* – Raul Pilla e João Pedro de Moura. Em meados de 1930 foi comprado pelos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. O conglomerado jornalístico comandado pelo empresário paraibano, com sede no Rio de Janeiro, representava a maior cadeia de imprensa do país na época, sendo formado por mais de 30 jornais e emissoras de rádio espalhadas pelo Brasil. O

---

<sup>258</sup> RÜDIGER, Francisco R. Op. cit. p.54.

<sup>259</sup> Idem. p.64.

*Diário de Notícias*, que nos primeiros anos de existência passava por constantes dificuldades econômicas, passou a gozar de uma forte sustentação financeira, além de importantes investimentos que permitiram ampliar sua tiragem e circulação. Em meados da década de 1930, portanto, o *Diário de Notícias* já disputava a hegemonia no mercado com o líder *Correio do Povo*.

O perfil editorial do *Diário de Notícias* era bastante semelhante ao do *Correio*. Mesclava matérias de agências internacionais com artigos de opinião, produzidos por jornalistas locais e/ou nacionais e reservava um amplo espaço para publicidade e anúncios. O próprio Chateaubriand possuía uma coluna diária que tratava, em grande parte, de assuntos relativos à política nacional.

O jornal se manteve como uma das folhas mais importantes do estado durante cerca de três décadas. Seu declínio se deu por volta dos anos de 1950: o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954, gerou ampla reação popular contra o periódico. O *Diário de Notícias*, que na época era considerado um veículo de oposição ao governo Vargas, teve suas instalações destruídas pela população da capital, o que resultou em seu fechamento definitivo.

No final da década de 1920 temos ainda o surgimento de uma das mais célebres publicações do Rio Grande do Sul: a *Revista do Globo* foi lançada em 1929 pela *Editores e Livraria do Globo*, e possuiu muito prestígio junto à nascente intelectualidade gaúcha. Como afirma DALMÁZ,

A revista foi criada no vazio deixado pelo fracasso das publicações anteriores do gênero, devido à falta de sustentação econômica. Porém, a capital exigia uma nova revista, as elites viam nela uma necessidade cultural e havia o estímulo do próprio governador Getúlio Vargas.<sup>260</sup>

A *Revista* se propunha a tratar de assuntos variados e possuía um projeto gráfico sofisticado, com fotos de alta qualidade e ilustrações refinadas. Assim, rapidamente conquistou um espaço de destaque, reunindo importantes escritores gaúchos sob a direção de Mansueto Bernardi. Sobre a importância da publicação na década de trinta, pode-se destacar que

Ao longo de quase quatro décadas, o periódico não só contemplou aquele objetivo inicial, como também obteve importantes conquistas: alcançou leitores no país e no exterior, tornou-se uma das maiores publicações nacionais e abordou os mais variados assuntos. De

---

<sup>260</sup> DALMÁZ, Mateus. Op. cit. p.61.

literatura e vida social à política e economia, a revista veiculou quinzenalmente temas de interesse geral, inclusive relacionados a questões internacionais.<sup>261</sup>

A publicação da revista tornou-se um marco na vida cultural e literária da capital. Em sua redação foram reunidos os principais autores e críticos da época. Ao longo dos anos de 1930 seu prestígio só viria a aumentar, atingindo o mercado nacional e internacional.

Nos primeiros anos, a revista serviu de importante veículo de propaganda para a seção Editora Globo, anunciando seus lançamentos e publicando autores e resenhas de livros do seu catálogo. Posteriormente, Érico Veríssimo viria assumir a direção da Revista, de 1931 até 1937. Nesse ano, foi trabalhar como conselheiro editorial da Livraria do Globo, ao lado de Henrique Bertaso, sendo substituído na direção da revista por Luís Estrela e, logo em seguida, por Justino Martins. Durante a década de 1930 o conteúdo da publicação será preponderantemente literário. O próprio Érico relata, em suas memórias, as dificuldades enfrentadas na direção da publicação, no que se refere ao preenchimento do espaço da revista. Matérias estrangeiras, fotos, contos ou até mesmo poemas enviados por assinantes e leitores, que devido à condição de “bons fregueses” e independente de sua qualidade literária, eram publicados na revista. Sobre a proposta estética da *Revista do Globo*, CORADINI destaca:

Embora a principal imagem pública do conjunto da Editora ou da *Revista do Globo* [...] esteja associada a uma espécie de manifesto regionalista permanente, as características dessa revista, os temas abordados e os seus enfoques são de uma extrema diversidade, frugalidade e, frequentemente, banalidade, o que abrange todo o período de sua existência, de 1929 a 1963.<sup>262</sup>

Mesmo possuindo o perfil de uma revista de ‘variedades’ com amplo espaço para o colunismo social e a literatura, alguns temas relativos à política nacional e internacional serão debatidos em suas páginas. A revista trouxe, por exemplo, uma série de reportagens a respeito das operações militares na Abissínia, e cobriu detalhadamente a Guerra Civil Espanhola e a II Guerra Mundial através de artigos, matérias e fotos.

A *Revista do Globo* circulou com sucesso até os anos 1960, quando a concorrência com outros periódicos editados no centro do país acabou por suplantá-la. Revistas de variedades como *Manchete* e *O Cruzeiro* ganharam o mercado nacional a

---

<sup>261</sup> Idem. p.11.

<sup>262</sup> CORADINI, Odacir Luiz. Op. cit. p.131.

partir daí e o quinzenário editado pela Globo deixou de circular definitivamente em 1967.

Tendo apresentado as linhas gerais que compõem o ambiente intelectual em formação durante as décadas de 1920-1930, passamos ao exame da atuação de alguns grupos intelectuais que se manifestarão de forma significativa ao longo dos anos 30. Primeiro, buscar-se-á caracterizar o *Grupo do Café Colombo*, formado em grande parte por literatos e intelectuais ligados à imprensa. Em segundo lugar, se dará atenção à geração católica que despontava em Porto Alegre nesse mesmo período. Ambos os grupos intelectuais tiveram participação ativa nas discussões de seu tempo. Para melhor avaliar o sentido de tais manifestações, é necessário observar sua formação educacional, os vínculos que esses personagens possuíam, qual seus locais de sociabilidade e suas redes de atuação e reconhecimento. Com isso, passaremos de uma avaliação dos posicionamentos e da atuação política de indivíduos dispersos, para a análise do pensamento de um grupo social distinto e ativo na sociedade, que muitas vezes se apresenta de forma coletiva na cena política, não obstante sua heterogeneidade intrínseca.

## ***2.2 O Grupo do Café Colombo***

No interior do que chamamos de elite intelectual gaúcha, existiu um grupo de atuação destacada e que protagonizou alguns dos episódios mais marcantes do debate em torno da invasão italiana à Etiópia. Esse grupo de intelectuais era denominado, entre outras alcunhas, de “*Grupo do Café Colombo*”, em referência a um de seus principais pontos de encontro e discussão. O conjunto de escritores e intelectuais reunidos em torno do grupo representou uma nova geração nos meios culturais do Rio Grande do Sul. TORRESINI nos traz uma relação de alguns membros:

Do Grupo do Café Colombo fazia parte: Augusto Meyer, Moysés Vellinho, Érico Veríssimo, Viana Moog, Darci Azambuja, Theodomiro Tostes, Ernani Fornari, Athos Damasceno Ferreira, João Santana, João Manoel de Azevedo Cavalcanti, Mário Quintana, Leônidas Garcez, Ruy Cirne Lima, Dâmaso Rocha, Raul Bopp, Major Guerreiro, Vargas Neto, Telmo Vergara, De Souza Júnior, Manuelito

de Ornellas, Aluísio Franco, Paulo Correa Lopes, Paulo de Gouvêa, Sérgio de Gouvêa e Dante de Laytano.<sup>263</sup>

Eram escritores que haviam publicado em meados da década de vinte e já tinham certo prestígio. Alguns deles eram colaboradores assíduos do *Correio do Povo*, do *Diário de Notícias*, da *Revista do Globo* e outros jornais da capital, ou mesmo trabalhavam como editores e tradutores. De procedências diversas, a maioria vinha de cidades pequenas, no interior do estado, como Santa Maria (Moysés Vellinho, Reynaldo Moura), Cruz Alta (Érico Veríssimo), Quaraí (Cyro Martins, Dyonélio Machado), Alegrete (Mário Quintana), Encruzilhada do Sul (Darcy Azambuja), Itaqui (Manoelito de Ornellas), Cachoeira do Sul (Paulo de Gouvêa e Sergio de Gouvêa) e outras, chegando à capital em meados de 1920. Em termos geracionais, os membros do grupo e seus agregados haviam nascido aproximadamente entre 1900 e 1910.<sup>264</sup>

O grupo havia se formado, inicialmente a partir da criação da revista *Madrugada*, fundada por Augusto Meyer, Theodomiro Tostes, João Manoel de Azevedo Cavalcanti, João Santana, Miranda Netto e Sotero Cosme, em 1926. A revista, considerada como veículo dos ‘modernistas gaúchos’, no entanto, teve duração efêmera, circulando de setembro a dezembro e acabando no mesmo ano. Esta publicação possuía caráter preponderantemente literário e representou um esforço inicial em reunir a produção desta nova geração de poetas.

O fator que será decisivo na consolidação do grupo no cenário literário gaúcho será a fundação da *Editores Globo*, responsável pela publicação das obras da maioria destes autores, de traduções que realizavam e da célebre *Revista do Globo*. A importância da *Livraria e Editores Globo* será tão grande na constituição dessa geração, que muitos autores a denominam de “Grupo da Globo.”<sup>265</sup>

A *Livraria do Globo* foi fundada em outubro de 1883, por Laudelino Pinheiro Barcellos e Saturnino Pinto. Esse último abandonaria o negócio alguns anos depois. Em 1892, José Bertaso, então com 12 anos de idade, é contratado como servente e balconista. A dedicação do rapaz e a expansão do negócio permitem que esse vá galgando postos no interior da firma, até assumir o cargo de gerente. Posteriormente, com o falecimento de Laudelino Barcellos, em 1917, José Bertaso torna-se sócio-proprietário da Livraria. Já nessa década, além de já ser uma das mais importantes

---

<sup>263</sup> TORRESINI, Elizabeth W. R. Op. cit. p.51.

<sup>264</sup> Para informações gerais sobre os membros do grupo e seus agregados, ver Anexo II.

<sup>265</sup> CORADINI, Odacir Luiz. Op. cit. p.130.

livrarias da capital, a casa dava seus primeiros passos no campo da edição de livros, publicando o célebre *Almanaque do Globo*. João Pinto da Silva, atuante intelectual da capital, e Mansueto Bernardi, italiano que morava no estado, foram chamados para dirigir o Almanaque. Bernardi logo trabalharia como administrador na casa e foi sob sua direção que se deu o surto inicial da Livraria como casa editora, lançando livros da então nascente geração de poetas e ficcionistas gaúchos. Em 1931, Mansueto Bernardi partiu para o Rio de Janeiro, a convite de Getúlio Vargas, para assumir a direção da Casa da Moeda. A seção Editora passa então ao comando de Henrique Bertaso, filho de José Bertaso. As apostas editoriais da firma durante essas duas décadas tiveram resultados significativos, como avalia ZILBERMAN:

A livraria do Globo, liderada, nos anos 20, por Monsueto Bernardi e, na década de 30, por Érico Veríssimo, transforma-se numa das maiores editoras brasileiras. E, se isto se deve, em parte, ao tirocínio de Érico Veríssimo, que percebeu na nova ficção anglo-americana os nomes principais da vanguarda literária do século [...] de outro lado, o sucesso do empreendimento pode ser creditado ao aproveitamento, em seus quadros da geração de ficcionistas, poetas e críticos que brotava no Estado. O próprio Érico Veríssimo, Mário Quintana, Dyonélio Machado, Cyro Martins – todos foram publicados pela Globo, o que determinou o encorpamento e a melhoria da qualidade da produção literária local.<sup>266</sup>

O sucesso do empreendimento editorial dos Bertaso no comando da *Globo* permitiu que essa geração de escritores e intelectuais se consolidasse, inclusive obtendo reconhecimento em nível nacional, casos de Érico Veríssimo, Viana Moog, Dyonélio Machado, Augusto Meyer, Cyro Martins, entre outros nomes. A partir da década de 1930, a casa possuía filiais em diversas cidades do estado, como Santa Maria, Pelotas, Rio Grande; escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo e representantes em quase todas as capitais do país. A Globo, durante as décadas de 1930 e 1940, tornou-se a maior casa editorial fora do eixo Rio-São Paulo.

A *Editora e Livraria do Globo* representou a principal rede de aglomeração dos intelectuais que formavam o *Grupo do Café Colombo*. Como observa CORADINI, “evidentemente, as modalidades e graus de relacionamento e dependência frente à empresa são variáveis, abrangendo desde simples autores editados até os que fizeram

---

<sup>266</sup> ZILBERMAN, Regina. *Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: LP&M, 1985. p.16.

carreira como seus funcionários ou ‘intelectuais’”.<sup>267</sup> De fato, uma das principais características da empresa enquanto rede é a conflituosa relação dos interesses econômicos com os de ordem cultural. Segundo o autor, a lógica empresarial presente na direção da casa tentava resolver esse impasse através da divisão do trabalho. Enquanto o ramo familiar proprietário da firma encontrava-se mais ligado às decisões de ordem econômica e de viabilidade editorial e financeira, a contratação de “especialistas da cultura” e intelectuais como conselheiros editoriais tinha como objetivo estabelecer os parâmetros culturais da produção da Editora, ou seja, qual o conteúdo e que obras deveriam ser publicadas. Esse recrutamento de especialistas e intelectuais locais pela firma se deu sobre redes já preexistentes, isto é, a geração de escritores locais dos anos 1920-30. Tal fato irá afirmar mais ainda a identificação dessa geração com a empresa em questão.

Politicamente, podemos avaliar a posição tanto da *Editora do Globo*, quanto de sua revista, como favoráveis ao projeto varguista inaugurado na Revolução de 1930. Cabe lembrar que um dos maiores incentivadores para a criação do periódico mencionado foi o próprio Getúlio Vargas, que na época era presidente do estado (1929). O político costumava participar das longas conversas em frente à livraria, junto aos intelectuais locais e lideranças que freqüentavam o ambiente. Mansueto Bernardi, fundador e diretor da *Revista do Globo* em seus anos iniciais, realizou uma campanha através das páginas do periódico a favor da mobilização armada contra o resultado das eleições presidenciais de 1930, onde Vargas havia sido derrotado. Conforme DALMAZ

Desde a sua fundação, em janeiro de 1929, o quinzenário prestou inúmeras homenagens a Getúlio Vargas e se posicionou ao lado do governo em importantes episódios, como a Revolução de 1930 e a campanha de nacionalização, por exemplo.<sup>268</sup>

Ao longo dos anos de 1930, a Editora se manterá no fogo cruzado dos debates ideológicos da época. Tanto os adeptos do comunismo quanto as elites conservadoras anticomunistas criticavam a empresa, as obras que esta editava e até mesmo a orientação política de seus funcionários e dos autores publicados. Nas palavras de Veríssimo,

dizia-se que a Globo era um foco de comunistas. (Sempre pairou sobre minha cabeça essa suspeita). Os extremistas da Esquerda apontavam a

---

<sup>267</sup> CORADINI, Odacir Luiz. Op. cit. p.130.

<sup>268</sup> DALMÁZ, Mateus. Op. cit. p.13.

Editora como uma firma a serviço de ‘Wall Street’, da qual eu era um dos lacaios. Outros sugeriam que recebíamos o lendário ‘ouro de Moscou.’<sup>269</sup>

Consta nas memórias tanto de Veríssimo quanto do neto de José Bertaso, Henrique Bertaso, que, por ocasião da Guerra Civil Espanhola, um “cavalheiro muito acatado em nosso meio social”<sup>270</sup> declarou ao proprietário que

a “Livraria estava em cima dum vulcão prestes (sem trocadilho) a vomitar fogo e lava.” E que entre nossos tradutores havia comunistas confessos e até um homem que lutara na Espanha “do lado dos republicanos”. Livros nossos haviam revelado nítidas tendências bolchevistas. Era preciso tomar medidas drásticas.<sup>271</sup>

O personagem, indiretamente citado, que lutou de fato na Guerra Civil Espanhola, era o tradutor Homero de Castro Jobim.<sup>272</sup> Além dele, temos nessa época a presença de Justino Martins, que trabalhava como editor da *Revista do Globo*, e seus colaboradores, citados por BERTASO como de tendências “nitidamente esquerdistas.”<sup>273</sup>

Uma das estratégias para enfrentar a posição delicada que a Editora ocupava em relação ao ambiente político dos anos 30 era a publicação de obras de vertentes ideológicas diversas e, por vezes, até opostas. A casa adquiriu os direitos de *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, após uma viagem de Henrique Bertaso à Alemanha. O livro foi lançado pela *Globo* em 1936 e teve suas duas edições rapidamente esgotadas. Consta que os dirigentes nazistas, através da embaixada alemã em Porto Alegre, reclamaram muito da edição publicada pela *Globo*, pois nas orelhas do livro continham resenhas sobre obras de autores judeus.<sup>274</sup> CORADINI avalia tal postura como uma posição ‘pragmática’ dos editores frente a radicalização política que se instalava no país. Porém, ao mesmo tempo que, do ponto de vista editorial, esse ‘liberalismo literário’ apresentava resultados interessantes, por outro, tornavam mais frequentes ainda os

---

<sup>269</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Um Certo Henrique Bertaso*: pequeno retrato em que o pintor também aparece. Porto Alegre: Globo, 1972. p.96.

<sup>270</sup> Idem. p.96.

<sup>271</sup> Idem. p.96-97. Nas memórias de José Otávio Bertaso, o autor, reproduzindo o diálogo, menciona o primeiro nome do ‘cavalheiro’ que confidenciou tal frase ao seu avô: Adroaldo. Possivelmente tratava-se de Adroaldo Mesquita da Costa, eminente líder da intelectualidade católica e ferrenho anticomunista. Ver em BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993. p.167.

<sup>272</sup> BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*. São Paulo: Edusp, 2004. p.184-185. Homero de Castro Jobim era militar, foi membro do Partido Comunista e fez parte de um grupo de 14 brasileiros que foram à Espanha como voluntários das Brigadas Internacionais para lutar ao lado dos republicanos. Quando voltou, afastou-se da política e trabalhou como tradutor e professor universitário de Português.

<sup>273</sup> BERTASO, José Otávio. Op. cit. p.167.

<sup>274</sup> Idem. p.30-31.

ataques à Editora. Sob a orientação de Érico Veríssimo, a empresa passou a traduzir e publicar várias obras da literatura dos Estados Unidos, o que, segundo TRINDADE, “justificava uma certa adesão aos norte-americanos [...]”<sup>275</sup>, resultando em críticas por parte dos setores de esquerda. A publicação de *Mein Kempf* também foi motivo de ataques por parte de alguns intelectuais antifascistas, como Arlindo Pasqualini. Após um desentendimento pessoal com Hamílcar Garcia, secretário da Editora, o diretor da *Folha da Tarde* – suplemento vespertino das empresas Caldas Júnior – aproveitou o anúncio do próximo lançamento da editora na publicação para uma provocação: “Os editores de Adolf Hitler no Brasil acabam de lançar um novo livro [...]”<sup>276</sup> Por outro lado, os grupos conservadores da capital criticavam a casa por promover autores de esquerda, como Dyonélio Machado e Ivan Pedro Martins.

Além das afinidades literárias que se consolidaram com o surgimento de uma grande editora na capital, os locais de sociabilidade desses intelectuais formaram laços e identidades comuns. Neste sentido, a Rua da Praia foi um centro importante de convivência e criação. Ali era o ponto de encontro de inúmeros artistas, em sua maioria escritores e poetas. Segundo as memórias de seus frequentadores, a capital misturava nessa época, ares cosmopolitas e provincianos, simultaneamente. Na Rua da Praia também se localizavam as redações dos principais jornais da capital: *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *A Federação*, além da *Editora e Livraria do Globo*. Um pouco mais adiante estava o *Café Colombo*, que segundo Paulo de Gouvêa “marcava o passo inicial do nosso itinerário noturno.”<sup>277</sup> Podemos ainda mencionar, como outros espaços importantes de sociabilidade da intelectualidade, o Clube Jocotó, o Chalé da Praça XV, o bar Antonello e o Teatro São Pedro, que, além de receber artistas locais era o local privilegiado de apresentação da produção cultural oriunda de fora do estado.

Em termos estéticos, a geração de escritores que despontava no Rio Grande do Sul em meados da década de 1920 e que viria a constituir o *Grupo do Café Colombo*, encontrava-se influenciada pelo Modernismo paulista. A crítica literária aponta como tendência dominante nessa geração, a fusão desse modernismo com o chamado regionalismo, sem resultar em grandes extravagâncias literárias tais como as da geração paulista de 1922. Num primeiro impulso, destaca-se o desenvolvimento da poesia, onde

---

<sup>275</sup> TRINDADE, Fernando Casses. A Polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, ano XI/XII, Porto Alegre: 1983/1984. p.63.

<sup>276</sup> Citado por BERTASO, José Otávio. Op. cit. p.183.

<sup>277</sup> GOUVÊA, Paulo de. *O Grupo; outras figuras – outras paisagens*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976. p.20.

as idéias de liberdade métrica, verso livre e combate ao formalismo típico do Parnasianismo, causaram certa influência entre os escritores locais. A literatura no estado era marcadamente de caráter regional, isto é, versava sobre temas do campo, sobre a vida e costumes de estancieiros e peões, num ambiente preponderantemente rural. Cyro Martins, em depoimento sobre o surto literário do estado a partir dos anos vinte, avalia a influência modernista sobre o regionalismo gaúcho:

Nessa atmosfera de vibração, o regionalismo literário gauchesco, apesar do toque saudosista, acolheu-se fácil com o modernismo, embora valha a verdade, alguns trovadores tenham-se atarantado com tantas e tamanhas pedradas na métrica, na rima e no soneto, vindas da *Paulicéia desvairada*. [...] De passagem, convém recordar que, em 26, a Globo lançou a edição conjunta dos *Contos Gauchescos e Lendas do Sul* de Simões Lopes Neto. Foi um fato marcante em nosso movimento literário de então. A figura quase mítica do escritor pelotense tornou-se acessível ao grande público. Concomitantemente a esse acontecimento que nos dizia tanto e tão de perto, tomava vulto o Modernismo. Os nomes de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Ronald Carvalho, Manuel Bandeira, Raul Bopp, Ribeiro Couto se faziam cada dia mais familiares aos jovens interessados em poesia.<sup>278</sup>

A partir dos anos de 1930, com a publicação de algumas obras referenciais do grupo, podemos então visualizar melhor o perfil do que se convencionou chamar de *geração de 30*, no Rio Grande do Sul. Ao longo da década a temática social e a visão crítica surgem como viés marcante na literatura gaúcha. Os principais exemplos seriam *Os Ratos* (1935), de Dyonélio Machado, *Xarqueada* (1937), de Pedro Wayne, *Fronteira Agreste*, de Ivan Pedro Martins (1943) e *A Trilogia do Gaúcho a Pé* (composta por *Sem Rumo*, 1937; *Porteira Fechada*, 1944; e *Estrada Nova*, 1954), de Cyro Martins, todos publicados pela Editora do Globo. Esses escritores gaúchos então mergulhavam nos temas regionais, escrevendo na forma de prosa e sob a influência de autores nordestinos como Jorge Amado, José Lins do Rego e João Cabral de Melo Neto. No âmbito da literatura brasileira, esse conjunto de autores ficou conhecido como geração do “Romance de 30”. Cyro Martins apresenta uma definição que caracteriza o movimento:

---

<sup>278</sup> MARTINS, Cyro. Regionalismo, modernismo e o surgimento do Romance de 30. In: MASINA, Lea; APPEL, Myrna Bier (orgs). *A Geração de 30 no Rio Grande do Sul: literatura e artes plásticas*. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2000. p.85-86.

O que é que o romance de 30 possui de característico? O trato dos temas da região do escritor, em termos de ficção, numa linguagem singela, largada, temperada com o sal da terra e sem nenhum ufanismo. Era a alma da poesia modernista transposta para a prosa, completando o ciclo de cultura que renovava a inteligência nacional. Atingíamos, enfim a emancipação literária. Os jovens escritores brasileiros passaram de um estado de indiferença social, para uma tomada de consciência das condições de vida dos diferentes núcleos populacionais do Brasil, principalmente os interioranos.<sup>279</sup>

O grupo de escritores e intelectuais que gravitou em torno da Editora Globo se distingue bastante de um outro, ligado ao clero católico e agrupados em instituições sob a tutela da Igreja. Apesar de muitos dos escritores ligados à Globo terem realizado seus estudos básicos nas mesmas instituições religiosas que formaram a chamada ‘geração católica’ (o Ginásio Anchieta, por exemplo, onde estudaram De Souza Júnior, Paulo de Gouvêa, Augusto Meyer, Theodomiro Tostes e Moysés Vellinho), esses autores não compartilharam da mesma visão rígida e disciplinadora que seus pares do ‘grupo católico’ e tampouco assumiram o papel ‘missionário’ que tanto caracterizou a atuação destes. Os intelectuais do *Grupo da Globo* possuíam, de fato, uma heterogeneidade de posições políticas, origens, formação e trajetões sociais maior. Podemos caracterizá-los, no entanto, por uma defesa dos princípios de liberdade de expressão e artística, embora a trajetória de muitos dos seus membros demonstre variações significativas dessa tendência. Além disso, os membros do *Grupo do Café Colombo* se achavam preponderantemente ligados à imprensa e a literatura, enquanto os católicos viriam marcar presença, principalmente no meio acadêmico e político-partidário.

### **2.3 A Geração Católica**

Para avaliarmos de maneira adequada o processo de formação das elites intelectuais no Rio Grande do Sul, é preciso levar em consideração o papel e a atuação da Igreja Católica na região. A separação entre o Estado e a Igreja, a partir da Constituição de 1891, acabara subtraindo em muito a influência e a posição privilegiada que esta instituição até então ocupava no país. O fim do regime de padroado colocava agora a Igreja brasileira sob a tutela direta de Roma. A partir daí, o catolicismo nacional

---

<sup>279</sup> Idem. p.92.

passaria por um processo de europeização e romanização, afastando-se de sua tradição luso-brasileira.<sup>280</sup>

Com isso, a Igreja Católica iniciou, na década de 1920, uma ofensiva no sentido de fazer-se presente nos mais diversos âmbitos da sociedade brasileira. Tal movimento representava um esforço “visando à retomada da posição da Igreja como instituição beneficiada e reconhecida, de direito e de fato pelo Estado.”<sup>281</sup> No Rio Grande do Sul, sob o comando do arcebispo metropolitano Dom João Becker e com o auxílio de uma geração de intelectuais católicos laicos – que ficou conhecida como a “geração católica”<sup>282</sup> – a Igreja direcionará seus esforços na tentativa de aproximar-se das elites políticas estaduais, ampliar sua influência e fazer frente ao avanço do chamado ‘anticlericalismo’.

A formação dessa geração católica, que toma pra si a tarefa de cristianizar as elites e marcar presença nas instituições leigas em nome da defesa dos princípios do catolicismo, se deu a partir da atuação estratégica da Igreja Católica na área da educação. Segundo ISAIA

Se o catolicismo romanizado priorizava seu proselitismo junto àqueles que mais de perto influíam no poder do Estado, ou seja, as elites, será a educação o campo onde a Igreja concentrará seus esforços, visando a formar uma geração capaz de encampar suas lutas.<sup>283</sup>

Nesse sentido, a própria conjuntura política regional era favorável, uma vez que a Constituição rio-grandense não tornava a educação monopólio do Estado; pelo contrário, defendia veementemente uma ‘educação livre’. Abria-se assim, um enorme campo de atuação para a Igreja, o que permitiu a ampliação e expansão da rede de escolas católicas e o contínuo investimento educacional das ordens religiosas na formação das elites. Assim,

A orientação firme da hierarquia em preservar sua tutela sobre o setor educacional fez ser acionado o conjunto de ordens, congregações e institutos religiosos já instalados no país e incentivou a atração de

---

<sup>280</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 4. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995. p.279.

<sup>281</sup> ISAIA, Arthur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p.113.

<sup>282</sup> Para informações gerais a respeito dos principais membros da ‘geração católica’ gaúcha, ver Anexo III.

<sup>283</sup> Idem. p.113

novos, muitos deles com experiência de atividades educacionais e vindos para se dedicar quase que exclusivamente ao ensino.<sup>284</sup>

A atuação dos jesuítas, em especial, foi fundamental para a formação educacional dessa geração de católicos leigos que despontará na década de 1930. A Igreja Católica já desenvolvia suas atividades na educação, especialmente na região colonial, desde o início da imigração. Os jesuítas, no entanto, realizaram empreendimentos educacionais importantes na capital do estado ou mesmo na região metropolitana, objetivando atingir as futuras elites estaduais. Como observou CORADINI,

a principal novidade, além dos deslocamentos geográficos está no público visado, que não se restringe mais aos seminários ou à educação formal no âmbito das colônias, mas volta-se especificamente para as elites estaduais concentradas na capital.<sup>285</sup>

O Ginásio Anchieta era o centro de formação comum dessa geração. Fundado em 1901, essa instituição tornou-se rapidamente referência para a elite sócio-econômica porto-alegrense. Entre seus professores, destacou-se a figura do padre alemão Werner von und zur Mühler como um dos principais ministros jesuítas do período. O padre Werner, de sólida formação humanística e filosófica, ministrava cursos disputadíssimos não só para alunos do colégio Anchieta, como para ex-alunos e mesmo nas escolas superiores de Porto Alegre. Seu protagonismo foi tão marcante na formação dos mais destacados líderes da geração católica, a ponto de se identificar tal grupo como “a Geração do Padre Werner.”

A constituição de um grupo que militasse em nome da ‘causa católica’ era também uma resposta ao avanço do que se convencionou chamar de ‘anticlericalismo’ e da laicização cultural das elites no estado, adeptas principalmente do positivismo e dos demais ‘cientificismos’. Contudo, a geração intelectual que usualmente é identificada pela historiografia como ‘positivista’, no entanto, jamais foi homogênea e coesa, seja em termos de formação educacional, ideologia ou mesmo geracionais. Na verdade, sob a alcunha de ‘positivistas’ eram agrupados todos os ‘inimigos’ dos católicos, isto é, os indivíduos não adeptos do chamado humanismo cristão: os maçons, os protestantes, os

---

<sup>284</sup> SEIDL, Ernesto. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em Ciência Política/UFRGS, 2003. p.121.

<sup>285</sup> CORADINI, Odacir Luiz. Op. cit. p.138.

espíritas, os liberais, os positivistas de fato e, posteriormente, os socialistas e comunistas.<sup>286</sup> Dessa maneira:

Para enfrentar o avanço da laicização cultural entre as elites, os jesuítas do Colégio Anchieta intensificavam um programa educacional que, ultrapassando o terreno escolar propriamente dito, fosse capaz de oferecer uma alternativa de vida embasada em parâmetros diversos do *ethos* mental da camada tradicionalmente dominante no Estado.<sup>287</sup>

Um indício de tal tendência foi a ação sistemática das instituições educacionais jesuítas em manter seus ex-alunos sob sua esfera de influência, através de associações, cursos e encontros semanais que constituíam uma formação continuada e que extrapolava os limites da religião e/ou da educação. Com isso, se sedimentaram laços pessoais, religiosos e ideológicos entre este grupo que acabaram lhe conferindo maior homogeneidade em relação ao restante das camadas letradas do estado. De fato, o que distingue essa geração católica dos demais grupos intelectuais rio-grandenses é justamente a sua unidade de atuação em diferentes domínios e áreas. Para TRINDADE, a presença da geração católica na sociedade rio-grandense da época foi diferenciada das gerações intelectuais anteriores ou mesmos de seus contemporâneos,

pois além de atuar no domínio do político, do científico, do religiosos e do universitário, trabalhou em todos os setores da atividade humana desde o plano moral, que orienta diretamente na privacidade de cada indivíduo, até a atividade profissional.<sup>288</sup>

A instituição que se mostra decisiva na constituição do grupo católico que atuava na capital foi, sem dúvida, a Congregação Mariana. A congregação de acadêmicos *Mater Salvatoris*, fundada em 1911, reunia semanalmente os universitários católicos, em sua maioria, egressos do ginásio Anchieta, para discutir assuntos variados sob a orientação espiritual e intelectual do padre Werner. O compromisso com a militância católica e a rígida disciplina cultivada nessa instituição acabou por aprofundar os princípios desenvolvidos desde o ginásio Anchieta. Com isso, se criou um verdadeiro ‘exército’ de intelectuais engajados na defesa dos ideais do catolicismo diante duma sociedade onde avançavam as ideologias laicas.

---

<sup>286</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit. p.336-337.

<sup>287</sup> ISAIA, Artur César. Op. cit. p.117.

<sup>288</sup> TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da faculdade de filosofia da UFRGS. *Revista do Instituto de Filosofia e ciências Humanas/UFRGS*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, ano X, 1982. p.39-40

Além da atuação de destaque conferido aos padres jesuítas no processo de formação da geração católica gaúcha, cabe também mencionar aqui a ação dos padres franciscanos capuchinhos e de seu principal líder, o frei Pacífico de Bellevaux. O frei francês foi responsável pela organização de uma das primeiras manifestações de destaque que agrupou a geração católica em Porto Alegre: a comemoração do 700º aniversário da morte de São Francisco de Assis, em 1926. Nessa ocasião foram realizadas uma série de palestras no Teatro São Pedro onde alguns desses intelectuais laicos proferiram palestras sobre a espiritualidade franciscana. ISAIA afirma que, embora não se possa traçar nenhuma identificação direta entre a intelectualidade católica gaúcha e o fascismo, as comemorações da Semana Franciscana tiveram também um sentido de exaltação da italianidade, em um momento onde o regime de Mussolini se consolidava, tendo a Igreja Católica como importante aliada:

Interessante foi o fato de que as comemorações do sétimo aniversário de São Francisco ofereceram uma oportunidade ímpar para exaltar, num Estado fortemente marcado pela presença imigrante, o nacionalismo peninsular em um momento que a Itália praticamente completava o processo de 'fascistização'. As comemorações franciscanas de 1926 eram encaradas como um dever não apenas dos católicos, mas um dever patriótico dos italianos. [...] Ao lado da conclamação do chefe da Igreja para que se exaltasse São Francisco de Assis, particularmente naquele ano de 1926, o incitamento, no mesmo sentido do chefe do governo italiano, inaugurador da 'nova e grande Itália' impunha-se como uma 'ordem patriótica'.<sup>289</sup>

Além de jesuítas e franciscanos, os padres maristas tiveram também um papel de relevo na educação da geração católica. A fundação do Colégio Nossa Senhora do Rosário, em 1904, foi um dos centros radiadores do grupo católico sob o comando dos maristas. Posteriormente seria fundada a Faculdade Católica de Ciências Econômicas, que daria origem, mais tarde, à Pontifícia Faculdade Católica do Rio Grande do Sul.

Entre os nomes de destaque do grupo católico que viria a atuar na década de 1930, podemos citar Adroaldo Mesquita da Costa, Armando Câmara, Heitor Annes Dias, Mansueto Bernardi, Armando Dias do Azevedo, Félix Contreiras Rodrigues, Fábio de Barros, Ernani Maria Fiori, Raul Moreira, Ruy Cirne Lima, J. P. Coelho de Souza, entre outros. A estes se somaram alguns nomes mais jovens, como os irmãos

---

<sup>289</sup> ISAIA, Artur César. Op. cit. p.124.

Carlos e Vitor de Britto Velho e Francisco Machado Carrion. O grupo católico teve atuação destacada, principalmente no ensino universitário. Uma de suas principais redes de reconhecimento e mobilização era a Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul, fundada por Armando Câmara, em 1934. CORADINI destaca que, se por um lado o grupo católico apresentava resistência ou até desprezo pela política partidária, “por outro insere algo de ‘política’ em todas as esferas e práticas sociais, sejam econômicas, religiosas, educacionais, ou de qualquer outra espécie.”<sup>290</sup> O autor ainda ressalta que essa ambivalência diante do campo político tradicional não impediu que integrantes do grupo católico fizessem carreira política. No interior da esfera político-partidária gaúcha, no entanto, seus membros não possuíam vínculos unívocos, atuando em campos variados. Como afirma ISAIA

O laicato da Arquidiocese de Porto Alegre tinha como elementos de vanguarda integrantes tanto do PRR como do PL. Um exemplo desse fato era o nome do leigo talvez mais influente junto a D. João Becker, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, que militava no PRR. Mesmo quando a arquidiocese encampou os candidatos fiéis ao poder central nas eleições de 1933, Mesquita da Costa, candidato a deputado estadual pelo seu partido, continuou gozando da confiança do arcebispo. Outro exemplo é Monsueto Bernardi, líder católico proeminente, que na época de sua filiação ao PRR, inclusive, ocupou a chefia da casa civil de Borges de Medeiros. No campo oposto maragato, figuravam, igualmente, nomes de vulto do laicato arquidiocesano, como os irmão Carlos e Vitor de Brito Velho.<sup>291</sup>

Temos ainda o exemplo de Alberto Pasqualini, que fez parte do grupo católico e das Congregações Marianas. Pasqualini, diferentemente dos demais membros da *Mater Salvatoris*, tomou progressivamente uma posição política mais à esquerda, sem romper, de maneira nenhuma, com os postulados do catolicismo. Além disso, teve sua trajetória ligada diretamente à política partidária. Ernani Maria Fiori também representa o caso de um indivíduo que pertenceu ao núcleo desse movimento, compartilhou da mesma formação comum, mas se posicionou, depois de um breve período de aproximação com o Integralismo, progressivamente, mais à esquerda no interior do espectro político-ideológico. Seu nome constava entre os professores universitários expurgados logo depois do golpe militar de 1964, o que o obrigou a exilar-se no Chile.

---

<sup>290</sup> CORADINI, Odaci Luiz. Op. cit. p.139.

<sup>291</sup> ISAIA, Artur César. Op. cit. p.115.

A partir da década de 1940, no entanto, vemos que a maioria dos membros do grupo católico, ou pelo menos suas principais lideranças, assumem uma postura marcadamente conservadora. Dessa forma, o fenômeno da ‘geração católica’ não possui uma correspondente político-ideológica definida, mas sim um conjunto de valores e uma postura política calcada nas concepções cristãs e católicas presentes na sua formação. Essas mesmas concepções, é que nos permite inclusive vislumbrar a própria geração católica enquanto grupo, e que podemos chamar de matriz comum ou *ethos*. Conforme GRIJÓ

O que ocorreu com o conservadorismo católico é que ele parece ter sido capaz de fornecer um instrumental teórico mais adequado à luta político-ideológica que se inaugurava na década de 1930 contra, de um lado, os capitalistas liberais e, de outro, os comunistas.<sup>292</sup>

Assim, a geração católica que se encontrava em formação durante os anos vinte, terá na década seguinte uma atuação política destacada e colocará em prática as estratégias de conquista de espaços institucionais importantes, como as universidades, os cargos do funcionalismo público ou mesmo cargos políticos no legislativo estadual, entre outros, visando marcar presença junto aos detentores do poder, sempre em nome da defesa dos princípios católicos e da causa da Igreja hierárquica. O grupo, enquanto representante laico da intelectualidade católica, fará do anticomunismo a sua principal bandeira.

## 2.4 Manifestações políticas da intelectualidade

Em meados dos anos de 1930 começa a se tornar visível uma cisão das elites intelectuais gaúchas em pelo menos dois grupos opostos: de um lado uma geração católica, de formação basicamente jesuítica, ligada às principais faculdades da época (Direito, Engenharia e Medicina) e profundamente comprometida com o projeto de cristianização das elites, de combate ao comunismo e ao anticlericalismo; e do outro um grupo intelectual de diferentes matrizes ideológicas e de formação diversa, mas agrupado a partir de um certo ‘liberalismo político e intelectual’ e que terá como núcleo agregador a *Editora do Globo*. Obviamente, nesta classificação não pode existir uma rigidez capaz de enquadrar diversas figuras em apenas um grupo, ou que não leve em

---

<sup>292</sup> GRIJÓ, Luís Alberto. Op. cit. p.353.

conta a circulação de certos indivíduos nos diferentes grupos, de acordo com contextos e situações específicas. Como veremos, o debate em torno da “Questão Ítalo-Abissínia” é um exemplo onde o posicionamento dos respectivos agrupamentos intelectuais não se dá de forma mecânica e pode-se verificar cisões, aproximações e/ou discordâncias no interior dos mesmos.

Os movimentos nacionalistas, autoritários e de inspiração fascista se desenvolveram com força após a Revolução de 1930, no Brasil. Em face das agitações operárias crescentes, dos descaminhos que tomara a própria revolução e do domínio político das oligarquias estaduais, os setores médios encontravam-se numa espécie de ‘vácuo político’. As primeiras tentativas de organização de movimentos desse tipo datam ainda do final da década de 1920: grupos como a *Legião do Cruzeiro do Sul*, o *Partido Fascista Brasileiro*, a *Legião Cearense do Trabalho*, a *Legião de Outubro*, o *Partido Nacional Sindicalista*, e outros mais tentavam se apresentar como novas opções diante dos partidos oligárquicos tradicionais. Todas essas agremiações, entretanto, não lograram grandes êxitos. Tiveram existência efêmera e contaram com um número de adeptos pouco expressivo.<sup>293</sup>

A experiência política que, de fato, se constituirá num verdadeiro fenômeno de massas, de expressão nacional e dotada de uma ideologia de cunho fascista será a Ação Integralista Brasileira (AIB). Representando os anseios da pequena burguesia e de setores médios temerosos com o avanço do comunismo no país, desacreditados na democracia liberal, nos partidos tradicionais e no próprio governo provisório de Getúlio Vargas, a Ação Integralista Brasileira foi fundada em São Paulo, em outubro de 1932. A organização consistia em um movimento de extrema-direita, ultra-nacionalista, anticomunista e antiliberal. Sob a liderança de Plínio Salgado, o Integralismo obteve a adesão de uma parcela considerável da pequena burguesia, de militares, intelectuais, das classes médias e mesmo dos setores populares. O movimento viria posteriormente tornar-se um partido político, contando com cerca de 400.000 membros, em meados de 1935, e núcleos espalhados em todo o país. Sua força política crescente já se mostrava nas eleições nacionais de 1934, quando a AIB elegeu um deputado federal e seis deputados estaduais.<sup>294</sup>

---

<sup>293</sup> CARONE, Edgard. Op. cit. p.195.

<sup>294</sup> Para um estudo completo sobre o Integralismo, ver TRINDADE, Héglio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. Porto Alegre: Univ. Federal do Rio Grande do Sul, 1974. Sobre a presença do Integralismo no Rio Grande do Sul, ver: BRANDALISE, Carla. *O Fascismo na Periferia Latino-Americana: paradoxo da implantação do Integralismo no Rio Grande do Sul*. PPG de Ciência

No Rio Grande do Sul o integralismo avançava rapidamente, desde janeiro de 1934, quando foi fundado o I núcleo da AIB no estado. Em pouco tempo o movimento havia se espalhado principalmente nas regiões de colonização alemã e italiana, contando com a adesão de militares, intelectuais e setores médios locais. Em setembro do mesmo ano, o líder máximo do movimento, Plínio Salgado, visitou o estado, sendo recebido por grande número de simpatizantes e autoridades locais. Cerca de um ano depois, em outubro de 1935, foi realizado o I Congresso Integralista da Província do Rio Grande do Sul, contando com a presença de outro eminente líder, Gustavo Barroso.

Diante do avanço do Integralismo no Brasil e da escalada repressiva do governo Vargas com a tramitação do projeto que daria origem a Lei de Segurança Nacional, no início de 1935, formou-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Segundo FAUSTO, a ANL era “uma frente popular adaptada às características do chamado mundo semi-colonial, reunindo vários setores sociais dispostos a enfrentar o fascismo e o imperialismo.”<sup>295</sup> Apoiada na tradição de lutas do tenentismo, o programa da ANL, no entanto, era muito diferente do ‘liberalismo radical e reformista’ defendido pelos tenentes na década de 1920. A organização, que pretendia reunir as mais diversas correntes políticas sob a bandeira do anti-fascismo, anti-imperialismo e nacionalismo, foi fundada sob os auspícios do PCB, segundo as diretrizes da Internacional Comunista.<sup>296</sup> Os comícios realizados pela entidade concentravam cada vez mais pessoas em todo o país e a figura de Luís Carlos Prestes como presidente de honra conferiram muito prestígio e popularidade à mesma. Conforme Anita Leocádia Prestes:

Essas bandeiras, que constituíram o cerne do programa da ANL, mobilizando, como nunca antes, setores ponderáveis da sociedade brasileira, ao estarem associadas ao nome de Prestes, encontraram

---

Política/UFRGS. Porto Alegre, 1992; e GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

<sup>295</sup> FAUSTO, Boris. Op. cit. p.360.

<sup>296</sup> No início da década de 1930, a Internacional Comunista apresentou novas diretrizes aos partidos comunistas nacionais a ela subordinados: era a chamada ‘política das frentes amplas’, onde o principal objetivo era impedir o avanço dos movimentos fascistas. Para realizar tal tarefa, os comunistas deveriam unir-se aos socialistas, liberais, social-democratas, anarquistas e demais correntes políticas na luta antifascista. Há um debate intenso na historiografia brasileira a respeito do real papel do PCB e da Internacional Comunista na fundação e direção da ANL. Apesar da participação relevante do PCB no interior da organização, os principais dirigentes que fundaram a ANL eram tenentes, intelectuais e membros da classe média que não eram, inicialmente, filiados ao partido. A ingerência dos comunistas será maior a partir da ilegalidade da ANL. Para mais detalhes, ver: BATTIBUGLI, Thaís. Op. cit. p.17-20; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (p.272); e PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: Os caminhos da luta antifascista no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.43-74.

uma ressonância na opinião pública que jamais seria alcançada apenas pelo esforço do PCB e de seus correligionários.<sup>297</sup>

No estado, a direção da ANL era formada pelo escritor e médico Dyonélio Machado, como presidente; o capitão Agildo Barata, como vice-presidente; e o advogado Aparício Cora de Almeida, como 1º secretário. O diretório estadual foi lançado oficialmente nas comemorações do aniversário dos levantes tenentistas, realizadas em 5 de julho de 1935. A cerimônia teve sessão no Teatro São Pedro, contando com a presença das principais lideranças aliancistas no Rio Grande do Sul. Antes mesmo deste ato de lançamento, já estavam em funcionamento várias sedes estaduais, localizadas nas cidades onde a presença operária era relevante, como Pelotas, Rio Grande, São Leopoldo, Passo Fundo, Livramento e Cruz Alta. Nas zonas de colonização o movimento teve pouca inserção, excetuando São Leopoldo.<sup>298</sup>

A agitação promovida por estas duas organizações já preocupava o governo e a opinião pública conservadora. Em 4 de abril, foi sancionada pelo presidente Getúlio Vargas a Lei de Segurança Nacional. Como já indicado anteriormente, a chamada “Lei Monstro”, de autoria do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Vicente Rao, tornou-se o principal instrumento de repressão utilizado pelo governo Vargas contra os movimentos políticos radicais que se espalhavam por todo o país no período anterior à instauração do Estado Novo. Seu primeiro alvo seriam os movimentos populares ligados ao Partido Comunista. A lei estabelecia sanções aos jornais e emissoras de rádio que veiculassem matérias consideradas subversivas, além de prever a cassação de patentes de oficiais das forças armadas cujo comportamento fosse considerado incompatível com a disciplina militar. De fato, havia uma adesão significativa de oficiais de baixa patente e antigos membros do movimento tenentista junto à ANL, o que justificava a medida repressiva do governo.

Em julho de 1935, diante dessa substancial movimentação política, tanto no plano nacional como estadual, as principais lideranças da geração católica gaúcha publicaram o manifesto de lançamento de uma nova organização do laicato católico: a *Ação Brasileira de Renovação Social*, também chamada de *Ação Social Brasileira*. Esse documento, de autoria desconhecida, mas geralmente atribuído à liderança de Armando Câmara, viria ser a primeira manifestação política formal do grupo. A fundação da

---

<sup>297</sup> PRESTES, Anita Leocádia. Op. cit. p.72.

<sup>298</sup> KONRAD, Diorge Alceno. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado/PPG História PUCRS. Porto Alegre, 1994. p.174.

ABRS tinha como objetivo inicial o combate ao comunismo no estado e a difusão dos princípios do catolicismo nos meios operários. Seus partidários acreditavam que somente sob a ética cristã se poderia resolver os impasses entre capital e trabalho. Seu texto declarava que

Para este combate pela civilização e pela prática, ameaçada pela barbárie comunista, apelamos para todas as forças vivas da nação, a fim de que integrados na Ação Brasileira de Renovação Social, realizem esse programa de luta por uma mais perfeita justiça na ordem social do Brasil.<sup>299</sup>

O manifesto anunciava que a entidade se encontrava acima dos partidos políticos e não fazia menção à figura de D. João Becker como mentor do movimento, embora houvesse, de fato, a proeminência do arcebispo em sua organização.<sup>300</sup> Consistia numa tentativa de criar uma frente ampla nos meios católicos, que reunisse tanto velhos militantes quanto a nova geração que entrava em cena. Ao mesmo tempo, propunha a aproximação da Igreja e do Estado na luta contra o inimigo comum, ou seja, o comunismo. Sobre essa colaboração, ISAIA destaca que

O patrocínio da arquidiocese ao movimento dava-se numa conjuntura não só de avanço da organização das esquerdas no país, mas de reconhecimento pelo Estado dos princípios reivindicados pela Igreja. Assim, logicamente, a defesa da ordem ameaçada pelo avanço da presença comunista no país identificava-se com a da Constituição Federal e dos poderes públicos.<sup>301</sup>

O manifesto foi apresentado pelo deputado Coelho de Souza, em sessão da Câmara, no dia 23 de julho de 1935.<sup>302</sup> O documento ainda alertava sobre o ‘perigo vermelho’ que se aproximava e sobre o ‘imperialismo russo’. Era, na verdade, uma resposta ao manifesto lançado em 05 de julho de 1935, por Luís Carlos Prestes (o célebre documento que continha a palavra de ordem “todo poder à ANL”), ao avanço desta organização no estado e à crescente mobilização do operariado em todo o país. O texto foi transcrito nos anais da Assembléia Estadual, veiculado nos principais jornais

---

<sup>299</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 21 de julho de 1935. p.17.

<sup>300</sup> ISAIA, Artur César. Op. cit. p.136.

<sup>301</sup> Idem. p.137-138.

<sup>302</sup> Os signatários do manifesto da Ação Brasileira de Renovação Social foram Armando Câmara, Adroaldo Mesquita da Costa, Álvaro Magalhães, Amadeu de Oliveira, Armando Dias Azevedo, Augusto Meyer, Armênio Macário Ribeiro, Adalberto Câmara, Ary de Abreu Lima, Carlos de Britto Velho, Coelho de Souza, Dámaso Rocha, Décio Martins, Elias Cirne Lima, Ernani Fiori, Ivo Corrêa Meyer, José Luiz Martins, Francisco Machado Carrion, Felix Contreiras Rodrigues, Frederico Falk, Luiz da Luz, Raul Moreira, Roque Degrazia, Ruy Cirne Lima, Valdemar Romero e Victor de Britto Velho.

da capital (*Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Jornal da Manhã* e *A Federação*) e também publicado na revista *Idade Nova*, veículo do Centro Católico de Acadêmicos (CCA) fundado no fim da década de 1920. Não cabe aqui analisar detalhadamente o conteúdo do manifesto, mas sim considerá-lo no interior das discussões políticas que se desenvolveram paralelamente à ação italiana na África.

Ainda no mesmo mês, a Aliança Nacional Libertadora havia sido colocada na ilegalidade, através da Lei de Segurança Nacional. Acusada de estar ligada ao movimento comunista internacional, as sedes da entidade foram fechadas, suas lideranças foram detidas para prestar esclarecimentos à polícia e os militares envolvidos no movimento foram afastados de seus cargos. Um episódio envolvendo o presidente da ANL no estado, Dyonélio Machado, ilustra o ambiente de autoritarismo que se estabelecia a partir de então, onde os intelectuais serão alvos em potencial para as ações arbitrárias do governo:

No dia 17 de julho de 1935, nas oficinas da Livraria do Globo, um gráfico distribuía panfletos conclamando os operários para que entrassem em greve como protesto pelo fechamento da sede da Aliança Nacional Libertadora. A polícia foi chamada e o gráfico preso. Na chefatura, ele disse que estava fazendo aquilo por ordem do Diretório Estadual, melhor, de seu presidente Dyonélio Machado. Logo depois esse gráfico foi recolhido a então Casa de Correção por esse ‘crime’. Com tal informação, a polícia se deslocou à casa do acusado rendendo-o. Dyonélio foi condenado, em outubro do mesmo ano, a cumprir dez meses e meio de prisão celular por ter mandado um gráfico distribuir panfletos incitando os operários a greve.<sup>303</sup>

A partir do segundo semestre de 1935, a escalada militar italiana na África começa a chamar a atenção do mundo e, por conseguinte, da intelectualidade gaúcha. Como veremos mais adiante, os colunistas dos principais jornais da capital versaram sobre a pendência ítalo-abexim, ainda num clima de incerteza. Este é também o momento de ofensiva dos órgãos de propaganda fascista no Brasil: O cinema Guarani exibia o filme *Camisa Preta*, produzido e distribuído gratuitamente pelo governo fascista, seguido de um curta-metragem onde era apresentado um discurso de Mussolini em Milão, “assistido por 500.000 operários que o aplaudem freneticamente”.<sup>304</sup> A sociedade italiana *Dante Alighieri*, sediada na capital, realizou uma série de

---

<sup>303</sup> TRINDADE, Fernando Casses. Op. cit. 1984. p.83.

<sup>304</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 2 de agosto de 1935. p.8.

conferências sobre a disputa ítalo-etíope, contando com ampla cobertura jornalística e presença de autoridades políticas, militares e religiosas locais. Numa delas, realizada ainda no mês de agosto, o tema foi “o direito de conquista”. A palestra foi ministrada pelo secretário político do *Fascio* no estado, Ângelo Gattoni.<sup>305</sup> Os cinemas da capital também passam a exibir, a partir de novembro, os filmes *Itália – Abissínia* e *O Valor de uma Nação*, numa tentativa de atingir à população comum não italiana. Estes filme também foram realizados pelo departamento de propaganda fascista.<sup>306</sup>

No *Correio do Povo*<sup>307</sup> aparecem nos meses de julho e agosto, alguns artigos de autoria de Cesare Rivelli, funcionário do Consulado Italiano em São Paulo e articulador destacado da propaganda fascista no Brasil. Nos artigos, o autor faz uma defesa radical do direito dos italianos em ‘civilizar’ a Etiópia e constantemente evoca a solidariedade latina como fator de mobilização a favor do governo fascista.<sup>308</sup> No artigo “*Abyssinia 1935*”, Rivelli traça um panorama político da Etiópia, afirmando que o país vive numa anarquia feudal, onde a autoridade do imperador é apenas nominal. O autor menciona que o país africano é, na verdade, um perigo constante para seus vizinhos e que o embarque de tropas para as colônias italianas na Somália e Eritréia constituem, sobretudo, uma medida defensiva:

Faltando ao Negus a capacidade de disciplinar as atividades dos Ras e garantir a segurança dos vizinhos, é fatal que estes tomem providencias por sua própria conta. É o caso da Itália, que tem a defender colônias conquistadas a preço de sacrifícios incalculáveis e, ao mesmo tempo, preocupar-se com a necessidade de firmar prestígio da civilização ocidental impedindo um triunfo da barbárie africana. Os contínuos embarques de tropas para as colônias italianas obedecem por enquanto, a um critério puramente defensivo.<sup>309</sup>

As justificativas apresentadas pelo autor italiano são baseadas no dossiê enviado a várias autoridades diplomáticas fascistas espalhadas pelo mundo e posteriormente

---

<sup>305</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 30 de agosto de 1935. p.5.

<sup>306</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 5 de novembro de 1935. p.11.

<sup>307</sup> Nos casos de citações diretas às fontes, foi mantida a grafia original.

<sup>308</sup> Cesare Rivelli assinou os artigos ‘*Abyssinia 1935*’ (17/07/1935) e ‘*Delenda Ethiopia*’ (10/08/1935), publicados no *Correio do Povo*. O título do segundo artigo faz uma clara alusão às Guerras Púnicas, travadas entre os romanos e os cartagineses, sugerindo que a conquista da Abissínia era uma reedição da luta entre latinos e africanos. Em 1938, Cesare Rivelli foi expulso do Brasil em função de seu envolvimento e tentativa de colaboração com o Integralismo, em nome do governo fascista. Ver: BERTONHA, Fábio. Op. cit. p.283.

<sup>309</sup> RIVELLI, César. *Abyssinia 1935*. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17 de julho de 1935. p.3.

apresentado na Liga das Nações, no mês de setembro.<sup>310</sup> Temas como a escravidão na Etiópia e o problema da superpopulação italiana são recorrentes nos escritos do diplomata. Esse esforço, como já dito anteriormente, visava garantir uma posição favorável à Itália por parte da opinião pública e dos governos locais antes mesmo do início da invasão.

As primeiras manifestações dos intelectuais gaúchos a respeito da pendência ítalo-etíope se dão nesse momento. Em 20 de agosto de 1935, o jornalista Arlindo Pasqualini assina um exaltado artigo no *Correio do Povo*, intitulado “*O Ultimo Imperio Negro*”, onde realiza uma veemente denúncia da guerra de conquista preparada por Mussolini.

Sob o ultimo imperio negro da terra paira uma nuvem sombria prenunciando dias de guerra e extermínio. O agressivo expansionismo das potências européas, determinado por causas economicas inherentes à sociedade actual, se tem dirigido sobre os povos “bárbaros” da India, África, Asia e Austrália. Sem industria de guerra, sem preparo tecnico, sem a eficiencia bélica da Europa Ocidental, onde domina ainda o espírito de conquista oriundo de tempos que se perdem na história, esses povo “bárbaros” são pilhados e submetidos às nações cultas. Conduzida pela mão sinistra de falsos prophetas, a população branca do planeta deixa-se levar pela idéia de aniquilar as demais raças que habitam o mundo. E não há possibilidade de defesa. Para os espoliados. A lucta é a um só tempo, desumana e desigual.<sup>311</sup>

Pasqualini ainda afirma que a riqueza e o progresso da Europa são resultado da sistemática exploração econômica das colônias e das populações submetidas ao domínio europeu: “poder-se-ia dizer que o esplendor da civilização européa é o vértice de uma pyramide, cuja base é formada pelas nações oprimidas da Ásia, África e Austrália.”<sup>312</sup>

Mais adiante, o autor prevê a catástrofe que se aproxima, com o avanço dos preparativos militares, e sentencia: “acontecimentos recentes estão a indicar que a raça negra em breve pagará novo tributo de sangue a civilização branca”.<sup>313</sup> Por fim, após

---

<sup>310</sup> BRANDALISE, Carla. Op. cit. 2005. p.419-420.

<sup>311</sup> PASQUALINI, Arlindo. O ultimo imperio negro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 de agosto de 1935. p.3.

<sup>312</sup> Idem. p.3.

<sup>313</sup> Idem. p.3.

refletir sobre a escravidão e a histórica espoliação que os africanos e seus descendentes sofreram ao longo dos séculos, Arlindo Pasqualini completa

Ao que parece, a “via crucis” da raça negra não terminará aqui. Passará agora a ser aniquilada na sua própria casa, na terra que a natureza lhe destinou. E, nos intermináveis desertos abyssínicos, sobre a areia quente e ensangüentada sob a qual jazem as brancas ossadas dos negros abatidos, tão brancas quanto as dos seus algozes vítimas do próprio crime; sobre a paisagem devastada pela força bellica da civilização, erger-se-á um novo império, obra de homens que, si têm pelle branca, usam, no entanto, camisa preta.<sup>314</sup>

Na contraposição, alguns dias depois, no mesmo jornal, o escritor Reynaldo Moura publica o primeiro de uma série de artigos elogiosos à Itália, a Mussolini e à campanha na África Oriental. Sob o título de “*O imperialismo romano e as forças do mundo sentimental*”, o escritor tece, em linguagem quase poética, uma celebração a iniciativa italiana, revestindo-a de argumentos de ordem biológica, que justificariam a conquista da Etiópia e a restituição da grandeza do império romano pelas mãos do governo fascista. Em um trecho de especial entusiasmo, o autor compara o direito dos abissínios diante da ‘missão romana’:

O mundo poderá escolher, abstractamente, entre o direito da Abyssinia, que é de ordem sentimental e não consulta os interesses da civilização, e o punho de ferro do governo italiano, cuja sinceridade tem qualquer coisa de profundamente admirável na virilidade que apresenta ao mundo a força gloriosa de sua fome animal. É uma grande vida do universo que precisa esmagar algumas milhares de pequenas existências vegetativas e inúteis, para que maior se nos apresente a somma de benefícios que ella poderá trazer à nossa civilização e à cultura moderna do ocidente.<sup>315</sup>

A principal idéia defendida no artigo é a de que existem duas forças ou ‘mentalidades’ opostas no mundo contemporâneo: uma sentimental (baseada na moral) e outra natural (instintiva e orgânica). Roma é a encarnação da segunda, pois o impulso de sua expansão, segundo o escritor, é um impulso vital, biológico, que não pode ser acusado de imoral ou injusto. No final do artigo, Reynaldo Moura defende ainda a idéia de que tal missão civilizatória traria inúmeros benefícios para o obscuro país africano.

---

<sup>314</sup> Idem. p.3.

<sup>315</sup> MOURA, Reynaldo. O imperialismo romano e as forças do mundo sentimental. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 25 de agosto de 1935. p.3.

Por fim, o autor conclui o texto afirmando que a formação do império italiano na África é motivo de orgulho para todos os povos latinos.

Encarada a questão africana deste instante pelo prisma unico, através do qual devem ser examinados todos os aspectos do sentido civilisatorio, a expansão italiana é um movimento admiravel de energia em superavit que amanhã semeará pela terra triste do paiz negro a única semente capaz de restituir à civilização esse melancólico trecho do mundo. Todos os latinos devem sentir uma grande admiração pela Itália nessa marcha magnífica [...].<sup>316</sup>

Na edição de 28 de setembro da *Revista do Globo*, é traduzido e publicado um extenso artigo de autoria do jornalista e editor mexicano Félix F. Palavicini. Com o título expressivo de “*A Crise da Liberdade*”, o artigo realizava uma análise da ascensão das ditaduras e da crescente onda de censura e perseguição política aos intelectuais em países onde os regimes autoritários chegavam ao poder. O texto não fazia menção direta à pendência ítalo-etíope, porém já demonstrava inquietude diante da escalada militar e dos exaltados ânimos nacionais na política européia.<sup>317</sup>

Nos meses de outubro e novembro de 1935, a deflagração do conflito armado na África Oriental gerou algumas reações importantes, tanto em âmbito local quanto nacional. No centro do país, as organizações operárias e antifascistas realizavam protestos contra a guerra:

A luta contra a agressão da Itália e a solidariedade à Abissínia é outro episódio do movimento operário. Em outubro de 1935, a Aliança Nacional Libertadora, mesmo sem existência legal, começa a organizar pequenos comícios no Distrito Federal; em São Paulo é o Partido Socialista Brasileiro que organiza vários comícios, com a colaboração de organizações italianas antifascistas do Brasil, como a Liga Antifascista, o Grupo Giacomo Mattenoti e outros. A revolta de 1935 interrompe todas estas manifestações.<sup>318</sup>

No Rio Grande do Sul, também surgem manifestações relevantes, principalmente nos meios intelectuais. O grupo católico, de imediato não se manifestou a respeito. Quem tomou a iniciativa de se posicionar diante da invasão fascista à Etiópia foram alguns intelectuais do grupo ligado à *Editores Globo*. Cerca de uma semana

---

<sup>316</sup> Idem. p.3.

<sup>317</sup> *Revista do Globo*. Porto Alegre, 28 de setembro de 1935. p.18.

<sup>318</sup> CARONE, Edgard. Op. cit. p.128-129. O autor obteve essas informações através do jornal *A Platéia*, em matérias dos dias 5, 9, 11 e 14 de outubro de 1935.

depois de iniciada a campanha militar, membros do grupo publicam a pedido, um manifesto repudiando a ação italiana e criticando o fascismo em níveis internacional e nacional. O documento apresenta-se na defesa da liberdade de expressão, que progressivamente estava sendo ameaçada no país. O texto, publicado no jornal *Diário de Notícias*, em 15 de outubro, intitulado *Aos Intelectuais do Rio Grande do Sul* inicia da seguinte forma:

A hora trágica que vive a humanidade, presa das ambições que a lançam em novas carnificinas, vítimas de ditaduras disfarçadas ou declaradamente fascistas e por elas entravadas na evolução natural que se vinha processando em prol dos princípios de Justiça e Liberdade – exige dos intelectuais de todo o mundo uma atitude de desassomburada defesa das conquistas da “civilização” e da “cultura”. [...] A vesania do fascismo que, após emudecer pela violência a voz das mais altas expressões intelectuais da Itália, procura reacender o facho de nova calamidade mundial, evidencia até que extremos pode ser arrastada uma nação tiranizada pela ditadura fascista. [...] Sem a liberdade de pensamento, sem as vozes esclarecidas do jornal, do livro e da revista, não há ambiente que vicejem as artes e as ciências.<sup>319</sup>

O documento é bastante pungente em sua defesa dos ‘valores iluministas’ de democracia, justiça e liberdade de pensamento e expressão, ressaltando a responsabilidade do homem de cultura em impedir o avanço de regimes que se utilizavam da censura e do controle dos meios de informação. Seu texto deixa claro os anseios dos intelectuais diante do avanço do autoritarismo nos meios políticos e, sobretudo, culturais. Conforme TRINDADE, “o que fere sobretudo o intelectual é a presença da censura que pode rapidamente torna-los servos do sistema político.”<sup>320</sup> Não há, no entanto, uma defesa, por parte dos signatários do documento, da independência política da Etiópia e do governo do *Negus*. O que aparece, em geral, é a condenação à ‘guerra de conquista’ e do regime fascista em si. O texto é um testemunho da desconfiança e do temor do grupo diante da ascensão dos regimes autoritários, de suas pretensões expansionistas e das possíveis conseqüências que a escalada militar promovida por eles teria no interior do concerto político europeu. Mais adiante, o texto faz menção às queimas de livros promovidas pelos nazistas na Alemanha:

---

<sup>319</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre. 15 de outubro de 1935. p.4. O documento está reproduzido no Anexo IV.

<sup>320</sup> TRINDADE, Fernando Casses. Op. cit. 1984 p.85.

O vandalismo das hordas hitlerista queimando em praça pública, num auto de fé que revive os dias torvos da “Inquisição”, as obras primas do pensamento moderno, mais que uma regressão à barbárie, traduz a insanidade do reacionarismo escravizando os povos. [...] <sup>321</sup>

Além de denunciar a ação bélica italiana na África e a crescente ameaça do nazismo, por fim, o texto se contrapõe ao progressivo autoritarismo do governo Vargas, em especial à Lei de Segurança Nacional. Da mesma forma, o manifesto destaca a conivência do poder central diante do avanço do Integralismo:

No Rio Grande, esse protesto se torna indispensável, pela crescente ameaça de aniquilamento da democracia, por leis compressoras e atentatórias da liberdade de pensamento, dos direitos de reunião e associação, e das mais rudimentares garantias individuais e sociais. E isso mais se justifica em face da revoltante tolerância da secréta proteção, senão aplauso, dispensados àqueles que, visando interesses inconfessáveis, tentam iludir o povo com promessas absurdas e idiotas de mal disfarçado fascismo. <sup>322</sup>

O texto termina anunciando a fundação do *Centro de Cultura Moderna*; um espaço para atuação intelectual na luta contra o fascismo e na defesa dos princípios anteriormente mencionados. Tal proposta evidentemente ia contra a escalada repressiva do governo. Conforme o documento

Este o motivo pelo qual os intelectuais riograndenses, a exemplo do que vem fazendo os intelectuais de todo o Brasil, que almejam uma vida digna da condição humana, fundada no amor e nas franquias democráticas, convocam os intelectuais de todos os matizes, os homens livres em geral, sem distinções de crédos e partidarismos, para a constituição de um Centro de Cultura, onde todos os problemas modernos sejam ampla e livremente ventilados e discutidos, para a divulgação e esclarecimento dos superiores princípios de Justiça e Liberdade e para a defesa da Cultura, bases de todo o progresso humano, político, econômico e social. <sup>323</sup>

O perfil político dos signatários desse manifesto é bastante diverso. Temos a presença de comunistas, liberais, social-democratas, socialistas, enfim, o grupo expressava as diversas tendências que se uniram na luta antifascista. Muitos deles

---

<sup>321</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre. 15 de outubro de 1935. p.4.

<sup>322</sup> *Idem*. p.4.

<sup>323</sup> *Idem*, *Ibidem*.

estavam ligados ao diretório estadual da ANL. As profissões desses intelectuais também são variadas: jornalistas, advogados, escritores, arquitetos, acadêmicos, entre outras. Érico Veríssimo seria o principal articulador desse protesto, como lembraria alguns anos mais tarde: “Quando em 1935 as tropas de Mussolini invadiram a Abissínia, firmei o manifesto em que intelectuais brasileiros protestavam contra a bárbara agressão fascista.”<sup>324</sup> Érico pronunciou tal frase em um ato público contra a intervenção soviética na Hungria, realizado na PUCRS, em 1956. O escritor, em outra passagem de suas memórias, recorda que na ocasião da publicação do manifesto foi acusado de “comunista” pela polícia, tendo de prestar depoimento:

Para esta classificação muito contribuiu o fato de ter eu, naquele ano de 1935, encabeçado as assinaturas dum manifesto antifascista em que visávamos não só o fascismo nacional, como também o alemão e o italiano. O documento continha um protesto veemente contra a invasão da Abissínia pelas tropas de Mussolini.<sup>325</sup>

Além de Érico, o *Grupo da Globo* está representado pelas assinaturas de Nelson Boeira Faedrich (que participou da comissão organizadora da ANL no estado), Carlos Macedo Reverbel, Hamílcar Garcia, Mem de Sá, Maurício Rosenblatt e Lila Ripoll (militante comunista e que na época era Diretora do Departamento Cultural do Sindicato dos Metalúrgicos) Além desses, temos a presença de Arlindo Pasqualini, que na época era diretor do *Correio do Povo*. Entre os membros da ANL no Rio Grande do Sul, devemos destacar a presença das assinaturas de Aparício Côra de Almeida (secretário-geral da ANL no estado, militante comunista, líder estudantil e advogado de Dyonélio Machado), João Antônio Mesplé (advogado e jornalista, filiado ao PCB, também fez parte do diretório estadual da ANL, ocupando o cargo de diretor de publicidade; foi advogado do gráfico Bernardino Garcia, preso em julho de 1935), Carlos Otaviano de Paula Júnior (advogado, foi secretário da ANL no diretório São Leopoldo), Carlos Leal (estudante, fez parte da comissão de organização da ANL do diretório São Leopoldo) Carlos Alberto Brenner (advogado), Paulo de Paula (secretário da ANL – Núcleo dos Comerciários), Galeno Pianta (secretário da ANL – Núcleo Azenha), Acelio Daut (estudante) e Helmut Echhard (estudante de Direito). Embora não conste na lista dos

---

<sup>324</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Solo de Clarineta*. Porto Alegre: Editora Globo, 1976. vol.2. p. 15.

<sup>325</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Solo de Clarineta*: memórias. 16ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1982. vol.1. p. 256.

intelectuais que assinaram o manifesto, Dyonélio Machado, que na ocasião se encontrava preso, posteriormente se manifestou em apoio ao documento.<sup>326</sup>

Três dias depois, o *Diário de Notícias* publicou um artigo assinado pelo escritor paraibano José Lins do Rego. Nele, o autor argumentava contra a guerra, em defesa da liberdade e do papel dos homens de letras na luta contra o fascismo, no mesmo sentido do manifesto acima citado. O escritor criticava a postura pró-italiana que se manifestava entre a intelectualidade brasileira e a simpatia desta em relação ao movimento integralista, que começava a ganhar força na época. Como pode se observar nesse trecho:

Chamar os homens de letras para a luta, para exaltar os peores instintos do homem, os mais baixos e os mais vis que são os da guerra é querer reduzir forças nascidas pra a criação mais alta em instrumento de destruição. [...] Os intelectuais no Brasil que estão sendo tentados por uma ideologia de extremo direito deviam levar mais a sério suas faculdades de pensar e sentir. Para todos nós que vivemos da liberdade, o compromisso com partidos absorventes é o mesmo que um suicídio, um abandono de todo o nosso privilégio de estarmos acima dos porcos e dos lobos.<sup>327</sup>

Aparício Côra de Almeida havia falecido dois dias antes da publicação do manifesto antifascista, sob ‘situação misteriosa’. Consta que teria sido assassinado a tiros pela polícia do governador Flores da Cunha, mas as investigações sobre o caso acabaram não comprovando essa versão.<sup>328</sup> O *Centro de Cultura Moderna* anunciado no texto era uma iniciativa do advogado para dar seguimento à luta antifascista, a exemplo dos Centros de Cultura do Rio de Janeiro. Com sua morte, o nome da entidade foi alterado para *Centro de Cultura Moderna Aparício Côra de Almeida*. Segundo KONRAD, “com a ilegalidade da ANL, o Centro de Cultura Moderna torna-se

---

<sup>326</sup> A lista completa dos signatários do manifesto é: Acelio Daudt, Adail Borges da Silva, Alberdi de Burgo, Alfredo Felizardo, Alfredo Corrêa Daut, Aparício Cora de Almeida, Arlindo Pasqualini, Carlos Leal, Carlos Otaviano de Paula Junior, Carlos Macedo Reverbel, Carlos Alberto Brenner, Dulce de Matos, Emílio Ribeiro da Silva, Érico Veríssimo, Ernani Ruschel, Fernando Corona, Hamílcar Garcia, Helmuth Echhard, João Antônio Mesplé, Galeno Pianta, Juraci Lund, L. E. Martins de Menezes, Lila Ripoll, Marcílio Tedd, Maura de Sena Pereira, Maurício Rosenblatt, Mem de Sá, Nelson Boeira Faedrich, Nei Messias, Nilo Rushel, Paulo de Paula, Rivadávia de Souza e Tirso Ferrari.

<sup>327</sup> REGO, José Lins do. O Dever dos Homens de Letras. *Diário de Notícias*. 18 de outubro de 1935. p.4.

<sup>328</sup> KONRAD, Diorge Alceno. Op. cit. p.249. Outros dois intelectuais e militantes da oposição ao governo Flores da Cunha já haviam sido assassinados em razão da repressão política levada a cabo pelo governo estadual: Waldemar Ripoll (primo-irmão de Lila Ripoll, morto em 31 de janeiro de 1934) e Mário Couto (morto em 18 de janeiro de 1935). Para mais detalhes sobre esses episódios, ver Idem, *Ibidem*.

escoadouro dos intelectuais gaúchos que lutam contra o fascismo.”<sup>329</sup> Algumas semanas após a publicação do manifesto, Dyonélio Machado escreveu para a entidade solicitando a sua inclusão como membro. Na carta, publicada pelo *Correio do Povo* em 29 de outubro de 1935, o escritor saúda a iniciativa de organização da entidade e faz uma crítica aguda sobre o avanço do fascismo, afirmando novamente a importância da cultura e das artes para o desenvolvimento social:

Não podia ser mais oportuno o aparecimento de um movimento nesse sentido. Assistimos, no instante mesmo que a cultura atinge ao seu apogeu e realiza todos os milagres na esfera cada vez mais ampla das ciências da aplicação, a um encarniçado movimento retrógrado estimulado e amparado pela cegueira da força bruta, levada a um paradoxismo...Em toda parte forma-se uma brigada de choque contra a inteligência não contente em subverter a ordem jurídica e destruir as poucas conquistas democráticas alcançadas pelo povo através de uma luta que vem durando vários séculos, a onda fascista envolve no seu terrorismo armado os próprios interesses da cultura, exilando-a pela força.<sup>330</sup>

No mesmo dia da publicação do manifesto antifascista intitulado *Aos Intelectuais do Rio Grande do Sul*, no jornal *Diário de Notícias*, Reynaldo Moura assinou outro artigo no *Correio do Povo*, tratando da guerra que se iniciara. Nele, o escritor declarava sua incompreensão diante dos partidários dos abissínios. O artigo chamado “*Torcedores dos Bárbaros*” sentenciava:

Ora, si o mundo vivesse apenas pela intelligencia, e os homens de responsabilidade tivessem o controle absoluto de suas proprias acções, nós não estaríamos agora assistindo a este espectáculo deprimente, de cavalheiros alphabetizados, capazes de comprehender perfeitamente os interesses da civilização, a “torcerem” pela Abyssinia, contra a esplendida investida da Itália, cuja victoria só benefícios trará ao mundo latino e a cultura do occidente.<sup>331</sup>

---

<sup>329</sup> Idem. p.241-242.

<sup>330</sup> Citado por KONRAD, Diorge Alceno. Op. cit. p.242.

<sup>331</sup> MOURA, Reynaldo. *Torcedores dos Bárbaros*. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15 de outubro de 1935. p.3.

Aqui, mais uma vez o autor se refere à Itália como “os braços eternos de Roma, portadores immortaes da civilização sobre o mundo.”<sup>332</sup> Além disso, a identificação com a noção de latinidade se manifesta, em alguns casos, em oposição aos anglo-saxões:

Nenhum homem do mundo civilizado, e principalmente nenhum latino, poderá pensar por um instante sem profudo jubilo espiritual, na victoria das força mediterraneas, no triumpho do mundo latino sobre os interesses anglo-saxões.<sup>333</sup>

Ainda no mês de outubro, o jornalista e historiador Nestor Ericksen – que na época também era tesoureiro da comissão que presidia a Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI) – assina um artigo no *Correio do Povo* chamado “*O drama dos escravos modernos*”, onde apresenta críticas ao imperialismo na África e debate o problema da escravidão. Lembrando que este foi o principal argumento do governo fascista italiano para iniciar a guerra de conquista, o autor, sem fazer menção direta ao conflito, afirma a existência da escravidão em todos os impérios coloniais e inclusive na América e no Brasil, denunciando a hipocrisia, tanto dos invasores que supostamente iriam civilizar a Etiópia, quanto dos governos que se opunham à Itália, mas que eram coniventes com o trabalho escravo em suas colônias.

Sim. Infelizmente a escravatura ainda existe, variando apenas de latitudes e de formas, máu grado todo nosso progresso social e cultural. Tanto nos confins da Ásia, como no coração da Serra de Leona, ou na Abyssinia, ora em chamas, milhões de seres humanos, à sombra de bandeiras cultas, ainda desconhecem o sentido da liberdade.<sup>334</sup>

Novos acontecimentos no cenário político nacional seriam responsáveis pelo aumento das tensões e do Estado de sítio para o qual se encaminhava o país. Os levantes de novembro de 1935, comandados por Luís Carlos Prestes, acabaram fortalecendo o grupo católico. A associação de algumas lideranças da ANL e do PCB com Moscou foi a evidência concreta que o governo Vargas esperava para desencadear uma onda repressiva aos movimentos políticos do país que ameaçavam o *status quo*. Assim, a progressiva diminuição dos direitos civis, a caça as liberdades individuais, à liberdade de imprensa e de expressão, levada adiante em nome da manutenção da ordem, parecia justificada perante a população e os setores conservadores da opinião pública.

---

<sup>332</sup> Idem. p.3.

<sup>333</sup> Idem, Ibidem.

<sup>334</sup> ERICKSEN, Nestor. O drama dos escravos modernos. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 23 de outubro de 1935. p.3.

Com o fim da aventura comunista de novembro de 1935, a escalada militar na África voltava a ser o assunto da vez nos jornais da capital. Contudo, o fator que deu uma nova dimensão à questão ítalo-abexim foi a decisão da Liga das Nações em impor sanções econômicas contra a Itália, conforme previsto no pacto da entidade. Com essa decisão firmada, as autoridades fascistas farão de tudo para mobilizar a opinião pública a seu favor e desacreditar a Liga diante do mundo. O Brasil, como vimos no capítulo anterior, permaneceu neutro diante do conflito e não aderiu ao movimento sancionista. Essa atitude foi bastante celebrada pelas autoridades italianas e por intelectuais simpatizantes da causa fascista. Conforme BERTONHA:

A apreciação positiva do fascismo também fez largos setores das classes dirigentes e intelectuais apoiarem a agressão italiana, enquanto o governo brasileiro, apesar de ser simpático ao fascismo e apoiar decididamente a Itália, parece tê-lo feito por interesses políticos e comerciais próprios e não por simples solidariedade ideológica.<sup>335</sup>

É nesse contexto que Reynaldo Moura assina novo artigo no *Correio do Povo*, celebrando a solidariedade ítalo-brasileira e o posicionamento pró-Itália que a imprensa do centro do país defendia, naquele momento. Em “*nós, afinal, somos latinos*”, o escritor afirma:

Os commentários da imprensa carioca, que sem dúvida representam a melhor parcella da opinião do paiz, são unânimes em elogiar a attitude assumida pelo governo brasileiro em face das exigências absurdas da Liga das Nações, disfarçadas em cooperação anti-guerreira.<sup>336</sup>

Outro colaborador do *Correio do Povo*, o advogado Waldemar de Vasconcellos, apresenta críticas à Liga das Nações e celebra a neutralidade brasileira e americana diante das constantes disputas européias em seu artigo “*o Brasil em face do conflicto ítalo-ethiope*”, conforme demonstra o seguinte trecho

Aquella, a Sociedade das Nações, bem sabemos que não representa o idealismo de Wilson, derrotado pelo materialismo continental europeu, mais atento a velhos ódios nacionaes do que a um sincero desejo de assegurar a paz.<sup>337</sup>

---

<sup>335</sup> BERTONHA, João Fábio. Op. cit. p.316. A referência à posição favorável do governo brasileiro ao fascismo italiano refere-se a não adesão do Brasil ao movimento sancionista organizado pela SDN.

<sup>336</sup> MOURA, Reynaldo. Nós, afinal, somos latinos. *Correio do Povo*. 10 de novembro de 1935. p.3.

<sup>337</sup> WASCONCELLOS, Valdemar. O Brasil em face do conflicto italo-ethiope. *Correio do Povo*. 6 de novembro de 1935. p.3.

Apesar de se referir ao regime de Mussolini como “despotismo fascista”, o autor também endossa o coro de elogios à pátria de Dante, ao espírito latino e à colaboração ítalo-brasileira, representada pela presença maciça de colonos peninsulares no país. Wasconcellos conclui o texto afirmando “a nossa acção e os nossos votos em prol da civilização do occidente, e victória da paz universal sem mystificações, não poderão ser jamais com o sacrifício da luminosa península do Mediterrâneo.”<sup>338</sup>

No mês de novembro também são publicadas as primeiras reportagens sobre a guerra da Etiópia, na *Revista do Globo*. O conflito ítalo-abexim, no entanto, aparece nas páginas da revista de forma um tanto súbita. Durante as discussões na Liga das Nações e no período que antecede os preparativos militares, nada foi publicado. Na edição de 9 de novembro, quando a invasão já se iniciara, é veiculada então extensa reportagem sobre o *Negus* Hailé Selassié I e seu país.<sup>339</sup> A reportagem, de autoria do Dr. Sassard – um francês que tratou do imperador etíope por alguns anos – de certa forma, buscava apresentar o imperador e a Etiópia para os leitores. Essa tendência se seguirá em quase todas as matérias veiculadas pela *Revista do Globo*: a idéia de “apresentar” a Abissínia, seu povo, sua história, seus costumes e seu modo de vida ao mundo ocidental. Nessa apresentação, a Etiópia é usualmente caracterizada como “exótica”, “distante”, “misteriosa” ou mesmo “selvagem”. A questão da invasão, da legitimidade ou não da acção italiana e das conseqüências da guerra para o mundo naquele contexto, são colocadas em segundo plano. A reportagem do médico francês, no entanto, se mostra favorável ao governo de Hailé Selassié, pois reafirma diversas vezes o papel do monarca na modernização do país:

[...] uma cousa deve-se notar antes de mais nada: o imperador Hailé Selassié herdou um paiz selvagem e reina atualmente sobre um paiz meio civilizado. [...] E teria sido feliz si, ao mesmo tempo em que se debatia com dificuldades internas, não tivesse de se cuidar contra ambições estrangeiras, mais ou menos brutalmente manifestadas.

Em uma matéria rica em fotos da população e das ruas de Addis Abeba, aparece uma legenda: “[...] a rua principal de Addis Abeba, vista de uma janela do palácio imperial. Como se vê, é uma cidade muito primitiva. As ruas não são calçadas. As casas são todas de madeira e de uma arquitetura bizarra.”<sup>340</sup> Ainda na mesma reportagem,

---

<sup>338</sup> Idem. p.3.

<sup>339</sup> *Revista do Globo*. Porto Alegre. 9 de novembro de 1935. p.19.

<sup>340</sup> Idem. p.24.

onde aparecem imagens de uma cerimônia religiosa copta (a Igreja cristã da Etiópia) lê-se na legenda:

A Etiópia é um paiz profundamente religioso. E como povo um tanto primitivo, é bastante supersticioso. As virtudes mais reputadas são a audácia e o valor em combate. É consequência natural de sua condição de vida, sempre em guerra, com vizinhos ou com usurpadores.<sup>341</sup>

Durante o mês de dezembro, o *Diário de Notícias* publicou numerosos artigos de diplomatas e políticos ingleses discutindo a questão ítalo-abexim. Essas matérias representaram a contra-ofensiva diplomática britânica, que foi desencadeada nos meios de comunicação e de opinião pública do país a partir de então, contra o avanço da propaganda fascista. Os artigos são unânimes em defender a posição de Genebra e de alertar para o perigo das ambições italianas em relação ao cenário europeu.<sup>342</sup>

Em artigo para o *Correio do Povo*, o eminente poeta Alcides Maya, embora critique o imperialismo inglês e declare que “na questão, a nossa sympathia não se manifesta pelos negroides ethiopes e, sim, pelo grande povo herdeiro do ‘Latium’”, também se coloca a favor da Liga:

A América toda há de estar com a Liga, ou mentirá ao seu destino...Por isso, devemos todos, lisa e firmemente, tomar a defesa da monção Lord Davies, a ser apresentada na semana vindoura à Camara dos Lords, acompanhada por outra, que será remmetida à Camara dos Communs.<sup>343</sup>

Alcides Maya, geralmente apontado como um dos maiores difusores do evolucionismo e do spencerismo nos meios culturais do estado<sup>344</sup>, faz uma avaliação das disputas militares contemporâneas partindo de alguns pressupostos da doutrina darwinista em seu artigo de título “*Invocando a Darwin*”. Refletindo sobre a questão das sanções econômicas impostas pela Liga das Nações à Itália, o autor, porém, nega a existência de ‘superioridades raciais naturais’ na competição das sociedades humanas. Em seu lugar, coloca a disponibilidade de recursos naturais e o seu uso na indústria

---

<sup>341</sup> Idem. p.24-25

<sup>342</sup> Durante os meses de novembro e dezembro foram publicados nos editoriais do *Diário de Notícias* quatro artigos assinados por David Loyd George, ex-primeiro ministro da Grã-Bretanha (‘A Itália possui um tratado com a França’, 7/11/1935, p.4; ‘A Liga das Nações e o Conflictio Ítalo-Ethiópico’, 15/11/1935, p.4; ‘A opinião mundial e a Itália’, 3/12/1935, p.4 e ‘O Petróleo na Campanha Abissínia’ em 28/12/1935, p.4) e 2 de autoria de Edouard Herriot, ex-primeiro ministro francês e membro do gabinete de Pierre Laval (‘As sanções impostas pela Liga das Nações à Itália’, 16/11/1935, p.4 e ‘A França e as sanções’, 15/12/1935 p.4).

<sup>343</sup> MAYA, Alcides. Liga das Nações. *Correio do Povo*. 17 de dezembro de 1935. p.3.

<sup>344</sup> ISAIA, Artur César. Op. cit. p.116.

bélica como fator decisivo na configuração da hierarquia de poder entre as nações modernas. Segundo Maya

Qualquer que seja a nossa orientação doutrinária sobre o desenvolvimento intelectual e moral dos povos, através de religiões, de jurisprudências, de sistemas ou escolas políticas, como deixaríamos de reconhecer, através do tempo, o carácter brutalmente pratico, utilitário, de lucta incondicional, intransigente e cruel, pela existência, dos países que lograram desalojar e reduzir os outros à servidão, impondo o seu cunho particular às criações dos cyclos civilizador? [...] Foi por superioridade racial que a Inglaterra veiu a conquistar, oceanos afora, a supremacia indisputável de seu regime colonial? [...] Sem sombra de dúvida, por causa do carvão e ferro, que os rivaes não possuíam e superabundavam no sub-solo da loira Albion.<sup>345</sup>

Tais idéias nos levam a concluir que o poeta não concordava com as teorias racistas, bastante populares na época, e que por vezes foram evocadas pelos dirigentes fascistas para justificar a conquista militar da Abissínia. Podemos ainda relacionar o pronunciamento de Alcides Maya com a escalada racista do nazismo neste momento. Em 15 de setembro de 1935, eram promulgadas as leis raciais na Alemanha, que iniciaram a perseguição de judeus, ciganos e outros grupos étnicos tidos como impuros e inferiores aos arianos.<sup>346</sup>

No início de 1936, reunia-se em Genebra a comissão responsável em estudar a possibilidade de ampliação das sanções a produtos essenciais à máquina de guerra italiana. Sob tal pano de fundo, e num momento de franco avanço das tropas peninsulares na África, é publicado no principal jornal do estado um polêmico manifesto de apoio ao regime de Mussolini e de seus planos de conquista. Com o expressivo título de **“Pela causa da Itália”**: **Manifesto lançado por intelectuais rio-grandenses solidarizando-se com a grande pátria de Dante no atual conflito africano**, o texto foi veiculado no jornal *Correio do Povo*, no dia 21 de janeiro de 1936.<sup>347</sup> De

---

<sup>345</sup> MAYA, Alcides. Invocando a Darwin. *Correio do Povo*. 27 de fevereiro de 1936. p.3.

<sup>346</sup> As *Leis de Nuremberg*, promulgadas em setembro de 1935, proibiam, entre outras disposições, o casamento entre arianos e outras etnias, especialmente judeus, em nome da “proteção do sangue e da honra alemãs.” A partir de 1941 se iniciava a escalada rumo ao extermínio em massa, em campos de concentração, dos grupos raciais considerados inferiores e impuros pelo III Reich. SCHILLING, Voltaire. A política da morte do nazismo. In: MILMAN, Luis e VIZENTINI, Paulo Fagundes (orgs.) *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000. p.179.

<sup>347</sup> O documento está reproduzido no Anexo IV.

autoria desconhecida<sup>348</sup>, o texto apresenta duras críticas à Sociedade das Nações e às duas potências hegemônicas dentro da instituição – Inglaterra e França. Além disso, o manifesto se encontra em total acordo com as justificativas italianas apresentadas para empreender a guerra de conquista contra o país africano. O texto inicia assim:

No ingrato momento em que o imperialismo plutocrático, esquecido da sua velha, implacável capacidade de agressão, teima em reclamar para si, em nome de princípios que sempre atropellou, o tenebroso direito de sonegar à Itália até mesmo a faculdade primaria de respirar, nós, intelectuaes do Rio Grande do Sul, vimos protestar nossa inteira solidariedade moral à egrégia pátria mediterrânea. Tributários do espírito latino, trairíamos a nós mesmos, às inclinações mais profundas da nossa consciência, si não nos servíssemos desta oportunidade para juntar a nossa voz ao côro impressionante dos que [...], puderam ver[...] o trágico espectáculo de uma civilização illustre a debater-se em busca de ar para viver.<sup>349</sup>

Podemos observar, contudo, que a noção de *italianità* e a idéia de uma identidade latina comum, estendida aos latino-americanos, aparecem como argumentos centrais apresentado pelos intelectuais gaúchos em defesa da posição da Itália no conflito. A propaganda fascista vinha explorando essa questão a fundo, como podemos observar nos artigos já mencionados de Cesare Rivelli. Fábio Bertonha comenta que durante o conflito houve intensa publicação de livros, realização de conferências e outras formas de divulgação sobre o tema da latinidade, realizadas pelos órgãos de propaganda fascista, o que demonstra a importância dessa concepção como estratégia para obter a simpatia brasileira em relação à guerra.<sup>350</sup> À solidariedade étnico-cultural,

---

<sup>348</sup> O jornalista Lauro Schirmer, em artigo sobre o posicionamento político de Érico Veríssimo, sugere que o documento foi “proposto pelo então cônsul italiano em Porto Alegre, um jovem intelectual muito simpático que se fez amigo de escritores e jornalistas gaúchos.” Não foi encontrada nenhuma referência que confirmasse tal versão. Em conversa com Schirmer, o autor também não soube indicar com precisão como obteve essa informação. Contudo, parece verossímil que o cônsul Guilherme Barbarisi tenha incentivado, ou mesmo organizado o manifesto. De fato, grande parte dos intelectuais que assinaram o documento marcou presença em festas e cerimônias realizadas pelo Consulado, inclusive recebendo homenagens e proferindo palestras no período do conflito ítalo-abexim, como veremos mais adiante. Ver SCHIRMER, Lauro. *Érico Veríssimo, um intelectual contra as ditaduras*. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/erico/index2.php?view=art&cod=6> acesso em out. 2007.

<sup>349</sup> *Correio do Povo*. Porto alegre, 21 de janeiro de 1936. p.7.

<sup>350</sup> BERTONHA, Fábio. Op. cit. p.316-317. René Gertz, em seu livro *O aviador e o carroceiro*, nos apresenta um episódio que pode ser considerado como precursor da manifestação de solidariedade latina aqui destacada: o caso do acidente do avião italiano *Savoia-Marchetti S-62*, que resultou na morte do piloto italiano Carlo Del Prete, durante vôo realizado no Brasil, em agosto de 1928. Após o acidente, num clima de comoção nacional diante da tragédia, sucederam-se inúmeras manifestações públicas em homenagem ao aviador italiano, que posteriormente foi transformado em mártir do regime fascista.

soma-se a idéia de grandeza imperial, numa referência direta ao passado romano, que o fascismo tanto explorou durante os mais de vinte anos em que permaneceu no poder. Além disso, o texto afirma veementemente que a chamada ‘guerra de conquista’ era, na verdade, um esforço de sobrevivência, e por tal motivo, não era passível de condenação. Segundo as justificativas oficiais italianas, o impulso rumo à expansão seria a única solução para o problema de superpopulação da península.

Hoje o problema da expansão italiana perdeu seu caracter estrictamente político para revestir-se de um dramático sentido vital. O desbordamento geographico impõe-se como uma necessidade organica. O gesto da Itália em relação à Abyssinia está, por isso mesmo, acima do bem e do mal. Submette-lo ao imperio de postulados abstractos e mais ou menos hypocritas é o mesmo que tentar conter o fluxo e refluxo das ondas ou o crescimento das arvores. O arbitrio dos homens nada pode contra as leis da vida. E a Itália neste momento oppõe ao conchavo escuso da Liga das Nações uma resistência que não é apenas o producto de uma deliberação política mas a resultante de uma irreprimível determinação biológica. A gloriosa península não se lançou nessa guerra pelo prazer obscuro de conquistar. Dentro dos princípios darwinianos, o seu gesto de sangue é menos uma agressão que um movimento de defesa.<sup>351</sup>

Aqui aparecem com clareza as noções de ‘espaço vital’ e os princípios do darwinismo social como elementos centrais para justificar a conquista na África Oriental. As justificativas amparadas em argumentos de ordem biológica e científica encontraram ressonância junto à intelectualidade gaúcha, mesmo entre os membros do grupo católico. A questão da “missão civilizadora”, presente na Europa desde os descobrimentos, também foi amplamente desenvolvida pelo imperialismo a partir do final do século XIX. SAID, sobre o imperialismo e o colonialismo, afirma: “ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação[...]”<sup>352</sup> Complementares a esta noção de “civilização e barbárie”, as teorias evolucionistas e o

---

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p.9-27

<sup>351</sup> *Correio do Povo*. Porto alegre, 21 de janeiro de 1936. p.7.

<sup>352</sup> SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.40. Grifo no original

chamado darwinismo social, surgidos no século XIX, eram amplamente difundidos, tanto na Europa quanto na América:

Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência deste século (XIX), os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas, a partir de critérios deterministas [...].<sup>353</sup>

Porém, o discurso civilizador e as teorias racistas não são propriamente invenções do fascismo. Pelo contrário, foram absorvidas da ideologia imperialista européia de fins do século XIX, da qual, de um modo mais amplo, o fascismo também é produto. No entanto, no plano discursivo, o fascismo se afirmava antiimperialista, pois apontava para a luta entre as “nações proletárias e as nações capitalistas”, estas últimas encarnadas na Inglaterra e França que, vitoriosas no conflito interimperialista de 1914-1918, eram senhoras de imensos territórios coloniais. Esses princípios foram frequentemente mencionados nos discursos do *Duce*. O texto continua então com elogios ao regime fascista e ao seu líder:

Quando se concluiu a paz de 1918, os inventariantes dos despojos da guerra esqueceram-se propositadamente das justas aspirações da Itália. Passados alguns anos, porém, instaurado o fascismo unificador, a Itália já não é uma pátria dispersa, sacrificada pela divisão e o malentendido de seus filhos. É uma portentosa unidade moral – milagre alcançado pelo gênio de Mussolini – e é uma potência capaz de encarar de frente as suas necessidades e reparar pelas próprias mãos as injustiças de que foi vítima.<sup>354</sup>

Em seguida, surgem duras críticas à SDN e à própria Abissínia, considerada como um país feudal, de população primitiva e, por isso mesmo, sem direito à vida política independente. O texto se mostra incompreensível diante da possibilidade de igualdade político-jurídica entre o Reino da Itália e o Império Etíope, colocando no centro da discussão a dicotomia civilização versus barbárie.

É pena que os manipuladores da Liga das Nações, tão ciosos da integridade geographica desse vasto paiz bárbaro, e de barbaros, que é

---

<sup>353</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2001. p.22. As teorias raciais, assim como os primeiros modelos científicos de explicação e classificação das sociedades como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social e afins, chegaram ao Brasil principalmente a partir da década de 1870. Essas teorias, geralmente combinadas de maneira indistinta ou mesmo adaptadas à realidade nacional, foram bastante populares nos meios científicos e intelectuais do país até, pelo menos, os anos de 1930. Sobre a emergência do conceito de ‘raça’ na ciências européias e seus desdobramentos, ver: Idem. p.43-69.

<sup>354</sup> *Correio do Povo*. Porto alegre, 21 de janeiro de 1936. p.7.

a Ethiopia, que vivem à custa dos povos que subjugarão, invertem tendenciosamente os termos da questão Ítalo-abissínia e collocam no mesmo pé de igualdade a luminosa pátria de Dante e os sombrios domínios do longínquo e desageitado herdeiro de Salomão. Essa equiparação não é injuriosa apenas para a Itália: é uma afronta à civilização e um agravo ao gênio latino.<sup>355</sup>

Por fim, o manifesto expressa seu repúdio ao imperialismo franco-britânico, afirmando que somente pelos interesses dessas potências que a integridade territorial e a própria existência da Etiópia como nação politicamente independente é respeitada.

A lucta, em última analyse, não é entre a Itália e a Abissínia. É entre a Itália e seus interesses. Esse é que precisam ser salvaguardados contra o direito à vida reclamado soberanamente pela Itália. Venha o mundo abaixo, desencadeie-se a guerra na Europa, reedite-se, com novos requintes de barbárie, o drama de 1914, mas salvem-se esses interesses...Eis o diabólico raciocínio de Genebra! Mas a causa da Itália é mais do que justa: é uma causa vital. Os homens sabem como se comete uma injustiça, mas ainda não aprenderam a arte de dominar a vida nos seus impulsos creadores. Nós acreditamos na vitória da Itália.<sup>356</sup>

Os signatários deste documento, diferente do manifesto antifascista publicado em outubro de 1935, eram em sua maioria, membros do *Grupo do Café Colombo*: Athos Damasceno Ferreira, De Souza Junior, Dante de Laytano, Emílio Kemp, Moysés Vellinho, Manoelito de Ornellas, Paulo de Gouvêa e Reynaldo Moura. Ainda foram incluídas as assinaturas não-autorizadas de Érico Veríssimo, Mario Quintana e Telmo Vergara, que publicaram nota no dia seguinte se colocando contra o conteúdo do manifesto.<sup>357</sup> Há também a presença de alguns importantes líderes da geração católica: J. P. Coelho de Souza, Félix Contreiras Rodrigues, Dámaso Rocha e Fábio de Barros.<sup>358</sup>

---

<sup>355</sup> Idem. p.7.

<sup>356</sup> Idem, Ibidem.

<sup>357</sup> A nota publicada em 22/01/1936 dizia: “Vimos com surpresa nossos nomes entre os intellectuaes que assinaram o manifesto “Pela Causa da Itália” recentemente publicado. Temos a declarar a respeito: a) – que desconhecíamos em absoluto seus termos; b) – que estamos em completo desaccordo com o seu texto; c) que não assignamos nem demos autorização para isso. (a.a.) Erico Veríssimo, Telmo Vergara, Mario Quintana.” *Correio do Povo*. Porto Alegre, 22 de janeiro de 1936. p.2. A nota está reproduzida no Anexo IV.

<sup>358</sup> A lista completa de assinaturas do manifesto “**Pela causa da Itália**” é: Athos Damasceno Ferreira, Armando Silveira, Alceu Barbedo, Constantino Martins, Damaso Rocha, De Souza Junior, Dante de Laytano, Eduardo Duarte, Emílio Kemp, Félix Contreiras Rodrigues, Fábio de Barros, João C. de Freitas, J. P. Coelho de Souza, Moysés Vellinho, Manoelito de Ornellas, Ouvídio Chaves, Oscar Daudt Filho, Paulo de Gouvêa e Reynaldo Moura.

O exame do conteúdo do texto nos leva a algumas reflexões importantes: existe uma defesa da posição italiana expressa a partir da exaltação de certos “heróis” e “mitos” que expressavam o dito gênio latino, tais como Dante Alighieri ou Vitor Hugo. Esse fato sugere que o posicionamento político dos intelectuais gaúchos diante do conflito também é mediado por uma concepção de cultura calcada na existência ou elaboração de “panteões de heróis” e mesmo na idéia da cultura como “missão”, o que se expressa também no âmbito da literatura regionalista, conforme observou CORADINI.<sup>359</sup> Este último autor ainda completa que, entre as elites intelectuais do estado durante os anos 20-30, tal concepção de cultura é complementada por mais outras duas: a cultura associada como “capacidade moral de discernimento e ‘realização’ social e política” e ainda, num período posterior (já na década de 1960), a cultura entendida como “entretenimento.”<sup>360</sup> A primeira visão se torna evidente na própria argumentação presente no manifesto. Embora ela, de fato, reproduza com bastante fidelidade o discurso oficial do fascismo, existe uma defesa radical da posição italiana a partir de uma perspectiva que podemos chamar de ‘culturalista.’ Essa perspectiva se expressa no ‘direito’ dos italianos conquistarem a Etiópia por representarem uma ‘cultura e civilização’ superior. Ao mesmo tempo, essa cultura latina – fortemente marcada pelo catolicismo – estaria em uma disputa mundial com a cultura anglo-saxônica, esta, por sua vez, protestante, maçônica e liberal. Assim, a sobreposição dessas concepções de cultura e política se manifesta tanto na auto-imagem dos intelectuais (como aqueles que possuem uma ‘missão’ de esclarecer às questões contemporâneas para as massas) quanto nos próprios posicionamentos políticos do grupo. Dessa forma, podemos afirmar que o apelo à latinidade, constantemente evocado pela propaganda fascista junto às elites da América Latina, encontrou tamanha receptividade nos meios intelectuais do Rio Grande do Sul, entre outros fatores, pela existência desta específica concepção de cultura e política. Além disso, observa-se que a ascendência italiana não foi pré-requisito essencial para a manifestação pública da dita solidariedade latina: dentre os signatários, temos somente três nomes de intelectuais descendentes de imigrantes italianos.<sup>361</sup> Dessa forma, a solidariedade latina expressa no manifesto parece representar uma identificação espiritual e intelectual, acima de tudo.

---

<sup>359</sup> CORADINI, Odaci Luiz. Op. cit. p.131.

<sup>360</sup> Idem, Ibidem.

<sup>361</sup> Referimos-nos a Dante de Laytano, De Souza Junior e Manoelito de Ornellas. O primeiro era filho de imigrantes calabreses e havia estudado na Universidade de Perudia, na Itália; o segundo era filho de

No âmbito continental, a intelectualidade latino-americana, desde a década de vinte, foi marcada pelas conseqüências da grande guerra. Segundo WASSERMAN, a Europa liberal não era mais um modelo infalível de civilização:

A partir da Primeira Guerra Mundial e da hecatombe que se abateu sobre o continente europeu, políticos e intelectuais latino-americanos perderam as ilusões acerca dos modelos estrangeiros, mas a desilusão não se traduziu na busca de alternativas viáveis para o desenvolvimento interno. Embora o marxismo, de um lado, e o nacionalismo, de outro, tenham feito fortuna na América Latina, na primeira metade do século XX, os discursos políticos e historiográficos mantiveram-se fiéis à busca da almejada “civilização” contra a “barbárie” e do “desenvolvimento” contra o “sub-desenvolvimento”. O mito do progresso e das “luzes” continuou sendo propalado no discurso modernizador [...] <sup>362</sup>

Este não abandono das idéias de civilização e progresso por parte dos intelectuais latino-americanos explica, em parte, a adesão ou apoio a projetos autoritários (em oposição às democracias liberais) tanto nos seus países natais quanto na Europa (fascismo, stalinismo). O relativo sucesso que os governos fascistas europeus tiveram em superar a crise e em ‘formar a nação’ exerceu grande influência sob as camadas letradas dos países da América Latina. Naquele momento, grande parte dos intelectuais estava preocupada com questões como a formação de uma identidade própria e com os problemas enfrentados pelo subcontinente em realizar a unidade nacional. É um período onde surgem com força significativa movimentos nacionalistas, tanto de caráter político como artístico e intelectual. <sup>363</sup> A resposta que o fascismo oferecia, com a importância e a visão particular que estabelecia sob a nação, nesse momento, pareceu adequada, segundo uma parcela da intelectualidade, contra os males que enfrentava a periferia latino-americana. Neste sentido, cabe destacar que o Brasil teve um dos maiores partidos de inspiração fascista da América, a Ação Integralista Brasileira (AIB). O fascismo italiano, nos anos iniciais, constituía a principal referência para os movimentos nacionalistas de caráter autoritário e anti-liberal, surgidos ainda na década de 1920, conforme avalia CARONE

---

imigrantes italianos de São Paulo e visitou a Itália ainda na década de 1910. O último tinha ascendência italiana por parte de mãe.

<sup>362</sup> WASSERMAN, Cláudia. *Questão nacional na América Latina. Brasil, México e Argentina*. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2000. p.52.

<sup>363</sup> PÉCAUT, Daniel. Op. cit. p.25-26.

O curioso é que a primeira manifestação se dá prematuramente, em 1922, com a fundação da Legião do Cruzeiro do Sul, possivelmente imitação do movimento dos Fascios e do episódio da Marcha sobre Roma.[...] De segmentos das classes médias surgem as exteriorizações direitistas, todas calcadas no modelo italiano.<sup>364</sup>

Todavia, para estabelecer alguma relação com as posições dos intelectuais com o discurso fascista italiano, é preciso entender como se deu o processo de difusão desta ideologia fora de seu foco de origem. Sobre a difusão do fascismo fora da Europa e das apropriações de sua ideologia, BRANDALISE afirma:

[...] sua expansão em realidades históricas distantes do contexto imediato europeu estariam muito relacionadas com o “mimetismo político”. Este fenômeno presente em todas as épocas, diz respeito aos conteúdos ideológicos dominantes que servem de modelo em outras partes do mundo. Nos anos de 1920 e 30, o prestígio dos estados fascistas era tal que estes se tornam grandes modelos de referência a imitar e assimilar, mesmo que fossem apenas elementos da linguagem, da retórica ou dos símbolos.<sup>365</sup>

Assim, se não existia uma adesão ideológica propriamente dita entre determinados escritores gaúchos com relação ao fascismo, havia pelo menos uma admiração clara pelo regime do *Duce* e suas realizações.

Em relação aos grupos intelectuais que se distinguiam na sociedade gaúcha do período, podemos afirmar que, não obstante as manifestações políticas anteriormente mencionadas, a cisão que viria a se acentuar nos anos seguintes, entre católicos e não-católicos, não estaria absolutamente nítida nesse momento. As próprias noções científicas, deterministas e até mesmo racistas presentes no manifesto eram relativamente difundidas e compartilhadas pelos intelectuais que apoiaram o documento. Surpreende assim, a presença de nomes vinculados ao grupo católico, uma vez que tais concepções eram identificadas como ‘anticlericais’ e, portanto, combatidas pela Igreja.

Alguns exemplos da circulação e das fluidas fronteiras que dividiam os dois grupos nesse período inicial são as posições de Mansueto Bernardi como principal editor na Globo durante os anos vinte e ativo militante católico; ou mesmo Lila Ripoll,

---

<sup>364</sup> CARONE, Edgard. *A segunda República (1930-1937)*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978. p.288.

<sup>365</sup> BRANDALISE, Carla. Op. cit. 1992. p.69.

que militava no PCB e no movimento operário e foi integrante do gabinete de Coelho de Souza na Secretaria de Educação, a partir de 1935. Figuras como Dámaso Rocha, De Souza Júnior, Ruy Cirne Lima, Ernani Fornari e Augusto Meyer também são exemplos relevantes: tinham seus livros publicados pela Globo, eram muito próximos ao grupo da editora e, simultaneamente, mantinham ativa participação no movimento católico. A inclusão das assinaturas de Érico Veríssimo, Telmo Vergara e Mário Quintana no manifesto parece ser um indício de tal tendência. Apesar do episódio não ser mencionado nas memórias de nenhum desses escritores, a proximidade que possuíam, a amizade, a cumplicidade, a identidade geracional, podem ter levado os organizadores do manifesto a concluir que os três autores concordariam com seus termos, o que, de fato, não se concretizou. A polêmica parece ter se acabado com a publicação, no dia seguinte, de uma nota explicativa enviada à redação do *Correio do Povo*.

Sobre a simpatia de alguns membros da elite intelectual gaúcha em relação ao fascismo italiano, temos algumas pistas: em 1937-38, quando a conquista da Etiópia já havia se completado, alguns integrantes do grupo foram homenageados pelo governo fascista italiano, recebendo medalhas de Cavaleiro da Ordem da Coroa (Dante de Laytano, Manoelito de Ornellas e De Souza Junior) e Comendador da Ordem da Coroa (Darcy Azambuja e Mansueto Bernardi) em cerimônias com ampla cobertura da imprensa.<sup>366</sup> Dante de Laytano e Manoelito de Ornellas devolveriam essas condecorações em 1942, por ocasião da entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados.<sup>367</sup> Bem antes disso, em novembro de 1935, foi realizada uma conferência na sociedade *Dante Alighieri*. Na ocasião, se comemorava a decisão do Brasil de não participar do movimento sancionista liderado pela SDN contra a Itália. Diante dos membros do consulado italiano da capital e de retratos do Rei Victor Emanuel III e de Benito Mussolini, estes mesmos intelectuais participaram do evento e proferiram discursos exaltando a colaboração ítalo-brasileira e o valor do regime fascista italiano: Dante de Laytano, De Souza Junior (então deputado estadual), Manoelito de Ornellas e Dámaso Rocha.. Além desses escritores, também marcaram presença no evento várias autoridades políticas, militares e religiosas, como Alceu Barbedo (Procurador da República) Alberto de Britto (deputado estadual) e Ovídio Chaves (representando a

---

<sup>366</sup> KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1994. p.199.

<sup>367</sup> GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. p.132.

secretaria de Educação e Saúde Pública); o monsenhor José Baréa, bispo eleito de Caxias do Sul e o cônego José Nadal, representando o arcebispo D. João Becker.<sup>368</sup>

A relação da Igreja Católica com o fascismo merece algumas considerações. Para BEOZZO, o ponto que, por algum tempo, permitiu certa aproximação entre a Igreja Católica e os movimentos de caráter fascista de diversos países foi, sobretudo, seu inimigo comum: o bolchevismo. Segundo esse autor, o comunismo foi sistematicamente criticado pelo Vaticano desde o pontificado de Leão XIII (1878-1903), e tornou-se, a partir da Revolução Soviética de 1917, seu maior alvo. Dessa forma, as lideranças católicas viam na militância fascista uma aliada poderosa e ativa no combate às ideologias revolucionárias de esquerda.<sup>369</sup>

A colaboração entre o fascismo italiano e a Igreja Católica, no entanto, vai muito além de uma mera convergência ideológica: após demoradas negociações, o governo do *Duce* e a Santa Sé, através da assinatura do Tratado de São João Latrão, em fevereiro de 1929, colocaram fim à chamada ‘questão romana’, que opunha Estado e a Igreja desde o processo de unificação italiana, em 1870. O acordo baseava-se em três documentos: um tratado político – o *Tratado de Conciliação* – sob o qual, entre outras disposições, o Reino da Itália reconhecia a total soberania da Santa Sé no Estado da Cidade do Vaticano e este, em contrapartida, reconhecia Roma como capital do reino italiano; A *Concordata*, que tornava a Itália um Estado confessional, garantindo uma série de benefícios, influência e proteção à religião católica no país; e a *Convenção Financeira*, que estipulava uma indenização a Santa Sé pelos territórios perdidos durante a unificação. Em contrapartida, a Igreja passaria a apoiar o regime fascista e colocar a sua disposição o aparato de propaganda internacional que a instituição era capaz de mobilizar. Assim, a aliança com a Igreja contribuiu em muito para o estabelecimento de um ‘ambiente de consenso’ em torno do regime de Mussolini.<sup>370</sup>

Sobre a posição da Igreja Católica em relação à Guerra da Etiópia, temos alguns indícios relevantes. Após um período de incertezas em relação à posição do Papa diante do conflito iminente, em setembro de 1935 surgem declarações que não deixam dúvidas: em matéria do jornal *Diário de Notícias*, o Papa Pio XI “justifica a ação italiana na África Oriental, falando perante 3.000 capelães católicos e veteranos de

---

<sup>368</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15 de novembro de 1935. p.5.

<sup>369</sup> BEOZZO, José Oscar. Op. cit. p.320.

<sup>370</sup> Sobre as relações entre Igreja Católica e Estado italiano durante o governo fascista, ver: JEMOLO, Arturo Carlo. *Chiesa e stato in Italia: dalla unificazione al giorni nostri*. Torino: Piccola, 1977. p.183-282.

guerra, dizendo que as guerras de conquista, como defesa, são aprovadas por Deus, quando em salvaguarda dos tesouros cristãos.”<sup>371</sup> Na época da invasão, aparecem nos jornais fotos dos clérigos católicos abençoando as armas e a aviação italiana que partiria para a guerra na Abissínia. Alguns meses depois, quando a guerra já se encontrava em estágio avançado, o Papa se dizia “favorável à concessão à Itália de um mandato sobre a Etiópia.”<sup>372</sup>

Em âmbito regional, encontramos também algumas importantes manifestações de apoio à causa italiana por parte da Igreja Católica, dessa vez protagonizada pelo arcebispo metropolitano D. João Becker. No início de novembro o sacerdote ministrou a Missa Comemorativa do XVII Aniversário da Vitória das armas Italianas na 1ª Guerra Mundial, a pedido do Cônsul Geral da Itália na capital. No sermão de abertura da missa, D. João Becker declara, após uma série de elogios a Mussolini e à pátria mãe do catolicismo:

O direito de expansão colonial e de dirigir povos que ainda não estejam integrados ao convívio internacional, sómente se pode admitir enquanto as nações civilizadoras lhes ofereçam os benefícios da civilização ocidental e os altos valores da cultura cristã, com o fim de transforma-los em factores úteis ao bem da humanidade. Os povos ainda alheios à civilização cristã, não podem ser explorados ou oprimidos, unicamente em beneficio dos Estados modernos, mas estes devem servir-lhes de amigos, mestres e auxiliares na obtenção dos verdadeiros bens temporaes e eternos, como sóe fazer a Itália. [...] Em face do conflicto ítalo-abexim, devemos nutrir a firme esperança de que as nações europeas hão de achar meios para uma solução justa e equitativa, correspondente aos reclamos e direitos da Itália e às exigências da Abissínia, impedindo desta sorte, uma nova conflagração européa e quiçá mundial.<sup>373</sup>

Pode-se observar a defesa das posições italianas desde que estas estejam associadas ao avanço do catolicismo e da civilização cristã de matriz ocidental. Em alguns trechos, o sacerdote realiza apelos em nome da paz universal, mas sem que sejam sacrificadas as ‘pretensões italianas’. Por fim, o arcebispo completa:

Rogo a Deus que, na atual conjuntura internacional, não seja humilhada a intrépida Itália, pátria do gênio, da ciência e da arte, onde

---

<sup>371</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 8 de setembro de 1935. p.2.

<sup>372</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 1º de novembro de 1935. p.1.

<sup>373</sup> *Estrella do Sul*. Porto Alegre, 14 de novembro de 1935. p.2.

a religião prospera e se realizam os mais admiráveis triunfos eucarísticos, sob a égide de um governo que de fato, estima e ama seu povo.<sup>374</sup>

O texto integral do discurso de D. João Becker foi publicado em diversos jornais da capital, e mesmo do país. As palavras do arcebispo gaúcho foram saudadas pelo embaixador italiano no Brasil, Roberto Cantalupo, que enviou um telegrama de agradecimento ao líder religioso. No telegrama, o embaixador garante que “a Itália de Vitor Emanuel terceiro desempenhará na Etiópia uma obra de civilização italiana e romana e, por isso mesmo, cristã e católica.”<sup>375</sup> Ainda em novembro, D. João Becker escreve para a revista *Unitas*, órgão oficial da arquidiocese, sobre o direito dos italianos na África:

pode-se porventura contestar o direito da Itália nesse assunto? Toda a questão se funda, em última análise, numa nova distribuição equitativa dos domínios coloniais entre os povos europeus. Neste ponto, assiste à Itália o direito de suas justas reclamações.<sup>376</sup>

O arcebispo de Porto Alegre também proferiu elogios ao fascismo no discurso de encerramento do 1º congresso dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul, realizado em outubro de 1935, no Teatro São Pedro. Na ocasião, o sacerdote louvou o exemplo da Itália fascista e das obras do “grande *Duce* Mussolini” por adotar nas escolas italianas o estudo obrigatório do Novo Testamento.<sup>377</sup>

Bem antes disso, em maio de 1935, quando a questão da Etiópia não havia ainda saído dos círculos diplomáticos europeus, o jornal *Estrela do Sul*, também publicado pela arquidiocese da capital, veiculou um pequeno artigo sob o título de “*A Religião Catholica na Abissínia*”.<sup>378</sup> O texto trazia um histórico do cristianismo na Etiópia e as sucessivas tentativas de missionários católicos em catequizar as populações abexins. Na descrição apresentada pelo artigo, são mencionadas as características heréticas do cristianismo abissínio e os episódios de perseguição, massacre e expulsão dos católicos levados a cabo pelos monarcas africanos ao longo da história.<sup>379</sup>

---

<sup>374</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 5 de novembro de 1935. p.8.

<sup>375</sup> *Estrela do Sul*. Porto Alegre, 14 de novembro de 1935 p.2.

<sup>376</sup> *Unitas*, novembro de 1935, n. 11, p.500.

<sup>377</sup> KONRAD, Diorge Alceno. Op. cit. p.280.

<sup>378</sup> *Estrela do Sul*. 23 de maio de 1935. p.2.

<sup>379</sup> Segundo a tradição etíope, a religião cristã foi introduzida na Etiópia, no século IV, por dois viajantes sírios: Frumêncio e Edésio. Eles teriam convertido o negus Ezana e, a partir daí, o cristianismo se tornaria a religião oficial do reino. O cristianismo abexim seguia a doutrina ‘monofisista’, condenada como heresia pelo Concílio de Calcedônia (451). Para maiores informações sobre a origem e desenvolvimento do cristianismo na Etiópia, ver: SILVA, Alberto da Costa e. *A Enxada e a Lança: a África antes dos*

D. João Becker seguia com especial entusiasmo a tendência do alto clero brasileiro, que se mostrava simpático ao fascismo. A Guerra da Abissínia ampliou ainda mais o prestígio e o apoio da Igreja Católica brasileira em torno do regime de Mussolini, uma vez que representava também uma conquista para o catolicismo e para as tradições romanas. Na ocasião do Congresso Eucarístico de Belo Horizonte de 1936, que reuniu as maiores autoridades eclesiais da Igreja no país – entre eles, D. João Becker – além de cerca de 30 mil católicos, os membros do alto clero brasileiro “manifestaram seu apreço pelo fascismo, suas obras e pela expansão do catolicismo que ele estaria promovendo na África.”<sup>380</sup> Posteriormente, alguns desses sacerdotes foram recebidos pelo cônsul italiano na *Casa d’Italia* de Belo Horizonte, onde receberam seus cumprimentos pelo apoio do clero brasileiro à causa italiana durante o conflito. Durante o encontro, o arcebispo de Porto Alegre ainda proferiu um discurso exaltando a “civilização de Benito Mussolini”.<sup>381</sup>

D. João Becker só iria mudar sua posição em relação aos regimes autoritários europeus em meados de 1940, em plena guerra. O arcebispo teria revisado seu posicionamento depois de duas cartas do Papa Pio XI, que condenavam o nazismo alemão e o fascismo italiano, respectivamente.<sup>382</sup> Apesar do apoio declarado ao fascismo por parte do arcebispo metropolitano – líder máximo do grupo católico – não encontramos nenhuma manifestação coletiva dos intelectuais leigos que o cercavam, durante a guerra da Abissínia, que permita afirmar igual posicionamento. Se por um lado existia alguma simpatia em relação ao fascismo, isso se devia também ao caráter anticomunista do regime. Conforme avalia ISAIA

É mister que se registre que, à época, a ambientação cultural rio-grandense não ficou infensa aos ecos das idéias de escritores italianos, tanto detratores, caso de Croce, como defensores do fascismo, como Gentile. Os feitos do regime fascista passavam a sensibilizar elementos de uma geração decepcionada com os rumos da democracia liberal, encontrando receptividade entre os meios católicos no Estado. Contudo, a evidência empírica não autoriza, nem de longe, uma

---

portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. (p.181-186) e MEKOIRIA, Tekle Tsadik. Axum cristão. In: MOKHTAR, G. (coord) *História Geral da África*. Vol. II. São Paulo: Ática, 1983. p.407-428.

<sup>380</sup> BERTONHA, João Fábio. Op cit. p.355.

<sup>381</sup> Idem. p.356.

<sup>382</sup> BEOZZO, José Oscar. Op. cit. p.319. O autor refere-se às Cartas Encíclicas “Non Abbiamo Bisogno” (29/6/1931) e “Mit Brennender Sorge” (14/3/1937), a primeira endereçada ao fascismo italiano e a segunda ao nacional-socialismo alemão.

identificação da postura do laicato porto-alegrense do período com o fascismo.<sup>383</sup>

No que se refere à visão dos católicos gaúchos a respeito da expressão nacional do fascismo, podemos afirmar que, num primeiro momento, o grupo não teve grandes objeções em relação à AIB. Quando da primeira visita de Plínio Salgado ao Rio Grande do Sul, este foi recebido com pompa por D. João Becker. A imprensa católica também publicou um artigo de Nestor Contreiras Rodrigues, na época líder do Integralismo no estado, onde este relata seus encontros com o arcebispo e a relação harmoniosa que poderia existir entre o catolicismo e o Integralismo.<sup>384</sup> Além de certa simpatia do arcebispo metropolitano em relação ao Integralismo, num primeiro momento, temos a adesão de alguns poucos membros do grupo católico ao movimento, como Mansueto Bernardi e Ernani Maria Fiori. Contudo, “o grupo não aceitou a rápida passagem de Ernani Fiori pela AIB, solidarizando-se com o mesmo quando resolveu deixá-la.”<sup>385</sup> Assim, à medida que o governo de Getúlio Vargas tomava as rédeas da luta anticomunista e instaurava um governo autoritário capaz de garantir a ordem estabelecida, os católicos passaram a criticar abertamente o Integralismo.

Descartava-se qualquer possibilidade de aval da Arquidiocese a um movimento como a AIB, que apesar de anticomunista e espiritualista, pregava uma ruptura institucional, onde a manutenção das recém-conseguidas prerrogativas da Igreja colocava-se como uma incógnita.<sup>386</sup>

A posição dos integralistas frente ao fascismo italiano também merece algumas reflexões. Sem dúvida, o regime de Mussolini foi o modelo central para o surgimento da Ação Integralista Brasileira e mesmo de outros movimentos de cunho nacionalista anteriores. Consta ainda que muitos integralistas comemoraram a vitória italiana na África, fato que foi saudado pelas autoridades fascistas residentes no Brasil.<sup>387</sup> Entretanto, o caráter essencialmente nacionalista não permitia uma aproximação efetiva dos movimentos, que passaram então à “disputar” adeptos. A embaixada italiana

---

<sup>383</sup> ISAIA, Artur César. Op. cit. p.124-125.

<sup>384</sup> *Estrella do Sul*. Porto Alegre, 2 de abril de 1936 p.2.

<sup>385</sup> ISAIA, Artur César. Op. cit. Ver nota 125 (p.143) Ernani Maria Fiori permaneceu cerca de 3 meses na AIB, ocupando o cargo de Secretário-geral do movimento, no estado. Fiori liderou a chamada ‘dissidência católica’, episódio em que alguns católicos adeptos da organização se retiraram desta, pois não aceitavam a presença de maçons, protestantes e demais doutrinas não-católicas nas fileiras do movimento. A ruptura se deu a partir da publicação de um manifesto no *Correio do Povo*, em 9 de abril de 1934. Para maiores detalhes, ver BRANDALISE, Carla. 1992. Op. cit. p.149-156.

<sup>386</sup> Idem. (p.138)

<sup>387</sup> BERTONHA, João Fábio. Op cit. p.379-380. Nota 39.

constantemente reclamava da penetração integralista no interior das regiões coloniais e da perda de simpatizantes para o movimento brasileiro.

Assim, podemos afirmar que a disseminação de ideologias autoritárias e nacionalistas no país e a admiração pelos governos fortes, anticomunistas e ‘militarmente respeitáveis’ contribuiu de forma relevante para o apoio à causa italiana no interior do meio intelectual gaúcho.

Antes de se completar a conquista do Império Etíope pelas forças fascistas, aparecem na imprensa gaúcha mais algumas matérias importantes sobre a guerra da Abissínia. Na *Revista do Globo*, na edição de 25 de dezembro é publicada uma charge sobre o Natal, onde aparece uma árvore cheia de bombas, fuzis e canhões caindo sobre crianças negras, em referência direta ao conflito. No texto, logo ao lado das ilustrações, lê-se: “Mais um Natal. 1935. O mundo está maluco. Invés de comprar nozes e avelãs para as ceias de Natal, compra balas e espingardas para a próxima guerra.”<sup>388</sup>

Nos meses de janeiro, fevereiro e março, são apresentadas, também na *Revista do Globo*, reportagens sobre o avanço italiano na África. Em geral, são artigos de origem estrangeira, não assinados, que eram traduzidos pelos editores da revista e continham uma quantidade muita grande de fotos e material gráfico. Permanece a tendência de mostrar a Abissínia como um país exótico e misterioso. Um exemplo disso é a sessão que apresenta algumas fotos, sob o título de “*Tipos Abissínios*”. Nessa reportagem são apresentadas algumas das etnias que compõe o mosaico racial da Etiópia.<sup>389</sup> Em um artigo sobre a justiça e os costumes etíopes, intitulada “*Justiça de ontem, Justiça de hoje*”, onde se comentam os julgamentos feitos na presença do imperador e a aplicação de penas como açoitamentos e execuções, surge uma expressão mais exaltada: “[...] Hoje a necessidade de apresentar ao mundo uma fachada de modernidade fez mudar o quadro, mas o cerimonial continua o mesmo”<sup>390</sup>.

Tratando mais especificamente da guerra e das ações militares, existem alguns artigos publicados na *Revista do Globo* que defendem a idéia de que o que impede o avanço italiano na África Oriental são as “defesas naturais” da Abissínia e seu “ambiente inóspito”. O título dos artigos é ilustrativo nesse sentido: “*O inimigo número 1 da Itália é a sede*”.<sup>391</sup> É preciso lembrar que, durante os meses de novembro e

---

<sup>388</sup> *Revista do Globo*. Porto Alegre, 25 de dezembro de 1935. p. A charge está reproduzida no Anexo V.

<sup>389</sup> *Revista do Globo*. Porto Alegre, 23 de novembro de 1936. p.35. O artigo está reproduzido no Anexo V.

<sup>390</sup> *Revista do Globo*. Porto Alegre, 28 de março de 1936. p.24.

<sup>391</sup> *Revista do Globo*. Porto Alegre, 8 de fevereiro de 1936. p.36.

dezembro, a contra-ofensiva dos exércitos abissínios impediu o avanço italiano. Na mesma reportagem aparece uma coluna onde são apresentados os comandantes militares em ação na campanha da Etiópia:

Um formidável corpo de generais cujo talento militar sofreu a prova de fogo em guerras coloniais anteriores e cujos nomes foram fortemente marcados pela Grande Guerra, comanda as tropas da África. [...] General Rudolfo Graziani: é conhecido pelos árabes, maometanos e negros cristão como “o flagelo da Tripolitânia”, por suas campanhas intrépidas e implacáveis contra os indígenas que se opunham às tropas coloniais da Itália. [...] Pôs temporariamente na bainha sua espada em 1929, depois da campanha da Cirenaica, fez construir uma casa modesta e pôs-se a cultivar um pequeno lote de terra, para mostrar simbolicamente aos italianos que à conquista deve suceder uma atividade laboriosa.<sup>392</sup>

O artigo segue em tom elogioso, apresentando as virtudes militares dos chefes italianos e mostrando uma grande quantidade de fotos sobre as movimentações no front de guerra.

Assim, os artigos publicados pela *Revista do Globo*, antes de alimentar a polêmica e a tomada de posição, diluem o conflito, ao buscar apresentar o país africano ao mundo Ocidental: seus costumes, sua história, sua geografia, seu governo, por vezes retratando a Abissínia como um país inóspito, selvagem, de gente primitiva; ou exótico, distante, estranho e curioso. Sobre o conflito, surgem fotos e legendas a respeito da movimentação das tropas, os preparativos militares e os pronunciamentos de chefes locais. O tom dos comentários, em geral, tende à imparcialidade, ressaltando seu caráter informativo. Ora surgem tímidas denúncias contra o avanço militar fascista na Abissínia, ora menções ao ambiente primitivo do país africano. A discussão em torno da invasão, suas motivações e as origens da guerra não são abordadas de forma central. Isso se deve à natureza predominantemente literária que possuía a publicação nessa época, além de apontar para seu futuro caminho em direção ao jornalismo informativo-moderno, onde os artigos de opinião são cada vez mais raros. A exceção a essa tendência é o artigo de Marques Guimarães, publicado em março de 1936, sob o título “*Cenário Europeu*”. Nele, o autor discute com apreensão a atual situação européia e a

---

<sup>392</sup> Idem. p.37.

escalada armamentista que se iniciava. O texto inicia buscando tomar uma posição neutra em relação às motivações que originaram o conflito entre a Itália e a Etiópia.

A guerra ítalo-abissínia traz-me ao espírito amargas reflexões, não por averiguar nos seus propósitos de conquista nem tão pouco para advogar a causa do Negus. Não fora o natural sentimento de fraternidade dos povos americanos, e nada teríamos que ver com as lutas desses povos empenhados em guerras de conquista e extermínio, por isso que não podemos esposar a causa alheia.<sup>393</sup>

Mais adiante, no entanto, Guimarães realiza uma crítica clara aos ‘regimes fortes’, que seriam responsáveis por esta situação de tensão política e diplomática no velho mundo.

[...] lembraremos que outro não é o sentimento daqueles povos cujas idéias nacionalistas criaram o atual ambiente político de indisfarçável ameaça à paz mundial. Esse sentimento de nacionalidade tem sido, após a Grande Guerra, o espírito dominante na psicologia desses povos de maneira a lhes pôr sempre diante dos olhos as fronteiras da pátria como uma limitação a toda e qualquer idéia que porventura lhes possa distrair o pensamento de uma pátria única e credora de todo e qualquer sacrifício, inclusive o da vida. Por isso, cada um deles aspira, nos dias que correm, a uma pátria forte, engrandecida e pronta a marchar para a luta ao primeiro toque de clarim, custe isso embora a ruína dos outros.<sup>394</sup>

O autor conclui seu artigo analisando o papel que tal discurso nacionalista, exaltado e beligerante teria no interior desses regimes e de suas respectivas sociedades no contexto do pós-guerra e da depressão econômica daqueles anos:

Então, prevendo que seria mais fácil alimentar e manter uma política de desforra ou de defesa do que tentar a solução do problema da miséria popular nos seus múltiplos aspectos, os dirigentes dos povos guerreiros, com uma arte subtil souberam provocar nos mais profundos refolhos da alma coletiva um surto de melindres patrióticos e raciais, um despertar de sentimentos nacionalistas e de orgulho de sua força, qualquer que fosse a situação em que esses povos se encontrassem – ou de vencidos ou de vencedores – afim de poder

---

<sup>393</sup> *Revista do Globo*. Porto Alegre, 28 de março de 1936. p.5.

<sup>394</sup> *Idem*, *Ibidem*.

haurir do seio da miséria popular a energia suficiente para insuflar uma alma nova às nacionalidades esgotadas.<sup>395</sup>

Ainda em fevereiro de 1936, sob os protestos contra o trabalho da comissão encarregada de estudar a ampliação das sanções, é publicada na coluna diária, no *Correio do Povo*, assinada por P.G. (iniciais de Paulo de Gouvêa, que trabalhava no jornal na época), um artigo que ironiza a posição da Inglaterra em favor da Etiópia no conflito ítalo-abexim. O texto declara:

A pretalhada africana tem encontrado, num expressivo paradoxo, uma advogada bicuda na loira Albion. Os ethiopes são o ai-jesus mimoso dos ingleses que viraram a assembléia de Genebra num bruto tempo quente por causa dos ditos negrinhos.[...] Porque a Inglaterra se apressa, tão bellicosamente, a defender a liberdade dos abyssinios e, ao mesmo tempo, teima em impor seu domínio, a ferro e fogo, no secular Egypto?<sup>396</sup>

Na ocasião da tomada de Addis Abeba pelas tropas do General Pietro Badoglio (em 6 de maio de 1936), realizou-se na capital grandes celebrações na sede *Itálica Domus* da sociedade *Dante Alighieri*, novamente contando com a presença de autoridades locais, de dirigentes do consulado italiano e também com ampla cobertura da imprensa.<sup>397</sup> A cerimônia contou com os discursos do deputado estadual Alberto de Britto e do professor Ernani Maria Fiori, onde este último exaltou a vitória italiana como uma ‘vitória da civilização latina e ocidental’. Também fez uso da palavra o escritor Dante de Laytano. Em sua fala, o escritor traçou um panorama da colonização italiana no Brasil e mais uma vez reforçou sua admiração pelo governo fascista e pelas conquistas da civilização latina representadas pela anexação da Etiópia.<sup>398</sup>

As comemorações no estado seguiram-se durante todo o mês de maio, com o anúncio oficial da formação do Império Italiano na África e da coroação de Vitório Emanuel III como imperador da Etiópia. A imprensa gaúcha noticiou festividades em Caxias do Sul, Santa Maria, Bento Gonçalves e outras cidades do estado que contavam com importantes coletividades italianas.

Alguns dias depois da conquista da capital abexim pelos exércitos italianos, o professor da Faculdade de Direito, presidente da Academia Riograndense de Letras e destacado líder católico, Felix Contreiras Rodrigues, assinou um artigo no *Diário de*

---

<sup>395</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>396</sup> P.G. Abyssinos e Egypcios. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 2 de fevereiro de 1936. p.3.

<sup>397</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 7 de maio de 1936. p.5.

<sup>398</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 12 de maio de 1936. p.7.

*Notícias* intitulado “*A Propósito de Roma*”. Nesse artigo, o autor declara que, apesar do uso da força e do “direito dos povos”, a conquista de Addis Abeba é um fato consumado e digno de celebração. Como se percebe nesse trecho:

Saudando a Colônia Italiana que labora no Rio Grande do Sul, pela vitória das armas peninsulares, fazemo-lo com toda a lucidez de que é capaz o nosso entendimento, sem desconhecer a significação do direito dos povos, nem a do papel da força no desdobrar da sua vida. Sem pôr de parte o sentimento que vivia a compreensão das cousas, seria impossível aplaudir a Itália. Mas, mas como não aplaudi-la, si estamos diante de um fato consumado, e diante da vitória de um povo culto sobre populações ainda entorpecidas pela barbaria?<sup>399</sup>

A seguir, Felix Contreiras Rodrigues defende a idéia de que tal violência é justificada, uma vez que resultaria em benefícios e progresso para a humanidade. Da mesma forma, o autor apresenta tal posicionamento como ‘espiritualista’.

Que é a violência ante seus resultados benéficos? Que é o esforço ante a ascensão de um degrau? Que é a dor para a eclosão da vida? A cirurgia que responda aos materialistas; o comunismo que responda aos naturalistas; que a um espiritualista cabe a serena e profunda convicção de que a sublimidade do fim justifica a brutalidade do meio.<sup>400</sup>

Mais adiante, o autor faz uma comparação entre o ‘idealismo’ de Garibaldi e o ‘realismo’ de Mussolini. Ao primeiro, embora reconheça o papel fundamental na posterior realização da unidade italiana, o autor atribui o “fracasso de Adua, em 1896.” Ao segundo, é apontada a conquista de Addis Abeba e a glória romana: “enquanto o primeiro atingia a Itália através da humanidade, o segundo alcança a humanidade através da Itália, focando o seu povo no primeiro plano.”<sup>401</sup> Felix Contreiras Rodrigues faz ainda uma ode ao espírito latino e romano, afirmando que esse espírito será responsável pela renovação do ocidente, ao mesmo tempo que traça críticas ao liberalismo.

Mussolini leva para os domínios de sua valiosa conquista, não a promessa exclusiva da liberdade, que anestesiou homens e povos inteiros; mas o espírito de Roma, tão complexo e tão integral como a

---

<sup>399</sup> RODRIGUES, Felix Contreiras. *A Propósito de Roma*. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 9 de maio de 1936. p.4.

<sup>400</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>401</sup> Idem. *Ibidem*.

própria vida humana. Na vitória italiana se encerra uma garantia de que a nossa civilização ocidental não está inteiramente carcomida pelo caruncho dos idealismos subjetivos, e uma esperança de reabilitação do homem; pois que a velha fibra se recompõe, apesar da ação soturna das forças de decomposição.<sup>402</sup>

Por fim, o autor faz congratulações pela vitória na África Oriental aos soldados italianos, ao rei Vitório Emanuel III, a Mussolini, ao cônsul da Itália na capital, aos ítalo-gaúchos e a “todos nós, que sentimos a luz do espírito romano, dentro d’alma, como força inspiradora da verdade, do bem e do belo.”<sup>403</sup>

O artigo em questão também foi reproduzido em um curioso livro publicado na capital, em julho de 1936, pela Livraria Selbach & Cia. Intitulado *A Conquista da Etiópia*, o livro é de autoria de Itamar Marques Guimarães, tenente da Brigada Militar, poeta, regionalista, historiador e contista. Nessa obra – cuja apresentação é feita pelo cônsul italiano na capital, o Comendador Guilherme Barbarisi – é realizada uma apologia apaixonada em favor da campanha militar da Itália, assim como a celebração heróica e mitificada de seus principais líderes.<sup>404</sup> O livro apresenta também uma série de relatos sobre a história e a geografia da Abissínia, esforçando-se por destacar o caráter primitivo do país, suas ‘instituições bárbaras’ e o ‘completo estado de anarquia feudal’ em que se encontrava o reino do *Negus*.

As justificativas oficiais italianas para a ocupação da Etiópia, como o problema da escravidão e as provocações promovidas pelos etíopes nas fronteiras coloniais italianas, são constantemente evocados pelo autor como principais responsáveis pela eclosão do conflito armado. Da mesma forma, Itamar Marques Guimarães defende firmemente a idéia de que o governo fascista estaria realizando uma missão civilizatória que só traria benefícios e desenvolvimento para a população abexim.

Muito breve lá estarão enfileirados, ombro a ombro, os escravos libertos e os prisioneiros de guerra, concorrendo com seus esforços para tornar realidade o engrandecimento e bem estar da nação africana. E esse poderoso e decidido impulso se deve unicamente à ocupação italiana, que não medindo sacrifícios quer de guerra quer de paz, penetra no território abrupto da Etiópia, sofrendo privações e

---

<sup>402</sup> Idem. Ibidem.

<sup>403</sup> Idem. Ibidem.

<sup>404</sup> GUIMARÃES, Itamar Marques. *A Conquista da Etiópia*. Porto Alegre: Selbach, 1936. Além da apresentação – assinada pelo cônsul italiano no Rio Grande do Sul – o livro foi prefaciado pelo escritor pernambucano radicado no estado, Oscar de Holanda Cavalcanti, membro da Academia Riograndense de Letras.

conquistando a população pelos saltares exemplos de ordem e trabalho.<sup>405</sup>

A figura do imperador etíope, Hailé Selassié I é amplamente criticada ao longo do livro. O monarca é caracterizado como um tirano sanguinário, que ascendeu ao trono graças a uma conspiração de nobres contra o legítimo herdeiro, Lij Iasu. O autor concentra suas críticas a Selassié principalmente em função de sua fuga e posterior exílio, afirmando que o *Negus* quebrou as tradições milenares dos chefes etíopes, abandonando os exércitos e seu povo à própria sorte. Numerosas críticas também são endereçadas aos governos inglês e francês, assim como à Sociedade das Nações, pois estes estariam se colocando contra os “legítimos direitos” da Itália fascista sobre a Abissínia. O tom de denúncia toma contornos radicais quando o tenente Marques Guimarães afirma a existência de uma organização secreta chamada *Nia-Binghi*, fundada com o objetivo de expulsar e assassinar os brancos da África. O líder da organização seria o próprio imperador abexim e esta já contaria com 190 milhões de negros em suas fileiras, a época do conflito ítalo-etíope.

O que é mais curiosos e interessante é que o ras Tafari, regente da Etiópia, no governo de Zaoditu, que numa série infundável de crimes e desmandos, tão próprios da alma africana, subiu ao trono de Addis Abeba e é hoje conhecido do mundo, pelo pomposo nome de Hailé Selassié, tem sido, desde sua ascensão, o principal fomentador da *Nia-Binghi*.<sup>406</sup>

Dessa forma, a conquista italiana da Etiópia e a conseqüente deposição de Hailé Selassié do trono abexim são expostas aos leitores sob a ótica de uma verdadeira ‘cruzada’ em favor da civilização branca européia. Ainda são apresentados, no final da obra, o eloqüente discurso de Mussolini anunciando a fundação do Império Italiano e a reprodução do decreto de anexação da Etiópia assinado pelo Rei Vittorio Emanuele III.

Por outro lado, nos meses que se seguiram à conquista da capital etíope, veremos na imprensa um número mais significativo de artigos criticando a ação italiana na África. A preocupação diante do cenário europeu é crescente, uma vez que, em março de 1936, Hitler anunciava o rearmamento alemão. Além disso, começam as agitações na

---

<sup>405</sup> Idem. p.85.

<sup>406</sup> Idem. p.99. O culto *Nyabinghi* foi um movimento de caráter anticolonialista, baseado nas religiões africanas tradicionais. Surgido em Uganda, Ruanda e na atual Tanzânia, em fins do século XIX, o movimento vai se estender até 1928, quando insurgem uma série de rebeliões contra a ocupação européia em Uganda. A rebelião foi suprimida no mesmo ano, mas o culto foi definitivamente eliminado somente em 1934. OPOKU, Kofi Asare. A religião na África durante a época colonial. In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). Op. cit. p.525-526.

Espanha. Ary Jobim Meirelles, professor da Faculdade de Direito da UFRGS e doutor em Ciência Política, assinou um artigo que analisava o governo de Mussolini e as estratégias de manutenção do líder no poder, destacando o papel estratégico da invasão da Abissínia para a política fascista:

[...] resolvidas todas questões de ordem interna de maior importância, perfeitamente consolidado o poder político fascista dentro da península, não havia razão para concentrar este poder dentro da própria Itália [...] onde descarregar tanta energia acumulada e ao mesmo tempo distrair as massas? Onde montar novo cenário para mais um espetáculo do poder fascista?<sup>407</sup>

O autor via com apreensão as conseqüências do avanço do imperialismo italiano na África, diante dos interesses da Inglaterra e França:

A guerra ítalo-etíope foi o primeiro erro político de Mussolini. [...] Não foram bem calculados pela Itália as conseqüências políticas internacionais geradas pela conquista. Extendendo suas colônias em direção ao centro do continente africano, veio a prejudicar os interesses da França e Inglaterra, tácita e economicamente donas da terra cobiçada.<sup>408</sup>

Por ocasião da chegada de Hailé Selassié em Londres, o escritor Sérgio de Gouvêa publicou no *Correio do Povo* o artigo “*Imperador sem throno*”, onde faz uma crítica à postura inglesa diante do conflito, afirmando que os britânicos deram falsas esperanças de apoio ao império abexim na luta contra o invasor. O tema central do artigo é a frieza com que o governo e a imprensa britânica receberam o imperador exilado no país. Da mesma forma, há críticas sobre a atuação da Liga das Nações e sua incapacidade de resolver a questão. O autor condena ainda a ação italiana e suas justificativas civilizatórias em relação ao país africano, além do uso de armamentos mortíferos por parte do exército fascista contra uma população indefesa.

Pobre Imperador sem throno! Quando o exército civilizador de Mussolini violou seu território sob os protestos de todo o mundo, foi a Inglaterra que, menos por *sympathia* à causa do que para defender os interesses do seu imperialismo, manifestou-se com maior vehemência contra a usurpação. [...] Cruzaram as águas do Mediterraneo as poderosas quilhas da armada britannica. Trocaram-se,

---

<sup>407</sup> MEIRELLES, Ary Jobim. Um Dictador. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17 de julho de 1936. p.3

<sup>408</sup> Idem. *Ibidem*.

diplomaticamente, notas de sensação. A liga reuniu-se. Discutiu. Tornou a reunir-se. Tornou a discutir. E as forças fascistas foram dominando os pobres africanos, chovendo as granadas mortíferas sobre aldeias abertas, os gases venenosos asphyxiando as populações desprevinidas. [...] Consumou-se mais um delicto em nome da Civilização, porque a Civilização, como a Liberdade, são symbolos que, muita vez, encobrem os crimes mais nefandos as atrocidades mais cruentas. Neste delicto, porém, a maior culpa coube aos insufladores da esperança que animou as hostes abexins, do que ao próprio agressor.<sup>409</sup>

Dos meses de junho e julho de 1936 em diante, a discussão sobre a Guerra da Abissínia vai progressivamente desaparecendo da imprensa gaúcha. Em seu lugar surgem matérias sobre o conflito espanhol e a crescente ameaça nazista. A partir desse momento, quando o palco de guerra passa a ser a Europa, e não mais um longínquo país africano, alguns intelectuais simpáticos ao fascismo viriam rever suas posições. Com a eclosão da II Guerra Mundial e o posterior alinhamento do Brasil junto aos aliados, a intelectualidade se mostrará preponderantemente anti-fascista. Moysés Vellinho, Manoelito de Ornellas, Oscar Daut Filho e J. P. Coelho de Souza proferiram discursos contra o Eixo em ato público realizado na capital, durante a guerra.<sup>410</sup> Conforme as memórias de Érico Veríssimo (que nesse trecho se mostram num tom conciliador), os colaboradores da *Editora Globo*, nessa época, eram “todos aliadófilos”:

Moysés Vellinho, sem perder a linha, comentava lucidamente a situação e confiava na Inglaterra, sob o comando de Winston Churchill e esperava a entrada dos E.U.A. no conflito. Darcy Azambuja, homem discreto, de pouca conversa, fazia suas reflexões lógicas e provavelmente rezava, acendia velas para o Negrinho do pastoreio, em prol da vitória da Democracia. [...] Manoelito de Ornellas, em suas raras visitas à editora, invectivava as hordas hitleristas e fazia sua profissão de fé na França, na eterna França de sua paixão literária. [...] Reynaldo Moura, enamorado das palavras, apaixonado da cultura francesa [...] – murmurava ele – ‘é difícil a gente imaginar a França, a nossa França, caída desse jeito...’<sup>411</sup>

---

<sup>409</sup> GOUVÊA, Sergio de. Imperador sem throno. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 10 de junho de 1936. p.3.

<sup>410</sup> DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de incerteza: a discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1995. p.59-61.

<sup>411</sup> VERÍSSIMO, Érico. Op. cit. 1972. p.98-99.

Se durante o conflito ítalo-etíope vemos uma parcela importante da intelectualidade gaúcha apoiar a causa italiana, enquanto um outro grupo se mobilizava contra o fascismo, o posicionamento desses letrados em relação à crescente onda antidemocrática no Brasil também merece algumas observações. Com a implantação do Estado Novo em 1937, há uma mudança visível na relação das elites intelectuais e o Estado. O ambiente político nacional, a partir da repressão, impediu que tais manifestações de caráter público continuassem. GERTZ sugere que “quanto às relações entre a intelectualidade gaúcha e os detentores do poder, não se encontrará grande número de expoentes da cultura estadual em oposição clara ou até em conflito aberto com aqueles que controlam o governo regional no período.”<sup>412</sup> Dessa forma, se verá que apesar de muitos intelectuais não apoiarem o Estado Novo no plano nacional, no estado ocorreu uma colaboração, senão uma *cooptação* desses pelos dirigentes políticos. Sobre a relação da intelectualidade e o Estado Novo em nível estadual, KONRAD afirma:

No Rio Grande do Sul, a ‘elite’ intelectual foi ao mesmo tempo agente da propaganda, colaboradora do discurso oficial e funcionário do Estado em cargos dirigentes nas áreas culturais. A colaboração ao Estado Novo era aceita independente da vertente ideológica do colaborador, mas deveria ser expressa na defesa da ‘identidade nacional’, ou seja, a expressão do artista ou intelectual era bem-vinda desde que seguisse a orientação política e ideológica do Estado Novo.<sup>413</sup>

A maioria dos membros do *Grupo do Café Colombo* ocupou cargos na administração estadual: Augusto Meyer foi diretor da Biblioteca Pública e, em 1938 assumiu o Instituto Nacional do Livro, no Rio de Janeiro. Dante de Laytano foi consultor jurídico do secretário da Educação. Darcy Azambuja foi secretário do Interior no governo de Flores da Cunha. Ernani Fornari foi funcionário do DIP, no Rio de Janeiro. Coelho de Souza foi secretário da Educação. Manoelito de Ornellas foi diretor da Biblioteca Pública e, posteriormente, diretor da Imprensa Oficial e do DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda), órgão responsável pela censura a nível estadual. Mansueto Bernardi foi diretor da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro. Foi preso em 1938 sob a acusação de ser integralista e depois de solto e de volta ao estado, assumindo a Secretaria do Interior. Moysés Vellinho foi nomeado para o Tribunal de Contas. Reynaldo Moura foi diretor da Biblioteca Pública (1939-1956).

---

<sup>412</sup> GERTZ, René E. Op. cit. p.115.

<sup>413</sup> KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. Op. cit. p.196.

MICELI avalia a participação da intelectualidade no funcionalismo público durante o período Vargas, dentro de suas diferentes modalidades, como sendo responsável por estabelecer uma progressiva dependência desses elementos aos financiamentos e iniciativas do governo na área cultural, ou mesmo afastar o pensador ou artista de sua atividade intelectual.

Em muitos desses postos os intelectuais prestam serviços estritamente burocráticos e que não guardam, por vezes, nenhuma relação com o trabalho intelectual como tal, que continuam a desenvolver paralelamente às suas atividades funcionais. Em outros casos, os laços entre uma e outra atividade permeiam a própria definição do trabalho intelectual. De qualquer maneira, instaura-se uma situação de dependência material e institucional que passa a moldar as relações que as clientelas intelectuais mantêm com o poder público, cujos subsídios sustentam as iniciativas na área da produção cultural, colocam os intelectuais a salvo das oscilações de prestígio, imunes às sanções de mercado, e definem o volume de ganhos de parte a parte.<sup>414</sup>

Além da colaboração direta dentro do funcionalismo público, a intelectualidade riograndense participou do chamado *Comitê Intelectual pró-Estado Novo*, uma iniciativa de Protásio Vargas, irmão de Getúlio, para “popularizar o regime, em especial através de palestras radiofônicas.”<sup>415</sup> Dante de Laytano, Moysés Vellinho, Telmo Vergara, Érico Veríssimo, entre outros, estiveram presentes no ato de lançamento do Comitê. Veríssimo inclusive proferiu palestra em um dos programas, reproduzida no *Jornal do Estado* em 25 de abril de 1938.<sup>416</sup>

Com a crescente polarização política que se sucede ao fim dos anos 30, agravada pela dúbia posição do Brasil perante os países em conflito na II Guerra Mundial, a divisão da intelectualidade entre os dois grupos anteriormente citados tendeu a aumentar. Dentre os embates políticos que caracterizaram esse confronto, vemos com destaque a famosa polêmica entre o padre jesuíta Luciano Fritzen e o escritor Érico Veríssimo. Nesse episódio, o escritor entrou com uma queixa-crime contra o padre, em função de um artigo publicado na revista *O Eco*, órgão interno do Colégio Anchieta, onde o recém lançado romance *O Resto é Silêncio* é duramente criticado pelo padre. O artigo, que foi veiculado em 1943, era uma homenagem ao presidente Getúlio Vargas

---

<sup>414</sup> MICELI, Sérgio. Op. cit. p.215.

<sup>415</sup> GERTZ, René E. Op. cit. 2005. p.116.

<sup>416</sup> Idem. p.133.

em razão da morte recente de seu filho, ‘o Getulinho’, o qual havia sido aluno do padre Leonardo Fritzen. O texto se inicia em tom melancólico, exaltando a figura do então ditador do Brasil e relembrando as virtudes do jovem aluno, considerado pelo padre como um ‘modelo de anchietano’. Mais adiante, o jesuíta passa a atacar o último livro de Érico Veríssimo, alegando tratar-se de um livro imoral, ou nas palavras do padre, de um verdadeiro ‘veneno.’<sup>417</sup> O livro era tachado como responsável pela degradação dos valores morais e possuidor de conteúdo impróprio.

Como TRINDADE<sup>418</sup> muito bem observou, a crítica do padre Leonardo Fritzen não pode ser apenas analisada em seu aspecto moral, mas possui desdobramentos intelectuais, políticos e ideológicos importantes. Tratava-se de um ataque direto à geração não-católica que se agrupava em torno da Editora do Globo, que na ocasião publicava o livro. Isso fica evidente em algumas passagens em que o padre exalta a geração católica que ele ajudou a formar e declara que “o nível intelectual de nossa gente é rebaixado.” Além disso, o padre tece uma série de elogios ao então ditador Getúlio Vargas e ao Estado Novo. Assim, a ação jurídica protagonizada por Érico Veríssimo possuía também um significado político. Conforme o próprio escritor

Ora, era sabido que a Igreja, como o Exército, apoiava o Ditador. Eu andava muito irritado com a situação política e social do Brasil. [...] Era preciso reagir, mesmo que fosse de maneira puramente simbólica. [...] Eu queria que meu gesto fosse interpretado como um protesto contra a situação política vigente no país.<sup>419</sup>

No desenrolar do processo houve uma mobilização que envolveu grande parte da intelectualidade gaúcha e que, de certa forma, explicitou claramente a já referida divisão no interior da mesma. Foram organizadas monções em defesa do padre e manifestos apoiando Veríssimo:

essas duas listas refletem a cisão, naquele momento, entre a intelectualidade mais laica, de origem positivista, liberal, esquerdista, maçônica, espírita, protestante – em favor do autor de *O resto é silêncio* – e a intelectualidade que Trindade classificou o ‘grupo católico’, que, no mínimo desde a década de 1920, desencadeara uma ofensiva para marcar presença em todos os setores da vida gaúcha.<sup>420</sup>

---

<sup>417</sup> Citado por TRINDADE, Fernando Casses. Op. cit. 1984. p.43.

<sup>418</sup> Para um estudo completo a respeito da polêmica, ver: Idem.

<sup>419</sup> VERÍSSIMO, Érico. Op. cit. 1976. p.280.

<sup>420</sup> GERTZ, René E. Op. cit. 2005. p.139.

Não é de nosso interesse discorrer sobre o conteúdo do artigo escrito pelo padre jesuíta ou mesmo sobre os detalhes da polêmica e seus resultados. O que nos interessa, efetivamente, é verificar que a referida polêmica expressou de forma mais ou menos nítida, as disputas ideológicas e políticas protagonizadas por esses dois grupos na época. Sobre a postura ideológica de Érico Veríssimo, cabe ressaltar que nutria certa simpatia pelos Estados Unidos. Como ele próprio afirmou em suas memórias, na ocasião de publicação do romance *Saga*:

Péssimo livro, espelho de minha confusão daqueles dias em que o governo brasileiro namorava o nazi-fascismo, a Argentina servia o hitlerismo e nós, escritores, quando pensávamos numa rota de fuga para o estrangeiro, só enxergávamos uma luz de esperança: os Estados Unidos, na figura de Franklin Delano Roosevelt.<sup>421</sup>

No contexto do grupo, Érico permaneceu um tanto “isolado” em relação ao seu alinhamento com os EUA. Na fundação do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), em 1938, por exemplo, os nomes de maior destaque do *Grupo do Café Colombo* não aparecem como membros.<sup>422</sup>

Outro episódio marcante do ponto de vista da mobilização política dos intelectuais durante o Estado Novo foi o I Congresso de Escritores, realizado em janeiro de 1945, em São Paulo. As contradições do regime ditatorial de Vargas se mostravam claras então: no exterior o Brasil lutava ao lado dos aliados contra o fascismo e o nazismo, enquanto no plano interno se mantinha um regime autoritário. Os escritores gaúchos presentes no evento foram Dyonélio Machado, Athos Damasceno Ferreira, Reynaldo Moura e Gilda Marinho, todos ligados ao *Grupo da Globo*. Os temas do congresso são bastante expressivos em sua oposição ao regime: “democratização da cultura”, “o escritor e a luta contra o fascismo” e “a criação literária e a liberdade.”<sup>423</sup>

Como vimos, o posicionamento político e as tendências ideológicas defendidas pelos membros do *Grupo do Café Colombo* e de seus agregados são bastante diversos e possuem variações significativas ao longo do período que se segue à Guerra da Etiópia. Sua ligação de caráter essencialmente literário e profissional permitiu que intelectuais com matrizes ideológicas às vezes opostas pudessem conviver, influenciar-se reciprocamente e agir com cumplicidade. Dessa forma, o estudo das ações políticas e

---

<sup>421</sup> VERÍSSIMO, Érico. Op. cit. 1972. p.99-100.

<sup>422</sup> GERTZ, René E. Op. cit. 2005. p.132. Os intelectuais que fizeram parte do grupo fundador do ICBNA foram Érico Veríssimo, Paulo Augusto Simões Pires, Renato Barbosa, Carlos Alberto Caldas Cortese e Dante Sfeggia. Ver KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. Op. cit. p.200.

<sup>423</sup> KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. Op. cit. p.215.

das relações entre a intelectualidade e o Estado ajudou perceber mais claramente as estratégias de atuação destes personagens e os fatores que os condicionam. O período que vai da Revolução de 30 até a instituição do Estado Novo foi marcado por polêmicas e pelo engajamento do grupo tanto pela direita como pela esquerda. Os intelectuais expressaram claramente o ambiente de polarização ideológica que se estabelecia no país. Posteriormente, a colaboração com o regime ditatorial não significou, em alguns casos, uma adesão automática ao Estado Novo. Num período de crise do regime, surgem manifestações significativas em favor da democratização e pelo fim da censura.

A invasão da Itália fascista à Abissínia se colocou diante das elites intelectuais num momento de turbulências políticas internas. A maior parte da intelectualidade gaúcha (tanto católicos quanto não-católicos) apoiou a iniciativa italiana na África, mostrando-se sensível à solidariedade latina, às justificativas civilizatórias do país europeu e aos argumentos de caráter ‘cientificista’ presentes no discurso oficial do regime fascista. Nomes como Dante de Laytano, Manoelito de Ornellas, De Souza Junior e Dámaso Rocha, expressaram em diversas oportunidades o seu apoio à causa italiana, comparecendo às festas organizadas pelo Consulado, proferindo discursos de louvação à península e, por fim, assinando um manifesto que evidencia a incondicional defesa do direito italiano à conquista da Abissínia. Alguns desses intelectuais inclusive foram condecorados pelo governo fascista em recompensa aos serviços de ‘intercâmbio cultural e difusão da cultura italiana no Rio Grande do Sul’. Sobre Dante de Laytano, cabe mencionar que, apesar de sua declarada posição pró-Itália no conflito etíope, o autor foi um dos pioneiros no estudo e reconhecimento da contribuição africana na formação da sociedade gaúcha. Seus estudos sobre os ‘africanismos no dialeto gaúcho’ constituíram um passo inicial sobre um tema até então absolutamente ignorado pelos estudiosos de História da época.

Além desses intelectuais, temos Reynaldo Moura, que embora não tenha participado das cerimônias mencionadas acima, foi o mais ardente defensor da expansão fascista na África dentro da imprensa gaúcha. O escritor se mostrou um entusiasta da causa romana e latina, inclusive condenando com incompreensão os que tomassem o partido da Abissínia. Os textos de Moura encontravam-se então em perfeita harmonia com o conteúdo da propaganda fascista difundido na imprensa brasileira. A congruência de seus argumentos com os artigos de Cesare Rivelli, por exemplo, não deixam dúvidas sobre a questão. Além disso, o escritor também assinou o referido manifesto de apoio à Itália diante das sanções impostas pela Liga das Nações. Esses escritores, mais

próximos ao grupo da Globo, tiveram a companhia de alguns membros da geração católica nas manifestações de apoio à fundação do império italiano na África: Félix Contreiras Rodrigues, Alceu Barbedo, J. P. Coelho de Souza, Ernani Fiori, Eduardo Duarte, Alberto de Britto e Fábio de Barros foram alguns dos intelectuais católicos que participaram de manifestações de apoio à Itália durante o conflito. A ausência de líderes destacados desse grupo – como Adroaldo Mesquita da Costa, Armando Câmara, Armando Dias de Azevedo e outros – pode ser explicada pelo fato de o centro suas preocupações e de sua atuação, na época, era a luta anticomunista no estado. De fato, a Guerra da Abissínia se referia mais diretamente ao apoio ao regime fascista, o que não resultou em uma adesão imediata. Assim, o entusiasmo do arcebispo metropolitano D. João Becker com relação ao fascismo europeu não permite estender essa tendência aos seus seguidores. Estes, em sua maioria, preferiram o silêncio durante os momentos mais agudos da guerra. A liderança do arcebispo em relação à geração de intelectuais leigos não era absoluta ou ‘monolítica’. Nesse sentido, o estudo de ISAIA nos apresenta alguns exemplos pontuais de discordância ou atrito entre o arcebispo e o grupo intelectual católico ao longo dos anos trinta.

A jovem intelectualidade, que se lançava como força de vanguarda no catolicismo rio-grandense, embora mantivesse sua obediência e acatamento ao titular da Arquidiocese, não ficava totalmente infensa às críticas que D. João Becker recebia, devido não só à sua proximidade com o poder temporal, mas também ao estilo de vida aparatoso e aristocrático que ostentava.<sup>424</sup>

A leitura feita neste trabalho não se deu no sentido de vincular ‘tal nome a tal ideologia’ ou mesmo tomar um caráter de denúncia em relação aos intelectuais que apoiaram o fascismo. Tentou-se, sobretudo, mostrar a complexidade do papel dos intelectuais como atores políticos num contexto de turbulência tanto no cenário nacional, como internacional. O *Grupo do Café Colombo*, que reuniu alguns dos maiores nomes das artes e do pensamento no Rio Grande do Sul durante o período participou ativamente das discussões de seu tempo e, obviamente, ofereceu mais de uma resposta.

A utilização da noção de ‘itinerário’ permite verificar certas ambigüidades no trajeto político de alguns personagens, pois traz para primeiro plano a cronologia. Assim, Érico Veríssimo, muitas vezes associado à oposição do Estado Novo e defensor

---

<sup>424</sup> ISAIA, Artur César. Op. cit. p.130.

ardente da democracia, em alguns momentos não assumiu esse papel. Outros nomes como Athos Damasceno Ferreira e Reynaldo Moura – este talvez o maior entusiasta do fascismo durante a Guerra da Abissínia – que assinaram o Manifesto em apoio à invasão italiana à Etiópia, por outro lado, participaram do I Congresso de Escritores, evento de caráter marcadamente antifascista. Ou mesmo Dyonélio Machado, militante comunista e presidente da ANL no Rio Grande do Sul, que trabalhou no Hospital psiquiátrico São Pedro, mantido pelo Estado, a convite do interventor Cordeiro de Farias. Da mesma forma, a investigação empírica demonstrou também a impossibilidade de generalização das posições individuais em função dos agrupamentos que se formavam. O grupo católico, por exemplo, embora fosse marcadamente anticomunista, teve uma participação mais discreta no apoio ao fascismo durante a invasão italiana. Os escritores ligados à Globo, por sua vez, apresentaram uma diversidade de posicionamentos bastante significativa no episódio. Essa evidência aponta para o fato de que a divisão no interior da intelectualidade gaúcha ainda não havia se configurado de forma concreta e completa, e que, além de fatores ideológicos (como a difusão de idéias autoritárias, o anticomunismo e as posturas liberais), há outros elementos importantes que compõem determinadas posturas diante da Guerra da Etiópia, tais como a identidade étnica, a defesa de uma concepção de cultura calcada na idéia do progresso, na civilização e no avanço social, a difusão das idéias evolucionistas e do darwinismo social, entre outros fatores. Assim, se as justificativas italianas foram recebidas com entusiasmo pelos pensadores gaúchos, isso se deu justamente por haver um ‘terreno fértil’, ou seja, uma mentalidade política e cultural na qual tais argumentos possuíam uma lógica e eram reconhecidos como legítimos.

Se por um lado, a maior parte dos intelectuais gaúchos se manifestou em apoio à Itália, o grupo que se formou sob a bandeira do antifascismo possuía uma marcada heterogeneidade. Contudo, eram defensores da liberdade de expressão, de pensamento e da democracia. A sua postura diante do conflito se demonstrou crítica do fascismo, mas não necessariamente simpática ao império do *Negus*. A preocupação primordial dos intelectuais antifascistas era com a expansão das ideologias autoritárias, assim como suas práticas de censura e perseguição política às classes letradas. Da mesma forma, havia o temor de que o conflito africano se tornasse um agravante para o delicado cenário europeu, reeditando a “tragédia de 1914”. Vemos que os artigos que criticavam diretamente o fascismo são mais freqüentes nos momentos finais da conquista do país africano, ou seja, entre março e maio de 1936; justamente o período em que aumenta

drasticamente a tensão na política européia, com os anúncios de rearmamento da Alemanha feitos por Hitler. A questão da defesa da independência da Etiópia entrava em segundo plano, embora entre os liberais vigorasse a idéia de “autodeterminação dos povos”.

Outros grupos sociais, também qualificados neste trabalho como intelectuais, no entanto, se manifestarão sobre o conflito fazendo desse o ponto essencial da ‘Questão Ítalo-Abissínia’: o direito de independência da última nação africana não colonizada. Os descendentes de africanos, de origem operária, que produziram o jornal *A Alvorada*, na cidade de Pelotas, foram os mais destacados partidários da posição abexim no Rio Grande do Sul, durante o conflito. Esses intelectuais, a partir de posicionamentos onde a identidade étnica tomou um vulto central, se pronunciaram de forma significativa e buscaram mobilizar seu público leitor a favor da causa etíope. Obviamente, o ‘lugar social’ de onde são enunciados esses discursos é absolutamente distinto dos analisados até aqui, no ambiente das elites intelectuais da capital. Buscaremos então, no terceiro e último capítulo, traçar as linhas gerais do meio em que tais personagens se manifestaram e qual foi mesmo o conteúdo de seus pronunciamentos.

## Capítulo III

### Intelectuais negros em Pelotas

O terceiro e último capítulo do trabalho busca apresentar e discutir a visão de um grupo específico de intelectuais a respeito do conflito ítalo-abexim: os operários negros de Pelotas, responsáveis pela publicação do semanário *A Alvorada*. Como já dito anteriormente, os articulistas e colaboradores desse jornal publicaram uma série de artigos em protesto à invasão do Império Etíope pelas tropas fascistas italianas e se solidarizaram com a luta pela independência da última nação africana livre do jugo colonial europeu. Na verdade, esse protesto somava-se a inúmeras outras manifestações internacionais das comunidades africanas e afro-americanas em defesa da Etiópia.<sup>425</sup>

Como já foi indicado na Introdução do trabalho, o país africano representou um importante símbolo de pertencimento e ancestralidade para as comunidades de afro-descendentes que viviam no continente americano. Assim, a primeira parte do capítulo busca traçar as linhas gerais desse fenômeno, tentando capturar as nuances e peculiaridades de tal referência e, simultaneamente, entender as origens, usos e expressões dessa ‘identidade etíope’, de forma mais geral.

A seguir, o trabalho apresenta o contexto histórico onde se desenvolveu o periódico em questão, buscando avaliar sua importância e inserção na sociedade da época. Alguns traços gerais sobre a história da cidade de Pelotas, a situação dos descendentes de escravos nas primeiras décadas do século XX, o surgimento do operariado, de seus veículos de expressão e algumas particularidades a respeito do grupo de intelectuais negros responsáveis pela publicação de *A Alvorada* serão apresentados nessa parte do estudo. Por fim, se discutirá os artigos publicados no jornal que trataram da Guerra da Abissínia, os debates de seus autores sobre o tema e a relação desses intelectuais com a chamada ‘identidade etíope’. Optou-se aqui por agrupar os artigos por temática, sem, entretanto, deixar de relacioná-los com a cronologia dos eventos discutidos.

---

<sup>425</sup> A agressão fascista contra a Etiópia gerou inclusive conflitos entre a população de origem africana e descendentes de italianos em diversas partes do mundo, em especial nos EUA. Para maiores informações, ver: HARRIS, Joseph. *African American reaction to war in Ethiopia (1936-1941)*. Baton Rouge/ London, Louisiana State University Press, 1994; SCOTT, William. *The sons of sheba's race: African American and the Italo Ethiopian War (1935-1941)* Indianapolis, Indiana University press, 1993 e ASANTE, S. *Pan African protest in West Africa and the Italo Ethiopian crisis*. London: Longman, 1977.

### 3.1 Etiópia: um símbolo de africanidade

A peculiar condição de “última nação africana livre” mantida pelo Império Etíope até a invasão fascista de 1935 foi responsável, juntamente com outros fatores, por tornar esse obscuro país, localizado no nordeste do continente, em um sinônimo de pertencimento e ancestralidade para os povos negros espalhados ao redor do mundo.<sup>426</sup> O fenômeno foi mais difundido no Novo Mundo, entre as comunidades de ex-escravos e seus descendentes, porém, também existiram expressões de tal identificação no interior da própria África<sup>427</sup>, então dividida entre as potências europeias em impérios coloniais.

Para melhor entender o papel e o significado que possuía a Etiópia para populações negras dispersas ao redor do mundo, cabe antes destacar a crescente mobilização política dos negros que se iniciara ainda em fins do século XIX, em especial nas colônias anglo-francesas e nos Estados Unidos. Entre os movimentos religiosos, literários, artísticos, políticos e/ou de valorização da cultura africana que se desenvolveram nessa época, o movimento negro que obteve maior repercussão no Novo Mundo foi, sem dúvida, o chamado ‘pan-africanismo’.

O pan-africanismo foi um movimento político e cultural de caráter anti-colonialista surgido entre fins do século XIX e início do século XX, principalmente nos EUA, no Caribe e nas colônias britânicas e francesas da África e Antilhas. Apesar de constituir-se de diferentes vertentes, podemos definir o movimento, de forma geral, como responsável pela organização de uma ‘consciência coletiva’ dos africanos e seus descendentes na luta por direitos civis e políticos.<sup>428</sup> O termo teria sua origem na Convenção Africana, organizada em 1900, em Londres, pelo advogado antilhano Henry Sylvester Williams, personagem considerado precursor do movimento. Os dois

---

<sup>426</sup> Sobre o grande interesse despertado entorno da Etiópia por parte de populações negras de diversos países, desde o início do século XX, Philip Mason declara, no prefácio do livro de Czeslaw Jésmán: “Os Rastafari na Jamaica, alguns grupos nos Estados Unidos e muitas seitas dissidentes na África do Sul tem se autodenominado Etíopes, porque para eles esse antigo império representa uma herança da qual sentem que foram defraudados. [...] Etiópia é a nação a que pertencem realmente; aqui está verdadeiramente a sua própria cultura.” JÉSMAN, Czeslaw. *The Ethiopian Paradox*. London: Oxford University Press, 1963. p.V.

<sup>427</sup> AKPAN, Monday B. Op. cit. p.285. O autor menciona, como exemplo, o caso da fundação de uma ‘Igreja Etíope’ na África do Sul, em 1900.

<sup>428</sup> RALSTON, Richard D. A África e o Novo Mundo. In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). Op. cit. p.772.

principais líderes do pan-africanismo nas primeiras décadas do século XX, no entanto, seriam o norte-americano W. E. B. Du Bois e o jamaicano Marcus Garvey.<sup>429</sup>

W. E. B. Du Bois (1868-1963) ficou conhecido como ‘pai do pan-africanismo’, principalmente por sua liderança nos Congressos Pan-Africanos de 1919 (Paris), 1921 (Londres, Paris e Bruxelas), 1923 (Londres e Lisboa) e 1927 (Nova York). Inicialmente foi influenciado pelo pensamento de Booker T. Washington, um ativista negro que defendia os princípios de qualificação profissional e educação como meios mais eficazes que a luta política para as populações negras conquistarem direitos civis e o reconhecimento na sociedade estadunidense. Du Bois acabou muito cedo rejeitando a idéia de retorno à África como solução para os problemas enfrentados pelos negros norte-americanos. Fundou, em 1908, a *National Association for Advancement of Coulored People* (NAACP) e foi redator chefe da revista da organização, *The Crisis*. Além de uma vasta produção literária, Du Bois possuía sólida formação acadêmica, passando pelas universidades de Harvard e doutorando-se na Alemanha, na Universidade de Heidelberg. Por fim, tornou-se professor de Sociologia na Universidade de Atlanta. Suas idéias, de caráter reformista e objetivando a integração do elemento negro na sociedade branca, tiveram maior aceitação junto à intelectualidade negra dos EUA e aos setores menos radicais. Sua luta foi voltada principalmente para a conquista de direitos civis e políticos para os negros norte-americanos.

Marcus Garvey (1887-1940) é constantemente associado ao que se convencionou chamar de *pan-africanismo messiânico*, ou seja, um movimento baseado em apelos ao orgulho negro, em tons mais populares e radicais que, somados ao carisma de Garvey, acabaram por conferir-lhe uma enorme popularidade e influência, tanto na América quanto na própria África. Em 1914, depois de algumas viagens para os EUA, Reino Unido, Antilhas e América do Sul, onde teve contato com a situação precária de diversas comunidades negras locais, Marcus Garvey regressou à Jamaica.<sup>430</sup> Ali iniciou sua militância através da fundação da *Universal Negro Improvement Association* (UNIA) e do jornal *The Negro World*. Em 1916, Garvey volta aos EUA e inicia forte agitação política junto às comunidades negras do Harlem. Porém, na década seguinte, é preso e deportado dos EUA, voltando à Jamaica em 1927. Durante os anos de 1920-

---

<sup>429</sup> DECRAENE, Philippe. *O pan-africanismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. p.13-21.

<sup>430</sup> Durante a estadia de Marcus Garvey no Reino Unido, dois fatores irão marcar de maneira profunda seu pensamento e sua futura militância: a leitura da biografia de Booker T. Washington, *Up From Slavery* (1899) e o encontro com o intelectual sudanês-egípcio Duse Mohamed Ali, autor de *In the Land of Pharaohs* (1911), obra que criticava duramente o colonialismo na África. RALSTON, Richard. Op. cit. p.754.

1930 a UNIA realizou oito convenções: quatro em Nova York (1920-1924), duas na Jamaica (1929 e 1934) e a última no Canadá (1938).

Entre os aspectos importantes do pensamento e da militância de Marcus Garvey, cabe mencionar a idéia de retorno dos negros americanos à África: Garvey e seus seguidores fundaram uma companhia de navegação, a *Black Star*, com o objetivo de repatriar os negros ao continente africano. Inicialmente esse plano de colonização foi dirigido à Libéria, e, posteriormente, à Etiópia.<sup>431</sup> Se tem notícia de alguns poucos colonos negros norte-americanos que, seguindo as idéias de Garvey, teriam se instalado na Etiópia. Porém, esses esforços se deram de maneira isolada, não representando uma corrente imigratória significativa.<sup>432</sup> A invasão do país pelos exércitos fascistas, na década de 1930, acabaria com qualquer nova tentativa de fixação de comunidades negras oriundas do Novo Mundo no chifre africano até a restauração de Hailé Selassié I, em 1941.

A notícia da agressão italiana veio como uma bomba nos meios intelectuais negros ligados aos movimentos pan-africanistas. Um grupo de intelectuais africanos e afro-americanos já haviam fundado em Londres, desde agosto de 1935, a *International Friends of Abyssinia*. Nomes como o do queniano Jomo Kenyatta; dos antilhanos George Padmore, T. Ras Makonnen e C. R. L. James; do somali Mohamed Said e da jamaicana Amy Ashwood Garvey, esposa de Marcus Garvey, participaram da direção da organização, que arrecadava fundos para auxiliar a resistência etíope e buscava ampliar o apoio internacional a favor da Abissínia.<sup>433</sup> Além disso, seus ativistas assinavam artigos e manifestos em diversos periódicos e realizavam comícios protestando contra Mussolini e o descaso da Liga das Nações diante da agressão da Itália.

Quase todos os países europeus tinham, nessa época, grupos civis de protesto e comitês de apoio ao imperador Hailé Selassié I.<sup>434</sup> Em Nova York, 9.000 pessoas se reuniram em um comício no Madison Square Garden para protestar contra a invasão; na Inglaterra, cerca de 3.000 pessoas se apresentaram como voluntários para lutar na

---

<sup>431</sup> Marcus Garvey havia enviado emissários à Libéria, em maio de 1920. Porém, a partir de um segundo contato, em 1924, o governo liberiano recusou os planos de colonização da UNIA e acabou por prescrever a organização. A partir daí, já em fins da década de 1920, Garvey tentaria estabelecer contato com a Etiópia, onde também não obteve resultados concretos. Idem. p.756-757.

<sup>432</sup> Idem, Ibidem.

<sup>433</sup> AKPAN, Monday B. Op. cit. p.747. Essa entidade transformou-se depois na *International African Service Bureau*, em 1937.

<sup>434</sup> BAKER, A. J. Op. cit. p.29.

Etiópia. A opinião pública européia, de um modo geral, também condenou a agressão da Itália à Abissínia.

Mas a indignação mais veemente provocada pela atitude ameaçadora da Itália, partiu das cidades onde havia uma elite de africanos educados dos Estados Unidos, Caribe e das capitais dos domínios britânicos na África. Para a gente de cor do mundo, a Etiópia era o último baluarte livre da cultura africana – uma espécie de Sion negro – cuja independência tinha de ser mantida a qualquer preço.<sup>435</sup>

Em nome dessa simbologia, muitas comunidades negras, tanto africanas quanto afro-descendentes, viriam a se manifestar diante da agressão fascista. Nesse sentido, NASCIMENTO destaca que “foi a conquista desse país, tão simbólico da história e da autonomia africanas, que motivou a organização do Bureau de serviços e dos Amigos Internacionais da Abissínia, e que reativou a militância negro-africana [...]”<sup>436</sup> O intelectual nigeriano Nnamdi Azikiwe foi mais um entre tantos africanos que protestou em favor dos abissínios, dedicando grande espaço para a questão ítalo-etíope nos jornais que dirigia – o *West African Pilot* e o *Comet*. Outra reação que ficou célebre foi a de Kwame Nkrumah, futuro primeiro-ministro de Gana e destacado líder pan-africanista durante o período da descolonização no continente, que na época era um jovem estudante na Inglaterra. O ativista relata em suas memórias que ficou chocado diante dos cartazes que anunciavam a invasão da Etiópia por Mussolini:

Nesse momento, foi quase como se toda a cidade de Londres tivesse de súbito declarado guerra a mim, pessoalmente. Nos poucos minutos que se seguiram, nada mais consegui fazer senão fixar cada uma daquelas faces impassíveis, indagando a mim mesmo se aquelas pessoas eram capazes de compreender verdadeiramente a abominação do colonialismo e rezando para que chegasse o dia em que eu pudesse contribuir para a queda desse sistema. Meu nacionalismo irrompe a superfície; estava pronto pra atravessar o próprio inferno, se necessário fosse, para alcançar meu objetivo.<sup>437</sup>

Nos EUA, a mobilização da população negra foi muito significativa desde, pelo menos, fevereiro de 1935 – quando foi fundado o *Provisional Committee for the Defense of Ethiopia* (PCDE) – ou seja, apenas 2 meses depois do incidente fronteiriço de Wal-Wal. A imprensa negra e organizações como a NAACP, UNIA e a *National*

---

<sup>435</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>436</sup> NASCIMENTO, Elisa K. Op. cit. p.103.

<sup>437</sup> NKUMAH, Kwame. *apud* AKPAN, Monday B. Op. cit. p.747.

*Urban League* organizaram inúmeros protestos em todo o país contra a guerra africana. De forma geral, os ativistas, articulistas e intelectuais negros norte-americanos criticavam, em seus pronunciamentos e artigos, as pretensões imperialistas do fascismo italiano, a atitude de apoio do Vaticano e a neutralidade dos EUA diante da invasão do último reduto negro livre na África. Além disso, essas lideranças incentivavam o engajamento moral e material da população negra estadunidense em favor da Etiópia evocando a solidariedade racial para com seus ‘co-irmãos africanos’.<sup>438</sup> Nova York, em especial, foi a cidade onde existiu o maior número de organizações pró-Etiópia, quase todas com sede no bairro negro do Harlem. Entre elas, cabe citar o *Provisional Committee for the Defense of Ethiopia*, *International Council of Friends of Ethiopia*, *United Aid for Ethiopia*, *The African Patriotic League* e a *Ethiopian World Federation*.<sup>439</sup>

No Brasil também encontramos algumas manifestações importantes contra a agressão italiana à Abissínia. No Rio de Janeiro, o negro Orlando Ribeiro fez um apelo, através da imprensa carioca, “a todos os negros do Brasil, para angariar fundos a fim de auxiliar a Etiópia, na compra de armamentos, para repelir os invasores do século XX.”<sup>440</sup> Há relatos de choques entre negros e italianos em São Paulo, também por ocasião da Guerra na Abissínia.<sup>441</sup> Nesta mesma cidade, entretanto, ocorreu a colaboração entre militantes negros e antifascistas italianos durante o conflito, o que desagradou muito o governo da Itália.<sup>442</sup> Mas é preciso estar atento a um fenômeno anterior à invasão italiana de 1935, ou seja, as constantes menções à Etiópia feitas por grupos afro-descendentes desde, pelo menos, o fim do século XIX.

---

<sup>438</sup> SCOTT, William R. Black Nationalism and the Italo-Ethiopian conflict, 1934-1936. In: *Journal of Negro History*. Vol. 63, No. 2 (Apr., 1978), p.121-123.

<sup>439</sup> Idem. p.124.

<sup>440</sup> O pronunciamento de Orlando Ribeiro foi noticiado em *A Alvorada*. Pelotas, 4 de agosto de 1935. p.2.

<sup>441</sup> BERTONHA, João Fábio. Op. cit. p.318. O autor se refere à notícia publicada no jornal paulista *Platéia*, em 21 de novembro de 1935, onde é relatada a briga entre um negro e um italiano depois de discutirem sobre a Guerra da Abissínia, na Praça do Correio, em São Paulo.

<sup>442</sup> Idem. p.319. Sobre a colaboração de antifascistas italianos e negros em São Paulo, o autor declara: “Temos informações que o movimento negro organizado se posicionou firmemente contra a agressão fascista e que não permitiu que a questão abissínia fosse reduzida a uma luta de raças, aceitando colaborar com os antifascistas italianos e não identificando na raça italiana o agressor. Também sabemos que negros e antifascistas italianos participaram de cerimônias conjuntas, fizeram reuniões na *Lega Lombarda* (baluarte do antifascismo italiano em São Paulo) e existem até registros de italianos tentando organizar os negros para lutar contra a guerra fascista.” O autor apresenta diversos artigos do jornal *A Platéia* (dos meses de agosto a novembro de 1935), onde é mencionada a realização de comícios e reuniões em protesto contra a guerra na África pelos grupos anteriormente citados. Idem, *Ibidem*.

O primeiro estudo que chamou a atenção para o tema foi o trabalho de GERMANO, *Brasil, Rio Grande do Sul e Etiópia*<sup>443</sup>, que trata do carnaval entre a população negra nas décadas de 1930-40 em Porto Alegre. Partindo de menções à Etiópia encontradas em notas carnavalescas e entrevistas com personagens deste ambiente, a autora chamou a atenção para a presença do país africano no imaginário da comunidade negra estudada. GERMANO aponta como principal elemento desta referência à Etiópia o seu caráter de resistência ao colonialismo europeu, que data do final do século XIX.

Desde o século passado, a Etiópia apresentava um histórico de lutas e resistências ao sistema colonialista e estava associada à libertação do povo africano. Em 1896, por exemplo, apogeu do colonialismo europeu, a Itália tentara, fracassadamente, invadir a Etiópia.<sup>444</sup>

A construção de identidades étnicas é sempre um fenômeno de auto-afirmação, uma diferenciação perante o outro, uma marca de pertencimento a um grupo. Fredrik Barth, em seu clássico estudo sobre os grupos étnicos e suas fronteiras, já alertava para a ‘atribuição’ (tanto a ‘auto-atribuição’, quanto a ‘atribuição por outros’) como fator fundamental para a definição de um grupo enquanto étnico.

A atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. Nesse sentido organizacional, quando atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos.<sup>445</sup>

Dessa forma, os limites existentes entre ‘os que pertencem’ e ‘os que não pertencem’ a determinado grupo são, segundo o autor, os elementos essenciais para definir a natureza étnica de dada identidade social. Nas palavras de BARTH:

Uma vez que pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa e ter determinada identidade básica, isto também implica reivindicar ser julgado e julgar-se a si mesmo de acordo com os padrões que são relevantes para tal identidade.<sup>446</sup>

---

<sup>443</sup> GERMANO, Íris Graciela. Op. cit. Especialmente o capítulo 4.3 Africano: Sua magestade Real Hai É Seilassié! O Ras Goma da Etiópia desembarca no Areal da Baronesa.

<sup>444</sup> Idem. p.258.

<sup>445</sup> BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p.32.

<sup>446</sup> Idem, Ibidem.

Esse fator primordial, no entanto, não exclui outros elementos que compõe a identidade de um grupo étnico. Ao lado dele encontram-se os sinais e signos manifestos de pertença ao grupo – língua, vestimenta, práticas rituais, origem – ou seja, o ‘conteúdo cultural’ de determinada identidade. Tais aspectos encontram-se sujeitos a constantes transformações e reavaliações ao longo do tempo. Em alguns casos, essa identidade social também é construída por meio de um imaginário comum, de referências ao passado e/ou à história do próprio grupo. Essas referências nem sempre se remetem à realidade de fato, mas se dão a partir de uma “invenção”, como demonstraram Eric Hobsbawm e Terence Ranger:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.<sup>447</sup>

A manutenção da identidade étnico-social entre negros foi, na medida do possível, manifesta desde o momento de sua chegada às Américas, na condição de escravos. Os africanos chegados ao Brasil mantiveram várias práticas religiosas, sociais e culturais que trouxeram da África, apesar da violência, preconceito e ação sistemática da sociedade escravocrata em reprimi-las, ou mesmo eliminá-las. Porém, será nos anos posteriores à abolição da escravidão que os descendentes de escravos recriam e utilizam (pelo menos de forma mais visível) uma “imagem da África”.<sup>448</sup> Como assinala ALBUQUERQUE,

A tragédia da escravidão não impossibilitou os africanos de conhecerem ou adotarem signos de pertencimento que, se não eram

---

<sup>447</sup> HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 2ª ed. p.9. Embora os autores se refiram mais diretamente a ‘identidades sociais’, de forma geral, acreditamos que o caso estudado, embora refira-se a identidade étnica, é um exemplo claro de ‘tradição inventada’, uma vez que os descendentes de escravos criaram uma imagem mítica da Etiópia como sua terra natal.

<sup>448</sup> Em sua reflexão sobre os fatores que permitiram o surgimento de uma ‘consciência nacional’ no continente americano e sua relação com as migrações européias para a América colonial, Benedict Anderson declara: “Compare com o destino da enorme imigração africana. Os mecanismos brutais da escravidão acarretaram não só a sua fragmentação político-cultural, mas também eliminaram rapidamente a possibilidade de imaginar comunidades negras na Venezuela e na África Ocidental como seguindo uma trajetória paralela.” ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.259

tão precisos em termos geográficos, garantiam vínculos mais firmes com a África e com os seus, dispersos nos dois lados do Atlântico.<sup>449</sup>

A Etiópia e a milenar história de seu império forneciam um rico repertório de significados para negros que viviam na América. Embora esse país não tivesse vínculos reais com o tráfico transatlântico de escravos, a Abissínia foi inúmeras vezes mencionada por comunidades de ascendência africana que viviam no continente americano. As referências à Etiópia representariam um esforço de comunidades negras no sentido de estabelecer vínculos com o continente de origem, construir e afirmar uma identidade étnica.

Enquanto unidade política, a Etiópia possuía uma continuidade histórica muito remota. Se considerarmos o reino de Axum como ancestral mais ou menos direto da Etiópia moderna, as raízes dessa nação estariam localizadas por volta do século I da era cristã.<sup>450</sup> Obviamente, o desenvolvimento histórico da Abissínia não segue um padrão evolutivo linear e apresenta várias rupturas de ordem política, militar, religiosa e cultural. Apesar das constantes lutas contra os pequenos estados islâmicos que cercavam o reino cristão, a unidade política manteve-se a duras penas. Isso se deu, em parte, pela ação da Igreja Copta etíope, que conferia certa homogeneidade cultural e religiosa ao núcleo do império. Essa longevidade enquanto estado, daria origem ao mito da ‘invencibilidade dos etíopes’, reforçado pelo sucesso diante dos italianos, em Adwa.<sup>451</sup>

A origem lendária da dinastia etíope também contribuiu para a construção dessa imagem mítica em torno do reino africano: segundo a tradição abexim, os reis etíopes eram descendentes de Salomão e da rainha de Sabá, também conhecida como Balkis. O episódio da visita da rainha africana a Jerusalém é narrado rapidamente no Velho Testamento. Na tradição etíope, compilada no *Kebra Negast* (‘Glória dos Reis’), ele é recheado de detalhes e se constituiu numa espécie de ‘mito nacional’.<sup>452</sup> Em nome dessa ascendência nobre os soberanos abexins ostentavam títulos bíblicos como ‘Leão de Judah’ e ‘Rei dos Reis’. Além disso, existem inúmeras citações à Etiópia presentes no Velho Testamento. Há também casos de personagens definidos como *etíopes*, como por exemplo, a esposa de Moisés, ou mesmo o etíope eunuco que é batizado pelo apóstolo

---

<sup>449</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Op. cit. p.217.

<sup>450</sup> JÉSMAN, Czeslaw. Op. cit. p.1.

<sup>451</sup> BAKER, A. J. Op. cit. p.56.

<sup>452</sup> SILVA, Alberto da Costa e. Op. cit. p.174-175.

Filipe, numa passagem do Novo Testamento.<sup>453</sup> Cabe também mencionar a existência dos *falachas*, os judeus negros que habitavam há muito o altiplano abexim. Tal simbologia foi decisiva para o surgimento do *rastafarianismo*<sup>454</sup> na Jamaica, a partir da década de 1930.

O costume de comunidades de descendentes de escravos fazerem referência à Etiópia em pregações religiosas, discursos, canções e/ou poemas parece ter sido bem difundido também no Caribe e no sul dos EUA. MOSES afirma a existência de uma “Ethiopian tradition”:

A tradição “Etiópe” originou-se organicamente de certas experiências políticas e religiosas de africanos de língua inglesa durante o final do século XVIII e início do XIX. Ela encontrou expressão nas narrativas escravas, nas exortações conspiratórias de pregadores escravos, e nas canções e folclore de seus ancestrais e camponeses do Novo Sul.<sup>455</sup>

Tal tradição teve origem, segundo o autor, em interpretações de passagens bíblicas, principalmente o Salmo 68:31: “Príncipes partirão do Egito; a Etiópia logo estenderá suas mãos até Deus”. O *Ethiopianism*, como ficou conhecido, foi bastante popular nas comunidades negras norte-americanas e do Caribe desde meados do século XIX e inspiraram inúmeros poetas, escritores e ativistas negros no início do século XX.<sup>456</sup>

A idéia de um império africano parece ter causado certo fascínio entre negros da diáspora. No Brasil, a figura do imperador Menelik II foi a inspiração para o título do primeiro jornal da imprensa negra paulista: em 1915 era publicado em São Paulo o periódico *O Menelike*, que justificava seu título como uma homenagem ao “grande rei

---

<sup>453</sup> O episódio do batismo do eunuco etíope pelo apóstolo Filipe encontra-se em Atos 8: 26-40. O texto bíblico indica que o eunuco etíope seria um alto funcionário da Rainha Candace, da Etiópia.

<sup>454</sup> O *rastafarianismo* foi um movimento religioso, de caráter anti-colonialista, surgido na Jamaica a partir de 1930, com a coroação de Ras Tafari Makonnen como imperador da Etiópia, sob o nome de Hailé Selassié I. Seus adeptos afirmavam a divindade do imperador como encarnação terrena de *Jah* (Jeová). Pregavam o retorno à África e viam a Etiópia como a ‘terra prometida’ para os povos negros. Neste sentido, ver GERMANO, Íris Graciela. Op. cit. p.259-260; e BARRET, Leonard. *The Rastafarians*. Boston: Beacon Press, 1988.

<sup>455</sup> MOSES, Wilson J. The Poetics of Ethiopianism: W. E. B. Du Bois and Literary Black Nationalism. In: *American Literature*. 1975. p.411. As menções bíblicas à Etiópia também deram uma dimensão religiosa aos protestos negros durante a crise italo-etíope nos EUA. Ao longo do segundo semestre de 1935, diversas lideranças religiosas negras norte-americanas, principalmente das Igrejas Metodistas e Batistas, protestaram, em suas convenções, contra a agressão italiana na Etiópia, pátria considerada por eles como “predestinada pela profecia bíblica a redimir os negros da opressão branca.” A Etiópia era, para esses líderes religiosos, uma espécie de ‘pátria espiritual dos negros’. SCOTT, William R. Op. cit. 1978. p.121.

<sup>456</sup> MOSES, Wilson J. Op. cit. p.412.

da raça preta Menelik II, falecido em 1913.”<sup>457</sup> FERRARA nos informa também que os imigrantes italianos que viviam em São Paulo, nesta época, costumavam chamar os negros de *meneliques*.<sup>458</sup> Muito antes disso, ainda no final do século XIX, foi realizada uma representação do Imperador Menelik II (1889-1913) no carnaval baiano de 1897, no desfile do clube carnavalesco negro *Embaixada Africana*:

A África então trazida à cena carnavalesca tinha como personagem principal uma caricatura do rei etíope Menelik. Referido em um panfleto distribuído pelo clube como o “vitorioso negus dos negus”, Menelik regularmente ocupava as páginas dos jornais locais.<sup>459</sup>

É importante ressaltar que esta referência ao imperador Menelik II pelo clube *Embaixada Africana* se dá no ano seguinte (1897) à vitória dos abissínios sobre as tropas italianas, o que aponta para uma consciência e atualidade no conhecimento sobre os conflitos e a situação na África por parte de negros baianos. GERMANO também localizou uma citação bastante curiosa – agora em referência ao monarca etíope Hailé Selassié I – em uma nota carnavalesca publicada no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em fevereiro de 1936:

Da Comissão de Festejos da Rua da Margem, recebemos ontem a seguinte nota: Aportará hoje, na Ponte do Riacho, situada na Rua da Margem esquina Figueira [Cel. Genuíno], S. A. Real Ras Goma, chefe da juzidia embaixada enviada por S. M Real Hai É O Seilassié, afim de presenciar os folguedos dedicados a Momo, que se realizarão na Rua João Alfredo. A. S. C. Piratas do Riacho, promotora do carnaval nesta importante artéria, resolveu receber condignamente tão ilustre personagem e sua comitiva.<sup>460</sup>

Como a autora muito bem demonstrou, tratava-se de uma referência à Etiópia típica do carnaval, carregada de ambigüidades, conteúdo jocoso e passível de diferentes interpretações. A própria grafia do nome do imperador etíope parece sugerir a expressão “Ah é? Ou sei lá se é”. Tal nota foi publicada em momento avançado das hostilidades, pouco antes da tomada de Addis Abeba pelas tropas italianas.

---

<sup>457</sup> FERRARA, Miriam N. *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. USP, São Paulo, 1991. p.201.

<sup>458</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>459</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Op. cit. p.223.

<sup>460</sup> *Correio do Povo*, 21 de fevereiro de 1936. p.10. Citado por GERMANO, Íris Graciela. Op. cit. p.261.

Ainda no século XIX, mais precisamente em 1884, encontramos entre as associações negras de Pelotas, o chamado *Centro Ethiópico*<sup>461</sup>. Tratava-se de uma entidade de representação negra que participou do movimento abolicionista local. O *Centro Ethiópico* organizou a festa em comemoração à abolição da escravatura na cidade de Pelotas, realizada em 19 de outubro de 1884, ou seja, três dias após o anúncio oficial da abolição na região. Essa festa congregou inúmeras entidades e associações negras, além de lideranças do movimento abolicionista local e membros ilustres da sociedade pelotense.<sup>462</sup> Uma outra referência ao termo apareceria algumas décadas depois: em 1909, foi fundado, também em Pelotas, o *Centro Ethiópico Monteiro Lopes*, organização criada “no bojo da mobilização contra a recusa em empossar, como deputado federal, o negro Monteiro Lopes.”<sup>463</sup>

Assim, as referências à Etiópia eram relativamente difundidas, tanto no mundo colonial negro anglo-francês e norte-americano quanto entre negros brasileiros. Contudo, a utilização dos termos *Etiópia*, *etíopes* e/ou *etiópicos*, nem sempre se remetem diretamente ao país africano e à sua história. Na verdade, os termos citados acima, em algumas ocasiões, fazem referência a uma idéia mais ampla de África e africanidade, ou seja, funcionam como sinônimos de África enquanto continente e seus habitantes. O uso dessa terminologia parece ter surgido a partir dos primeiros contatos dos europeus com os povos situados abaixo do Egito, região também chamada de ‘África Negra’.<sup>464</sup> Desde a Antiguidade e durante a Idade Média, europeus se referiam aos povos negros, de forma indistinta, como *etíopes*. Segundo analisa MACEDO,

O termo utilizado com frequência em toda a Europa ocidental para designar as populações de tez escura ocupantes das margens meridionais do mundo era *aethiops* – palavra de origem grega utilizada inicialmente como significado de ‘face queimada’.<sup>465</sup>

Os lusitanos parecem ter mantido esse costume por bastante tempo, como atesta o título de uma obra publicada em Lisboa, por volta de 1758, pelo padre Manoel Ribeiro

---

<sup>461</sup> LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2001. p.243.

<sup>462</sup> *A Discussão*. Pelotas, 20 de outubro de 1884. p.2.

<sup>463</sup> LONER, Beatriz Ana. Op. cit. (p. 261-262)

<sup>464</sup> *A Ethiopia* da Antiguidade correspondia aproximadamente às regiões da Núbia, do Sudão e da atual Etiópia. Regiões estas que mantinham relações comerciais com o Oriente Médio e com o mundo Mediterrâneo. Com o tempo, essa designação passou a ser usada para referir-se a todo o continente. Sobre a Núbia Antiga, ver: ADAM, Shehata. A importância da Núbia: um elo entre a África central e o Mediterrâneo. In: MOKHTAR, G. (coord) Op. cit. p.225-242.

<sup>465</sup> MACEDO, José Rivair. Os filhos de Cam: A África e o Saber Enciclopédico Medieval. In: *Signum*: revista da ABREM. n. 3. São Paulo, 2001. p.118.

Rocha: *Etiópe resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*<sup>466</sup>. No famoso *Sermão XIV, na Bahia, a irmandade dos pretos de um engenho, em dia de São João Evangelista, ano de 1633*, o padre Antônio Vieira também menciona inúmeras vezes o termo *etíope* como sinônimo de negro e/ou africano, baseando-se nas citações bíblicas à Etiópia. Como se percebe nesse trecho:

E que gentios são estes? *Rahab*: os cananeus, que eram brancos; *Babylonis*: os babilônios, que também eram brancos; *Tyrus*: os tírios, que eram mais brancos ainda, e sobre todos, e em maior número que todos: *populus Aethyopum*: o povo dos etíopes, que são os pretos. [...] Virá tempo, diz Davi, em que os etíopes - que sois vós - deixada a gentilidade e idolatria, se hão de ajoelhar diante do verdadeiro Deus.<sup>467</sup>

Segue-se a isso a utilização do termo *Ethiopia* para designar a África Negra ou sub-saariana como um todo, e do termo *Abissínia* (de origem semita: *Habachan* ou *Al Habashat*, que significa “povo mestiçado”) para referir-se especificamente àquele país: “As vastas regiões intertropicais, quer dizer, a África interior, [...] constavam nos mapas como *terrae incognitae*, ou então eram nomeadas de *Aethiopiae* – território que [...] nada tinha que ver com a Etiópia histórica, ou Abissínia.”<sup>468</sup> Um exemplo dessa tendência, que aparece também na tradição lusitana, é o fato de que a maior parte das citações à Etiópia presentes em *Os Lusíadas*, de Luis de Camões, se refere a uma idéia mais ampla de África, não diretamente relacionada à Abissínia, como afirma MENEGAZ:

Nas cinco ocorrências do nome Etiópia em *Os Lusíadas*, a saber: I. 43; IV. 62; IV. 101; V. 6 e VII. 61, somente uma se refere ao reino cristão da Etiópia: “Sobem à Etiópia sobre Egito, / Que de Cristo lá guarda o sancto rito.” IV, 62. Na ocorrência IV. 101, trata-se de parte do título que ostentavam os reis de Portugal: “Chamando-te senhor, com larga cópia / Da Índia, Pérsia, Arábia e Etiópia”. Nas

---

<sup>466</sup> ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etiópe resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Ameno, 1758. Edição fac-símile, Petrópolis: Vozes, 1992. Apesar do livro tratar dos ‘escravos’ numa maneira geral, incluindo-se aí também escravos não-negros, parece óbvio que o termo *etíope* refere-se à origem africana da grande maioria dos cativos que viviam nas colônias portuguesas.

<sup>467</sup> VIEIRA, Padre Antônio. *Sermão XIV, na Bahia, a irmandade dos pretos de um engenho, em dia de São João Evangelista, ano de 1633*. In: *Sermões*. Vol. XII. Porto: Lello, 1951. p.297.

<sup>468</sup> MACEDO, José Rivair. Op. cit. p.108.

restantes, o nome é tomado como metonímia de África, sendo mais claramente empregado como metonímia da África sub-saariana.<sup>469</sup>

A cartografia portuguesa (e europeia, em geral) à época dos descobrimentos também constitui outro exemplo desta tendência, uma vez que representava a África dividida em *Ethiopia Occidental*, *Ethiopia Oriental* e *Ethiopia Austral*, representações que abarcavam a quase totalidade do continente africano.<sup>470</sup>

Não se sabe ao certo em que momento histórico o reino da Abissínia reivindicou o antigo nome ‘Etiópia’. Possivelmente tenha sido durante o reinado de Menelik II, pois esse soberano, através de inúmeras campanhas militares, logrou anexar os antigos territórios que formavam o reino etíope durante a Idade Média.<sup>471</sup>

Após mencionar alguns exemplos de referências à Etiópia, podemos indicar então que a utilização do termo *etíope* por afro-descendentes foi uma apropriação feita a partir de uma definição *exógena*, isto é, feita pelos europeus. Todavia, seu conteúdo foi “positivado”, uma vez que europeus utilizavam essa denominação de forma pejorativa. Negros da América atribuíram a ele um valor de ancestralidade, de referência a um passado distante, que os conectava a suas raízes africanas. Como afirmam POUTIGNAT e STREIFF-FERNT, “é esta relação dialética entre definições exógenas e endógenas da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição.”<sup>472</sup> Assim, negros do novo mundo articulavam os símbolos de pertença étnica no intuito de se auto-afirmarem e de restabelecer uma história que lhes foi arrancada:

O eurocentrismo, ou seja, a construção do Ocidente enquanto civilização que se inicia na Grécia e é apropriada por Roma, transmuta-se em afrocentrismo, reconstrução histórica que retrocede as origens do Ocidente ao Egito e à Etiópia.<sup>473</sup>

---

<sup>469</sup> MENEGAZ, Ronaldo. ‘A busca de si mesmo no outro: as terras do Preste João’. In: *Revista Semear* 2. Rio de Janeiro: PUCRio, 1996. p.168.

<sup>470</sup> Sobre a imagem que os europeus tinham da Etiópia em fins da Idade Média, MACEDO afirma: “A partir do século XIII, a Etiópia passou gradativamente a ocupar lugar distinto no conjunto de estereótipos difundidos na Europa cristã. Para tanto, contribuiu o fato de aquele espaço mal delineado ter sido reconhecido como reino cristão. Cresceu o interesse por personagens etíopes próximos ou enquadrados na tradição bíblica, como a célebre rainha de Sabá ou a suposta esposa etíope de Moisés. Popularizou-se a idéia de que ali teria morrido São Tomé, o apóstolo das Índias. Além disso, desde o princípio do século XIV, o mito político-religioso atinente ao poderoso governante cristão das Índias Orientais, o Prestes João, foi aplicado à Etiópia.” MACEDO, José Rivair. Op. cit. p.122.

<sup>471</sup> Ver nota 80.

<sup>472</sup> POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FERNT, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998. p.142.

<sup>473</sup> GUIMARÃES, Antônio S. A. Intelectuais negros e Modernidade no Brasil. In: *Working Paper Number CBS-52-04*, Oxford, 2004. p.17.

Simultaneamente, o país conhecido por Etiópia, a partir do século XIX tornou-se um sinônimo de África, na medida em que era o único Estado livre do continente. Dessa forma, essas duas referências se cruzaram. É interessante notar que grande parte dos países africanos oriundos da descolonização adotou as cores da bandeira imperial etíope: verde, amarelo e vermelho. Além disso, a primeira organização internacional formada pelos países africanos (OAU - Organização da Unidade Africana, fundada em 1963) foi sediada em Addis-Abeba, capital da Etiópia.

Assim, se viu como foi construída esta imagem da Etiópia por negros brasileiros, de maneira dinâmica, desde o fim do século XIX até meados do século XX e que significados ela carregava. A partir de indícios e fragmentos aparentemente desconexos, pudemos vislumbrar as nuances e peculiaridades da evocação dos termos *Ethiopia* e seus derivados, como um complexo movimento de construção de identidade e referência ao continente africano. Além disso, apontamos para a idéia de que este movimento se deu em um contexto mais amplo, isto é, nas comunidades afro-americanas em geral. Passamos agora para a contextualização histórica do ambiente onde circulou o jornal *A Alvorada*, veículo representativo da comunidade negra pelotense, onde foram publicados intensos debates sobre a ação italiana na África.

### **3.2 Intelectuais negros, jornalismo e a invasão da Abissínia**

A cidade de Pelotas representou um dos principais pólos econômicos do Rio Grande do Sul desde sua ocupação tardia, em fins do século XVIII. O estado se articulava na economia nacional fornecendo gêneros alimentícios primários ao restante do país, principalmente para as regiões onde predominava o latifúndio monocultor e a atividade mineradora. Nesse quadro, o charque aparecia como o principal produto do Rio Grande do Sul, uma vez que consistia na base do alimento da escravaria. As primeiras charqueadas foram introduzidas na região nas últimas décadas do século XVIII. Porém, foi a partir da segunda metade do século XIX que a atividade charqueadora se desenvolveu e alcançou importância central na economia do estado. Juntamente com outros derivados da produção pecuária, como o couro, a graxa e o sebo, o charque respondia por mais da metade das exportações gaúchas no início da década de

1860.<sup>474</sup> Pelotas tornou-se assim o principal núcleo urbano da região das charqueadas em função de sua posição geográfica privilegiada: encontrava-se próxima às zonas de criação de gado e do porto de Rio Grande, o mais importante escoadouro da economia do estado.

A riqueza gerada na atividade charqueadora foi responsável pelo surgimento de uma oligarquia local e de uma sociedade marcada pela rígida estratificação social. Donos de terras, estâncias e numerosos escravos, estes senhores deram início à urbanização de Pelotas.<sup>475</sup> A cidade tornou-se o centro administrativo, comercial e residencial da região. O surto de urbanização se deu a partir da década de 1860 – quando a indústria saladeril experimentou uma expansão considerável – e se estenderá até o início da década de 1890. Nesse período, a população da cidade de Pelotas quintuplicou, atingindo a marca de cerca de 40 mil habitantes na última década do século XIX.<sup>476</sup> As atividades comerciais e o setor de negócios e serviços também prosperavam na mesma época. Iniciaram-se, assim, uma série de obras públicas para a modernização do espaço urbano:

Durante o período de predomínio da produção do charque, a cidade recebeu inúmeros melhoramentos, como rede de água, com a colocação de chafarizes em espaços públicos, rede de gás encanado, calçamento das ruas centrais, desobstrução da foz do Canal São Gonçalo, etc.<sup>477</sup>

O trabalho nas charqueadas era basicamente escravo<sup>478</sup>, sendo abastecido regularmente através do porto de Rio Grande. Dessa forma, a prosperidade da economia charqueadora tornou a região em uma das maiores do estado em termos de concentração de escravos. Consta que em 1884, pelo menos cinco mil escravos habitavam a região de Pelotas e Rio Grande, sendo que desses, dois mil trabalhavam diretamente nas

---

<sup>474</sup> MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993. p.81.

<sup>475</sup> Sobre o início da urbanização de Pelotas, ver: ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano: 1780-1835*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

<sup>476</sup> MAGALHÃES, Mario Osório. Op. cit. p.108.

<sup>477</sup> MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. Tese de Doutorado em História/PUCRS: Porto Alegre, 2006. p.45-46

<sup>478</sup> Existe vasta bibliografia a respeito do trabalho escravo na produção charqueadora do estado. Para mais informações, ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977; e MAESTRI, Mário J. *O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: UCS, 1984. Para o caso específico de Pelotas, ver: ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. Dissertação de Mestrado em História/PUCRS. Porto Alegre, 1995; e GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Dissertação de Mestrado em História/PUCRS. Porto Alegre, 1993.

charqueadas.<sup>479</sup> As condições de trabalho dos cativos na produção do charque eram árduas e insalubres, contando com jornadas de dezesseis horas ou mais.

Em fins do século XIX, aquela sociedade que se desenvolvia em função da exploração do trabalho cativo e de sua posição de abastecedora do mercado nacional começou a declinar:

A indústria saladeril pelotense vai perder o fôlego por volta de 1870, quando começa a sucumbir à disputa do mercado interno nacional para o charque platino, considerado melhor, pois usava processo mais moderno de fabricação, e mais barato, uma vez que se utilizava de força de trabalho livre.<sup>480</sup>

Além da concorrência platina, outros fatores contribuíram para o declínio da atividade charqueadora no Rio Grande do Sul, em fins do século XIX e início do século XX: a Revolução Federalista de 1893, que quase paralisou o comércio de gado; e o advento dos frigoríficos internacionais, que se instalariam na região sul do estado a partir da Primeira República.<sup>481</sup>

A crise da economia charqueadora, o fim do abastecimento de trabalhadores via tráfico transatlântico, os altos impostos cobrados aos proprietários de cativos e a resistência dos últimos à coerção tornaram a escravidão um entrave para a economia local. As idéias abolicionistas já começavam a tomar vulto entre alguns membros da elite desde o início da década de 1880. Em agosto de 1881, foi fundado o *Club Abolicionista*, em Pelotas. No mesmo ano surgiram dois jornais de destaque na propaganda abolicionista local: *A Discussão* e *A Voz do Escravo*. Aquele gabava-se por ser o primeiro jornal no Império a excluir de suas páginas os anúncios referentes a compra, venda ou fuga de cativos.<sup>482</sup> A própria Igreja Católica, principalmente através da a figura do cônego Canabarro, aderiu de forma marcante à causa abolicionista. O religioso foi uma liderança de proa no *Club Abolicionista* e costumava atacar os ‘horrores da escravidão’ em seus sermões.

Assim, em 16 de outubro de 1884, por meio de uma lei municipal, Pelotas tornou-se a primeira cidade do Rio Grande do Sul a abolir a escravatura. Segundo a lei, a condição de escravo terminara mediante a prestação de serviços por tempo variável. A

---

<sup>479</sup> Dados apresentados por MAESTRI, Mario. Op. Cit. e CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit. p.223. Nota 81.

<sup>480</sup> SANTOS, José Antônio dos. Op. cit. p.65.

<sup>481</sup> MAGALHÃES, Mario Osório. Op. cit. p.108.

<sup>482</sup> OSÓRIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. Pelotas: Armazém Literário, 1997. 3ª ed. p.186-187.

maioria dos ex-cativos e seus descendentes permaneceram na região. LONER afirma que

O processo de libertação dos escravos em Pelotas passou pela sua chamada emancipação em 1884, momento em que grande parte dos escravos receberam cartas de libertação, porém condicionadas à prestação de serviços por prazo variável, de 3 a 7 anos, para seus ex-patrões. Dessa forma o dono assegurava o usufruto do trabalho do ex-escravo por vários anos, ao mesmo tempo que atenuava seus ímpetos de revolta e fugas, acenando com a liberdade no final do período.<sup>483</sup>

A absorção dos ex-escravos no mercado assalariado deu-se principalmente por meio do trabalho nas indústrias nascentes. Eram, sobretudo, fábricas de têxteis, fumo, conservas e couro. Diferente do processo de industrialização que se verificou no centro do país, onde a mão-de-obra industrial tinha predominância do imigrante europeu, em Pelotas formou-se um significativo operariado de origem escrava. No ano seguinte à abolição, o contingente de trabalhadores negros da cidade chegava a cerca de 30%. O trabalho nas fábricas, embora fosse árduo e pouco remunerado, representou um avanço em relação à condição servil ou mesmo de liberto, situação onde esses indivíduos geralmente se submetiam a ‘bicos’, pequenos serviços, dependência pessoal junto a seus antigos donos ou encontravam-se largados à própria sorte.<sup>484</sup>

A mentalidade escravocrata, entretanto, ainda tardaria a desaparecer. O que se observa nos primeiros anos da República é uma continuidade das práticas de controle social e de toda sorte de preconceitos em relação à população de origem escrava. O acesso a determinados locais públicos como clubes, teatros, cafés e praças, era vetado aos negros pelotenses. Leis que proibiam os ‘batuques’ e demais práticas religiosas de origem africana também foram instituídas, além de uma legislação contra a ‘vadiagem’, que de fato, atingia especialmente os negros, sempre com punições humilhantes e maus tratos típicos do período escravista.<sup>485</sup>

Os ‘emancipacionistas’ que lideraram o processo de abolição da escravatura na cidade estavam mais preocupados em resolver o problema da mão-de-obra a criar condições reais de adaptação do elemento escravo na sociedade pelotense. Segundo

---

<sup>483</sup> LONER, Beatriz Ana. Op. cit. p.241. nota 241.

<sup>484</sup> Para informações gerais a respeito das condições dos escravos e seus descendentes no período pós-abolição em Pelotas, ver: VECCHIA, Agostinho Mario Della. *Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravo da região meridional do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1992. p.144-151.

<sup>485</sup> DORNELLES, João Batista. Profissões exercidas pelos negros em Pelotas (1905-1910). In: *História em Revista*. Pelotas, vol.4, dezembro de 1998. p.99-105.

SANTOS, “esta perspectiva gradual, limitada e conciliadora de interesses políticos, meramente ‘emancipacionista’, da ‘questão servil’, marcaria de forma definitiva a inserção do negro naquela sociedade[...]”.<sup>486</sup> Nesse sentido, cabe destacar o papel fundamental do associativismo negro, responsável por organizar a luta em duas frentes: as associações classistas e de caráter étnico. Para o trabalhador negro pelotense, a reivindicação por melhores condições salariais e de trabalho, realizadas através de órgão de representação de classe, consistia em uma das poucas possibilidades de luta pelas mínimas garantias de sobrevivência.

Realizar a tarefa de integração dos ex-cativos na sociedade local foi a principal bandeira de luta da maioria das associações negras e operárias de Pelotas. Para LONER, o significado do associativismo negro na cidade está relacionado às condições específicas às quais os descendentes de africanos encontravam-se sujeitos naquela sociedade.

Devido à intensidade do preconceito e talvez a menor mobilidade social do grupo negro nessa região, ou seu maior número, relativamente à população, os negros cedo tiveram que reconhecer a necessidade de organização como forma de sobrevivência. A rede associativa criada visava a tecer apoio ao indivíduo associado e congregá-lo entre iguais, demarcando, ao mesmo tempo, suas diferenças em relação aos outros grupos.<sup>487</sup>

Os negros pelotenses já haviam criado diversos clubes, irmandades, confrarias e sociedades de ajuda mútua, mesmo durante a vigência da escravidão. Algumas delas de caráter religiosos, outras na forma de clubes beneficentes, recreativos e/ou esportivos. Essas entidades, porém, possuíam um traço comum: representavam um esforço no sentido da afirmação étnica, de socialização e na melhoria das condições sob as quais viviam os descendentes de africanos, numa sociedade que lhes era hostil. Associações como o *Club Carnavalesco Nagô*, a *Harmonia dos Artistas*, a *Fraternidade Artística*, a *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*, o *Montepio da União Africana* e o *Centro Ethiópico*, quase todas fundadas ainda na década de 1880, marcaram presença em diversas manifestações pelo fim da escravidão e mantiveram alguma colaboração com as associações abolicionistas brancas.

---

<sup>486</sup> SANTOS, José Antônio dos. Op. cit. p.65-66.

<sup>487</sup> LONER, Beatriz Ana. Op. cit. p.264

Com o advento da abolição da escravidão na região, muitos desses organismos iriam desaparecer ou transformar-se em associações recreativas e/ou carnavalescas, mantendo, contudo, seu caráter étnico. Assim, nesse período, vemos a reorientação das associações no sentido de valorizar mais as questões de sociabilidade e recreação em detrimento da representação política. Entidades e clubes carnavalescos como *Depois da Chuva*, o *Fica Aí prá Ir Dizendo*, o *Chove Não Molha*, *Está tudo Certo* e o *Quem ri de nós tem paixão* ganhavam força na cidade e tinham papel destacado na integração da comunidade negra, assim como os times de futebol, associações esportivas e artísticas que surgiram na mesma época. A partir da década de 1910, temos também um incremento importante das associações operárias e a colaboração entre essas e as entidades negras.

O principal instrumento de ascensão social e melhoria das condições de vida no interior da comunidade negra local, segundo as associações operárias e étnicas era, sem dúvida, a educação. Porém na prática, a imensa maioria dos afro-descendentes permanecia na ignorância e miséria. A pequena parcela de negros educados e organizados na direção dessas entidades buscava chamar a atenção para a importância da instrução e do trabalho como elementos centrais para a integração na sociedade local, para a conscientização dos negros a respeito de seus direitos e para o combate ao preconceito e à segregação.

Eram justamente as associações negras e de nacionalidades (ou seja, aquelas que compreendiam a classe operária em formação) as que mais tentavam manter escolas, ao lado daquelas de representação de classe. A educação era a grande preocupação dos negros conscientes e organizados, havendo referências à instalação de aulas noturnas em diversas associações negras, em vários momentos.<sup>488</sup>

Assim, diante do avanço do capitalismo e de uma sociedade profundamente hierarquizada social e racialmente, o associativismo negro pelotense e suas estratégias de luta foram uma tentativa de impedir o desaparecimento do negro enquanto grupo social e cultural. A educação permitiria garantir a integração do negro na sociedade sem aliená-lo de sua cultura ou simplesmente conformá-lo aos padrões sociais dos brancos. Antes disso, visava conscientizar o elemento negro a respeito de sua origem, suas lutas e seu valor, além de qualificá-lo para o mercado de trabalho, onde teria condições de competir com os demais em maior igualdade. Um dos principais meios de propagação

---

<sup>488</sup> Idem. p.258

desses princípios foram os pequenos jornais, folhas e informativos das associações negras e operárias.

O surgimento de uma intelectualidade negra em Pelotas se deu a partir do acesso à educação primária, oferecida aos negros como tentativa de qualificá-los para o trabalho no período de transição da escravidão para o trabalho assalariado. Ainda em janeiro de 1877, por iniciativa de seus associados e com alguma ajuda do governo provincial, foram oferecidas na Biblioteca Pública Pelotense aulas gratuitas de Português, Geografia e Francês aos adultos libertos, imigrantes e trabalhadores pobres em geral. Este seria o primeiro esforço na direção de uma educação pública na cidade. O *Club Abolicionista* também iniciou cursos noturnos de instrução primária a partir de 1882 e existiam nessa época vários professores particulares. Segundo MELLO

Na base dessa iniciativa residia a tentativa de difundir a instrução elementar como instrumento que proporcionaria a adequação dos trabalhadores ao novo período alicerçado na mão-de-obra livre, buscando a instrumentalização mínima para uma parca leitura, mas procurando sobretudo, incutir a subordinação à racionalidade da produção capitalista e a domesticação do proletariado.<sup>489</sup>

Assim, a elite pelotense realizava um esforço para moralizar as camadas trabalhadoras nascentes, imprimindo-lhes seus valores e difundindo concepções normalizadoras como o ‘valor do trabalho’ e o ‘combate ao ócio e a vadiagem’.<sup>490</sup> Nessas classes, entretanto, surgiriam as principais lideranças negras e operárias, que a partir da educação adquirida, passariam a atuar como agentes transformadores no interior de suas próprias comunidades. Estes homens passariam adiante à instrução que receberam e em suas fileiras viriam a despontar ativos diretores de associações, sindicalistas e colaboradores dos periódicos endereçados aos afro-descendentes da região.

Durante a República Velha, irão surgir os primeiros jornais negros em Pelotas. Periódicos como *A Cruzada*, *A Vanguarda* e *A Alvorada* foram fundados nas primeiras décadas do século XX e representaram um esforço importante dessa intelectualidade negra nascente em organizar, educar e informar a comunidade local. Destes três jornais, o que alcançaria maior importância, reconhecimento e longevidade foi, sem dúvida, o *A*

---

<sup>489</sup> MELLO, Marco Antônio Lírio de. *Revirvas, Batuques e Carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Pelotas: UFPel, 1994. p.89

<sup>490</sup> PEREZ, Eliane T. “*Templo de Luz*”: os cursos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). Dissertação de Mestrado em Educação FAGED/UFRGS. Porto Alegre, 1995. p.51.

*Alvorada*. O semanário foi fundado em 1907 e manteve-se em circulação, com breves interrupções, por mais de 50 anos. Tendo sido criado com o intuito de pôr em prática um ‘programa’ definido desde sua fundação como a luta “pela igualdade da raça, o bem-estar do operário e a instrução obrigatória”, o jornal se destacou como um dos mais importantes canais de expressão da comunidade negra pelotense. Alcançando uma tiragem de 3.000 exemplares em meados da década de 1940, o periódico também circulava nas cidades de Rio Grande, Bagé, Jaguarão, Alegrete, Canguçu, Cacimbinhas e até mesmo em Porto Alegre, através de assinaturas pagas. Nessas cidades existiam representantes do jornal responsáveis por arrecadar o dinheiro das assinaturas e realizar sua distribuição.

Os quatro principais fundadores do semanário<sup>491</sup> foram alunos do curso oferecido na Biblioteca Pública Pelotense. O mais velho deles, Antonio Baobab, era um ex-cativo que, ao obter a alforria no início da década de 1880, passou a pagar professores particulares e freqüentar o curso, onde recebeu inclusive menção honrosa pelo seu desempenho e assiduidade. Baobab é tido como o principal idealizador do jornal e de sua campanha a favor da educação. Exercia a profissão de chapeleiro e logo destacou-se na direção de diversas associações operárias e sindicais como a *Fraternidade Artística*, a *Feliz Esperança* e o Asilo São Benedito, fundado em 1901 para abrigar mendigos e crianças negras pobres. Ainda participou da fundação da *União Operária Internacional* em 1897, e do *Centro Operário 1º de Maio*, entidade que congregava os chapeleiros pelotenses. Viria a falecer em julho de 1907, aos 49 anos, cerca de dois meses após a fundação de *A Alvorada*. Na avaliação de LONER

Trata-se de alguém que nasceu e cresceu escravo, libertou-se, tornou-se líder operário, lutando também pelos direitos de sua raça, o que desmistifica a visão de que a condição de ex-escravo seria limitante da adequação aos novos tempos de liberdade e trabalho assalariado. Sua vida foi uma sucessão de escolhas, difíceis, mas possíveis. Ele lutou para libertar-se e, depois, para estudar. [...] Sempre trabalhou no sentido de ampliar os limites do possível para um indivíduo negro e pobre, ao mesmo tempo que consciente, auxiliou o processo de organização do operariado e do negro em sua cidade.<sup>492</sup>

Seu irmão mais moço, Rodolpho Xavier, seria colaborador do jornal até a década de 1950. Xavier nasceu livre, em 1874, e foi alfabetizado pelo irmão,

---

<sup>491</sup> Para informações gerais sobre os fundadores e principais colaboradores de *A Alvorada*, ver Anexo VI.

<sup>492</sup> LONER, Beatriz Ana. Op. cit. p.278-279.

complementando seus estudos na Biblioteca Pública Pelotense. Exerceu diversas profissões ao longo da vida, porém as mais recorrentes foram vendedor e pedreiro. Esteve à frente de diversas organizações sindicais e pode ser considerado como uma das mais importantes lideranças operárias de Pelotas. Como colaborador do jornal *A Alvorada*, foi responsável por manter viva a memória dos tempos da escravidão e das lutas operárias da virada do século XIX para o XX. Em seus artigos costumava demonstrar uma escrita de estilo refinado e grande erudição, citando autores como Gilberto Freyre, Nina Rodrigues e Sílvio Romero, além de variados escritores estrangeiros.

Os outros dois fundadores eram os irmãos Juvenal e Durval Morena Penny. Foram colegas de Xavier nas aulas da Biblioteca Pública Pelotense e depois foram alunos particulares de Antonio Baobab. Juvenal Penny foi o dono do jornal de 1907 a 1946, quando vendeu o periódico a Rubens Lima, um funcionário do Porto de Pelotas. Juvenal também desempenhou importante liderança entre as associações negras e operárias da cidade durante a década de 1930, como a *S. B. União Operária* e o clube *Está Tudo Certo*. Era dono da fábrica de fogos de artifício São Veríssimo e viajava constantemente pela região. Durval Penny formou-se por correspondência em Medicina, pelo Instituto Nacional de Ciências do Rio de Janeiro, em 1914. Mantinha consultório e farmácia em Pelotas, onde atendia principalmente a população mais pobre da cidade e dos arredores. Na década de 1910 participou da diretoria do Asilo São Benedito e da associação *Satélites do Progresso*.

Tendo em vista a predominante origem operária de seus fundadores e, por conseguinte, de seu público leitor, o jornal reservava amplo espaço para as questões referentes às reivindicações dos trabalhadores e a anúncios de eventos ligados às organizações sindicais, tais como conferências, reuniões, eleições e festividades em geral. Na primeira fase do semanário (1907-1946)<sup>493</sup>, a manutenção do mesmo era garantida através da realização de bailes, concursos, rifas e outras atividades paralelas, pois o lucro obtido com a venda de exemplares, anúncios e assinaturas não era suficiente para cobrir os custos de produção e distribuição. Os casos de assinantes devedores eram correntes e a redação do jornal constantemente ameaçava publicar uma “Lista Negra” com os nomes desses indivíduos, como forma de pressioná-los a quitarem suas pendências. Além disso, todos os colaboradores do jornal sempre mantiveram

---

<sup>493</sup> Considera-se a primeira fase do jornal o período que este pertenceu a Juvenal Penny, ou seja, desde sua fundação, em 1907, até sua venda para o novo proprietário, em 1946.

profissões paralelas para garantir seu sustento. Enquanto órgão de imprensa, o jornal *A Alvorada*, nessa fase inicial, foi definido pelo autor como fazendo parte da chamada ‘imprensa de opinião’, pois

era uma pequena empresa com pouco capital investido e circulação direcionada para um segmento específico da população. A gestão administrativa era improvisada e primava por opiniões políticas apaixonadas. Dirigido para um público específico, o jornalismo era considerado, por aqueles que escreviam, quase um sacerdócio, exercido com opiniões bem definidas no sentido de influenciar a vida cotidiana dos seus leitores.<sup>494</sup>

Em termos de orientação política, podemos dizer que a maioria dos colaboradores do jornal, durante o período analisado, era adepta ou simpatizava com o socialismo. A corrente socialista surgiu na região de Pelotas e Rio Grande nas últimas décadas do século XIX, principalmente através da influência de imigrantes europeus e/ou pela divulgação realizada em livros, jornais e folhetins. Nesse período inicial, o socialismo que ‘chegava’ ao Brasil, enquanto corrente ideológica, encontrava-se bastante ligado ao pensamento evolucionista, ao darwinismo e ao positivismo, não havendo distinção muito clara entre autores e correntes teóricas. Valorizava-se um marxismo mecanicista e determinista, simplificado para fins de propaganda.<sup>495</sup> Mas, como afirma PETERSEN,

Apesar da aspiração científica, percebe-se que o socialismo da época trazia, sobretudo, uma condenação moral das injustiças sociais. Ou seja, mais do que a transformação das estruturas econômicas e sociais (no sentido marxista), os propagandistas do socialismo no Rio Grande do Sul defendiam a “regeneração moral” da sociedade, apoiada em valores tradicionais como a honra e a bondade, evidenciando as raízes românticas desse pensamento.<sup>496</sup>

O núcleo socialista mais importante da região de Pelotas durante as duas últimas décadas do século XIX foi o criado em torno do jornal *Democracia Social*, mas a conjuntura política do estado, na época, impediu seu posterior desenvolvimento. Já nas décadas de 1920 e 1930, podemos indicar como importantes meios de atuação dos

---

<sup>494</sup> SANTOS, José Antônio dos. Op. cit. p.97

<sup>495</sup> LONER, Beatriz Ana. Op. cit. p.257

<sup>496</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz e SCHIMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto e NEUMANN, Eduardo Santos. (orgs) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.231-232

socialistas pelotenses, organizações como a *União Operária de Pelotas* e o Partido Socialista local. Em termos de organização partidária, o modelo era o Partido Social Democrata alemão (SPD).

Rodolpho Xavier, segundo LONER, “era socialista e tinha profunda desconfiança com relação aos comunistas, ao passo que, em sua velhice, via os anarquistas com a simpatia de um companheiro de lutas passadas.”<sup>497</sup> Xavier e Humberto de Freitas concorreram aos cargos de deputado estadual pelo Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB), nas eleições de 1934. A atuação sindical, em associações de classe e a política partidária eram os meios mais valorizados pelos militantes do jornal negro, que de certa forma recusavam a via revolucionária como principal forma de atender os anseios do proletariado. Em artigo que celebrava o avanço das leis trabalhistas, em 1932, Xavier alertava para a importância dos sindicatos na organização da luta operária:

[...] O operário isolado, individualmente, nada consegue, nada obtém nem do Capitalismo e nem dos poderes públicos. Por isso organizou-se, procurou uma base, identificou-se com as próprias necessidades e depois de muitas lutas e contratemplos criou o Syndicalismo como um dique as ambições insaciáveis de patrões e intermediários.<sup>498</sup>

Além das temáticas operárias, o semanário apresentava uma grande variedade de notas sociais e colunas trazendo notícias a respeito do cotidiano da comunidade local. Eram colunas destinadas a estabelecer um certo controle sobre a conduta dos negros pelotenses, pois seus autores acreditavam que o mal comportamento dos indivíduos negros, envolvidos em brigas, bebedeiras e festas, era usado como justificativa para o preconceito, sendo responsáveis pela “desvalorização da raça”. Nesse sentido, os redatores do periódico organizavam, através de suas páginas, campanhas contra o álcool, o jogo e o tabaco, por exemplo. Apesar dessas práticas de moralização, o jornal não pode ser classificado como um veículo que visava enquadrar o negro segundo padrões sociais e culturais da sociedade branca.

O jornal *A Alvorada*, embora também contemplasse colunas destinadas a vigiar o comportamento dos jovens, abrigava colunistas que possuíam uma visão diferenciada, algumas delas lideranças operárias que comungavam de princípios socialistas e que sempre se bateram pela inserção do negro coletivamente, enquanto etnia na

---

<sup>497</sup> LONER, Beatriz Ana. Op. cit. p.280

<sup>498</sup> ‘Syndicatos’. *A Alvorada*. Pelotas, 24 de julho de 1932. p.1

sociedade brasileira, tendo para isso participado de inúmeras associações, de classe operária e da etnia negra, ao longo de sua militância. Essas lideranças procuravam, dentro de seu espaço no jornal, combater a discriminação e reafirmar as raízes africanas de seus membros [...]<sup>499</sup>

O jornal *A Alvorada* pode ser qualificado ainda como de ‘tendência católica acentuada’.<sup>500</sup> Nas páginas do semanário apareciam numerosos poemas de cunho religioso, além de anúncios de festas católicas e celebrações das igrejas locais. A religião católica havia, desde o início da República, avançado significativamente nos meios negros da região, enquanto as práticas religiosas de origem africana declinaram nesse mesmo período. Somente tomaram novo impulso a partir da década de 1940, quando ressurgem a partir da chamada *umbanda*. Eram constantes as críticas às ‘superstições e credices’ representadas pelas religiões de matriz afro na páginas do periódico. Os autores reconheciam a sua importância no passado, mas atribuíam a continuidade de tais ritos à ignorância de seus praticantes. Entretanto, encontramos muitas matérias publicadas no jornal criticando práticas racistas protagonizadas pelas autoridades católicas locais. Em uma delas, era relatado o caso de uma família de Rio Grande que foi obrigada a abandonar os bancos em frente ao altar, na paróquia da cidade, por se tratarem de negros. Esse episódio foi longamente reportado no periódico nos meses que se sucederam e gerou grande indignação das lideranças negras locais.<sup>501</sup> O jornal também desenvolveu uma campanha contra a obrigatoriedade do ensino religioso, alegando que essa não era “uma tarefa da escola, mas sim da educação familiar”.<sup>502</sup>

A organização política e associativa dos negros brasileiros começava a ganhar impulso a partir da década de 1920, principalmente em São Paulo. Em meio a um processo de construção da ‘nacionalidade brasileira’, vemos um esforço dos descendentes de escravos em se auto-afirmarem enquanto negros, ou seja, constituindo uma consciência étnica. Sobre esse processo, GUIMARÃES escreve:

Mas, talvez, o principal fator desencadeador da consciência de raça entre os negros brasileiros tenha sido simplesmente o sentimento

---

<sup>499</sup> LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Organização étnica negra na cidade de Pelotas. Comunicação apresentada no *III Foro Latinoamericano Memoria e Identidad* (Montevideo). Pelotas: Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, 2006. p.3.

<sup>500</sup> LONER, Beatriz Ana. Op. cit. p.254.

<sup>501</sup> ‘Isto não se estranha! Negro não é filho de Deus?!’ *A Alvorada*. Pelotas, 1º de novembro de 1931. p.1.

<sup>502</sup> Ver os artigos ‘Horas Vagas’ (24/01/1932) e ‘Ensino Religioso’ (13/03/1932)

étnico nutrido pelos imigrantes europeus do final do século XIX e começo do século XX e o recrudescimento do racismo europeu entre 1920 e 1939. Ou seja, a consciência de raça talvez tenha sido mais uma reação a esses sentimentos, que uma forma alternativa de nacionalismo. Não por acaso foi em São Paulo, onde a imigração estrangeira foi mais importante, que a consciência negra floresceu com maior vigor, tomando a forma xenófoba.<sup>503</sup>

Antes disso, ainda na década de 1910, já surgia com força considerável a chamada *imprensa negra* no centro do país, que marcaria presença no Brasil até, pelo menos, os anos de 1960. Jornais como *O Menelick*, *O Xauter*, *O Bandeirante*, *A Liberdade*, *A Sentinela*, *O Kosmos*, *O Clarim da Alvorada*, *A Chibata*, *Niger*, *Auriverde* e *Correio d'Ébano*, entre dezenas de outros, são exemplos da rica produção do período. Sobre o advento dos primeiros jornais negros em São Paulo, MOURA afirma:

Os negros paulistas, sentindo a necessidade de um movimento de identidade étnica, e enfrentando as barreiras de uma imprensa *branca* (Grande Imprensa) impermeável aos anseios e reivindicações da comunidade, recorreram a solução mais viável, que era fundar uma imprensa alternativa, na qual seus desejos, as denúncias contra o racismo, bem como a sua vida associativa, cultural e social se refletissem.<sup>504</sup>

A imprensa negra paulista, em sua primeira fase, seria marcadamente de cunho cultural e associativo. Esses periódicos divulgavam basicamente eventos sociais – casamentos, batizados, bailes, concursos de beleza e de poesia, entre outros – e notícias relativas ao cotidiano da comunidade, não trazendo discussões políticas mais pontuais. Além disso, defendiam uma espécie de ‘código moral’ a ser respeitado pelos seus leitores, como forma de conformação aos padrões e condutas sociais vigentes. Contudo, podemos entender esse viés inicial como um esforço no sentido de auto-reconhecimento do indivíduo negro e de sua interação com a comunidade, valorizando os elementos de sociabilidade, solidariedade e de fomento de uma identidade comum. Aos poucos, os periódicos negros vão tomando um tom mais denunciatório e combativo em relação ao preconceito racial e às dificuldades enfrentadas pela comunidade, transformando-se em verdadeiros veículos de protesto e de construção de uma identidade étnica de fato.<sup>505</sup>

---

<sup>503</sup> GUIMARÃES, Antônio S. A. Op cit. p.15.

<sup>504</sup> MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1994. p.70.

<sup>505</sup> NASCIMENTO, Elisa. *O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003. p.224-231.

Um marco para se entender o crescente engajamento político dos negros brasileiros e de sua luta por maior representação, a partir dos anos de 1930, será a criação da *Frente Negra Brasileira*.

A *Frente Negra Brasileira* (FNB) foi fundada em São Paulo, em 16 de setembro de 1931 e constituiu-se como uma organização política nacional que buscava congregar os negros do país e suas associações na luta pela garantia de seus direitos, contra o preconceito racial e por melhores condições de vida. A entidade era composta por um Conselho de 20 membros, um Conselho Auxiliar, constituído pelo presidente e pelo secretário-geral e pelos fiscais, e possuía sede própria, onde funcionava o *Liceu Palmares*, que oferecia cursos primário, secundário e ginásial à comunidade. O jornal negro paulista *O Clarim da Alvorada*, fundado em 1924, funcionou, num primeiro momento, como principal veículo de divulgação da nova organização. Em função de dissidência políticas, este foi substituído por *A Voz da Raça*, órgão oficial da entidade a partir de março de 1933. Sobre a importância da FNB, Petrônio Domingues declara:

A FNB foi a entidade do movimento negro que mais adquiriu força política nas primeiras décadas do século XX, chegando a ser recebida em audiência pelo presidente da República, Getúlio Vargas, e pelo então governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira. A entidade auferiu algumas conquistas concretas no campo dos direitos civis, como eliminar a prática de proibir o ingresso de negros nos riques de patinação e na Guarda Civil de São Paulo.<sup>506</sup>

O primeiro presidente da FNB, Arlindo Veiga dos Santos, era adepto da monarquia e admirador dos governos fascistas europeus, como se percebe em alguns artigos de sua autoria. Essa postura causou conflitos com alguns membros da entidade e com outras organizações negras paulistas.<sup>507</sup> A orientação ideológica da *Frente Negra Brasileira* demonstrou-se influenciada também pelo nacionalismo da Ação Integralista Brasileira, fato exemplificado pela adoção do lema '*Deus, Pátria, Raça e Família*', estampado na capa de seu novo jornal.<sup>508</sup> A FNB possuía bandeira, hino e inclusive uma

---

<sup>506</sup> DOMINGUES, Petrônio. *Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil*. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: n° 28, janeiro-junho de 2007. p.354.

<sup>507</sup> OLIVEIRA, André Côrtes de. *Quem é a "Gente Negra Nacional"?* Frente Negra Brasileira e *A Voz da Raça* (1933-1937). Dissertação de Mestrado em História/UNICAMP, Campinas, 2006. p.69-80. O autor discute o embate entre Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite. Este último era um militante socialista que ajudou a fundar a FNB, mas logo se desligou dela, acusando sua direção de autoritária e ultra-nacionalista. Entre os grupos que acabaram se opondo à FNB temos os ligados aos jornais *Clarim da Alvorada* (depois de 1933, que fundaria ainda o Clube Negro de Cultura Social) e *A Chibata*, além do grupo que fundou a Frente Negra Brasileira Socialista, em 1933.

<sup>508</sup> Idem. p.29.

milícia, à moda das organizações fascistas, que marcava presença em atos públicos e desfiles da organização, vestindo camisas brancas e agrupados sob rígida disciplina militar. Segundo alguns depoimentos da época, não obstante o rápido avanço da organização, a FNB causou certas divergências na comunidade negra, sendo inclusive acusada de promover um ‘racismo às avessas’.<sup>509</sup>

A FNB cresceu rapidamente, contando com cerca de 25 a 30 mil filiados em meados de 1936. Fundaram-se núcleos no interior de São Paulo e em outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. A partir do sucesso inicial, a FNB tentou constituir-se como partido político, o que viria a acontecer em 1936. Contudo, a vida partidária da Frente durou muito pouco, uma vez que no ano seguinte, com a instalação do Estado Novo, todos os partidos políticos foram extintos. O jornal *A Voz da Raça* também deixou de circular logo após o golpe. Um dos fundadores da FNB, Raul Joviano Amaral, ainda tentou dar seqüência à organização, agora sob o nome de *União Negra Brasileira*, mas a repressão governamental generalizada acabou por interditar a entidade, em 1938.

A iniciativa dos negros paulistas em fundar uma organização política de âmbito nacional com o objetivo de ‘defender os interesses da raça’ foi vista com bastante entusiasmo pela maioria dos intelectuais negros de Pelotas. Estes saudaram o nascimento da *Frente Negra Brasileira* nas páginas de *A Alvorada*, em diversos artigos, e mantiveram constante correspondência com a organização paulista. Conforme artigo de Rodolfo Xavier,

S.Paulo neste momento, indica o caminho a seguir pela Raça Negra, em todo o Brasil, preparando-a para o futuro não como serva das outras raças mas sciente e consciente de seu valor moral, cívico e intelectual, como parte integrante do povo brasileiro.<sup>510</sup>

Na década de 1930, novos protagonistas viriam se somar ao projeto do periódico pelotense. Eram jovens intelectuais negros que haviam se alfabetizado através dos cursos oferecidos nas associações classistas ou mesmo pertenciam aos setores médios locais. Alguns deles, mesmo não sendo operários, se solidarizavam com suas lutas e se definiam como membros da mesma comunidade negra, tomando pra si a tarefa de organizar e lutar pelos direitos da mesma a partir de sua instrução. Além de se comprometerem com o programa inicial do semanário, esses intelectuais defendiam,

---

<sup>509</sup> DOMINGUES, Petrônio. Op. cit. p.351.

<sup>510</sup> ‘A Frente Negra Brasileira’. *A Alvorada*. Pelotas, 28 de fevereiro de 1932. p.1.

acima de tudo, uma ampla campanha de alfabetização direcionada às comunidades negras pelotenses. Nomes como José Penny (filho de Juvenal Penny), Miguel Barros e Humberto de Freitas seriam os mais destacados articulistas de *A Alvorada* a partir dessa década, ao lado dos antigos militantes. Segundo SANTOS, esse é o período de “maior engajamento do jornal no sentido de definir uma identidade étnica e criar associações em defesa dos negros pelotenses”.<sup>511</sup>

Como marco do engajamento político protagonizado pela intelectualidade negra, temos o lançamento da Campanha pró-Educação e a fundação da *Frente Negra Pelotense* (FNP), em 10 de maio de 1933. Essa entidade, criada na esteira da *Frente Negra Brasileira*, representou um esforço das lideranças negras locais em organizar um Centro de Cultura. Os intelectuais negros, a partir da *Frente Negra Pelotense*, tomavam para si a tarefa de educar seus pares, não esperando pela ação do Estado. Na sua visão, esta seria a forma mais eficaz de eliminar a discriminação racial, uma vez que reconheciam que a baixa auto-estima dos negros pelotenses e o desconhecimento de seus direitos e de sua história eram fruto da ignorância a que estavam submetidos. Embora a iniciativa fosse saudada pelos colaboradores de jornal como uma espécie de ‘exército da salvação’ para os negros pelotenses, a criação da frente gerou muitas discussões, sendo muito criticada inclusive no interior da comunidade afro da cidade.

Por outro lado, algumas entidades operárias acusavam a Frente como responsável por gerar a divisão dos trabalhadores em etnias, enquanto que a verdadeira luta de todos era contra o capital.<sup>512</sup> Outros sugeriam que se trocasse o nome da entidade para “Cordão Carnavalesco Pró-Educação”, considerando que a FNP nasceu a partir da mobilização resultante desta campanha, ou mesmo *Frente Educacional Pelotense*, retirando o componente étnico do nome da entidade. O esforço representado pela organização acabou tendo duração efêmera e a *Frente Negra Pelotense* encerrou suas atividades ainda em 1935.

No período em questão, em meio ao avanço das entidades recreativas e carnavalescas na cidade de Pelotas, o periódico manteve-se fiel ao seu intuito de representar e lutar pela melhoria de vida da etnia negra e combater o preconceito racial, sempre sob uma perspectiva coletiva. Os escritores de *A Alvorada* se debatiam com a

---

<sup>511</sup> SANTOS, José Antônio dos. Op. cit. p.135.

<sup>512</sup> Ver o artigo “Campanha Pró-Educação – Pela Emancipação Proletária” de autoria de Rui Topin. *A Alvorada*. Pelotas, 18 de junho de 1933. p.1. Nele, o autor, identificado por SANTOS como sendo possivelmente um líder operário branco, afirmava no texto: “o trabalhador não tem raça nem cor!...O trabalhador tem classe...”

preferência da comunidade negra local por clubes, entidades esportivas e festas, ao invés de associações de cunho político e educativo. São recorrentes as censuras que os intelectuais do jornal realizavam em seus artigos a respeito da suposta ‘falta de consciência’ dos negros pelotenses, preocupados somente com ‘samba, carnaval e futebol’. Comentando sobre o discurso proferido por José Bonifácio Filho, em sua visita a Pelotas, Rodolpho Xavier anunciava: “[...] o principal meio de elevação da nossa raça era a instrução, muita instrução, em lugar de cordões, futeboles, clubs e passatempos do mesmo quilate sem nenhum proveito cívico e intellectual.”<sup>513</sup>

Para remediar essa situação, o jornal constantemente fazia referência a “heróis negros brasileiros” como Zumbi dos Palmares, José do Patrocínio, Cruz e Souza, Henrique Dias, André Rebouças, Luiz Gama e João Cândido, como forma de valorizar o elemento negro e aumentar a auto-estima de seus leitores.

Os colaboradores de *A Alvorada* também mostravam-se atentos a situação dos negros no resto do mundo, veiculando periodicamente notícias sobre as comunidades negras dos EUA, do Caribe, da África e demais localidades. Os constantes conflitos entre negros e brancos nos EUA eram denunciados no jornal. Apesar de lamentarem a condição do negro norte-americano, sujeito a um ‘racismo institucionalizado’, também admiravam os exemplos de negros daquele país que haviam assumido posições de destaque na sociedade, representando exemplos claros de que o preconceito racial era fruto da herança escravista e, sobretudo, da ignorância:

[...] Quando chegará o dia em que o negro brasileiro, em qualquer capital do mundo, como o negro norte-americano que se faça respeitar pelo seu talento, pela sua moral e pelo seu civilismo em lugar decampeonatos carnavalescos, futebolístico e dansarinos?<sup>514</sup>

Contudo, o conhecimento dos movimentos pan-africanistas que se desenvolveram desde o início do século XX no mundo anglo-americano se deu de forma superficial por parte dos intelectuais negros pelotenses – e brasileiros, em geral – que não reconheciam suas lideranças como referências centrais.

Nos anos 1920 e 1930, entre os negros brasileiros, o conhecimento do mundo americano é ainda superficial, trazido pela imprensa negra mais comercial. Du Bois e Garvey são citados apenas como responsáveis por visões diferentes de pan-africanismo, visto como ideologia exótica, aceitável apenas para os negros americanos que, na

---

<sup>513</sup> ‘Instrução e mais instrução’. *A Alvorada*. Pelotas, 7 de fevereiro de 1932. p.1

<sup>514</sup> Idem, *Ibidem*.

visão deles, não podiam contar realmente com uma pátria americana.<sup>515</sup>

Na década de 1930, em meio ao esforço da intelectualidade negra pelotense em construir uma identidade étnica própria, um acontecimento internacional ocupou o centro das atenções desses escritores: a invasão da Etiópia pelas tropas italianas, em outubro de 1935. Na verdade, os articulistas de *A Alvorada* acompanharam de perto as discussões que antecederam a invasão: dentre as fontes analisadas nessa pesquisa, o jornal pelotense foi o primeiro a veicular um artigo a respeito do tema.<sup>516</sup> A Etiópia parecia ser uma referência capaz de mobilizar os negros de forma significativa, tanto a nível nacional como internacional. Conforme GUIMARÃES

Mais importantes e valorizados pelos negros brasileiros serão os reis da Etiópia, Menelick II, que venceu os italianos, e o Ras Tafari, o futuro rei Salassié, que colocou seu país na Liga das Nações. Estes foram verdadeiros heróis.<sup>517</sup>

O jornal *A Alvorada* publicou, ao longo da segunda metade do ano de 1935<sup>518</sup>, uma série de artigos sobre a invasão da Etiópia pelas tropas italianas. Muitos desses artigos apareceram na capa do jornal (que não era muito extenso, possuía 8 páginas). Sempre com títulos expressivos de indignação, os articulistas de *A Alvorada* condenaram a ação militar da Itália por diferentes motivos. Os principais autores que abordaram o tema foram Rodolpho Xavier, Humberto de Freitas e Armando Vargas. O primeiro, como já foi dito, era um dos fundadores e articulista dos primeiros tempos do jornal, que permaneceu durante a década de 1930 como “o mais antigo colaborador”. O segundo representava um grupo de jovens intelectuais negros que deram continuidade ao trabalho de militância e defesa da comunidade negra através do jornal em meados de 1930. Humberto de Freitas era, na época, tipógrafo, secretário geral da *Frente Negra Pelotense* e diretor do Sindicato dos Sapateiros. Armando Vargas, por sua vez, também era tipógrafo e representava a “velha guarda da intelectualidade negra” que ajudou a fundar e manter o jornal em seu período inicial.

---

<sup>515</sup> GUIMARÃES, Antônio S. A. Op. cit. p.15.

<sup>516</sup> O artigo ‘A ambição dos homens tenta esfacular uma grande nação’ foi publicado em 02/06/1935. No *Correio do Povo* o primeiro artigo tratando do tema aparece cerca de um mês depois, em 08/07/1935; no *Diário de Notícias*, em 10/07/1935. Exclui-se desta classificação as matérias de agências internacionais, que aparecem na grande imprensa desde o início de 1935.

<sup>517</sup> GUIMARÃES, Antônio S. A. Op. cit. p.15.

<sup>518</sup> Os exemplares do ano de 1936 infelizmente não foram recuperados.

A ‘guerra de conquista’, como era referida em grande parte das matérias veiculadas no semanário, representava, segundo seus autores, um crime bárbaro contra a civilização e as nações modernas.

Em pleno século XX, século das luzes e da civilização, voltamos às épocas antiquadas, das guerras de conquistas territoriais, como os babilônicos, os egípcios, os ucranianos, os macedônios, enfim, os países que se empenhavam em lutas terríveis levados por ambições na extensão de seus territórios.<sup>519</sup>

O principal alvo das críticas dos articulistas do semanário é, sem dúvida, o líder fascista Benito Mussolini. Caracterizado como um ambicioso ‘César romano’, ou mesmo comparado a Napoleão, ele é considerado o principal responsável pela crise internacional e pelo posterior massacre da população etíope. Sua postura diante dos tratados de amizade, em relação às demais potências e perante a Liga das Nações é amplamente atacada pelos autores. De certa forma, a figura do ditador fascista encarnava, na visão dos intelectuais negros de Pelotas, a essência do preconceito racial e a opressão em relação à raça negra como um todo.

O embarque fantástico de tropas italianas para as fronteiras africanas, dão a entender que o Duce está no firme propósito de se atirar, de qualquer maneira, contra o império dos Negros, levado por uma ânsia de vingança contra a raça negra, a quem, pelo que se observa, odeia de morte.<sup>520</sup>

A idéia de que a Itália realizaria uma ‘missão civilizadora’ ou mesmo viria libertar os negros da Abissínia de sua condição feudal também foi alvo de inúmeros protestos por parte dos escritores negros. Estes autores, em seus artigos, buscavam justamente apontar o ‘barbarismo’ da ação militar italiana, invertendo a questão ‘civilização vs. barbárie’, tão presente na argumentação fascista. Como se vê nesse trecho do artigo “*Bárbaros*”:

Mussolini não atendeu as leis da guerra e mandou bombardear cidades indefesas. Por que e para que? Porque os etiópicos não concordaram em continuar submissos. E para introduzir a civilização naquelles meios bárbaros. Civilizar com sangue é uma nova modalidade

---

<sup>519</sup> ‘A ambição dos homens tenta esfacelar uma grande nação’. *A Alvorada*. Pelotas, 02 de junho de 1935. p.1.

<sup>520</sup> ‘A arrogância italiana e a Abissínia’. *A Alvorada*. Pelotas, 25 de outubro de 1935. p.1.

descoberta pela Itália. Talvez se volte contra ela no poderio da opinião pública mundial.<sup>521</sup>

Humberto de Freitas, em outro inflamado artigo contra a agressão fascista na África, denuncia os pretextos apresentados pelo governo italiano para justificar a invasão. Ao mesmo tempo em que critica o líder fascista, o autor ressalta o caráter colonialista da guerra.

O Duce, o mesmíssimo ministro-rei, que assistiu impassível, como todo o mundo ao golpe altivo e arrogante de Hitler, rompendo todos os tratados e compromissos assumidos pela Alemanha com os Aliados da Grande Guerra; agora alegando reinar a completa anarquia na Abissínia envia para as fronteiras da Etiópia os seus exércitos poderosos, que alias, não amedrontam a grande Nação dos negros africanos. O motivo pelo qual quer a Itália massacrar os negros, não se justifica. Apenas patenteia que o móvel do conflito Ítalo-Abissínio é a conquista de colônias africanas.<sup>522</sup>

Os autores dos artigos, na verdade, acusavam o governo fascista de preparar um verdadeiro saque às supostas riquezas do império negro, ou seja, as motivações da guerra entre a Itália e a Abissínia, eram, na visão dos autores de *A Alvorada*, de natureza puramente econômica. Dessa forma, os articulistas buscavam denunciar e contestar as justificativas apresentadas pelo governo italiano, tentando chamar a atenção de seus leitores para as ‘verdadeiras objetivos’ de tal campanha militar. Conforme o artigo assinado por Humberto de Freitas,

Os invasores miseráveis, querendo ter mais extensão territorial para seu povo, querem roubar as terras dos negros da Abissínia. E não é só as terras. É o ouro, os cereais, o café – e disem – os lençóis de petróleo, existentes no sub-solo do império do pacífico e ao mesmo tempo valoroso Negus. [...] Mussolini quer as terras dos negros da África por que é na África que reside “o futuro da Europa.”<sup>523</sup>

A escalada armamentista protagonizada pelo regime fascista italiano também causava certa apreensão nos autores que escreviam no jornal pelotense. Esses autores temiam que a conflito ítalo-abexim provocasse uma nova conflagração mundial, além de representar um retrocesso nas relações diplomáticas do pós-guerra. Em seus artigos apareciam menções à ascensão de Hitler na Alemanha e ao desrespeito deste com

---

<sup>521</sup> “Bárbaros” *A Alvorada*. Pelotas, 24 de novembro de 1935. p.1.

<sup>522</sup> ‘Os italianos querem iliminar os negros da Abissínia’. *A Alvorada*. Pelotas, 9 de junho de 1935. p.1.

<sup>523</sup> ‘A Bandeira dos Bárbaros do século XX.’ *A Alvorada*. Pelotas, 13 de outubro de 1935. p.1.

relação aos tratados assinados junto às demais potências européias. A decisão do governo italiano em conquistar a Etiópia era vista como um passo na direção de uma reedição dos ‘horrores de 1914’. Antes mesmo de iniciar-se a ação militar propriamente dita, Rodolpho Xavier já anunciava as conseqüências nefastas das pretensões italianas e do militarismo que tomava vulto na Europa de então, demonstrando descrença na SDN e no respeito aos tratados internacionais.

Para a Abissínia de nada valerá seus diplomatas, e nem o areópago europeu, caricata associação de interesses mútuos ridicularizada pelo Japão, pela Alemanha e pela Itália em proveito de seus interesses. [...] Eis o que se passa na China, na Abissínia e amanhã ou depois, quem sabe quem tocará a vez? Não há apelos de direito nem de justiça que sirvam. Os *grous* armamentistas repartem a presa quanto é maior, e quando não chega para todos, esperam pela oportunidade que não virá longe – a maior guerra de todos os tempos. Ahi, então, transformarão as fronteiras da Europa, repartindo talvez o mundo inteiro, e o que não enguliram desta vez após a hecatombe de 1914 desaparecerá em suas guelas hiantes e devoradoras. [...] Não é da justiça dos povos que emana a força do direito: é dos apetrechos bélicos que irrompe o direito da força.<sup>524</sup>

Em relação à ascensão do fascismo na Itália e na Alemanha, um artigo publicado em julho de 1934, também de autoria de Rodolpho Xavier, apontava para o perigo que tais governos ditatoriais representavam para a paz mundial. Além disso, o autor fazia menção à onda anticomunista desencadeada por esses regimes, responsável por práticas como a censura e a perseguição política a artistas e pensadores.

A liberdade do sufrágio universal quer desaparecer, ou retroceder ao período de Napoleão III. Pelo menos é o que se vê na Itália e na Alemanha que condenam e ampliam o “invento” ditatorial do primeiro Bonaparte, segundo escreve Guglielme Ferrero. De qualquer maneira, seja na ditadura de Litvinoff, de Mussoline ou de Hitler, o que não resta a menor duvida é que os povos cansados e descrentes do “liberalismo” das democracias, preferem o “jugo” das ditaduras...Já não se póde, desassombradamente, em nenhuma parte do mundo,

---

<sup>524</sup> ‘O Direito da Força’. *A Alvorada*. Pelotas, 17 de julho de 1935. p.2.

externar amplamente o pensamento que não se descubra nele indícios de comunismo.<sup>525</sup>

No que diz respeito ao nazismo, o fator que mais mereceu a atenção dos jornalistas negros pelotenses foram as medidas racista adotadas pelo governo de Berlim. O anúncio da esterilização de judeus e negros na Alemanha foi anunciado no semanário com bastante espanto e indignação, em diversas ocasiões. O artigo “*Os Excessos Hitlerianos*”, declarava:

Hitler, não há duvida, é um revolucionário, mais que isso, um revolucionador. E os que lêem pela sua cartilha lhe acompanham os arroubos exaltados. A recente questão da esterelização, que tanto celeuma provocou e está provocando ainda, deu disso exemplos frisantes. Um delles – o mais forte de todos, pela sua monstra realidade – é o de que nos dá notícia este telegrama de Berlim, de 9 corrente: “O Jornal Deutsche Zeitung” (Jornal Allemão) reclama hoje a esterelização imediata de 600 crianças mestiças, descendentes dos soldados negros, africanos das tropas francezas de ocupação do Ruhr”. Essa pretensão não é das que põem os nervos revoltados?

Em outro artigo que também versava sobre a medida do governo nazista, o texto concluía: “E vemos hoje, em um dos mais cultos paízes do mundo, o Negro, também considerado uma pústula, uma chaga, um cancro horrível.”<sup>526</sup> O espanto expresso pelo autor na frase em questão se explica em função de que, para os intelectuais negros de *A Alvorada*, o preconceito racial era fruto direto da ignorância e da falta de informação. Assim, tornava-se quase inconcebível para estes escritores que um país civilizado e de avançada cultura como a Alemanha pudesse praticar esse tipo de medida segregadora.

Já o regime comandado por Mussolini foi constantemente caracterizado pelos articulistas de *A Alvorada* como manipulador e fanático, sendo o verdadeiro responsável pela agressão contra a Etiópia, como pode-se perceber nesse trecho, em artigo de autoria de Humberto e Freitas:

A Itália, depois de ter fanatizado seu povo com a doutrina do sr. ministro Mussolini, o homem que manda mais que o próprio Rei, armou seus filhos e tornou-se uma das maiores potências do Universo. Na voragem armamentista, belicosa e sanguissendente, o duce, graças

---

<sup>525</sup> ‘Delírio Armamentista’. *A Alvorada*. Pelotas, 8 de julho de 1934. p.1. Guglielmo Ferrero (1871-1942) foi um historiador liberal italiano. Muitos artigos seus sobre a Guerra da Abissínia foram publicados na imprensa brasileira do período.

<sup>526</sup> ‘A Raça’. *A Alvorada*. Pelotas, 13 de agosto de 1933. p.1.

ao partido dos fascistas de camisas pretas, mobilizou homens, mulheres e crianças, para realizar seus planos sinistros promovendo como acontece agora, verdadeiras lutas armadas, que nada mais são, do que simples e condenáveis guerras de conquista.<sup>527</sup>

Durante a guerra da Abissínia, além das acusações à Mussolini, outro personagem recebeu inúmeras críticas por parte dos jornalistas pelotenses: o *Ras* Gugsa. O comandante etíope havia passado para o lado do invasor, levando consigo parte do numeroso exército que comandava. Referido como o ‘Judas da Abissínia’, entre outros títulos menos honrosos, o nobre abexim teria sido seduzido pelas promessas do *Duce* em torná-lo imperador da Etiópia após o termino da campanha. O *Ras* Gugsa, que era genro do *Negus*, desertou logo nas primeiras semanas após as tropas italianas terem violado a fronteira etíope. Sua capitulação foi amplamente explorada pela imprensa italiana<sup>528</sup>.

O ato de traição protagonizado pelo *Ras* Gugsa foi duramente condenado pelos intelectuais negros pelotenses. Rodolpho Xavier, após mencionar uma série de ‘famosos traidores na História Universal’, sentencia em seu artigo:

Ver talar a sua pátria, sufocar sua liberdade, surrupiar a sua independência e trair a causa mais sagrada que é a defesa de sua pátria, de suas tradições, de seu passado heróico de lutas é o ato mais abominável que o indivíduo pratica até contra as próprias leis da natureza. [...] o gesto do ras Gugza será o borrão de ignorância estampado na História da Abissínia para que as gerações futuras saibam quem foi o maior infame que traiu a própria pátria.<sup>529</sup>

Já a figura do imperador Hailé Selassié I é constantemente evocada como uma liderança heróica e um orgulho para a raça negra. O antigo costume dos imperadores etíopes de liderar seus exércitos no campo de batalha foi saudado pelos escritores do jornal por diversas vezes, como prova de bravura e determinação do povo abissíneo e de seu líder em defender sua pátria.

Para demonstrar o grande amor que tem pelo seu povo, o imperador Sellazié, abandonando as comodidades de seu palácio e a tranqüilidade de seu lar e, mesmo a contragosto da população, seguiu

---

<sup>527</sup> ‘Os italianos querem iliminar os negros da Abissínia’. *A Alvorada*. Pelotas, 9 de junho de 1935. p.1.

<sup>528</sup> BAKER, A. J. Op. cit. p.35. Segundo o autor, a deserção do *Ras* Gugza não representou uma grande perda em termos militares, uma vez que menos de um décimo dos efetivos sob seu comando o seguiram a favor dos italianos.

<sup>529</sup> ‘O “ras” Gugza: Traidor da Abissínia’. *A Alvorada*. Pelotas, 3 de novembro de 1935. p.1.

para a linha da frente, a assumir o comando geral de suas forças, e investir contra a onda invasora, a onda sinistra que impiedosamente massacra populações indefesas, incendiando, matando crianças e mulheres! Negus não teme a morte pela salvação de sua heróica e invencível Abissínia!<sup>530</sup>

Outro personagem importante e que também foi considerado herói durante o conflito Ítalo-Abexim foi o aviador norte-americano Johannes Robinson. O aviador serviu nas forças etíopes como voluntário e a imprensa mundial costumava publicar com destaque seus feitos durante a guerra. Os colaboradores de *A Alvorada* acompanhavam com entusiasmo as notícias a respeito do “herói negro” e constantemente reproduziam matérias de outros jornais a seu respeito. O artigo “*Um grande herói Johannes Robinson*” anunciava com otimismo:

Desde a grande guerra de 1914, que se conhece os grandes feitos guerreiros do exímio aviador negro norte-americano Johannes Robinson quando a serviço daquele país. Agora, servindo na aviação da África Oriental, Robinson provou a sua bravura, transportando correspondência dos chefes militares para o imperador. Atacado por dois aviões do carrancudo Duce, demonstrou sua superioridade [...]. E este feito foi uma grande e formidável vitória etiópica, que provou que a Itália no decorrer da luta será derrotada pela quarta vez.

Viva a África

Viva Salassiê!

Viva a raça Negra!<sup>531</sup>

Uma das notícias que mais causou protestos entre os articulistas de *A Alvorada* foram as declarações do Papa Pio XI justificando a conquista em “nome da salvaguarda dos tesouros cristãos”. Como já foi dito, o jornal possuía certo viés católico, o que não impediu seus colaboradores de tecerem críticas agudas contra o Vaticano em seu apoio ao fascismo. Diante das matérias da imprensa mundial, de que os capelães de Roma abençoavam a aviação italiana que partiria para a Etiópia, Armando Vargas assina um exaltado artigo.

Não vemos dúvida em afirmar que o Vaticano em vês de forçar, em nome de Deus, a cessão do derramamento de sangue entre irmão, fortalece e acende a fogueira da destruição, da morte de mulheres e

---

<sup>530</sup> ‘Está consumado o grande crime da Itália na África Oriental’. *A Alvorada*. Pelotas, 13 de outubro de 1935. p.2.

<sup>531</sup> ‘Um grande herói Johannes Robinson’. *A Alvorada*. Pelotas, 13 de outubro de 1935. p.6.

inocentes crianças, o maior crime, o mais hediondo dos banditismos até hoje praticados contra um povo laborioso e pacato! Onde está a Santidade do Sumo pontífice? Será que Deus na sua infinita bondade, está contra a África? Não acreditamos! Afirmamos apenas, que, tanto o Papa como o Duce, estão com sêde de conquistar terras alheias pela força das armas! [...] Não é essa a verdadeira religião ensinada por Jesus Christo.<sup>532</sup>

Cerca de um mês depois, em artigo assinado por Humberto de Freitas, o jornal volta a criticar a posição da Igreja Católica, em função das manifestações públicas de apoio à Itália, protagonizadas pelo arcebispo metropolitano, Dom João Becker.

Mas agora, estas noticias, da parcialidade do Clero, não nos vem de longe. Em *Porto Alegre*, o arcebispo D. João Becker, pronunciou um discurso justificando o massacre na Etiópia, e resou préces em favor da vitória da Itália, a conquistadora de terras e *inimiga numero 1* das nações pequenas!<sup>533</sup>

A posição de Freitas se torna tão radical a ponto do autor afirmar que o Vaticano estaria sustentando financeiramente a guerra na Etiópia. Pra defender tal ponto de vista, Humberto de Freitas apresenta nesse artigo um longo histórico das relações entre Etiópia e Roma e termina afirmando que a guerra é, na verdade, um acerto de contas pelas vitórias do imperador Menelik II sob os italianos, em 1896, e pela expulsão dos jesuítas da Etiópia, em 1636.<sup>534</sup>

Um dos aspectos mais interessantes nas matérias e artigos de *A Alvorada* é a idéia de que os abissínios, de fato, venceriam a guerra, mesmo em desvantagem de armamentos e sob precária organização militar. Para tal visão, geralmente era citado o fato de que a Abissínia sempre repeliu seus invasores e lembrava-se a batalha de Adwa, em 1896. O clima inóspito do país e seu relevo acidentado, aliado ao espírito guerreiro dos abissínios, fariam da Etiópia uma oponente difícil de ser batida na visão dos redatores do semanário. O autor mais entusiasmado em relação a uma vitória etíope foi Armando Vargas, como se pode perceber no trecho: “[...] Tenho certeza que a Abissínia saberá honrar as suas tradições guerreiras, enfrentando heroicamente o invasor do seu

---

<sup>532</sup> ‘A Humanidade do Vaticano!’. *A Alvorada*. Pelotas, 20 de outubro de 1935. p.1.

<sup>533</sup> ‘Revanche de sangue e de ódio’. *A Alvorada*. Pelotas, 17 de novembro de 1935. p.1. Grifos no original

<sup>534</sup> Idem. p.1-2. Nesse artigo, Humberto de Freitas demonstra um profundo conhecimento da história etíope e de suas relações com a Companhia de Jesus.

sagrado território, a quem dará a mais brilhante lição, quebrando o orgulho de um potentado.”<sup>535</sup>

O mesmo autor, em outro artigo exaltado, conclama os negros brasileiros a protestarem contra a invasão, buscando imprimir ao acontecimento um valor universal para as populações de origem africana.

A pretensão da Itália, ou melhor, do sr. Mussolini, deve merecer nosso protesto, o protesto unânime das populações negras de todos os continentes e de todas as nações civilizadas que habitam esse planeta terreno. [...] Daqui destas colunas, sem receio de contestação nem coisa alguma, lanço meu protesto fervoroso, contra esse abominável atentado à Abissínia e contra a guerra de conquistas, esperando que os homens de cor do Brasil, todos unidos, lancem seu brado de protesto contra esse monstruoso crime que a Itália pretende perpetrar.<sup>536</sup>

As demonstrações de solidariedade à causa etíope pelo mundo também eram reproduzidas e comentadas nas páginas do jornal. Em artigo intitulado “*Solidariedade de Raça*”, Zé Américo apresenta com entusiasmo as manifestações pró-Abissínia que tiveram lugar no Japão. Após atacar a idéia supostamente científica de hierarquização das raças, o autor celebra o apoio japonês ao império do Negus, com algum exagero:

Belo exemplo de solidariedade de raça, vem-nos do povo japonês. Nos panfletos publicados no Japão, lê-se tópicos expressivos e sinceros, vibrantes e desasombrados, como estes: “*Nós outros japoneses, quer pertencemos a uma raça chamada de cor, não podemos consentir que as tropas italianas esmagem a Etiópia devido a injustiça dos estados brancos.*” A simpatia do povo nipônico pela valorosa Abissínia toma enorme vulto, provocando verdadeiro entusiasmo nacional.<sup>537</sup>

Em outra matéria sobre o conflito africano, Armando Vargas encerra o texto reproduzindo o noticiário de um jornal norte-americano que relatava incidentes envolvendo negros e descendentes de italianos nas ruas de New Jersey. Segundo a nota, o motivo da briga foi a discussão entorno da guerra da Etiópia e a recente vitória do pugilista negro Joe Louis sobre o italiano Primo Carnera. Vargas finaliza o artigo afirmando: “A solidariedade à Abissínia é universal, dada a simpatia da causa”.<sup>538</sup>

---

<sup>535</sup> ‘Mal de uns...bem de outros’. *A Alvorada*. Pelotas, 29 de setembro de 1935. p.2.

<sup>536</sup> ‘A ambição dos homens tenta esfacelar uma grande nação’. *A Alvorada*. Pelotas, 02 de junho de 1935. p.1-2.

<sup>537</sup> ‘Solidariedade de Raça’. *A Alvorada*. Pelotas, 04 de agosto de 1935. p.2.

<sup>538</sup> ‘A arrogância italiana e a Abissínia.’ *A Alvorada*. Pelotas, 25 de agosto de 1935. p.1.

Humberto de Freitas acompanha o entusiasmo de Vargas com relação a uma vitória dos abissínios e elogia a postura defensiva que o governo de Hailé Selassié tomava diante dos preparativos militares italianos. No artigo “*Os Italianos querem eliminar os negros da Abissínia*”, o autor constata:

O gesto louvável, humano e prudente do governo Abissínio, apelando continuamente para a Liga das Nações, no sentido de evitar a guerra, parece que foi tomado pelo sanguinário Mussolini como uma demonstração de fraqueza. Mas o povo africano há de mostrar não só a Itália como ao mundo inteiro, o valor de sua heróica Raça! A Abissínia não é uma nação de covardes.<sup>539</sup>

As tradições guerreiras do povo abissínio e seu sucesso em repelir, ao longo dos séculos, os invasores de seu território também parecem ter motivado o poema “*Negro*”, de autoria de Odilon de Coimbra. O poema foi publicado originalmente no jornal *Correio do Paraná* e reproduzido na capa de *A Alvorada*, durante o mês de novembro de 1935. No trecho do final do poema aparecem menções diretas ao conflito, num momento de franco avanço das tropas fascistas sob o território etíope.

[...] Negro civilizado das cidades  
Negro descalço dos sertões longínquos  
Dos desertos ferventes, das aldeias  
Dos pântanos, das selvas, das montanhas  
Dos penhascos soturnos da Abyssinia  
[...] Negro nativo, negro que tens pátria  
Que és dono do teu solo, sem roubá-lo  
Sem havê-lo usurpado de ninguém  
[...] Abandona o cachimbo, o remo, o arado!  
Deixa a pá, larga a enxada, larga tudo!  
Corre afoito pro cabo da espingarda!  
Aprende o machinismo da engrenagem  
E vira esse feitiço ao feiticeiro  
Que pretende esmagar-te a fogo e aço!  
Sê o herói, neste drama de conquista!  
Mostra ao mundo que negro também vive  
Que negro também nasce para a luta  
E não se submete a imperialismos!<sup>540</sup>

<sup>539</sup> ‘Os italianos querem eliminar os negros da Abissínia’. *A Alvorada*. Pelotas, 9 de junho de 1935. p.1.

<sup>540</sup> ‘Negro’. *A Alvorada*. Pelotas, 24 de novembro de 1935. p.1.

A visão particular que a maioria desses intelectuais negros tinha a respeito da Etiópia era, de certa forma, idealizada. Sempre descrita como um país valoroso, um povo trabalhador, pacífico e corajoso, os negros pelotenses não conheciam (ou ignoravam) os problemas históricos da Abissínia, como a exploração de seus camponeses pelos *Rases*, as lutas internas entre as diversas etnias que compunham o Império, os conflitos religiosos, a dominação exercida pela Igreja Copta e a miséria em que vivia a maioria da população do país.<sup>541</sup> Da mesma forma, a figura de ‘heróis negros’ também foi explorada pelos autores que escreviam no jornal. Esses personagens (Menelik II, Hailé Selassié I, Johannes Robinson, entre outros) são constantemente exaltados e encarnam virtudes como a bravura, a honra, a liderança e o patriotismo. Diante de seus anseios e na tentativa de aumentar a auto-estima dos negros em geral, a figura de uma Etiópia forte e resistente é que realmente se impunha. A exceção talvez seja Rodolfo Xavier. Esse autor costumava mencionar em seus artigos o estágio semi-bárbaro em que viviam as populações da Etiópia. Seus argumentos de defesa à independência do país se dão mais no sentido da solidariedade humana, do pacifismo, da crítica às ambições italianas e à desigualdade de armamentos entre os países em conflito em lugar de uma visão idealizada do império negro.

Na medida em que a ocupação fascista vai se tornando uma realidade, os autores que escrevem no jornal passam do apoio e da crença inicial que depositavam na Liga das Nações à crítica aberta contra esta organização. No artigo “*Guerra de Conquista?*”, Armando Vargas ataca a incapacidade de Genebra em garantir o respeito aos tratados assinados entre as nações, afirmando que na verdade a Liga não passava de um órgão que visava garantir os interesses imperialistas das grandes potências européias. Grande parte do artigo foi baseado na leitura do livro *A Questão Abissínia e a situação européia*, do escritor comunista de origem judaica, Karl Radek. Como o autor afirma nesse trecho:

A Liga das Nações, que nunca resolveu coisa alguma, demonstrou, mais uma vez, que não tem autoridade, que nada representa e que ninguém a respeita como entidade máxima das nacionalidades. Tudo

---

<sup>541</sup> Os principais grupos étnicos que compunham o Império Etíope eram o *Amhara*, o *Tigré*, o *Oromo* (ou *Gala*), o *Agaw*, o *Gurage*, o *Somali*, o *Ascari* e o *Falacha*, entre outros. Sobre os históricos conflitos entre etnias e/ou religiões no interior da Etiópia, ver: SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o limbambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002. p.573-612.

quanto tem feito até hoje, tem redundado em fracasso vergonhoso, se não é tapeação do imperialismo e capitalismo agonizante.<sup>542</sup>

No mês de dezembro de 1935, quando as hostilidades já se encontravam em estágio avançado, foi publicado nas páginas do jornal um artigo intitulado “*A valorosa mulher brasileira e a heróica mulher abissínia!*”. O documento foi elaborado pela União Feminina do Brasil (UFB), possivelmente em conjunto com a Aliança Nacional Libertadora, que encontrava-se na ilegalidade desde julho de 1935. No texto, se anunciava a fundação do *Comitê Feminino Contra a Guerra em Defesa da Paz Universal, da Cultura e Humanidade*. Era uma iniciativa antifascista em solidariedade às mulheres abexins que lutavam no front e um protesto contra as notícias a respeito de bombardeios realizados pela aviação italiana sob vilas indefesas, vitimando mulheres e crianças. O texto se inicia da seguinte forma:

Mulheres do Brasil! – o atentado que a Itália fascista está praticando contra a soberania da Abissínia deve ser para nós mulheres do Brasil um signal de alerta e um apelo à união de todas as nossas forças em defesa da Paz e da Humanidade.<sup>543</sup>

A seguir é realizada uma veemente condenação da guerra e dos argumentos civilizadores apresentados pelo governo italiano para justificar a ação bélica na Etiópia. A questão ‘civilização vs. barbárie’ é mais uma vez colocada no centro do debate.

Em nome de uma civilização “branca e superior” esmaga-se um povo livre sobre o fundamento de que ele é incapaz de se governar porque é bárbaro, de se dirigir porque é negro. Barbaria é suprimir a liberdade de pensamento; é prender, deportar pensadores e cientistas; é fabricar theorias pseudo-científicas com intuítos políticos, como a teoria da inferioridade das raças; é queimar livros; é fechar laboratórios.<sup>544</sup>

Por fim, o artigo se volta contra uma declaração de Mussolini, que afirmava que “a guerra é para o homem o que a maternidade é para a mulher – uma necessidade.” O texto se encerra num apelo à participação das mulheres brasileiras em defesa da liberdade e da luta das mulheres etíopes.

---

<sup>542</sup> ‘Guerra de Conquista? – E a Liga das Nações?! Fracassou...’ *A Alvorada*. Pelotas, 6 de outubro de 1935. p.1. Karl Radek (1885-1939) foi um escritor e líder bolchevique de origem judaico-polonesa.

<sup>543</sup> ‘A valorosa mulher brasileira e a heróica mulher abissínia. Solidariedade e protesto pela paz e Humanidade.’ *A Alvorada*. Pelotas, 15 de dezembro de 1935. p.1.

<sup>544</sup> Idem, Ibidem.

Mulheres brasileiras! Ergamo-nos contra esta exploração dos sentimentos femininos; contra as mentiras dos armamentistas; contra os massacres guerreiros actuaes e vindouros. Esqueçamos as diferenças de crenças políticas, religião e cultura e colaboremos na campanha de esclarecimento cultural, de demonstração pela Paz. Attendamos o apelo das mulheres abissínias, nossas irmãs que heroicamente luctam de armas na mão em defeza da soberania de seu paiz, e constituamos o Comité Feminino Contra a Guerra em defesa da Paz Universal, da Cultura e da Humanidade.<sup>545</sup>

Seguem, no fim do documento, o conjunto de assinaturas das mulheres que apoiaram o manifesto e suas respectivas profissões. Ali estão os nomes de importantes militantes da ANL, do PCB e de outras correntes políticas que protestavam contra o fascismo na época: Armanda Álvaro Alberto (presidente da UFB), Nise da Silveira, Maria Lacerda de Moura, Maria Werneck de Castro, Lúcia de Freitas, entre outras.<sup>546</sup>. O manifesto foi publicado sem nenhuma indicação de que se tratava de um documento vinculado a essas organizações. Esse fato talvez aponte para a intenção dos intelectuais negros pelotenses em apresentarem aos seus leitores exemplos de mobilização a favor da Abissínia, independente da orientação política de seus manifestantes.

Os autores que colaboravam em *A Alvorada*, permaneceram confiantes na resistência abissínia ainda nos primeiros meses depois da eclosão do conflito, quando o exército italiano conquistava com facilidade vastas regiões da Etiópia. Armando Vargas, o articulista que mais apostava nas tradições guerreiras do país, mantinha sua convicção a respeito de uma vitória do *Negus*, mesmo depois da imprensa internacional apresentar notícias sobre violentos bombardeios e numerosas baixas pelo lado abissíneo. O autor sentenciava

A queda de algumas aldeias não é uma vitória final da luta. A África desperta e nesse despertar bafejado pela simpatia do mundo civilizado

---

<sup>545</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>546</sup> A lista completa das assinaturas é: Armanda Álvaro Alberto, Eugenia Alvaro Moreira, Maria Lacerda de Moura, Joana de Lopes, Italia Fausta, Lelia Figner, Maria Diana Brito, Iveta Ribeiro, Lidia de Freitas, Laudimíia Trotta, Nise da Silveira, Eunice Weaver, Eulina Nazareth, Maria Ignez Coutinho Ferreira, Medéa Moreira Lima, Maria Mercedes Mendes Teixeira, Heloisa Alberto Torres, Olga Navarro, Maria Werneck de Castro, Consuelo Barreto de Menezes. Encontramos, num total de vinte assinaturas, seis professoras; quatro escritoras; três artistas; duas advogadas; duas médicas; uma química; uma pintora e uma jornalista. Trata-se, de maneira geral, de profissionais liberais com alguma instrução ou mesmo estudos superiores. A União Feminina do Brasil atuava na ilegalidade, pois havia sido fechada em conjunto com a ANL, em julho de 1935. O documento possivelmente foi elaborado em reunião realizada na sede da entidade Oposições Coligada, em 31 de outubro de 1935. O encontro foi chamado publicamente de ‘Comité de Propaganda e Luta contra a Guerra’. Algumas dessas militantes foram presas posteriormente, acusadas de colaborar com os levantes comunistas de outubro de 1935.

e julgamento do próprio Deus – a guerra, com todos os seus horrores, com todas as suas desgraças, será vencida pela heróica África Oriental, embora tenha que se levantar de seus próprios escombros uma nova África, mais forte, mais rica e mais respeitada!<sup>547</sup>

Infelizmente, não sabemos quais foram as reações da intelectualidade negra de Pelotas diante da queda do império etíope e do posterior exílio de Hailé Selassié I em Londres, uma vez que os exemplares do periódico durante o ano de 1936 não foram recuperados. Possivelmente os articulistas de *A Alvorada* permaneceram firmes em seus protestos contra o imperialismo italiano e assistiram perplexos às catástrofes que se sucederam na Europa e no mundo, as quais eles mesmos haviam anunciado.

Quanto à posição dos autores que colaboravam no periódico em relação ao avanço do Integralismo no Brasil e no Rio Grande do Sul, e ao ambiente de polarização política que se estabelecia no país concomitantemente à invasão italiana à Etiópia, temos algumas manifestações importantes veiculadas no jornal: durante o I Congresso Afro-Brasileiro, realizado no ano de 1934, em Recife, o representante da *Frente Negra Pelotense* no evento, o artista Miguel Barros, foi acusado de ‘agente comunista’ pelo líder integralista Gustavo Barroso. Em artigo intitulado “*Guerra de Raça*”, publicado em *A Offensiva*, órgão oficial da AIB, Barroso afirmava que as Frentes Negras eram organizações comunistas sustentadas pelos judeus, e que “num país em que não existe o preconceito de cor como o nosso, isso é um pretexto fútil.”<sup>548</sup> Os articulistas do jornal negro pelotense reagiram com grande indignação a estas acusações. Humberto de Freitas dedicou extenso artigo rebatendo tais afirmações. Em tom de ironia, o autor inicia o texto da seguinte maneira:

Quando no cenário nacional, começou a surgir a chamada “Idéia Nova”, todos pensavam que se tratava da fundação de um novo rancho carnavalesco, tal a graciosidade com que os adeptos de tal inovação pronunciavam e gesticulavam seus “Anauês”. Porém, não demorou muito para verificarmos que os novos políticos, não iriam aderir ao culto secular de Momo, mas sim jogar se aos pés do novo Messias, o Deus-Plínio, a quem não cansam de jurar fidelidade.<sup>549</sup>

---

<sup>547</sup> ‘Está consumado o grande crime da Itália na África Oriental’. *A Alvorada*. Pelotas, 13 de outubro de 1935. p.2.

<sup>548</sup> ‘O que eles dizem...’ *A Alvorada*. Pelotas, 16 de junho de 1935. p.2.

<sup>549</sup> ‘A ação criminosa do Integralismo’. *A Alvorada*. Pelotas, 16 de junho de 1935. p.1.

Mais adiante, o escritor afirma que o movimento integralista tem promovido desordens e violência contra os operários e que vêm ameaçando as instituições democráticas vigentes, contando ainda com a cumplicidade do governo.

Fazendo propaganda *contra o regime constitucional, querem “a valentona” derrubar a Liberal Democracia e instituições*, atacando com chistes gosados, os membros do governo e descarregando suas armas *contra os operários*, dos quais se dizem salvadores! Assim tem acontecido em todas as partes. No Rio, São Paulo, etc, (com exceção de São Sebastião do Caí, neste Estado, onde os *integralistas mataram dois policiais!*) [...] Os jagunços verdes, assim, vão espalhando pelo Brasil, de Norte a Sul, o luto, a dôr, a miséria enquanto gosam de uma complacencia espantosa.<sup>550</sup>

Freitas ainda sugere que o Integralismo, além de representar uma ameaça à ordem, não passava de uma imitação dos movimentos fascistas europeus:

E os camisas verdes parece que passaram a usar “camisas...de fôrça!, tal a periculosidade ameaçadora sempre, à tranqüilidade pública. Fanfarroneando nacionalidade, o Integralismo é um imposto de estrangeiros e de nacionais desnacionalizados.<sup>551</sup>

Criticando o mesmo artigo de Gustavo Barroso, Rodolpho Xavier assinou um texto onde rebate as acusações de que as Frentes Negras seriam organizações comunistas. No artigo “*Comunismo em Ação*”, o autor declara:

As “Frentes Negras” não se preocupam com a existência ou não de “camisas verdes”, “amarelas”, “roxas” ou “cor” de burros quando fogem...suas finalidades são muitíssimas outras e diversas das finalidades “salgadiças”. [...] Não promovem, não promoveram arruaças; portanto a pecha de “comunistas” fica ao pintar dos “salgadisso”, que constantemente promovem arruaças não só contra elementos que lhe são hostis como contra as próprias autoridades.<sup>552</sup>

O autor chama a atenção para o fato das Frentes Negras não se constituírem como partidos políticos e/ou com projetos de poder, mas sim como organizações da sociedade civil que lutam em favor da representação dos negros na sociedade, segundo as regras legais vigentes.

---

<sup>550</sup> Idem, Ibidem. Itálico no original.

<sup>551</sup> Idem. Ibidem.

<sup>552</sup> ‘Comunismo em Ação’. *A Alvorada*. Pelotas, 4 de agosto de 1935. p.1-2.

Dentro das hostes frentenegrinas não impera a desordem, desejos de conquista de mando ou políticos, subversão das instituições porque somos demasiados pequenos e fracos para tal; mas o acatamento das leis que nos rejeem o cumprimento do dever que se impõe a todo brasileiro.<sup>553</sup>

Por fim, Xavier aponta para o conflito entre os integralistas e a Aliança Nacional Libertadora; esta última sim, na visão do autor, uma organização ligada ao Partido Comunista Brasileiro.

Deixem os “salgadissos” as “Frentes Negras” em paz: entretenhão-se com os partidos políticos organizados depois da Revolução de 30 e, sobretudo, com a “Aliança Nacional Libertadora” que lhes tem posto os intuitos e a calva a mostra e dando pano para mangas...Nessa encruzilhada é por onde se encontram os “comunistas” e o comunismo em ação, dos “barrigas verdes”, “amarelos” e “vermelhos”.<sup>554</sup>

Além das menções diretas ao conflito ítalo-abissínio, publicadas em artigos no semanário durante o ano de 1935, foram encontradas algumas referências à Etiópia que indicam o reconhecimento, por parte dos articulistas do jornal, deste país (e dos termos analisados no início desse capítulo) como um símbolo de africanidade. Num artigo do jornal que trata de uma visita de negros paulistas para a fundação da *Frente Negra Pelotense*, aparece da seguinte forma: “Estamos na época das ‘Frentes únicas’, cabendo a todos se defenderem. [...] É certo que, estando à frente desse movimento reivindicador os maiores intelectuais da *raça etiópica paulista* [...]”<sup>555</sup> Em outra ocasião, num anúncio sobre a aprovação de dois estudantes negros nos exames para admissão no Ginásio Pelotense, o jornal escreve: “dois futuros baluartes da *raça etiópica pelotense*”.<sup>556</sup> Na mesma edição do jornal, agora em uma matéria que celebrava a filiação do professor Francisco de Paula Alves junto à *Frente Negra Pelotense*, o jornal sentenciava: “mui digno, acatado homem de letras e catedrático de Português no Ginásio Pelotense [...] orgulho da *família etiópica de Pelotas*”.<sup>557</sup> Em 1935, foi publicado no jornal *Alvorada*, de Pelotas, um retrato do célebre abolicionista José do Patrocínio. Nas legendas da gravura lê-se: “José do Patrocínio: O grande abolicionista da *raça*

---

<sup>553</sup> Idem. p.2.

<sup>554</sup> Idem. Ibidem.

<sup>555</sup> Citado por SANTOS, José Antônio dos. Op. cit. p.163. Grifos meus.

<sup>556</sup> Idem. p.182. Grifos meus.

<sup>557</sup> Idem. p.183. Grifos meus.

*etiópica*”.<sup>558</sup> Essa ilustração foi publicada em maio, próxima à data oficial das comemorações da abolição. O próprio jornal ainda não havia publicado nenhum artigo a respeito da crise ítalo-etíope, que na época se restringia às discussões diplomáticas entre a Itália, Inglaterra e França. Este fato parece indicar que o uso do termo na ocasião não teria relação direta com a questão abexim.

A maioria dos autores que escreveram no periódico durante a década de 1930 (incluem-se aí Rodolpho Xavier, Armando Vargas, Humberto de Freitas, José Penny, Dario Nunes, Miguel Barros, Antonieta Ávila, entre outros) utilizaram genericamente os termos “raça etiópica”, “povo etiópico” e/ou derivados como sinônimo de *negro*. Os exemplos são incontáveis. O autor que talvez mais tenha se utilizado dessas expressões foi o jovem escritor José Penny. Já Rodolpho Xavier utilizava, na maioria das vezes, o termo “raça africana” ou mesmo “raça negra”. Porém, também encontramos em seus artigos a expressão em questão, em mais de uma ocasião. Seu uso parece bem difundido na comunidade e nos arredores de Pelotas, na época. Prova disso é o anúncio de fundação da sociedade negra *União Etíope Cacimbinhense*, no município de Cacimbinhas, em julho de 1933.<sup>559</sup>

Parece haver certa rejeição por parte dos negros pelotenses pelo uso do termo *negro*. As colunas de fofocas do periódico publicavam inúmeros relatos de indivíduos negros ou mulatos que sentiam vergonha ou desprezo por sua ascendência africana. Uma das constantes reclamações e denúncias presentes nas páginas de *A Alvorada* era em relação a dificuldade ou mesmo recusa de certas pessoas da comunidade em se assumirem como negras, preferindo utilizar outros termos, considerados menos pejorativos. Sobre o assunto, o artigo intitulado “*Negro!*”, escrito por Armando Vargas, sentenciava:

Eis o termo que choca o “eu” de muita gente “bonita”, que devido a não sei o quê, não gostam de ouvi-lo Por que se recentem quando se profere tão sublime palavra? Que na sua singeleza representa o nome de uma raça que foi superior a toda maldade a ela infligida.<sup>560</sup>

Outro artigo, agora de autoria de Rodolpho Xavier, seguia na mesma direção.

Somos ou não somos negros, e se não somos o que é que somos? Vermelhos, amarelos, bronzeados? É um termo “pejorativo”, alegam;

---

<sup>558</sup> *A Alvorada*. Pelotas. 5 de maio de 1935. p.3. Grifos meus.

<sup>559</sup> *A Alvorada*. Pelotas. 16 de julho de 1933. p.2.

<sup>560</sup> ‘Negro!’ *A Alvorada*. Pelotas. 28 de janeiro de 1934. p.8.

mas por causa disso mesmo que o empregamos, em toda a latitude de seu significado, para que desapareça o “pejorativo” da expressão.<sup>561</sup>

O uso de termos como “*povo etiópico*” talvez surgisse como alternativa ao termo *negro*. O movimento pan-africanista do início do século XX, surgido nos EUA, Caribe, Inglaterra e colônias inglesas, estabeleceu uma discussão muito semelhante, que demonstra como o termo *etíope* era utilizado de forma mais ampla pelos afro-descendentes, em geral. J. E. Casely Hayford, escritor e ativista negro da Costa do Ouro (atual Gana) protestou, em 1906, contra o uso do termo *negro* ou *nigger* da seguinte forma: “nenhuma raça que tem auto-respeito deve submeter-se a ser chamada por nomes oprobriosos [...] Nós somos *etíopes* – africanos. Assim somos conhecidos desde os dias de Heródoto e Homero.”<sup>562</sup> Casely Hayford, por outro lado, via com muito entusiasmo a independência da Etiópia frente aos impérios europeus na África. Assim, publicou em 1911, o livro *Ethiopia Unbound* (Etiópia Desacorrentada) dedicada “aos filhos da Etiópia do mundo inteiro”<sup>563</sup>, sugerindo que a Etiópia é, simbolicamente, a pátria-mãe dos africanos.

Esse assunto foi motivo de intensas discussões nas páginas de *A Alvorada*. A suposta “origem etiópica” dos negros era defendida por uns e desmentida por outros escritores do semanário. Os debates em torno da agressão fascista na África Oriental colocaram o assunto na ordem do dia. Num artigo de Rodolpho Xavier, intitulado “*Origem Etiópica*”, o autor busca esclarecer a origem de tal expressão, a qual considerava enganosa:

Em geral, no Brasil, a raça descendente de africanos é tida e havida por etiópica. Desconhecedora, em sua quase totalidade, de sua verdadeira origem a raça afro-brasileira pavoneia-se de **etiópica** cuja região não contribuiu com um único espécime para o tráfico de escravos, não só para o Brasil como para toda América.[...] Raça “chamita” e como tal considerada ramo da raça branca, a raça etiópica, ancestral dos abissínios, escraviza negros de outras procedências, considerados por eles, inferiores a sua raça.<sup>564</sup>

O autor afirma que o uso equivocado do termo ‘etiópico’ para referir-se aos africanos escravizados na América foi iniciado pelo Visconde de Cairú. Outros escritores também

---

<sup>561</sup> ‘Somos ou não somos?’. *A Alvorada*. Pelotas. 23 de julho de 1933. p.1.

<sup>562</sup> Citado por NASCIMENTO, Elisa K. Op. cit. p. 38. Grifo meu.

<sup>563</sup> AKPAN, Monday B. “Libéria e Etiópia, 1880-1914: a sobrevivência de dois Estados africanos.” In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). Op. cit. p.286.

<sup>564</sup> ‘Origem Etiópica’. *A Alvorada*. Pelotas. 7 de julho de 1935. p.2.

teriam difundido o termo posteriormente. Xavier prossegue afirmando que os negros que foram trazidos como escravos para o continente americano nada tinham a ver com a Etiópia:

Sabe-se, perfeitamente, que a zona abastecedora de escravos tanto para o Brasil quanto para as colônias hespanholas, inglesas e francezas, não era na Etiópia se bem que na alta Abissínia existissem negros, como nos assevera o escritor francez Paul Bert.<sup>565</sup>

O artigo prossegue com a transcrição de comentários de um jornalista dos EUA, identificado apenas pelo nome de Manfred, sobre o envio de soldados negros norte-americanos para a África, onde foram lutar em ‘auxílio de seus irmãos abissínios’. Nesses comentários, que aparecem grifados por Xavier, o jornalista estadunidense afirmava que os verdadeiros irmãos dos descendentes de escravos na América eram os negros que habitavam a África Central e que os abissínios, além de se considerarem brancos, escravizavam os negros na Etiópia.<sup>566</sup> Esse dado parece ser fundamental para Xavier, uma vez que, dentre os colaboradores do jornal, ele era um dos poucos que havia nascido antes da abolição da escravatura, em Pelotas. Por fim, aparece um alerta de Xavier aos negros pelotenses que se diziam ‘etíopes’: “O grifo é nosso, mesmo para chamar a atenção dos que se acham iludidos em sua boa fé. Tal é a origem etiópica dos descendentes africanos, brasileiros...De *etiópicos* não temos nada.”<sup>567</sup>

Em outro artigo, algumas semanas antes, Rodolpho Xavier havia versado sobre as origens históricas da Abissínia, onde afirmara que os abissínios não eram negros:

Sem espírito de raças, porquanto a Abyssinia não é propriamente paiz de negros, descendentes que são de ethiopes e que os antigos situavam ao sul do Egito e da Lybia, e como diz Nina Rodrigues, pertencem a um ramo da raça branca: “De facto a primeira discriminação a fazer entre os verdadeiros negros e os povos chamitas que, mais ou menos pretos, são todavia um simples ramo da raça branca e cuja alta

---

<sup>565</sup> Idem, Ibidem. Paul Bert (1833-1886) foi um fisiologista, médico e político francês.

<sup>566</sup> Tasfaye Zaphiro, um jovem secretário do embaixador etíope em Londres, em visita à Nova York para trabalhar junto às organizações pró-Etiópia dos EUA, se pronunciou contra os comentários da imprensa norte-americana a respeito da ‘negritude dos etíopes’. Em dezembro de 1935, Tasfaye declarou em um comício, realizado na Abyssinian Baptist Church, diante de três mil pessoas: “Está sendo dito que nós desprezamos os Negros. Em primeiro lugar, vocês não são Negros. Quem disse a vocês que são Negros? Vocês são filhos e filhas da África, sua terra natal, que os chama agora a ajudar seu último povo livre.” SCOTT, William R. Op. cit. 1978. p.127. O termo ao qual Tasfaye Zaphiro se refere e critica, no texto original, é ‘Negroes’, considerado pejorativo pelas lideranças negras norte-americanas do Harlem.

<sup>567</sup> ‘Origem Etiópica’. *A Alvorada*. Pelotas. 7 de julho de 1935.. p.2. Grifos no original.

capacidade de civilização se attestava excellentemente na antiga cultura do Egipto, da Abyssinia, etc”<sup>568</sup>

É interessante notar que o autor cita Nina Rodrigues, médico e etnólogo maranhense famoso por suas posições racistas e defensor da eugenia. Isso talvez se deva por Nina Rodrigues ser um dos poucos autores que escreveu sobre os negros no Brasil, na virada do século XIX para o século XX. Apesar de considerar os negros inferiores, nutria por eles uma curiosidade, o que levou a registrar uma série de escritos “científicos” sobre os africanos no Brasil e suas práticas sociais e religiosas.

Duas semanas depois, o articulista Humberto de Freitas apresenta uma resposta contundente ao debate iniciado por Rodolpho Xavier sobre a “origem etiópica”, a escravidão no Império Etíope e a ‘negritude’ dos abissínios. Num artigo chamado “*A Itália e os negros da Abissínia*” o autor relata:

Com a próxima guerra entre os conquistadores de terras e a valorosa Etiópia, vem novamente a baila uma velha questão etnológica. São os abissínios, negros ou brancos? São negros – dizem uns. São brancos – afirmam outros. Os etíopes, mais ou menos pretos, são todavia, brancos – contestam ainda, outros mais. Até hoje o povo abissínio, é o que a gente quer que o seja. Negro. Branco. Ou pretos-brancos ao mesmo tempo. Com os egípcios foi a mesma coisa.<sup>569</sup>

Depois de apresentar alguns dados e opiniões gerais de historiadores e etnólogos sobre a discussão em torno das origens do Egito e da Etiópia antiga, o autor se debruça sobre os argumentos apresentados nos artigos de Rodolpho Xavier, onde, entre outros pontos, a negritude dos etíopes é colocada em questão. Em primeiro lugar, Freitas discute o problema da escravidão na Etiópia.

Há, até hoje, os que crêem não ser os abissínios, negros, pelo fato de ter existido até poucos dias, escravos pretos na Abissínia. No entretanto, esquecem estas pessoas que na antiguidade as nações vencidas tornavam-se escravas das nações vencedoras, após as guerras de conquistas, iguais as que a Itália, revivendo o tempo dos bárbaros, está promovendo hoje, contra a valorosa Abissínia. Não atacam as

---

<sup>568</sup> ‘Nihil novi sub sole...’ *Alvorada*. Pelotas, 16 de junho de 1935. p.2. Segundo Teshale Tibebu, o ‘mito’ de que os etíopes pertenciam a um ramo da raça branca foi criado após a batalha de Adowa, pois a partir do fracasso do exército italiano diante das tropas de Menelik II, as convicções racistas do imperialismo europeu a respeito da superioridade branca haviam sido abaladas. Assim, os etíopes passaram a ser descritos pelos europeus como ‘negros caucasianos’ e o próprio imperador Menelik II começou a ser referido como grande estadista. TIBEBU, Teshale. Ethiopia: The “Anomaly” and “Paradox” of Africa. In: *Journal of Black Studies*, Vol. 26, No. 4 (Mar., 1996), p.418-419.

<sup>569</sup> ‘A Itália e os negros da Abissínia’. *Alvorada*. Pelotas, 28 de julho de 1935. p.1.

nações da raça branca outras nações da raça branca? Não travam lutas as nações da raça amarela, contra outras nações da raça amarela? As tribus de pele vermelha não atacam as outras tribus de peles vermelhas? Povos da raça branca, não escravizam povos da raça branca? Porque então, nos admirar de que negros escravisassem os próprios negros?<sup>570</sup>

Aqui, a argumentação de Freitas se desenvolve no sentido de demonstrar que a escravidão não é uma prática exclusiva de nenhuma cultura, povo ou etnia, e tampouco pode ser utilizada como prova de superioridade racial de um povo em relação a outro. Nesse ponto, em particular, o autor se distancia de uma visão idealizada do império negro, muito comum nos artigos veiculados em *A Alvorada*, uma vez que admite que os abissínios também escravizavam outros povos no interior do seu império. Sobre a Etiópia e o tráfico transatlântico de escravos, o autor declara:

Consideram que os etíopes não são negros, porque de fato a Etiópia não exportou escravos. Se esqueceram essas pessoas que os negros abissínios sempre foram altivos e repeliram, qualquer investida estrangeira!?<sup>571</sup>

A seguir, o autor critica, de forma irônica, os argumentos de Nina Rodrigues e suas considerações sobre a antiga civilização abissínia: “Bastou, para diser-se que os egípcios e abissínios fossem brancos, o fato de se ter encontrado no Egito e na Abissínia vestígios de uma antiga Civilização, o que não poderia ser feita por negros...”<sup>572</sup>

Por fim, Humberto de Freitas realiza mais um apelo em favor da luta da Etiópia, apresentando um trecho do discurso de Mussolini, onde o *Duce* deixa clara sua concepção de superioridade latina em relação aos africanos:

**“Quero repetir que os soldados italianos sempre derrotaram as raças negras. Aduá constituiu uma exceção, onde quatro mil italianos lutaram como loucos contra cem mil abexins.”** O *Duce* está convencido de que a Itália vai conquistar as terras dos negros abissínios. Os abexins, são para os italianos, simplesmente um povo negro. [...] Não esqueçamos: os italianos querem eliminar os negros da Abissínia.<sup>573</sup>

---

<sup>570</sup> Idem. Ibidem.

<sup>571</sup> Idem. p.1-2.

<sup>572</sup> Idem. p.2.

<sup>573</sup> Idem. Ibidem. Grifos no original.

Pode-se observar um apurado senso crítico neste artigo. Também devemos chamar a atenção para o uso da expressão *negros abissínios* em diversas passagens do texto de Freitas, deixando explícito seu posicionamento diante da questão. Rodolpho Xavier não publicou uma réplica posteriormente, aparentemente dando por encerrada a discussão. Analisando a tônica e o conteúdo da polêmica, podemos afirmar: Rodolpho Xavier tinha um interesse marcante pela erudição, como pode-se atestar em diferentes artigos de sua autoria, ao longo de toda a existência do periódico. O velho militante frequentemente se remetia a estudos científicos, livros e jornais estrangeiros para esclarecer questões aos seus leitores e embasar suas opiniões. Já Humberto de Freitas, bem mais moço que Xavier, estaria mais interessado em defender símbolos de pertença étnica – no caso, a Etiópia – no sentido de mobilizar a comunidade negra local, não se preocupando muito com detalhes históricos e científicos, embora em alguns momentos também demonstre amplo conhecimento sobre esses assuntos. A ação política parece ser sua principal preocupação.

Na verdade, o debate dos autores em torno do tema havia se iniciado muito antes do surgimento da questão ítalo-abissínia no centro da política internacional. Humberto de Freitas já havia dedicado um longo artigo versando sobre a negritude dos egípcios, em junho do ano anterior.<sup>574</sup> Xavier também dedicara, na mesma época, uma matéria a respeito da representação da Rainha de Sabá no cinema norte-americano. Na ocasião, o autor criticava a escolha de uma atriz branca para encarnar a lendária soberana etíope. Fazendo menção a pesquisas arqueológicas recentes, o próprio Xavier defendia que os abissínios eram negros, no artigo em questão.

Ainda há poucos meses, quando se tratou de representar no cinemografo um personagem com a rainha de Sabá, que mais provavelmente devia ter sido negra, apelaram para o concurso da atriz Betty Blythe. [...] Entretanto, os sábios, explorando a antiga Etiópia, descobriram, no Sudan Egípcio, um grupo de túmulos que abrigavam vinte reis e cinco rainhas que imperavam sobre Sabá. Pinturas, baixos relevos e esculturas torna impossível a menor dúvida. Esses soberanos e soberanas eram negros como seu povo. Mas o preconceito continuará a atribuir uma face branca a bela visitante de Salomão.<sup>575</sup>

A história da Etiópia antiga também parecia causar certo fascínio sobre os intelectuais negros pelotenses. Constantemente esses autores faziam menção às lendas

---

<sup>574</sup> ‘O Egito e a Raça’. *A Alvorada*. Pelotas. 24 de junho de 1934. p.1.

<sup>575</sup> *A Alvorada*. Pelotas. 15 de julho de 1934. p.1.

abissínicas ou a episódios da história desse país, demonstrando certa erudição e estudo sobre o tema. Armando Vargas, em um artigo que comentava um suposto projeto de emenda constitucional que ‘proibia a imigração de outros povos que não são brancos’ para o Brasil, nos apresenta um exemplo daquilo que GUIMARÃES chamou de ‘afrocentrismo’, ou seja, a idéia de que as origens da civilização ocidental estão no Egito e na antiga Abissínia:

Diz-se que foram os brancos que fizeram Atenas, Roma, Paris, etc. Mas com quanta infelicidade invocam pontos para afirmar sua superioridade. Invocar a Grécia antiga, a bela civilização grega. A Grécia que teve seus princípios, suas bases no ocidente e no Egito e que admirava e cultuava a cor da Etiópia. A cor negra, que para eles era nobre.<sup>576</sup>

Os debates no interior das páginas de *A Alvorada* em relação à origem etiópica, ou mesmo sobre o uso ou não desses termos para definir a comunidade afro local, também apontam para as nuances e os limites da identificação da Etiópia como símbolo de africanidade por parte dos negros pelotenses, de forma mais ampla. Comentando uma carta de um leitor recebida pela redação, a coluna *Pesquei*, mantida por Juvenal Penny sob o pseudônimo de ‘Dr. Pescadinha’ e que tratava de assuntos referentes ao cotidiano da comunidade, dizia: “Pesquei – certas pessoas dizerem que não querem mais assinar o jornal porque este só trata agora da crise e do massacre dos pretos abissínicos.”<sup>577</sup> No mês de outubro de 1935, quando se iniciaram as hostilidades na África Oriental, a coluna novamente relatava, em tom de protesto, a indiferença com que alguns membros da comunidade negra pelotense encaravam a invasão italiana à Etiópia: “Pesquei: um fiasco que houve num baile, quando um orador falou na Abissínia, alguém disse, aqui tratamos de carnaval. Pelo que vimos não importa a muita gente o selvagem massacre dos negros.”<sup>578</sup>

Mesmo diante dessas evidências que apontam para as limitações a respeito dos usos e da difusão da dita ‘identidade etiópica’ entre a comunidade negra local, é inegável que a intelectualidade negra pelotense se mobilizou e protestou de forma veemente contra a invasão italiana à Etiópia. Foram mais de vinte artigos publicados no periódico entre junho e dezembro de 1935 – a maioria estampados na capa da publicação. Vale destacar também que na ocasião do cinquentenário do jornal,

---

<sup>576</sup> ‘Arianização do Brasil’. *A Alvorada*. Pelotas. 25 de fevereiro de 1934. p.1.

<sup>577</sup> *A Alvorada*. Pelotas, 18 de agosto de 1935. p.3.

<sup>578</sup> *A Alvorada*. Pelotas, 20 de outubro de 1935. p.4.

Rodolpho Xavier apresentou, em linhas rápidas, alguns dos episódios mais marcantes da trajetória da publicação. Ao lado de eventos importantes da mobilização operária e da comunidade negra de Pelotas, o autor mencionava com orgulho os protestos realizados nas páginas do semanário durante o episódio da invasão italiana à Abissínia<sup>579</sup>.

A despeito da origem operária e da escassez de recursos culturais e econômicos de que eram dotados esses indivíduos, a impressão que temos sobre seus posicionamentos a respeito da guerra africana é de que, além de um razoável nível de informação que demonstravam ter sobre a realidade política internacional, o jornal que produziam funcionava mais como um espaço de discussão e debate do que um órgão meramente informativo ou mesmo doutrinário. O jornal publicava livremente as opiniões de seus autores e estes não tardavam em criticar ou desmentir fatos e opiniões de seus pares quando achavam pertinente. É fato notório então perceber a coesão de opiniões e protestos em favor da Abissínia por parte destes autores, de diferentes gerações, visões políticas e vivências individuais. Da mesma forma, o viés católico que o jornal aparentemente possuía não o impediu de veicular duras críticas à Igreja Católica, ao Papa e ao arcebispo metropolitano Dom João Becker, por apoiarem publicamente a causa fascista. Além disso, o periódico negro mantinha constante diálogo com a comunidade a qual era destinado. As críticas dos leitores às posições dos colaboradores do jornal eram publicadas, comentadas e, algumas vezes, rebatidas.

Após analisar os artigos sobre assuntos diversos, veiculados em *A Alvorada*, podemos afirmar que as discussões de caráter étnico eram centrais para os articulistas do jornal. Eram tão importantes quanto às discussões político-ideológicas que caracterizam um periódico endereçado aos operários. Para tal conclusão, temos alguns exemplos: os autores introduziram as discussões sobre o Integralismo a partir das acusações e críticas que este movimento dirigiu às Frentes Negras. O caso do nazismo é outro exemplo ilustrativo: o regime de Hitler passou a ser criticado no semanário depois que a imprensa internacional começou a divulgar os decretos e leis raciais promulgadas pelo III Reich contra judeus, negros e outros grupos étnicos. A perspectiva central da maioria dos autores que escreveu sobre a Guerra da Etiópia também foi essa, ou seja, tratava-se de uma guerra ‘contra a raça negra’, o que necessariamente exigia um protesto dos negros do mundo todo.

---

<sup>579</sup> *A Alvorada*. Pelotas, 5 de maio de 1957. p.1.

## Considerações Finais

A Guerra da Etiópia foi um episódio decisivo na escalada militar que acabaria resultando na Segunda Guerra Mundial. O delicado equilíbrio de poder estabelecido depois do Tratado de Versalhes e a autoridade da Sociedade das Nações viriam ser desafiados pelo projeto expansionista italiano, abrindo caminho para a formação do Eixo Berlim-Roma e para a generalização da crise européia. O velho sonho da Itália em tornar-se, ela também, uma potência colonial e vingar-se da derrota sofrida diante dos exércitos abexins, em 1896, foram ingredientes essenciais para concretizar a aventura africana. Dessa forma, o governo de Mussolini buscava desviar a atenção da opinião pública para uma política externa de prestígio, camuflando as crises internas e os sinais de esgotamento do próprio regime. O desacordo entre as potências hegemônicas (Grã-Bretanha e França) quanto à postura a adotar diante das ambições italianas acabou acentuando mais as conseqüências políticas que a conquista do país africano teria nas relações internacionais da segunda metade dos anos de 1930.

A primeira parte do estudo reconstituiu o contexto histórico em que teve lugar a Guerra da Abissínia. Foram analisados pontos importantes para o entendimento do conflito, como a presença italiana no chifre africano desde fins do século XIX e as primeiras relações entre Itália e Etiópia em meio ao processo de partilha da África; o surgimento da Sociedade das Nações, seu posterior desenvolvimento e atuação durante as décadas de 1920-1930; a ascensão do fascismo na Itália do pós Primeira Guerra Mundial; os projetos de expansão territorial do governo de Mussolini; a invasão da Abissínia, propriamente dita; e, por fim, o papel e a inserção da América Latina durante o conflito ítalo-abexim.

A agressão fascista à Etiópia gerou uma repercussão significativa na opinião pública mundial. Como vimos, foram organizados, em vários países, comitês anti-guerreiros, manifestos de apoio a ambos os lados, comícios públicos, abaixo-assinados, doações e até mesmo listas de voluntários para lutar na África Oriental. Algumas dessas manifestações foram motivadas pela possibilidade de fundação de um glorioso ‘Império Italiano’ no além-mar; outras, em defesa da liberdade e independência do Império do *Negus*. De qualquer forma, o conflito ítalo-abexim teve repercussão maciça em diferentes setores sociais de países da Europa, Ásia e América.

No Brasil, um segmento social que teve ativa participação nas discussões a respeito da ‘Questão Ítalo-Abissínia’ foi, sem dúvida, o dos intelectuais. Tendo definido esses personagens como indivíduos produtores e/ou difusores de cultura, dotados de algum nível de engajamento político e que estabelecem regularmente um diálogo com a sociedade civil a partir de uma perspectiva coletiva, buscamos nesse estudo apresentar, discutir e compreender os posicionamentos de, pelo menos, dois grupos de intelectuais da sociedade riograndense: as elites letradas da capital e os intelectuais negros, ligados ao movimento sindical pelotense.

No caso dos primeiros, a partir da constatação do novo papel que a figura do intelectual começava a exercer em uma sociedade em vias de modernização, buscamos reconstituir alguns pontos importantes do ambiente que os cercava, entender que transformações foram estas e quais foram suas principais conseqüências para a natureza do intelectual no Rio Grande do Sul das décadas de 1920-1930.

Tendo observado tais mudanças – a formação do mercado do livro, a modernização da atividade jornalística, o avanço da educação superior, a expansão do serviço público, o papel da Igreja na educação básica, entre outros – partimos para a análise dos diferentes grupos que coexistiam no interior das elites intelectuais da capital. De um lado um grupo de escritores, jornalistas, políticos, profissionais liberais e servidores públicos agrupados em torno da *Editora Globo*, a principal casa editorial do sul do país. Caracterizados sob uma marcada heterogeneidade de posicionamentos políticos e mesmo estéticos, esses indivíduos atuavam principalmente através da imprensa, de institutos culturais, na produção literária e eram defensores dos chamados ‘princípios iluministas’, tais como a liberdade de expressão, o livre pensamento, a democracia e a justiça.

Do outro lado, o chamado grupo católico, composto pelas elites formadas em escolas jesuítas da região metropolitana, dotados de uma coesão e de um perfil político e intelectual mais homogêneo se comparados aos seus congêneres não-católicos. Sua atuação se dava primordialmente no ambiente acadêmico, nas associações culturais e na política partidária. Ao longo do estudo, vimos que as fronteiras entre esses dois grupos, em meados dos anos de 1930, ainda eram bastante fluidas e que esses agrupamentos não correspondiam a opções políticas monolíticas.

A seguir, o trabalho focalizou as manifestações políticas destes dois grupos durante o conflito ítalo-abexim. Para efetuar esta análise, a imprensa se mostrou um veículo privilegiado, uma vez que, além de colaboradores regulares dos principais

jornais da capital na época, era ali que ambos os grupos publicavam notas e manifestos expressando suas opiniões e posicionamentos sobre os mais variados assuntos.

Com a eclosão da guerra, observou-se que as opiniões das elites intelectuais gaúchas se dividiram em relação à invasão italiana: de um lado formou-se um grupo que assistia com entusiasmo a iniciativa italiana na África e forneceu amplo apoio público ao governo fascista durante o conflito. Nesse grupo misturavam-se escritores, políticos e jornalistas tanto do grupo ligado à *Globo* quanto os membros da geração católica. As justificativas italianas para a conquista e os apelos a uma identidade latina comum tiveram grande aceitação junto a esse segmento. Conferências e comemorações organizadas pelo Consulado Italiano na capital contavam com a presença constante de alguns desses intelectuais, que aproveitavam tais ocasiões para palestrarem em defesa da causa da Itália. Em retribuição a esses valorosos serviços de divulgação da cultura italiana e de apoio público ao regime fascista, muitos desses nomes seriam agraciados com medalhas e condecorações oferecidas pelo governo de Mussolini.

O posicionamento particular dos intelectuais que optaram pelo apoio à causa italiana pareceu calcado numa visão ‘culturalista’ do conflito, pois o argumento que mais entusiasmou esses escritores foi, sem dúvida, a idéia de levar as ‘luzes da civilização e da cultura latina’ para aquele obscuro país. Sempre evocando grandes nomes das letras e das ciências peninsulares, a missão civilizadora que a Itália supostamente realizaria na África Oriental era vista pelos intelectuais gaúchos como o único caminho para o avanço social e para o progresso daquela gente miserável e ignorante dos confins da África Negra. Além disso, as críticas à Inglaterra e ao imperialismo britânico foram freqüentes. Esses autores acreditavam que existia uma luta cultural e espiritual entre a civilização anglo-saxã, protestante e liberal – encarnada na Grã-Bretanha – e a civilização latina, católica e fascista, representada pela Itália. Mais do que um apoio político-ideológico ao fascismo italiano enquanto regime, talvez tenha sido esse o elemento que, de fato, mobilizou uma parcela importante da intelectualidade riograndense. Convém lembrar, mais uma vez, que, a partir do fim da guerra na África, quando a Europa torna-se o novo palco para o avanço dos regimes fortes anti-liberais, alguns desses entusiastas viriam rever suas posições e criticar abertamente os governos fascistas.

De outro lado, agruparam-se os intelectuais antifascistas, que protestaram contra o que definiram como ‘guerra de conquista’, ou seja, a agressão deliberada da Itália contra uma nação desarmada, desrespeitando todos os tratados firmados junto a Liga

das Nações e aumentando a tensão no interior do concerto político-diplomático europeu. Dentre esses intelectuais encontramos liberais, democratas, comunistas, membro da Aliança Nacional Libertadora e outros segmentos políticos que haviam se agrupado contra a crescente onda anti-democrática que tomava vulto no mundo e no Brasil, em particular, no início da década de 1930. O posicionamento antifascista teve como principal eixo mobilizador a crítica aos regimes totalitários, à censura e ao militarismo protagonizado pela Itália. Esse grupo também alertava para a escalada autoritária do governo Vargas a partir da promulgação da Lei de Segurança Nacional, que abria caminho para a instalação do Estado Novo, em novembro de 1937, e ao avanço da expressão nacional do fascismo, o Integralismo.

O posicionamento das elites letradas da capital diante da invasão italiana não correspondeu, obviamente, à divisão que começava a se estabelecer, entre católicos e não-católicos. Vemos que, apesar do declarado apoio do arcebispo metropolitano Dom João Becker (líder máximo da geração católica) a causa fascista, vários de seus líderes e personagens de destaque não manifestaram publicamente suas opiniões a respeito do conflito. Mesmo assim, o posicionamento pró-Itália foi maior em termos quantitativos e contou com nomes de destaque do cenário cultural gaúcho, tanto entre os católicos quanto entre os escritores ligados à *Editora Globo*. Por outro lado, os intelectuais que se agruparam em nome do antifascismo também não o fizeram por simpatia ao Império Etíope. Por certo, também lastimavam o atraso econômico, político e social do país africano. Porém, estavam eles mais preocupados com as conseqüências que essa guerra teria para o equilíbrio europeu do que com a conservação da independência da Etiópia. Suas críticas se voltavam, principalmente em relação à perseguição política e à censura efetuadas pelos governos de Hitler e Mussolini, práticas que começavam a ter lugar no Brasil, na mesma época. Assim, os intelectuais antifascistas se colocavam como porta-vozes dos ‘valores iluministas’ da Verdade, Justiça, Liberdade e Democracia, à moda dos intelectuais franceses *dreyfusard*.

Na última parte, o trabalho buscou analisar como os intelectuais negros pelotenses, responsáveis pela edição do periódico *A Alvorada*, reagiram e se manifestaram sobre a Guerra da Etiópia. Em primeiro lugar, para melhor compreender o sentido das manifestações desses personagens, foi necessário identificar e avaliar o papel da Etiópia (e de termos derivados) como um importante símbolo de pertença étnica para os descendentes de escravos que viviam na América. Seu longo histórico de resistência aos invasores, sua milenar história, os mitos que envolviam a monarquia

etíope e a peculiar condição de último império negro acabaram por tornar esse país uma referência central para os afro-americanos. Junto a isso, o uso corrente dos termos *etíope*, *ethiópico* e *Etiópia* como sinônimos de africanidade, desde pelo menos, a Antiguidade, e sua posterior apropriação, feita por negros, também contribuiu nesse processo de identificação e mobilização das comunidades afro durante o conflito ítalo-abexim.

Depois de estabelecer os parâmetros e a natureza desta ‘identidade etíope’, o estudo tentou reconstituir alguns pontos básicos sobre o contexto histórico de Pelotas, onde o jornal e seus produtores circulavam. A próspera economia da região – baseada no charque e derivados da produção pecuária – e a herança do período escravista produziram uma sociedade rigidamente hierarquizada em termos raciais e sociais. A industrialização da região, concentrada principalmente em Pelotas e Rio Grande, foi responsável pelo surgimento de inúmeras organizações de representação operária e sindical. Observamos então as características das associações negras e sua atuação no período analisado.

A seguir, vimos que o jornal pelotense *A Alvorada* representou um importante esforço em organizar a comunidade negra local, constituindo-se num instrumento de transformação social e reivindicação por melhores condições de trabalho, assistência, acesso à educação e combate a discriminação racial na cidade. Buscou-se avaliar a instrução que tiveram os escritores negros que colaboravam em *A Alvorada*, assim como sua atuação nas organizações sindicais e sua própria inserção na comunidade local. Os intelectuais em questão, colocavam-se como porta-vozes da comunidade, buscando organizar seus anseios e suas lutas, da mesma forma que trabalhavam no sentido de construir uma identidade étnica comum.

Com isso, passou-se para a análise do conteúdo dos artigos veiculados no semanário que trataram do conflito. Os articulistas de *A Alvorada* protestaram veementemente contra a conquista do último império negro, símbolo de liberdade e autodeterminação para os negros de todo o mundo. A imagem que estes intelectuais expressaram nos artigos que produziram foi de uma Etiópia forte, com uma tradição de resistência heróica, capaz de expulsar os usurpadores mesmo em desvantagem de armamentos e sem o auxílio das demais potências européias. Esses escritores também temiam as conseqüências que a agressão italiana teria sob a política mundial. Os autores criticaram duramente Mussolini, o Papa Pio XI – a quem acusavam de sustentar a Itália durante a guerra – ao passo que exaltaram e celebraram as figuras de Menelik II, Hailé

Selassié I e Johannes Robson como heróis negros e exemplos de conduta para seus leitores. Por outro lado, a construção dessa imagem do império negro se deu sob um prisma idealizante, ou seja, os intelectuais negros pelotenses, em sua maioria, ignoraram os problemas históricos da Etiópia, considerando-a uma espécie de ‘paraíso para os africanos’.

Embora o tema tenha figurado entre os principais assuntos do periódico durante a guerra, também vimos que alguns leitores reclamaram da importância atribuída ao episódio. Tal fato revela que a identificação traçada a partir da Etiópia como símbolo de africanidade não era compartilhada de forma unívoca pela comunidade negra pelotense, ou que, pelo menos, possuía limites mais ou menos claros. Assim, o jornal negro pelotense serviu de espaço para a discussão dessas referências, uma vez que na década de 1930, o veículo encontrava-se num período de destacado engajamento em relação às questões étnicas, sociais e políticas da cidade e realizava um esforço em construir uma identidade étnica junto a seus leitores. Durante o conflito ítalo-abexim, os escritores negros pelotenses criticaram as práticas racistas do nazismo alemão e rebateram as acusações de integralistas contra as Frentes Negras, organizações nas quais atuavam. Nesse sentido, a Guerra da Abissínia teve um papel central, pois segundo a visão da maioria dos colaboradores de *A Alvorada*, aquela era uma guerra injusta, que merecia o protesto de todos os negros pelotenses e brasileiros.

## Fontes

### Periódicos consultados

*A Alvorada* – Pelotas, 1932-1935.

*A Discussão* – Pelotas, 1884.

*A Federação* – Porto Alegre, 1935.

*Correio do Povo* – Porto Alegre, 1935-1936.

*Diário de Notícias* – Porto Alegre, 1935-1936.

*Estrella do Sul* – Porto Alegre, 1935-1936.

*Jornal da Manhã* – Porto Alegre, 1935-1936.

*Revista do Globo* – Porto Alegre, 1935-1936.

*Unitas* – Porto Alegre, 1935-1936.

### Memórias e Biografias

BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993.

MACHADO, Dyonélio. *O Cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito : o Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

MARINELLO, Adiane Fogali. *Quando o poeta toma partido: literatura e política em Mansueto Bernardi*. Dissertação de Mestrado em Letras e Cultura Regional/UCS. Caxias do Sul, 2005.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978.

MARTINS, Cyro. *Escritores Gaúchos*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981.

FELIZARDO, Joaquim José. *De Souza Junior: para a biografia de um homem sincero*. Porto Alegre: Planus, 1976.

GOUVÊA, Paulo de. *O Grupo; outras figuras – outras paisagens*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976.

VERÍSSIMO, Érico. *Solo de Clarineta*. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

\_\_\_\_\_. *Solo de Clarineta: memórias*. vol. 2. 16 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1982.

\_\_\_\_\_. *Um Certo Henrique Bertaso: pequeno retrato em que o pintor também aparece*. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.

### **Sítios da Internet**

<http://whc.unesco.org/en/news/116>. acesso em fev. 2007.

<http://www.ethiopianhistory.com> acesso em mar. 2007.

<http://www.estado.rs.gov.br/erico/index2.php?view=art&cod=6>. acesso em out. 2007.

<http://www.abesha.com/3issue/ethiopianism.html>. acesso em jan. 2008.

## Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Esperanças de Boaventuras: construções da África e africanismos na Bahia (1887-1910). In: *Estudos Afro-asiáticos*. Vol 24, n. 2. Rio de Janeiro, 2002. p. 215-245
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano: 1780-1835*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.
- BAER, George W. *La Guerra Italo-Etiopica e la Crisi dell' Equilíbrio Europeo*. Roma/Bari, Laterza, 1970.
- BARKER, A. J. *A conquista da Etiópia: sonho de um Império*. Rio de Janeiro: Renes, 1979.
- BARRET, Leonard. *The Rastafarians*. Boston: Beacon Press, 1988.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BASTOS, Elide Rugai (org). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*. São Paulo: Edusp, 2004.
- BERTONHA, João Fábio. *O Fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- BOAHEN, A. Adu (Coord.). *História Geral da África*. Vol.VII. São Paulo: Ática/Unesco, 1985.

- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BOUDIN, Louis. *Os Intelectuais*. Lisboa: Arcádia, 1971
- BRANDALISE, Carla. *Les Rapports Internationaux de l'Italie envers l'Amérique latine: 1922-1936*. LILLE : ANRT, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Fascismo na Periferia Latino-Americana: O Paradoxo da implantação do Integralismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. PPG de Ciência Política/UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- CAIOLI, Aldo. *Il Conflitto italo-etioptico e la Società delle Nazioni (3 de ottobre 1935 – 5 maggio 1936)*. Trieste: Università degli studi, 1994.
- CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. Os afro-umbandistas e a resistência na ditadura do Estado Novo. In: *Seaculum – Revista de História*, João Pessoa: UFP, n. 8/9, 2002/2003. p. 103-166.
- CANDELORO, Giorgio. *Storia dell'Italia moderna*. Vol. VI-IX. Milão: Feltrinelli, 1987.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- CAROCCI, Giampiero. *Storia d'Italia dall'Unità ad oggi*. Milão: Feltrinelli, 1986.
- CARONE, Edgard. *A segunda república (1930-1937)* 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A república nova (1930-1937)* 3ª ed. São Paulo: Difel, 1982.
- CHABOD, Federico. *História do Fascismo Italiano*. Lisboa: Arcádia, 1963.
- CHARLE, Christophe. *La naissance des "intellectuels" – 1880-1900*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1998.

\_\_\_\_\_. *Los intelectuales en el siglo XIX*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2000.

CORADINI, Odacir Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: *Estudos Históricos*. n.32. Rio de Janeiro, 2003. p. 125-144

DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. (org.) *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

\_\_\_\_\_. (org.) *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DALMARONI, Miguel. “La providencia de los literatos”: escritores argentinos y Estado durante la modernización (1888-1917). In: *Iberoamericana*. Madrid: Iberoamericana Editorial, Año VI, Marzo de 2006. p.7-24

DALMAZ, Mateus. *A imagem do terceiro Reich na Revista do Globo*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

DECRAENE, Philippe. *O pan-africanismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

DE FELICE, Renzo. *Explicar o Fascismo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de incerteza: a discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. In: *Cadernos Pagu*. nº 28 janeiro-junho de 2007.

- DORNELLES, João Batista. Profissões exercidas pelos negros em Pelotas (1905-1910). In: *História em Revista*. Pelotas, vol.4, dezembro de 1998. p. 77-112.
- DUGGAN, Christopher. *A Concise History of Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- ELMIR, Cláudio P. Armadilhas de um jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, dezembro de 1995. nº 13. p. 19-29
- HILTON, Stanley E. *O Brasil e as Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JÉSMAN, Czeslaw. *The Ethiopian Paradox*. London: Oxford University Press, 1963.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp/FDE, 1995.
- \_\_\_\_\_. (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1, 2 e 4. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989-1995.
- FERRARA, Miriam N. *A imprensa negra paulista, 1915-1963*. Dissertação de Mestrado em Sociologia USP, São Paulo, 1991.
- FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GALLARDO, Freddy Vivas. *Venezuela en la Sociedad de las Naciones, 1920-1939: descripción y análisis de una actuación diplomática*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1981.
- GALLO, Max. *L'Italie de Mussolini: vingt ans d'ère fasciste*. Verviers: Marabout, 1966.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GERBET, Pierre. *Le rêve d'un ordre mondial de la SDN à l'ONU*. Paris: Imprimerie National, 1996.

GERMANO, Íris Graciela. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia*. Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

\_\_\_\_\_. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras de Littorio*. Porto Alegre: ParLenda, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: A Faculdade de Direito de Porto Alegre*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF/RJ, 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZELLI, César Augusto e NEUMANN, Eduardo Santos. (orgs) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUIMARÃES, A. S. A. Intelectuais negros e modernidade no Brasil. In: *Working Paper Number CBS-52-04*, Oxford, 2004. p. 1-64

GUIMARÃES, Itamar Marques. *A conquista da Etiópia*. Porto Alegre: Selbach, 1936.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Dissertação de Mestrado em História/PUCRS. Porto Alegre, 1993.

HALL, John Whitney. *El Imperio Japonés*. México: Siglo XXI, 1973.

HEINZ, Flávio M. (org) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HENZE, Paul B. *Layers of Time: A History of Ethiopia*. New York: Palgrave, 2000.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 2ª ed.

ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

JEMOLO, Arturo Carlo. *Chiesa e stato in Italia: dalla unificazione al giorni nostri*. Torino: Piccola, 1977.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Vol. II, 3ªed. Mem Martins: Europa-América, 2002.

KONRAD, Diorge Alceno. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado/PPG História PUCRS. Porto Alegre, 1994.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência*. Porto Alegre: PUCRS, 1994. (dissertação de mestrado)

LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. São Paulo: brasiliense, 1985.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2001.

\_\_\_\_\_. *Operários negros em Pelotas*. Pelotas: UFPEL, 1999. mimeo.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Organização étnica negra na cidade de Pelotas. Comunicação apresentada no *III Foro Latinoamericano Memoria e Identidad* (Montevideo). Pelotas: Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, 2006.

LOPES, Marco Antônio (org.) *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

MACEDO, José Rivair. Os filhos de Cam: A África e o Saber Enciclopédico Medieval. In: *Signum: revista da ABREM*. n. 3. São Paulo, 2001. 101-132

MAESTRI, Mário J. *O escravo no Rio Grande do Sul*. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: UCS, 1984.

MAGALHÃES, Mario Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. 2. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

MANSILLA, H. C. F. et al. *Os intelectuais e a política na América Latina*. Cadernos Adenauer IV, nº 05. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil: 1920-1940. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, nº 4, v.2, jul./1987.

MASINA, Lea; APPEL, Myrna Bier (orgs). *A Geração de 30 no Rio Grande do Sul: literatura e artes plásticas*. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2000.

MELLO, Marco Antônio Lírio de. “Para o recreio da raça”, a imprensa negra no RS. In: SEFFNER, Fernando (org). *Presença Negra no RS*. Cadernos Porto & Vírgula 11. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

\_\_\_\_\_. *Reviras, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Pelotas: UFPel, 1994.

- MENEGAZ, Ronaldo. 'A busca de si mesmo no outro: as terras do Preste João'. In: *Revista Semear 2*. Rio de Janeiro: PUCRio, 1996. p.163-185
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MILMAN, Luis e VIZENTINI, Paulo Fagundes (orgs.) *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.
- MOSES, Wilson J. "The Poetics of Ethiopianism: W. E. B. Du Bois and Literary Black Nationalism." In: *American Literature*. 1975. p. 411-426
- MOKHTAR, G. (coord) *História Geral da África*. Vol. II. São Paulo: Ática/Unesco, 1983.
- MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. Tese de Doutorado em História/ PUCRS: Porto Alegre, 2006.
- NASCIMENTO, Elisa. *O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Pan- africanismo na América do Sul*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- NEDEL, Letícia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.
- NOLL, Maria Izabel. *Partidos e Política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política/UFRGS. Porto Alegre, 1980.
- NORTHEGE, F. S. *The League of Nations: its life and times, 1920-1946*. Leicester: Leicester University Press, 1986.

- NOUSCHI, Marc. *Le XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Armand Colin, 1995.
- OLIVEIRA, André Côrtes de. *Quem é a “Gente Negra Nacional”? Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937)*. Dissertação de Mestrado em História/UNICAMP, Campinas, 2006.
- ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. *Les Intellectuels en France: De l’affaire Dreyfus à nos jours*. Paris: Éditions Perrin, 1994.
- OSORIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. Pelotas: Armazém Literário, 1997. 3<sup>a</sup> ed.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREZ, Eliane T. *“Templo de Luz”*: os cursos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). Dissertação de Mestrado em Educação FAGED/UFRGS. Porto Alegre, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: RIOCELL, 1985.
- \_\_\_\_\_. *RS : a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PINHO, Patrícia de Santana. Rastafarianismo e Mundialização. In: *Cultura Vozes*. n. 5 set/out. Rio de Janeiro, 1995. p. 53-76
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FERNT, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.) *Intelectuais, história e política (século XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RENOUVIN, Pierre (dir.) *Histoire des Relations Internationales: de 1871 à 1945*. Tomo III. Paris: Hachette, 1994.
- ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etíope resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Ameno, 1758. Edição fac-símele, Petrópolis: Vozes, 1992.
- RUBBIANI, F. *A Verdade sobre a Abissínia*. São Paulo: A Intellectual, 1935.
- RÜDIGER, Francisco R. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.
- SAID, Edward. *Cultura imperialista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- \_\_\_\_\_. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Carlos. *Jogo internacional: os problemas europeus e a questão da Etiópia*. Lisboa: Franco, 1936.
- SANTOS, José Antônio dos. *Raiou "A Alvorada": intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: Editora Gráfica Universitária, 2003.
- SCHMITZ, David F. *The United States and Fascist Italy, 1922-1940*. Chapel Hill and Condor: The University of North Carolina Press, 1988.
- SCOTT, William R. Black Nationalism and the Italo-Ethiopian conflict, 1934-1936. In: *Jornal of Negro History*. Vol. 63, No. 2 (Apr., 1978), p. 118-134.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

\_\_\_\_\_. *A manilha e o limbambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. *Intellectuels et passions françaises: Manifestes et pétitions au XXe siècle*. Paris: Fayard, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2001.

SEIDL, Ernesto. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em Ciência Política/UFRGS, 2003. 2 v.

SEITENFUS, Ricardo. As relações entre Brasil e Itália no período 1918-1939. In: DE BONI, Luís Antônio. *A presença italiana no Brasil*, vol. II. Porto Alegre/ Torino, EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 37-52.

\_\_\_\_\_. *O Brasil vai à Guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TIBEBU, Teshale. Ethiopia: The “Anomaly” and “Paradox” of Africa. In: *Journal of Black Studies*, Vol. 26, No. 4 (Mar., 1996). p.414-430.

TORRESINI, Elizabeth R. *Editora Globo: Uma Aventura Editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo: EDUSP, 1999.

TRINDADE, Fernando Casses. A Polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, ano XI/XII, Porto Alegre: 1983/1984. p. 35-98.

\_\_\_\_\_. Uma contribuição à história da faculdade de filosofia da UFRGS. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, ano X, 1982. p. 39-53.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Porto Alegre: Univ. Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

\_\_\_\_\_. (org). *O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2007.

VALDUGA, Gustavo. *"Paz, Itália, Jesus": uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em História/PUCRS. Porto Alegre, 2007.

VAUSSARD, Maurice. *Histoire de l'Italie contemporaine: 1870-1946*. Paris: Hachette, 1950.

VECCHIA, Agostinho Mario Dalla. *Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravo da região meridional do Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado em História/PUCRS, 1992.

VIEIRA, Padre Antônio. Sermão décimo quarto do Rosário, pregado na Bahia, à Irmandade dos pretos de um engenho, em dia de São João Evangelista, no ano de 1633. In: *Sermões*, vol. IV, tomo II, Porto: Lello, 1951.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: LP&M, 1985.

\_\_\_\_\_. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 1992.

# ANEXO I

## Mapa da Etiópia: 1.1

Físico

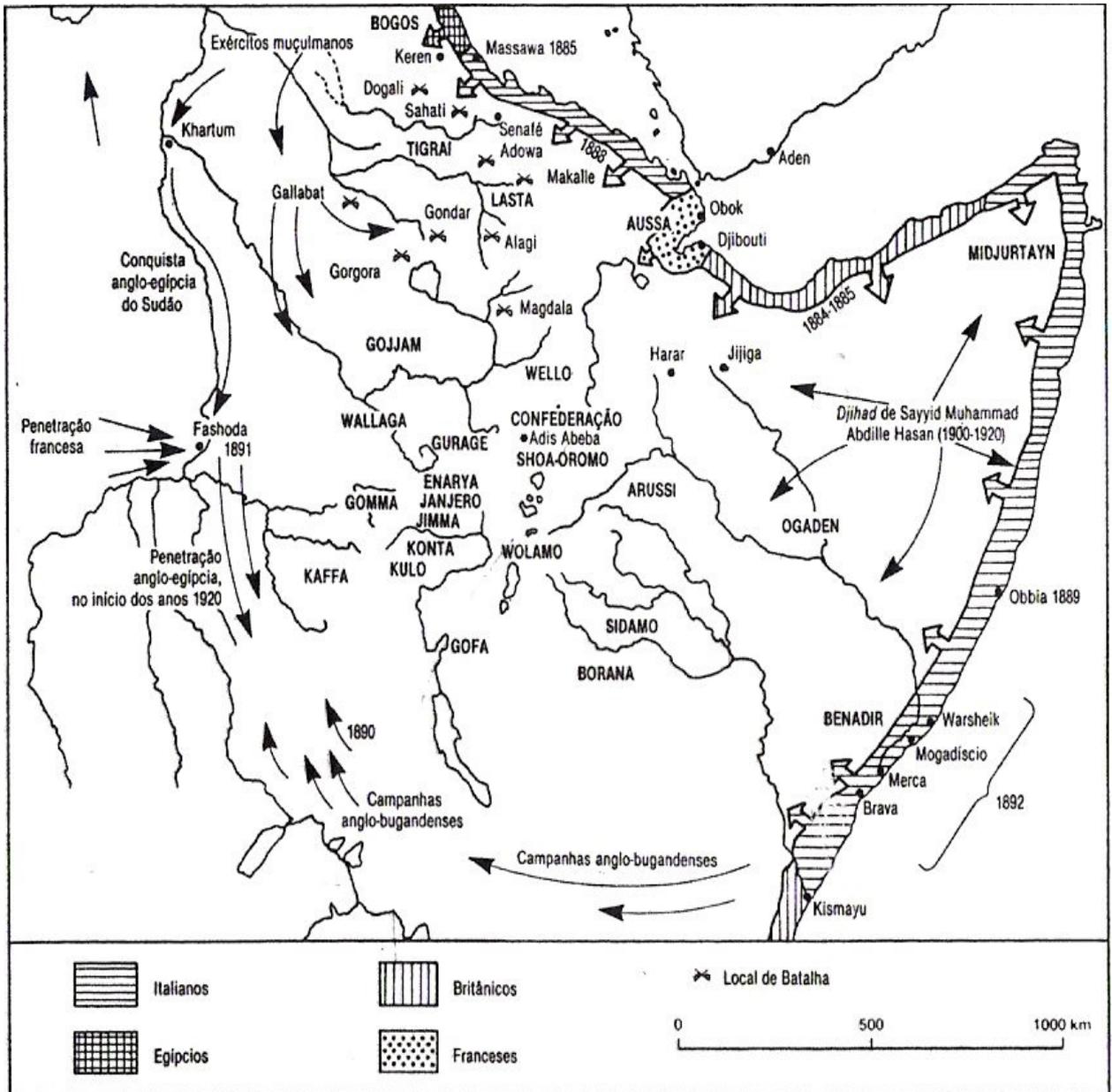


Fonte: The University of Texas. Disponível em

[http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/ethiopia\\_re199.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/africa/ethiopia_re199.jpg)

## Mapa da Etiópia: 1.2

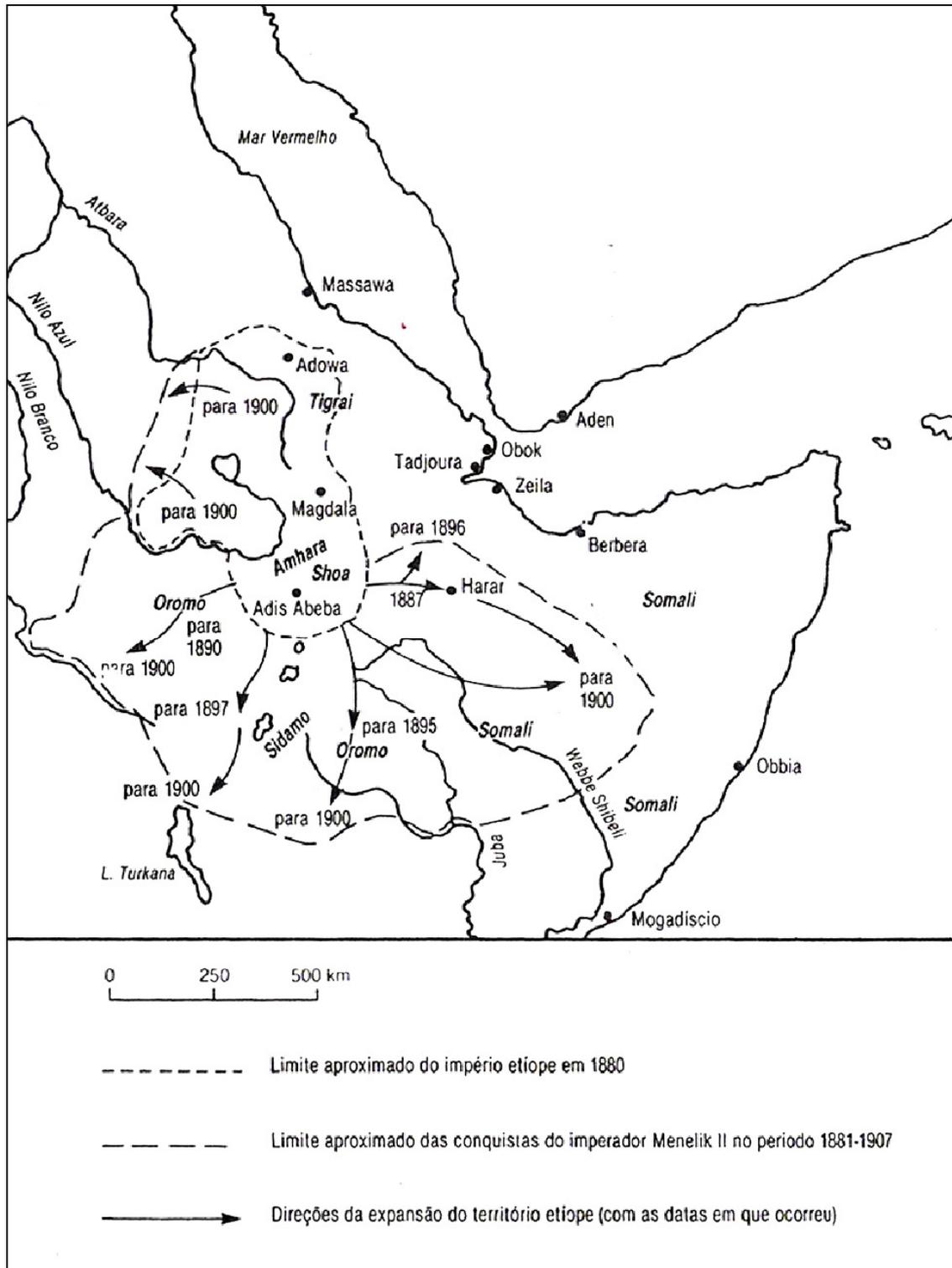
A Etiópia e a ocupação do chifre africano.



Fonte: AKPAN, Monday B. Libéria e Etiópia, 1880-1914: sobrevivência de dois Estados africanos. In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). *História Geral da África vol. VII*. Paris: Ática/Unesco, 1985. (p.280)

### Mapa da Etiópia: 1.3

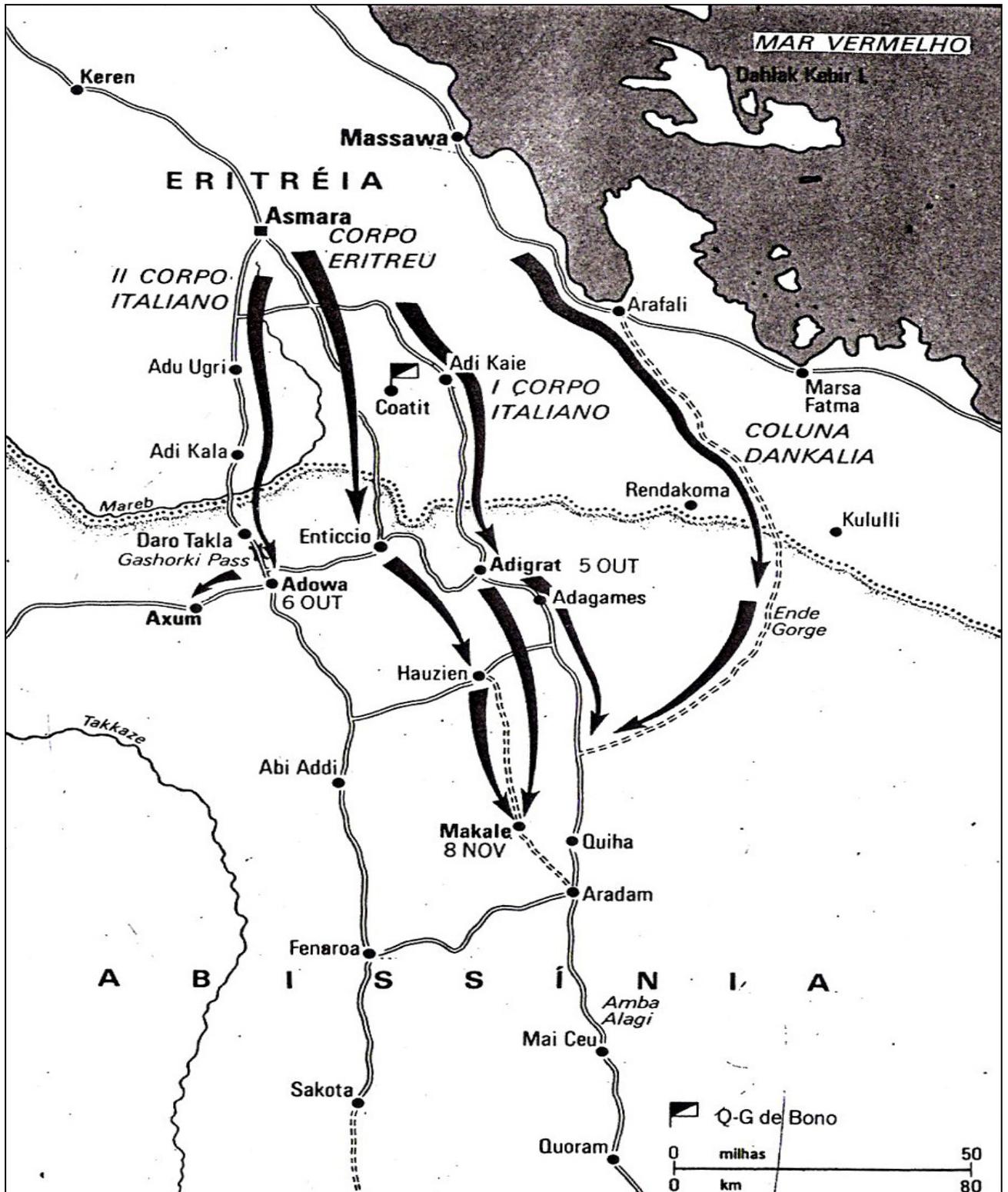
Expansão do Império Etíope durante o reinado de Menelik II (1889-1909).



**Fonte:** AKPAN, Monday B. Libéria e Etiópia, 1880-1914: sobrevivência de dois Estados africanos. In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). *História Geral da África vol. VII*. Paris: Ática/Unesco, 1985. (p.269)

## Mapa da Etiópia: 1.4

A invasão italiana, sob De Bono. Outubro de 1935.



Fonte: BARKER, A. J. *A conquista da Etiópia: sonho de um Império*. Rio de Janeiro: Renes, 1979. (p.40)

## ANEXO II

Aqui apresento uma lista de nomes de relevância no cenário cultural e intelectual do estado. A grande maioria pertencia ou estava ligada ao *Grupo do Café Colombo*, assim como aos principais meios de comunicação e instituições culturais do Rio Grande do Sul, na época. Busquei dar ênfase às trajetórias durante os anos de 1930-40, assim como à formação educacional e o exercício de cargos públicos, quando possível. Sobre alguns destes nomes, eram muito escassas as informações biográficas e principalmente sua cronologia, portanto existe uma variação grande entre a precisão e quantidade de dados no interior da lista.

**Alcides Maya**: nascido em 1878, São Gabriel. Em 1896 começa sua militância na imprensa política e literária. Assume a direção de dois pequenos jornais da capital, *A República* e *A Manhã*. É eleito deputado federal pelo PRR em 1918, cargo que ocupa até 1921. Em 1925 torna-se diretor do Museu Julio de Castilhos, permanecendo até 1939. Ainda em 1925 assume a crítica literária no *Diário de Notícias*. Foi presidente da Academia Riograndense de Letras (ARL) e membro da Academia Brasileira de Letras.

**Aparício Côra de Almeida**: nascido em 1906, Quaraí. Vem para Porto Alegre na década de 1920. Realizou estudos no Colégio Militar. Formou-se bacharel na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1931. Destacado líder estudantil, foi presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre. Também participou da fundação da Associação Jurídica do RS. Foi secretário-geral da ANL no estado e membro do PCB gaúcho.

**Arlindo Pasqualini**: nascido em 1911, São Miguel. Jornalista desde 1930, foi diretor da *Folha da Tarde*. Formou-se bacharel em Ciências Sociais e Econômicas, em 1954 pela PUCRS. Foi fundador e primeiro diretor do Sindicato dos Jornalistas do RS, em 1941-1942. Publicou pela Editora Globo o livro *Os Sobrinhos do Tio Sam* (1944), onde relata sua visita aos EUA. Foi um dos jornalistas mais próximos a Breno Caldas, dono do *Correio do Povo*, com quem ajudou a fundar a Rádio Guaíba, em 1957.

**Athos Damasceno Ferreira**: nascido em 1902, Porto Alegre. Estudou no colégio N. S<sup>a</sup>. da Conceição e no Rosário. Foi poeta, romancista, cronista, crítico e pesquisador. Trabalhou também como tradutor da Editora Globo e foi colaborador da revista *Província de São Pedro* e do jornal *Correio do Povo*. Seus dois principais livros têm como tema a cidade de Porto Alegre: *Poemas da Minha Cidade* (poesia, 1936) e *Imagens Sentimentais da Cidade* (crônicas, 1940).

**Augusto Meyer:** nascido em 1902, Porto Alegre. Fez seus estudos nos Colégios Bom Conselho e Anchieta. Coursou a faculdade de Direito, em Porto Alegre, mas não chegou a completá-la. Em 1919 publicou o conto *Pastelão* na revista *A Máscara*, da capital gaúcha. Nos anos seguintes trabalhou como colaborador do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias*. Em 1926, funda a revista *Madrugada*, com Theodomiro Tostes, João Manoel de Azevedo Cavalcanti, João Santana, Miranda Netto e Sotero Cosme. Poeta, crítico literário e ensaísta, foi diretor da Biblioteca Pública do Estado, de 1930 a 1936. Em 1938 assume a direção do Instituto Nacional do Livro, no Rio de Janeiro. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1960.

**Carlos Macedo Reverbel:** nascido em 1912, Quaraí. Vem para Porto Alegre em 1927. Jornalista, escritor e biógrafo de Simões Lopes Neto, escreveu o livro *Capitão da Guarda Nacional* (1981) sobre o autor. Nos anos de 1930 trabalhou na Editora Globo, na *Revista do Globo*, foi redator da *Folha da Tarde* e um dos criadores da revista *Província de São Pedro*. Foi pesquisador da história e da literatura do Rio Grande do Sul e colaborador dos jornais *Correio do Povo* e, mais tarde, na *Zero Hora*.

**Cyro Matins:** nascido em 1908, Quaraí. Cyro Martins começou a escrever aos 15 anos. Eram artigos políticos, oposicionistas, libertadores e contos regionalistas. Formou-se em Medicina em 1933. Escritor e psiquiatra, foi um dos pioneiros da psicanálise no Brasil. Seu primeiro livro foi *Campo Fora* (1934), uma coletânea de contos. Foi próximo ao PCB. Em 1951, foi morar em Buenos Aires com o objetivo de realizar a formação em psicanálise. Sua mais importante contribuição à literatura foi a *Trilogia do Gaúcho a Pé*, composta por *Sem Rumo* (1937), *Porteira Fechada* (1944) e *Estrada Nova* (1954).

**Dante de Laytano:** nascido em 1908, Porto Alegre. Filho de imigrantes calabreses, iniciou seus estudos em aulas particulares com Aquiles Porto Alegre. Depois cursou o colégio Julio de Castilhos, nos anos de 1918 a 1925. Em 1936 ingressou como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Passou pelos cargos de diretor do Museu Júlio de Castilhos, presidente da Academia Rio-grandense de Letras, da Academia Brasileira de História e da Comissão Nacional do Folclore. Durante o Estado Novo, trabalhou como consultor jurídico do secretário de Educação. Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1941, foi professor de História, Literatura e Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul.

**De Souza Junior:** nascido em 1896, São Paulo. Veio para o Rio Grande do Sul ainda criança. Coursou o Ginásio Anchieta e o colégio Julio de Castilhos. Visitou a Itália na

década de 1910, mas voltou em função da I Guerra Mundial. Formou-se em Filosofia em 1928, no Rio de Janeiro. Foi diretor do suplemento literário do *Correio do Povo* e da Biblioteca Pública (1928-1930). Nos anos 30 trabalhou como tradutor para a Editora Globo e ministrou aulas de História e música no Instituto de Belas Artes. Em 1935 foi eleito deputado estadual pelo PRL. Em 1937 tornou-se diretor da *Revista do Globo*.

**Dyonélio Machado:** nascido em 1895, Quaraí. Na década de 1920 vem para Porto Alegre e ingressa na Faculdade de Medicina, concluindo o curso em 1929. Especializou-se em Psiquiatria no Rio de Janeiro. Em 1932 volta a Porto Alegre. Foi um dos fundadores da pioneira Associação Rio-Grandense de Imprensa - ARI - e mais tarde colaborador dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, da capital gaúcha. Foi secretário do PCB e presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Rio Grande do Sul até sua dissolução, em 1935. Durante os anos do Estado Novo exerceu o cargo de médico-alienista do Hospital São Pedro, sendo preso em 1936 por sua oposição ao regime. Mais tarde viria a fundar, com seu camarada Décio Freitas, o jornal *Tribuna Gaúcha*, porta-voz do Partido Comunista Brasileiro, em 1946. Em 1947 é eleito deputado estadual pelo PCB.

**Emílio Kemp:** nascido em 1873, no Rio de Janeiro. Médico, jornalista e pedagogo. Trabalhou na Secretaria da Educação. Durante o Estado Novo foi diretor do *Jornal do Estado* (1939-1940), órgão oficial do governo, e mais tarde, diretor do Museu Júlio de Castilhos.

**Érico Veríssimo:** nascido em 1905, Cruz Alta. Coursou o ginásio no Colégio Cruzeiro do Sul, durante os anos de 1920 a 1922. Vem para Porto Alegre em 1930. No início da década, foi colaborador de página literária dominical dos jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*. A partir de 1931 trabalhou como diretor, redator, ilustrador e paginador da *Revista do Globo*. Fundou, em 1938, o Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano, junto a outros intelectuais. Foi conselheiro literário da Editora Globo até 1943, quando viajou para os Estados Unidos e tornou-se professor de Português e Literatura Brasileira na Universidade de Berkeley, na Califórnia. Entre 1953 e 1956 foi diretor do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana, em Washington (Estados Unidos). Publicou vários romances, entre os quais a trilogia *O Tempo e o Vento: O Continente* (1949), *O Retrato* (1951) e *O Arquipélago* (1961).

**Fernando Corona:** nascido em 1895, Santander (ESP). Diplomado pela escola de Belas Artes de Vitória, Espanha, em 1911. Chega ao Brasil no ano seguinte, onde trabalha

como escultor e arquiteto. Naturaliza-se brasileiro em 1938, para tornar-se catedrático do Instituto de Belas Artes. Cronista e crítico de arte, colaborou no *Correio do Povo*, na *Revista do Globo* e foi membro da ARI.

**Lilá Ripoll**: nascida em 1905, Quaraí. Formou-se em Piano no Conservatório de Música, atual Instituto de Artes da UFRGS, em Porto Alegre. Na década de 1930 foi diretora do Departamento Cultural do Sindicato dos Metalúrgicos, onde militou pelo Partido Comunista, além de integrante do gabinete do Secretário da Educação Coelho de Souza. Em 1938 ocorreu a publicação de *De Mãos Postas*, seu primeiro livro de poesia. Entre 1945 e 1955 colaborou na revista literária *Província de São Pedro* e no jornal *A Tribuna*, órgão do PCB. Foi ainda membro do comitê editorial da *Revista Horizonte*. Em 1950, foi candidata a deputada estadual pelo Partido Comunista. Participou, em 1951, no grupo *Partidários da Paz*, vinculado ao Conselho Mundial da Paz, com Graciliano Ramos, Dyonelio Machado e Laci Osório. Ainda em 1951, recebeu o prêmio Pablo Neruda da Paz, pelo livro *Novos Poemas*, em Praga (Checoslováquia). Foi presa após o golpe militar de 1964, e libertada em seguida por motivo de doença.

**Mário Quintana**: nascido em 1906, Alegrete. Estudou no Colégio Militar, em Porto Alegre, de 1919 a 1924. Em 1926 ganhou prêmio em concurso de contos do jornal *Diário de Notícias*. No mesmo ano, trabalhou na Livraria do Globo. Alistou-se como voluntário do Sétimo Batalhão de Caçadores de Porto Alegre, em 1930, colaborando na tomada de governo de Getúlio Vargas. Entre 1929 e 1931, foi redator do jornal *O Estado do Rio Grande*. Na época, publicou poemas na *Revista do Globo* e no jornal *Correio do Povo*. Nos anos seguintes, trabalhou como tradutor e colaborador em diversas publicações da Capital.

**Manoelito de Ornellas**: nascido em 1903, Itaqui. Estudou no ginásio Santa Maria, na cidade de mesmo nome. Em 1930 foi redator do *Jornal da Manhã* e, após, redator-chefe de *A Federação*. Em 1938 é nomeado diretor da Biblioteca Pública. Em seguida é eleito presidente da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) em substituição ao escritor Érico Veríssimo. Publica seu primeiro livro de ensaios, "Vozes de Ariel", pela Editora Globo. Em 1939 é nomeado, respectivamente, diretor da *Imprensa Oficial* e do *Jornal do Estado*, órgão este que traduzia o pensamento do governo. Nessa época escreve editoriais de repercussão nacional. Torna-se membro do IHGRGS no ano de 1941. Em 1942, assume o cargo de diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão do governo brasileiro no Rio Grande do Sul, permanecendo neste cargo até 1945.

**Maurício Rosenblatt:** nascido em 1906, Santa Fé (Argentina). Residindo desde 1925 em Porto Alegre, vindo de Santa Maria, onde havia concluído o ginásio e o curso de Ciências Contábeis. Em 1941 assumiu a secretaria do Departamento Editorial da Livraria do Globo. De 1942 a 1953 foi diretor da sucursal da Editora Globo no Rio de Janeiro.

**Mem de Sá:** nascido em 1905, Porto Alegre. Coursou o Ginásio Anchieta e formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1929. Foi professor de Economia Política nessa universidade, a partir de 1934. Em 1936 torna-se chefe de gabinete da Secretaria da Agricultura.

**Moysés Vellinho:** nascido em 1901, Santa Maria. Crítico literário, escritor, ensaísta e historiador. Formado em Direito, foi promotor de Justiça do Estado. Em 1935 foi eleito deputado estadual pelo PRL. Durante o Estado Novo foi conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Foi editor e um dos criadores da revista *Província de São Pedro*. Também foi colaborador dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*. Sua principal obra é *Capitania D'El Rey* (1965).

**Nei Messias:** nascido em 1913, Quaraí. Estudou no Ginásio Santana, em Uruguaiana e formou-se bacharel em Direito pela Universidade de Porto Alegre, em 1935. Posteriormente, formou-se em filosofia pela mesma universidade. Poeta, cronista e teatrólogo, também foi consultor jurídico do estado.

**Nestor Ericksen:** nascido em 1907, Ponta Grossa (PR). Jornalista, historiador e poeta. Na década de 1930 veio para Porto Alegre, trabalhando como redator-secretário do *Correio do Povo*. Foi tesoureiro e depois presidente da ARI e membro do IHGRGS.

**Nilo Ruschell:** nascido em 1911, Estrela. Coursou o Ginásio Anchieta e bacharelou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1935. Membro da ARI, colaborava na *Folha da Tarde* e no *Diário de Notícias*. Foi procurador da prefeitura de Porto Alegre e pioneiro do rádio gaúcho.

**Paulo de Gouvêa:** nascido em 1901, Cachoeira do Sul. Fez seu ginásio no Colégio Anchieta, depois estudou filosofia com o Pe. Werner. Em 1926 começa a colaborar no *Correio do Povo*. Também foi redator do *Diário de Notícias*, do *Diário da Manhã* e do *Jornal da Noite*.

**Reynaldo Moura:** nascido em 1900, em Santa Maria. Vem para Porto Alegre em 1908 e estuda no colégio Julio de Castilhos. Estudou Química, Medicina, e Engenharia mecânica, mas não completou nenhum destes cursos. Formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Porto Alegre, em 1924. Jornalista, foi um dos fundadores da

Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI) e redator de *A Federação* durante a década de 1930. Trabalhou como funcionário público estadual na Secretaria do Interior e na Imprensa Oficial. De 1939 a 1956, foi diretor da Biblioteca Pública.

**Sergio de Gouvêa**: nascido em 1901, Cachoeira do Sul. Foi redator do *Correio do Povo* e secretário de Obras do Estado.

**Telmo Vergara**: nascido em 1909, Porto Alegre. Formado em Direito na Universidade de Porto Alegre, em 1931. Poeta, contista e romancista, trabalhou como auditor do Conselho Administrativo do Estado e auditor-chefe do Tribunal de Contas do Estado.

**Theodomiro Tostes**: Fez seu ginásio no colégio Anchieta. Foi um dos fundadores da revista *Madrugada*, em 1926. Seguiu a carreira diplomática e, ao voltar a Porto Alegre, colaborou com o *Diário de Notícias*.

**Vianna Moog**: nascido em 1906, São Leopoldo. Na década de 20 trabalhou como fiscal de impostos. Formou-se em Direito em 1930 na Faculdade de Porto Alegre. Participou da campanha política da Aliança Liberal e dos entusiasmos da Revolução de Outubro de 1930. Em 1932, como participante da Revolução Constitucionalista, foi preso e transferido de Porto Alegre para a capital do Amazonas. Pouco depois foi para Teresina. E do Piauí retornou a Manaus. Desta vez serviu no interior até que a anistia, concedida pelo Congresso em 1934, o restituísse ao Sul. Foi no período de exílio que começou propriamente a sua atividade literária. Colaborou em diversos jornais como *A Gazeta*, de São Paulo e *La Prensa*. Em 1942 vai aos Estados Unidos. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1945.

#### **Fontes:**

FELIZARDO, Joaquim José. *De Souza Junior*: para a biografia de um homem sincero. Porto Alegre: Planus, 1976.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência*. Porto Alegre: PUCRS, 1994. (dissertação de mestrado)

MACHADO, Dyonélio. *O Cheiro de coisa viva*: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito : o Estadista. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978.

NEDEL, Letícia Borges. *Um passado novo para uma história em crise*: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

### ANEXO III

Aqui estão alguns dos principais representantes da 'Geração Católica' que teve atuação destacada no meio acadêmico e político no Rio Grande do Sul durante as décadas de 1920-1940. Assim como na lista de intelectuais anterior, buscou-se dar destaque para a atuação desses personagens durante as décadas de 1930-40, observando sua participação no serviço público, na política partidária e em instituições culturais, além de, quando possível, trazer informações sobre sua formação educacional.

**Adroaldo Mesquita da Costa:** nascido em 1894, Taquari. Estudou no Ginásio N. S.<sup>a</sup> da Conceição, em São Leopoldo. Formou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1917. Foi catedrático do curso de Direito dessa universidade de 1933 a 1942. Elegeu-se deputado federal (1933-35 e 1946-54), pelo PL e deputado estadual (1935-37). Foi ministro da Justiça durante o governo Dutra. Teve longa carreira como promotor público e procurador. Também ocupou o cargo de secretário da Educação em 1958-59 e foi membro e presidente perpétuo do IHGRS.

**Alberto de Britto:** nascido em 1864, Niterói (RJ). Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1915. Na década de 1920 exerceu o cargo de Delegado de Polícia, Procurado da Fazenda do Estado e inspetor de ensino. Foi promotor público em diversas cidades gaúchas, professor de Direito na URGS, de 1921-39 e deputado estadual (PRL) nos anos de 1935-37. Membro da Academia Riograndense de Letras, colaborou em *A Federação*, no *Jornal da Noite* e no *Jornal da Manhã*.

**Alceu Barbedo:** nascido em 1900, Porto Alegre. Estudou no colégio Cecília du Pasquier e no Ginásio Anchieta. Formou-se bacharel pela Faculdade de direito de Porto Alegre. Foi oficial de gabinete do governador, em 1920; Procurador Geral da República, a partir de 1928; e sub-chefe da polícia do Estado.

**Armando Câmara:** nascido em 1898, Porto Alegre. Iniciou seus estudos em Bagé, depois no Colégio Militar de Porto Alegre, no Ginásio Anchieta e, por último, no colégio Julio de Castilhos. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1926. Foi professor de Direito nessa universidade, de 1931 a 1962, tendo exercido o cargo de reitor nos anos de 1946-49. Fundou o curso de Direito da PCRS, onde também foi reitor. Foi membro do Conselho Estadual de Educação e Senador pelo PL em 1954-56.

**Armando Dias de Azevedo:** nascido em 1897, Porto Alegre. Iniciou seus estudos primários na escola pública Beatriz Oliveira e na Escola Brasileira. Depois cursou o

Ginásio Anchieta, entre 1908 e 1912. Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1918. Foi Juiz do Tribunal Regional Eleitoral (1933-1937) e professor de Direito Civil na URGs, a partir de 1942.

**Dámaso Rocha**: nascido em 1909, Porto Alegre. Estudou no Ginásio Anchieta e formou-se em Direito pela Universidade de Porto Alegre, em 1932. Foi redator de *A Federação*, do *Diário de Notícias* e da *Imprensa Oficial*, de 1933 a 1935. Em 1934 torna-se promotor público. Também exerceu o cargo de diretor do *Jornal da Manhã*, em 1938. No ano de 1945, foi designado para exercer as funções de chefe de gabinete da Secretaria do Interior; Em 1946 é eleito deputado federal pelo PSD.

**Darci Azambuja**: nascido em 1901, Encruzilhada do Sul. Fez seus estudos primários em Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Bento Gonçalves e Erval. Vem para Porto Alegre em 1916 e ingressa no Colégio Militar. Formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Porto Alegre, em 1927, e recebeu o título de Doutor em Direito, em 1933. Escritor regionalista, jurista e jornalista, colaborou em *A Federação*, foi diretor do *Jornal da Manhã* e professor e diretor da Faculdade de Filosofia da PUC. Foi também procurador-geral do Estado (1933) e secretário do Interior (1935-1937) no governo de Flores da Cunha.

**Eduardo Duarte**: nascido em 1874, Porto Alegre. Realizou seus estudos na Escola Normal de Porto Alegre e formou-se em Medicina em 1919. Foi secretário do IHGRS e diretor do Museu do Estado durante os anos 1930.

**Ernani Maria Fiori**: nascido em 1905, Porto Alegre. Estudou no Colégio Santo Antônio, em Garibaldi, e no curso dos Irmãos Weibert. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1935. Foi secretário geral da AIB no Rio Grande do Sul durante os 3 meses em que permaneceu filiado ao Integralismo (janeiro a abril de 1934). Poeta e contista regional, também exerceu a advocacia em Passo Fundo e foi professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre.

**Fábio de Barros**: nascido em 1881, Uruguaiana. Na capital, estudou no Colégio Courseuil, no Ginásio São Pedro e na Escola Militar. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro, em 1906. Trabalhou na Secretaria da Saúde e, em 1908, tornou-se catedrático da Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

**Félix Contreiras Rodrigues**: nascido em 1884, Bagé. Realizou seus estudos primários no Colégio Courseuil du Pasquier e no Ginásio N.S. da Conceição. Fazendeiro em Bagé, cursou economia na França e formou-se em Direito pela Faculdade de Porto Alegre em 1909. Foi catedrático de economia política na UFRGS (1934-1937), Diretor

do Banco do RS (1934-1937), presidente da Academia Riograndense de Letras, nos anos de 1936-1938 e membro do IHGRS.

**João C. de Freitas**: nascido em 1880, Rio Grande. Formou-se em direito, em Pelotas no ano de 1921. Professor, dramaturgo e jornalista, foi redator do *Jornal da Manhã*. Trabalhou no serviço público como consultor jurídico da Secretaria do Interior.

**J. P. Coelho de Souza**: nascido em 1898, Porto Alegre. Estudou no Ginásio Anchieta e formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1923. Foi advogado, juiz municipal, delegado de polícia, diretor de gabinete da Secretara da Fazenda e deputado estadual pelo PRL (1935-37). Também exerceu o cargo de Secretário da Educação durante o Estado Novo e foi membro do IHGRS. Posteriormente foi eleito deputado federal pelo PL nos anos de 1951-62, e por fim, seguiu a carreira diplomática.

**Mansueto Bernardi**: nascido em 1888, Ásolo (Itália). Vem para o Brasil ainda criança e realiza seus estudos elementares na escola pública de Veranópolis. Foi professor primário em Lagoa Vermelha entre 1907-1909. No serviço público estadual foi oficial do Tesouro do Estado (1909), Secretário da Presidência do Estado (1919) e Intendente Municipal em São Leopoldo (1919 a 1923). Colaborou na imprensa da capital desde a década de 1910, principalmente no jornal *Correio do Povo*. Foi administrador da Livraria do Globo, de 1924 a 1931, e fundador do *Almanaque do Globo*, em 1917, e da *Revista do Globo*, em 1929, na qual atuou até 1931. Também foi Diretor da Casa da Moeda, de 1931 a 1938, quando foi preso por ser integralista. De volta ao Rio Grande do Sul, em 1939, assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Aposentou-se em 1942 e passou a residir em Veranópolis.

**Ruy Cirne Lima**: nascido em 1908, Porto Alegre. Estudou no Ginásio Sevigéné, no Ginásio Anchieta e fez estudos preparatórios com o professor Emílio Meyer. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1929. Foi professor nessa universidade de 1929 a 1972. Publicou vários textos literários e jurídicos desde a década de 1920 e é considerado a ‘maior celebridade jurídica do Rio grande do Sul’, em sua época.

#### **Fontes:**

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: A Faculdade de Direito de Porto Alegre*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF/RJ, 2005.

ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

MARINELLO, Adiane Fogali. *Quando o poeta toma partido: literatura e política em Mansueto Bernardi*. Dissertação de Mestrado em Letras e Cultura Regional/UCS. Caxias do Sul, 2005.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978.

TRINDADE, Fernando Casses. A Polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, ano XI/XII, Porto Alegre: 1983/1984, p.35-98.

\_\_\_\_\_. Uma contribuição à história da faculdade de filosofia da UFRGS. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, ano X, 1982. p.39-53.

## ANEXO IV

Manifestos publicados na imprensa gaúcha:

**A PEDIDOS**

# AOS INTELECTUAIS DO RIO GRANDE DO SUL

A hora tragica que vive a Humanidade, presa das ambições que a lançam em novas carnificinas, vítima de ditaduras disfarçadas ou declaradamente fascistas e por elas entravadas na evolução natural que se vinha processando em prol dos princípios de Justiça e Liberdade — exige dos intelectuais de todo o mundo uma atitude de desassomburada defesa das conquistas da "civilização" e da "cultura".

O vandalismo das hordas hileristas queimando em praça publica, num auto de fé que revive os dias torvos da "Inquisição", as obras primas do pensamento moderno, mais do que uma regressão á barbarie, traduz a insanidade do reacionarismo escravizando os povos.

A vesania do fascismo que, após cmudecer pela violencia a voz das mais altas expressões intelectuais da Italia, procura reacender o facho de nova calamidade mundial, evidencia até que extremos pôde ser arrastada uma nação tiranizada pela ditadura fascista.

Sem liberdade de pensamento, sem as vozes esclarecidas do livro, do jornal e da revista, não ha ambiente em que vicejem as artes e as ciencias. E os países sujeitos a tais despotismos, presenciaram, apáticos e indefesos, a sua intelectualidade inferiorizar-se e definhar, degradando-se até á condição de só produzir os frutos pobres de escribas assalariados.

O fato de terem sido estudantes universitarios os agentes empregados pelo nacional-socialismo

germanico para a consumação da inominavel destruição das obras dos mais notaveis representantes da cultura alemã e mundial, fala bem alto para mostrar até que ponto pode atingir a cegueira dos intelectuais, quando se não inspiram no conhecimento dos problemas económicos e sociais, preferindo a orientação remunerada de Imperialismos interessados no aniquilamento das liberdades populares e na ignorancia do povo.

Mas a Cultura do povo não pôde ficar a mercê de demagogos venais nem da ofensiva brutal do reacionarismo. E' assim que, em defesa das vozes que o fascismo pretende recalcar e condenar ao silencio, de todos os quadrantes do Universo os intelectuais acorrem em defesa do mais precioso patrimonio da Humanidade.

No Rio Grande, como em todo o Brasil, esse protesto se torna indispensavel, pela crescente ameaça de aniquilamento da democracia, por leis compressoras e atentatorias da liberdade de pensamento, dos direitos de reunião e associação, e das mais rudimentares garantias individuais e sociais. E isso mais se justifica em face da revolvente tolerancia da secreta proteção, senão aplauso, dispensados áqueles que, visando interesses inconfessaveis, tentam iludir o povo com promessas absurdas e idiotas de mal disfarçado fascismo.

Este o motivo porque os intelectuais riograndenses, a exemplo do que vem fazendo os intelectuais de todo o Brasil, que almejam uma vida digna da condição humana, fundada no amor e nas franquias democraticas, convocam os intelectuais de todos os matizes, os homens livres em geral, sem distincões de credos e partidarios, para a constituição de um "Centro de Cultura", onde todos os problemas modernos sejam discutidos, para a divulgação e esclarecimento dos superiores princípios de Justiça e Liberdade e para a defesa da Cultura, bases de todo o progresso humano, politico, económico e social.

Os melhores gaiteros, violeiros

de 1935

Fig. I. Aos Intelectuais do Rio Grande do Sul. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 15 de outubro de 1935.

# "PELA CAUSA DA ITALIA"

## Manifesto lançado por intellectuaes rio-grandenses solidarizando-se com a grande patria de Dante no actual conflicto euro-africano

Solidarizando-se com a Italia na actual campanha da Africa alguns intellectuaes rio-grandenses acabam de lançar o seguinte manifesto:

"No ingrato momento em que o imperialismo plutocratico, esquecido da sua velha, implacavel capacidade de aggressão, teima em reclamar para si, em nome de principios que sempre atropellou, o tenebroso direito de sonegar á Italia até mesmo a facultade primaria de respirar, nós, intellectuaes do Rio Grande do Sul, vimos protestar nossa inteira solidariedade moral á egregia patria mediterranea.

Tributarios do espirito latino, traíriamos a nós mesmos, ás inclinações mais profundas da nossa consciencia, si não nos servissemos desta oportunidade para juntar a nossa voz ao coro impressionante dos que, sem se deixarem extraviar nos meandros equivos do formalismo de Genebra, puderam ver, através da grande farça, o tragico espectáculo de uma civilização illustre a debater-se em busca de ar para viver.

Longe de assemelhar-se ás guerras de conquista friamente desencadeadas pelos governos que hoje procuram ludibriar o mundo trabestidos de arbitros da paz, a acção da Italia na Africa Oriental tem, sobretudo, um sentido biologico. Não é uma campanha concertada ás occultas, em conciliabulos inconfessaveis, onde a ruidosa autoridade dos estadistas perde a resonancia e se rende aos acenos e imposições dos solemnes banqueiros do dia ou dos solidos incorporadores de companhias internacionais. Não precisa esconder-se quem apenas procura oxigenio para os pulmões e alimento para os musculos. A Italia não pede mais que isso. Quer apenas viver. E quem tem mais direito á vida que a luminosa península adriatica, pelas suas origens e tradições, pelo seu espirito, sua vitalidade e sua cultura, pela sua experiencia, pela sua dignidade e pelo seu sangue?

Quando se concluiu a paz de 1918, os inventariantes dos despojos da guerra esqueceram-se propositadamente das justas aspirações da Italia. Passados alguns annos, porem, instaurado o fascismo unificador, a Italia já não é uma patria dispersa, sacrificada pela divisão e o malentendido de seus filhos. E' uma portentosa unidade moral — milagre alcançado pelo genio de Mussolini — e é uma potencia capaz de encarar de frente as suas necessidades e reparar pelas proprias mãos as injustiças de que foi victima.

Hoje, o problema da expansão italiana perdeu o character es-

trictamente politico para revestir-se de um dramatico sentido vital. O desbordamento geographico impõe-se como uma necessidade organica. O gesto da Italia em relação á Abyssinia está, por isso mesmo, acima do bem e do mal. Submette-lo ao imperio de postulados abstractos e mais ou menos hypocritas é o mesmo que tentar conter o fluxo e refluxo das ondas ou o crescimento das arvores. O arbitrio dos homens nada pode contra as leis da vida. E a Italia, neste momento, oppõe ao conchavo escuso da Liga das Nações uma resistencia que não é apenas o producto de uma deliberação politica, mas a resultante de uma irreprimivel determinação biologica.

A gloriosa península não se lançou nessa guerra pelo prazer obscuro de conquistar. Dentro dos principios darwinianos, o seu gesto de sangue é apenas um impeto de aggressão que um movimento de defesa. E' uma civilização de velhas e profundas raizes, nascidas no humus preclaro do Lacio, que esgotadas, dentro das suas fronteiras historicas, as condições materiaes de existencia, reage violentamente contra a ameaça do aniquilamento total.

E' pena que os manipuladores da Liga das Nações, tão ciosos da integridade geographica desse vasto paiz barbaro, e de barbaros, que é a Ethiopia, que vivem á custa dos povos que subjugaram, invertam tendenciosamente os termos da questão italo-abyssinia e colloquem no mesmo pé de igualdade a luminosa patria de Dante e os sombrios dominios do longinquo e desageitado herdeiro de Salomão. Essa equiparação não é injuriosa apenas para a Italia: é uma afronta á civilização e um agravo ao genio latino.

Está claro que, como a tentar uma applicação retardataria dos postulados de Nietzsche, não defendemos o direito dos fortes contra os fracos. Entendemos, entretanto, não ser compativel com o estado actual do mundo a sobrevivencia de uma soberania absolutamente destituída das condições mais elementares para o exercicio do "self government". A Abyssinia, como entidade de direito publico, é uma hypothese grosseira, que só se admite para argumentar contra a Italia... Não existe por si, mas por obra e graça das nações que, depois de extenderem os seus dominios, a ferro e fogo pelas cinco partes do globo, pretendem conter a expansão italiana. A Abyssinia é uma ficção politica. E' uma soberania artificial, devida, não,

por certo, á impossivel organização juridica de suas populações, mas á implacavel cobardia concorrente do imperialismo economico.

Não estamos armando um paradoxo. O que queremos a firmar é que, si certos governos poderosos não tivessem interesses proprios a defender dentro das torridas fronteiras ethiopes, a existencia politica da Abyssinia não contrariação desabalada solidariedade.

Sinão são interesses men confessaveis os que estão e jogo, porque, então, o conspucuo instituto de Genebra cria os braços e sacode os lagos hombros com tanta dispencia em face do que vae pe extremo Oriente. A China que si todos os dias perde vastas fatias dos seus flancos millnarios e a Liga nem sequer tem ma conhecimento do facto: eles são amarelos, que se entendam... Mas, porque essa conducta de dois pesos e duas medidas? Será que a soberania da China é menos respeitavel que a da Abyssinia? Infelizmente, o que é respeitavel no caso, não é a integridade da Abyssinia, não é esse vago "hinterland" semeado de tribus, pulgas e elephantes, mas os imensos interesses poucabyssinios ali já estabelecidos ou a serem estabelecidos...

A lucta, em ultima analys não é entre a Italia e a Abyssinia. E' entre a Italia e taes interesses. Esses é que precisam ser salvaguardados contra o direito á vida reclamado soberanamente pela Italia. Venha o mundo a baixo, desencadeie-se a guerra na Europa, reedite-se, com novos requintes de barbaridade, o drama de 1914, mas salvem-se esse interesses...

Eis o diabolico raciocinio de Genebra!

Mas, a causa da Italia é mais do que uma causa justa é uma causa vital. Os homens sabem como se comete uma injustiça, mas ainda não aprenderam a arte de dominar a vida nos seus impulsos creadores.

Nós acreditamos na victoria da Italia.

Porto Alegre, 19 de janeiro de 1936.

(a.a) Athos Damasceno Ferreira — Armando Silveira — Alceu Barbedo — Constantino Martins — Damaso Rocha — De Souza Junior — Dante de Laytano — Erico Verissimo — Eduardo Duarte — Emilio Kemp — Felix Contreiras Rodrigues — Fabio de Barros — João C. de Freitas — J. P. Coelho de Souza — Moysés Velinho — Mario Quintana — Manoelito de Ornellas — Ovidio Chaves — Oscar Daudt Filho — Paulo de Gouvêa — Reynaldo Moura — Telmo Vergara.

Fig. II. "Pela Causa da Itália". Manifesto lançado por intellectuaes rio-grandenses solidarizando-se com a grande pátria de Dante no actual conflito euro-africano. *Correio do Povo*. 21 de janeiro de 1936. p.7.

“PELA CAUSA DA ITALIA”

A proposito do manifesto, que hontem publicamos, sob o titulo acima, recebemos a seguinte carta, cuja publicação nos é solicitada:

“P. Alegre, 21 de Janeiro de 1936. — A’ illustrada redacção de o “Correio do Povo” — Nesta — Exmos. srs. — Saudações

Vimos com surpresa o nosso nome entre os dos intellectuaes que assignaram o manifesto “Pela Causa da Italia” recentemente publicado.

Temos a declarar a respeito:

a) — que desconheciamos em absoluto os seus termos;

b) — que estamos em completo desaccordo com o seu texto;

c) — que não o assignamos nem demos a ninguem autorização para isso.

Queiram ter a fineza de publicar esta declaração.

Muito gratos, firmamos

(a. a.) — Erico Verissimo  
Telmo Vergara, Mario Quintana”.

Fig. III. Nota publicada a pedido. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 22 de janeiro de 1936. p.2.

## ANEXO V

Matérias e fotografias sobre a Guerra da Abissínia publicadas na *Revista do Globo*.

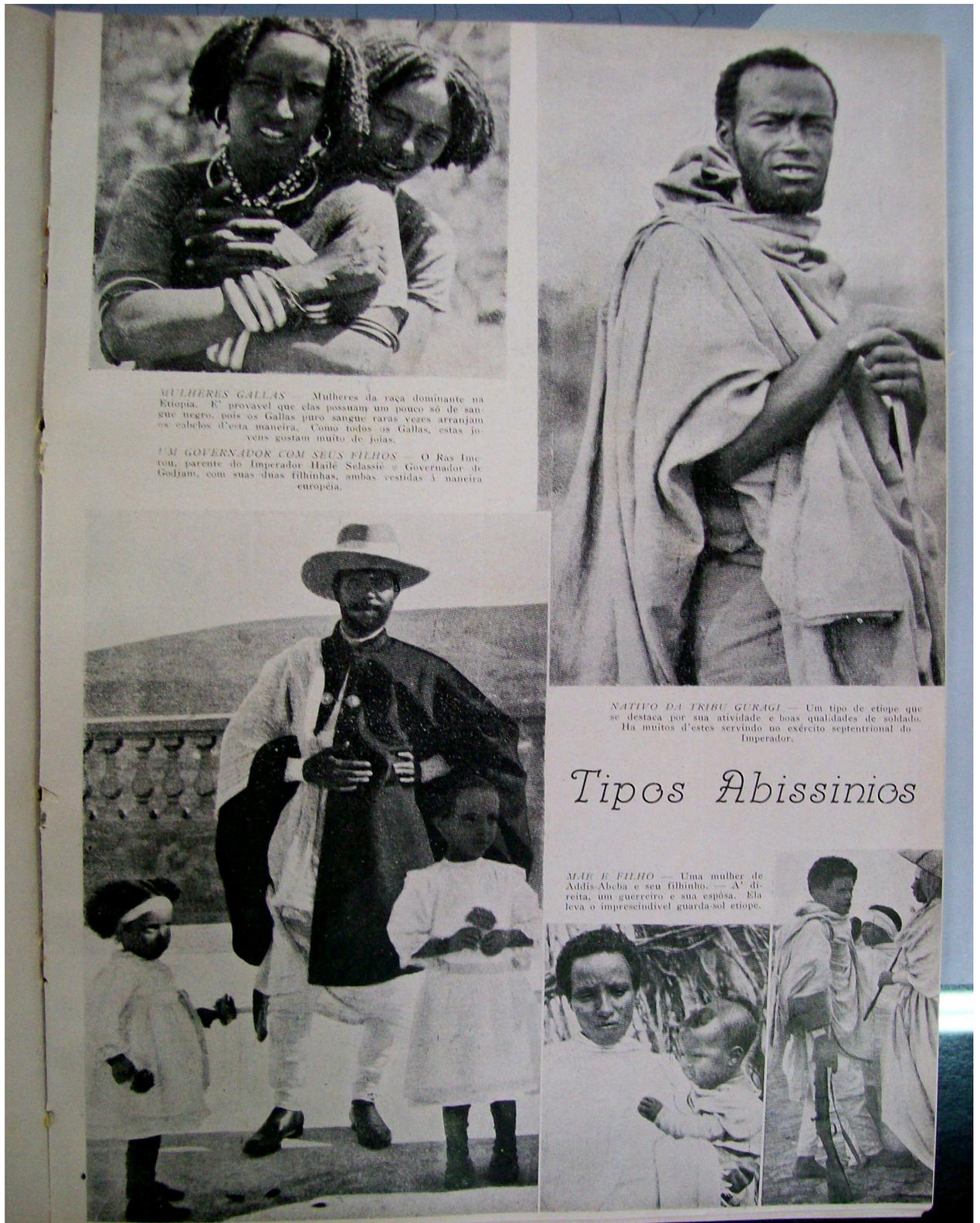
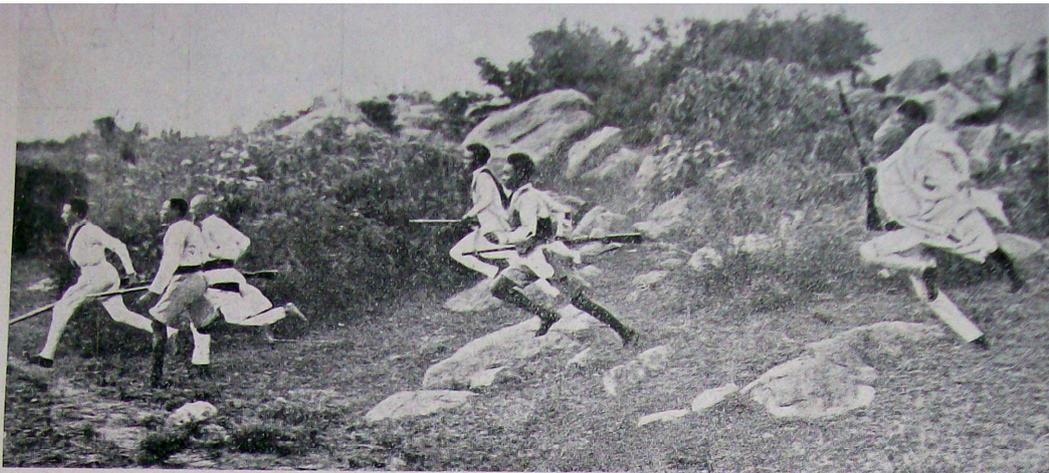


Fig. I. *Revista do Globo*. Porto Alegre. 23 de novembro de 1935. p.35.



**DISPUTANDO UM PONTO VANTAJOSO:** — Guerreiros abissínios realizando uma investida em terreno aberto, preparando o primeiro encontro corpo a corpo na frente de Ogaden, quando a vanguarda do General Graziani entrou em contacto com as tropas do General Nasibu e do General Habuta Mikalille. Nota-se na fotografia

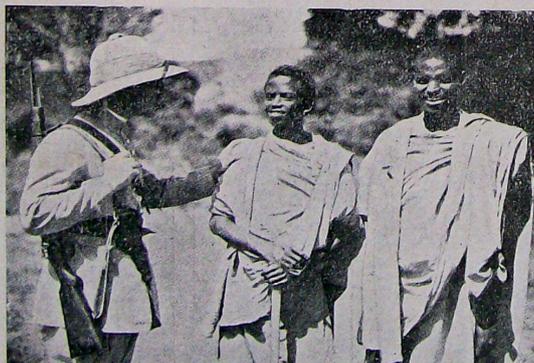
a velocidade com que avançam, e mesmo guerreiros de cinquenta, sessenta e setenta anos de idade, revelam uma agilidade assaz notável. Não parecem temer muito o fogo de fuzis, mas podem ser desmoralizados pelos aviões de bombardeio, contra os quais eles se sentem completamente indefesos contra as suas armas automaticas.



**O COMANDANTE EM CHEFE:** — O General de Bono (sentado), generalissimo das forças italianas, conversando com oficiais do seu estado maior, no Quartel General. Ele já foi substituído pelo Marechal Badoglio, Chefe do Estado Maior, que já tomou posse do seu cargo.



**O MAIOR INIMIGO DA ITALIA:** — A falta de agua em muitos lugares do Tigré está causando enormes dificuldades às forças invasoras, às quais foram ainda acrescidas pelo fato de os abissínios salgarem as fontes existentes. A nossa gravura mostra a instalação d'uma bomba para obter o precioso liquido.



**UM FRANCÊS A SERVIÇO DO NEGUS:** — Tte. Degouy, de Paris, com dois membros da Polícia Militar, da qual ele é um dos comandantes no distrito de Harrar.



**O Q. G. DAS FORÇAS SEPTENTRIONAIS:** — Nativos colocando o telhado d'uma cabana aprontada às pressas, para servir o Quartel General do Ras Seyoum, chefe dos exercitos de Haile Selassie no Tigré.



**Fig. III.** Charge do Natal de 1935. *Revista do Globo*. Porto Alegre. 25 de dezembro de 1935. p.40

## ANEXO VI

Este anexo traz informações sobre os principais redatores do jornal negro pelotense *A Alvorada* durante a década de 1930. Buscou-se apresentar dados sobre a educação, profissão e sobre sua militância em entidades classistas ou étnicas. Sobre as datas de nascimento da maioria, principalmente a segunda geração de colaboradores, não foi possível encontrar informações. Contudo, presumimos que estes indivíduos tivessem nascido nas primeiras décadas do século XX, encontrando-se na faixa etária entre 20 e 30 anos de idade na época do conflito estudado.

**Rodolfo Xavier:** Nascido em 1874, Pelotas. Foi alfabetizado pelo irmão Antônio Baobab e completou seus estudos primários no curso da Biblioteca Pública Pelotense. Foi vassoureiro, colchoeiro, maleiro, chapeleiro, vendedor e pedreiro. Socialista, foi uma das mais eminentes lideranças operárias pelotenses. Também foi secretário do *Centro Ethiópico Monteiro Lopes*, criado para apoiar a posse do deputado federal negro. Pertenceu ao núcleo fundador de *A Alvorada* e colaborou no jornal até a década de 1950.

**Juvenal Penny:** Nascido em 1884, Pelotas. Estudou no curso da Biblioteca Pública Pelotense e foi aluno particular de Antônio Baobab. Trabalhou como tipógrafo no jornal *O Arauto*, durante a década de 1910. Foi dono do jornal *A Alvorada* desde sua fundação, em 1907, até 1946, quando o vendeu. Desempenhou importante liderança entre as associações negras e operárias da cidade durante a década de 1930, como a *S. B. União Operária* e o clube *Está Tudo Certo*. Era dono da fábrica de fogos de artifício São Veríssimo.

**Durval Penny:** Nascido em 1883, Pelotas. Estudou no curso da Biblioteca Pública Pelotense e, assim como o irmão, foi aluno particular de Antônio Baobab. Trabalhou como tipógrafo no jornal *O Arauto*, durante a década de 1910. Formou-se por correspondência em Medicina, pelo Instituto Nacional de Ciências do Rio de Janeiro, em 1914. Mantinha consultório e farmácia em Pelotas, onde atendia principalmente a população mais pobre da cidade e dos arredores. Na década de 1910 participou da diretoria do Asilo São Benedito e da associação *Satélites do Progresso*.

**Armando Vargas:** Tipógrafo, artista gráfico e chefe das oficinas do *Diário Popular*. Começou a colaborar em *A Alvorada* em 1908. Foi redator, secretário e diretor da publicação a partir da década de 1930, até os anos de 1950.

**Dario Nunes:** Tipógrafo. Redator de *Alvorada*, responsável pelo ressurgimento do periódico, em 1931, depois de breve interrupção. Desportista e árbitro de futebol, ajudou a fundar a *Liga José do Patrocínio*, composta exclusivamente de times formados por atletas negros.

**Humberto de Freitas:** Tipógrafo. Foi liderança operária de destaque no Sindicato dos Carpinteiros e participou também do Sindicato dos Sapateiros, como delegado itinerante. Foi secretário-geral da *Frente Negra Pelotense* e assumiu a direção do jornal *A Alvorada* nos anos de 1930.

**José Penny:** Filho de Durval Penny. Realizou estudos no Ginásio Pelotense. Veio para Porto Alegre, onde estudou no Ginásio Julio de Castilhos e preparou-se para ingressar na Faculdade de Engenharia. Foi correspondente de *A Alvorada* durante sua estadia na capital. Foi o iniciador da campanha Pró-Educação nas páginas do jornal pelotense. Na década de 1950, torna-se funcionário da Secretaria de Agricultura do estado.

**Miguel Barros:** Artista plástico, filho do comerciante João M. Barros. Realizou seus estudos básicos no Ginásio Gonzaga, em Pelotas. Formou-se bacharel em Ciências Comerciais e também estudou pintura. Foi redator de *A Alvorada* por breve período, em 1934. Representou a *Frente Negra Pelotense* como delegado no *I Congresso Afro-Brasileiro*, realizado em Recife, no mesmo ano, onde também ajudou a fundar a *Frente Negra Pernambucana*.

**Fontes:**

*A Alvorada*. Pelotas, 1931-1935.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2001.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou "A Alvorada": intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: Editora Gráfica Universitária, 2003.